



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO – PPGDSTU  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

**RAIMUNDO ERUNDINO SANTOS DINIZ**

**TERRITORIALIDADE E USO COMUM ENTRE OS QUILOMBOLAS DE SANTA RITA DA BARREIRA EM CONTRADIÇÃO COM “POLÍTICAS DE ETNODESENVOLVIMENTO”.**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

Belém  
2011

**RAIMUNDO ERUNDINO SANTOS DINIZ**

**TERRITORIALIDADE E USO COMUM ENTRE OS QUILOMBOLAS DE SANTA RITA DA BARREIRA EM CONTRADIÇÃO COM “POLÍTICAS DE ETNODESENVOLVIMENTO”**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Banca Examinadora:

Profª Dr.ª Rosa Elizabeth Acevedo Marin  
Orientadora - NAEA/ UFPA

Profª Dr.ª Edna Maria Ramos de Castro  
Examinadora interna – NAEA/UFPA

Prof Dr. Alfredo Wagner de Almeida  
Examinador externo – UEA/UFAM

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Diniz, Raimundo Erundino Santos

Territorialidade e uso comum entre os quilombolas de Santa Rita da Barreira em  
contradição com “políticas de etnodesenvolvimento” / Raimundo Erundino Santos  
Diniz ; Orientadora, Rosa Elizabeth Acevedo Marin – 2011.

187 f.: il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos  
Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico  
Úmido, Belém, 2011.

1. Quilombolas - Santa Rita da Barreira (PA). 2. Recursos naturais – Santa Rita da  
Barreira (PA). 3. Etnohistória. 4. Etnologia - Santa Rita da Barreira (PA). 5.  
Territorialidade humana – Santa Rita da Barreira (PA). 6. Identidade social - Santa Rita  
da Barreira (PA). I. Acevedo Marin, Rosa Elizabeth, orientador. II. Título.

---

CDD 21. ed. 307.1416098115

*Dedico esta:*

*Ao grande mestre celestial que sempre nos ilumina, guia e protege.*

*A meus pais José Erundino (in memoriam) e Donina pela arte de ensinar pelas atitudes.*

*A minha filha Juliana que aos seis anos de idade talvez não tenha a dimensão da importância de seus carinhos para confortar as horas de fadiga.*

*A minha esposa Silvana que sempre foi confiante e complacente aos projetos de vida que juntos traçamos.*

*Aos meus irmãos e em especial a Nazaré Diniz (um exemplo a ser seguido) que sempre se fez presente em momentos difíceis e sempre motivou a busca ao conhecimento científico.*

*A minha outra família Jeferson (cunhado) e Regina (sogra).*

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin pela maneira como conduziu a orientação e pelos incentivos, confiança e recomendações.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), corpo docente e demais funcionários.

À Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) pela concessão de bolsa de estudos.

A equipe técnica da biblioteca do NAEA em especial a Rutheane pelas horas de orientações dedicadas.

Às famílias da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.

Ao Sr. Iraci e sua esposa Sra. Sebastiana, Sr. Alcindo, Sr. Francisco, Sr. João e Sr. Antônio que acolheram, acompanharam e orientaram os caminhos a serem seguidos na comunidade.

Aos amigos e colegas Jardel, Harisson, Sabrina, Maria, Marcel, Tiago, Simy, Ângela, Rosane, Talita e demais companheiros e companheiras de curso pelas confidências e incentivos.

A (comadre) Jamile Larissa que sempre acompanhou e apoiou a realização desta empreitada.

Aos pares de ofício Alan, Edvan, Sandro Pinheiro, Sérgio Bandeira, Willian Gaia e demais colegas que sempre demonstraram solidariedade a companheirismo.

**Muito Obrigado!**

## RESUMO

O estudo sobre o processo etnohistórico das unidades familiares que organizaram o povoado conhecido como Antiga Barreira, situado à margem esquerda do rio Guamá, município de São Miguel do Guamá – PA conduziu a explorar o universo de relações sociais marcado por estratégias de permanência, construções simbólicas e práticas coletivas de domínio no território com predominância do uso comum dos recursos naturais. Atualmente, o povoado é reconhecido como comunidade quilombola de Santa Rita da Barreira tendo recebido do ITERPA o título coletivo correspondente a uma área de 371 hectares. As territorialidades construídas a partir de práticas sociais fundadas na organização comunitária e a mobilização política em torno de interesses comuns reforçam o sentimento de pertença e a identidade quilombola. Essa organização do grupo se materializa frente às adversidades impostas pela sociedade dominante que lhes invisibilizaram ou construíram concepções “primordialistas” sobre o grupo e seus modos de vida. Após a titulação diversas políticas públicas chegaram à Santa Rita da Barreira através de programas e projetos que tiveram como discurso o “desenvolvimento”, a “inclusão social das comunidades quilombolas”. Instrumentos jurídicos aprovados a partir da Constituição Federal de 1988, a Constituição Estadual do Pará (1998) e do “Programa Brasil Quilombola” dentre outras iniciativas asseguram o direito ao território e a assistência social através da edição de políticas públicas específicas com vistas ao “etnodesenvolvimento”. As diversas intervenções em Santa Rita da Barreira foram feitas sem levar em consideração a trajetória das famílias no território, o conhecimento prático, o modo de vida, as construções simbólicas e as modalidades de uso comum praticadas em terras tradicionalmente ocupadas. Isto implica no surgimento de descompassos em relação às determinações jurídicas e a consciência das necessidades destes agentes sociais que em inúmeras situações (reuniões, encontro com técnicos, pesquisadores) tem sabido expor e defender suas idiossincrasias. Esta pesquisa procurou analisar a importância da etnohistória, territorialidade e práticas de uso comum dos quilombolas de Santa Rita da Barreira e identificar como este enfoque poderá contribuir para refletir programas e projetos de etnodesenvolvimento. A metodologia utilizada foi abalizada pela etnografia, etnohistória, coleta e análise de narrativas, fotografias, preenchimento de questionários, análise de documentação cartorial e bibliográfica, além da elaboração de “mapas participativos”. Os dados foram colididos durante pesquisa de campo realizada em intervalos de junho a novembro de 2010.

Palavras-chave: Etnohistória. Etnografia. Quilombolas. Santa Rita da Barreira. Uso Comum. Territorialidade.

## ABSTRACT

The study on the process ethnohistory of family units who organized the settlement known as Old Barrier, located on the left bank of the river Guama, São Miguel do Guama led to explore the universe of social relations marked by strategies of permanence, symbolic constructions and practices collective dominance in territory with a predominance of the common use of natural resources. Currently, the village is recognized as quilombo Santa Rita Barrier having received from the collective title of ITERPA corresponding to an area of 371 hectares. The territorialities constructed from social practices based on community organizing and political mobilization around common interests reinforce a sense of belonging and identity maroon. This organization of the group materializes face the adversities imposed by the dominant society that built them or invisibilized designs "primarily" on the group and their ways of life. After titration several public policies come to the Santa Rita Barrier through programs and projects that address as the "development", "social inclusion maroon communities." Legal instruments adopted from the 1988 Federal Constitution, the Constitution State of Pará (1998) and "Program Brazil Quilombo" and other initiatives to ensure the right territory and social assistance through the issue of public policies aiming to "ethno-development". The various operations in Santa Rita Barrier were made without taking into account the trajectory of the families in the territory, practical knowledge, the way of life, the symbolic constructions and arrangements for common use practiced in lands traditionally occupied. This implies mismatches in relation to legal decisions and the awareness of social needs of these agents in many situations (meetings, meeting with technicians, researchers) has been able to explain and defend. This study sought to analyze the importance of ethnohistory, territoriality and use practices common maroon Santa Rita Barrier and identify how this approach could help reflect ethno development programs and projects. The methodology was authoritative ethnography, ethnohistory, collection and analysis of narratives, photographs, completion of questionnaires, analysis of notarial documents, "participatory maps and literature. Data were bumped during field research carried out at intervals from June to November 2010.

Keywords: Ethnohistory. Ethnography. Quilombo. Santa Rita reefs. Common Use. Territoriality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 - Localização da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.....	25
Mapa 02 - Pontos cartográficos utilizados na metodologia de elaboração dos etnomapa.....	31
Mapa 03 - Deslocamento de famílias do Arraial “Barreira” para Santa Rita da Barreira.....	72
Gráfico 01 - Local de nascimento dos (as) entrevistados (as).....	80
Gráfico 02 - Acesso a água para consumo doméstico.....	96
Gráfico 03 - Renda mensal informada pelos entrevistados.....	99
Gráfico 04 - Benefícios públicos distribuídos entre as famílias.....	100
Gráfico 05 - Número de roças por tarefas nas unidades domésticas.....	121
Mapa 04 - Disponibilidade de recursos naturais e ameaças.....	148
Mapa 05 - Localização dos projetos no Território Quilombola.....	154
Mapa 06 - Área desflorestada no território quilombola.....	164



## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Setores produtivos em destaque em São Miguel do Guamá - década 1980.....	59
Quadro 02 - Relação de compra/venda e concessão de terras na área da Barreira entre 1981 e 2000.....	84
Quadro 03 - Terras reclamadas na área da “Barreira”.....	86
Quadro 04- Uso dos Terreiros ou quintais: Frutas.....	106
Quadro 05 - Uso dos terreiros ou quintais: Ervas medicinais.....	115
Quadro 06 - Ictiofaunas encontradas nos rios e igarapés do Território Quilombola.....	118
Quadro 07 - Calendário anual do cultivo e Colheita em “roças”.....	124
Quadro 08 - Pontos cartográficos referentes às áreas de várzeas.....	145
Quadro 09 - Pontos cartográficos referentes à distribuição de “roças” no território quilombola.....	146
Quadro 10 - Pontos cartográficos referentes à extração de insumos e indústrias ceramistas.....	147
Quadro 11 - Projetos destinados ao Território Quilombola.....	151
Quadro 12 - Pontos cartográficos referentes aos Projetos instalados no Arraial do Território Quilombola.....	152
Quadro 13 - Entraves aos projetos instalados.....	161
Quadro 14 - Fatores de Etnodesenvolvimento .....	167

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Trapiche na orla do município de São Miguel do Guamá 1980.....	51
Fotografia 2 - Alunos em atividades na escola.....	98
Fotografia 3 - Limitações físicas da unidade escolar.....	98
Fotografia 4 - Crianças brincando com o “inajá”.....	107
Fotografia 5 - Família reunida no quintal ou terreiro.....	107
Fotografia 6 - Construções provisórias de usos diversos.....	109
Fotografia 7 - Banheiro de verão.....	109
Fotografia 8 - Técnicos da EMATER na horta.....	112
Fotografia 9 - Horta Protegida contra as crias.....	112
Fotografia 10 - Área de pesca no rio Guamá.....	117
Fotografia 11- Uso do igarapé Tucunaré.....	117
Fotografia 12 - Madeira serrada na floresta.....	120
Fotografia 13 - Extrativismo de madeira na várzea.....	120
Fotografia 14 - Processo de descasca da mandioca.....	122
Fotografia 15 - Armazenamento da mandioca.....	122
Fotografia 16 - “Forno elétrico”.....	125
Fotografia 17 - Transporte da mandioca.....	125
Fotografia 18 - “Tele centro” anexo a Igreja.....	155
Fotografia 19 - “Caixa d’água”.....	155
Fotografia 20 - “Triturador elétrico” de mandioca.....	157
Fotografia 21- Viveiro de mudas.....	157
Fotografia 22 - Viveiro de mudas.....	159
Fotografia 23 - Extração ceramista próximo à comunidade.....	159

## LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ASIPAG	Secretaria de Ação Social do Palácio do Governo
CENTUR	Fundação Carlos Gomes
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COSANPA	Companhia de Abastecimento de Águas do Pará
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EFB	Estrada de Ferro de Bragança
EMATER	Empresa Brasileira de Extensão Rural
GPS	Global Position System
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEFLOR	Instituto de Desenvolvimento Florestal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PCA	Programa Comunidade Ativa
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAGRI	Secretaria de Agricultura
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEGOV	Secretaria de Governo
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento Amazônia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 LÓGICAS DE OCUPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM SÃO MIGUEL DO GUAMÁ E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA RITA DA BARREIRA</b> .....	41
2.1 A “BARREIRA ANTIGA” DA “VELHA JOÇA”.....	60
2.2 DESLOCAMENTO E FORMAÇÃO DA COMUNIDADE SANTA RITA DA BARREIRA.....	70
<b>3 PRÁTICAS DE USOS DOS RECURSOS NATURAIS SOB AMEAÇAS E RESTRIÇÕES</b> .....	91
3.1 ETNOGRAFIA DOS “QUINTAIS” OU “TERREIROS” QUILOMBOLAS.....	102
3.2 CONHECIMENTO PRÁTICO E USOS DIVERSOS.....	113
3.3 O CULTIVO DAS ROÇAS E QUESTÕES EM TORNO DA REDUÇÃO.....	120
<b>4 “POLÍTICAS DE ETNODESENVOLVIMENTO” NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA RITA DA BARREIRA</b> .....	131
4.1 PROJETOS E PROGRAMA.....	151
4.2 TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SANTA RITA DA BARREIRA NA CONCEPÇÃO DO ITERPA.....	162
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	173
<b>REFERENCIAS</b> .....	182

## 1 INTRODUÇÃO

*A história do tempo presente seria uma história feita a partir de relatos orais, uma história do vivo e dos vivos (LAGROU, 2007, p.33).*

Santa Rita da Barreira, como todos os povoados negros, em São Miguel do Guamá, hoje reconhecidos como quilombolas, está intrinsecamente ligado às “entrelinhas” da história da região nordeste do Pará. História que pode ser escrita na linha da “história vista de baixo”<sup>1</sup> por “outra história”, nela destacado o cotidiano de “homens simples”, de “homens comuns”, apenas revelados quando uma narrativa mais detalhada, presente na memória dos mais idosos, permite uma aproximação com fatos singulares, a saber, territorialidades, conhecimentos tradicionais, regras sociais, experiências individuais e coletivas.

As “territorialidades” construídas por estes agentes sociais na região constituíram domínios específicos, associados com estratégias de uso e preservação dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, os sistemas culturais criaram as condições para a reprodução social e afirmação étnica.

Neste estudo sobre as estratégias de permanência e autonomia dos quilombolas de Santa Rita da Barreira e sobre a formação da comunidade, procede-se a investigar a etnohistória e os processos de territorialização construídos situacionalmente por estes agentes sociais. Busca realizar-se uma leitura etnohistórica do povoado e da comunidade, entendida como elemento fundamental na identificação das necessidades e que constitui o pressuposto para a elaboração de políticas públicas ditas de etnodesenvolvimento<sup>2</sup>.

A Constituição de 1988 é um marco jurídico importante, pois salientou a necessidade em se considerar a diversidade étnico-cultural do país, a preservação da memória e o patrimônio histórico material e imaterial de diferentes grupos étnicos, destacando índios e quilombolas. Após as controvérsias a respeito do termo “quilombo”, intermediadas pela

---

<sup>1</sup> Sobre a “outra história” ver: Hobsbawm (1991); Braudel (1978); Le Goff (1994); Thompson (1998).

<sup>2</sup> Uma parte significativa das referências relacionadas ao etnodesenvolvimento fazem referência aos povos indígenas (GRAMKOM, 2002; KASBURG E GRAMKOM, 1999; LIMA, 2002; MENDES, 2001; OLIVEIRA FILHO, 2002; VALENTE, 2003). Os debates que envolvem a diversidade sócio-cultural do Brasil destacaram mais recentemente a *questão quilombola*, inserida nas discussões que tratam de políticas públicas específicas voltadas a suas demandas. Little (2002) apresenta um histórico sobre os avanços da década de 1980 em alguns países da América Latina que começaram a elaborar instrumentos legais que reconhecessem a pluralidade étnica e multicultural do continente apontando a necessidade de elaboração de projeto específico de desenvolvimento, alternativo a perspectiva capitalista. O etnodesenvolvimento passaria a incorporar a cultura, a identidade étnica e a auto-gestão como referência a autonomia destes grupos. No Brasil este debate tomou corpo após a Constituição Federal de 1988 que reconheceu direitos territoriais aos denominados “remanescentes de quilombo”.

atuação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) se reelabora o entendimento desta categoria. Esta terminologia não está restrita à herança da escravidão e passa a ser ressignificado, levando em consideração a especificidade na formação histórico-antropológica de cada quilombo, o direito a autodefinição em oposição à visão folclórica e frigidificada do termo.

No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a Constituição Federal de 1988 consagrou aos “remanescentes das comunidades quilombolas” o direito à propriedade de suas terras e o dever do poder público em atuar ativamente em favor desse reconhecimento. De outro lado, salientar que este reconhecimento não resolveu outras necessidades mais imediatas relacionadas aos direitos sociais e à efetivação de políticas públicas específicas que viessem atender outras dimensões do conceito de cidadania ajustadas aos grupos étnicos e em compreensão as suas prioridades e necessidades.

As orientações elaboradas pelo IPEA (2005, p. 154) acionam que: “Na visão do Estado constitui uma forma de compensar a injustiça histórica cometida contra a população negra, aliado à preservação do patrimônio cultural brasileiro em seus bens de natureza material e imaterial”. Desde então, o pleito pela garantia do acesso a terra, relacionando-o ao fator da identidade étnica como condição essencial, tornou-se uma prerrogativa oficial. Nesse ínterim ao se dimensionar os aspectos imateriais percebe-se uma aproximação e interdependência às condições ecológicas do território, as formas de manejo dos recursos naturais, as regras de circulação e usos multifacetados das dependências físicas que podem, ou não, compreender as configurações cartográficas construídas pelos técnicos e órgãos oficiais.

O Decreto Federal Nº 4887 de 11/ 2003 é o instrumento jurídico que regulamentou o processo administrativo de titulação das terras de comunidades quilombolas no Brasil. Este foi aprovado mediante articulações políticas que envolveram várias organizações como a Advocacia Geral da União, a Procuradoria Geral da República, a sociedade civil e pesquisadores de instituições de ensino superior a partir de demandas específicas apresentadas pelas comunidades quilombolas.

Para tentar garantir as ações referidas na redação da política pública foram criadas instituições específicas como observa Treccani (2006, p.144): “Entre as estratégias montadas para fazer valer as diretrizes do decreto federal criou-se também a ‘Fundação Palmares’, orientada para executar a identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação para a titulação das terras quilombolas”. Este instrumento continua sendo muitas vezes negligenciado pelas organizações governamentais em todo o país quando se considera os ritmos dos andamentos dos processos e mesmo entraves. Algumas questões que emperram os

processos estão relacionadas à liberação de verbas e de pessoal especializado para lidar com a complexidade dos casos fortemente marcados por joguetes políticos e relações de poder.

Esse decreto definiu a atuação do poder público no procedimento de titulação dos territórios quilombolas respeitando a autodeterminação das “comunidades remanescentes de quilombo” em seus modos de vida. O processo de titulação se constituía em tentativa de defender os quilombolas de invasões, especulação imobiliária, avanço de empreendimentos econômicos (mineração e agronegócio) que os cercam e ameaçam as terras quilombolas, agora regulamentadas oficialmente como propriedades coletivas e inalienáveis.

Resguardar as terras quilombolas simboliza também garantir a preservação ambiental em face das formas específicas de “uso comum” dos recursos naturais e os domínios específicos construídos historicamente por estes grupos sem comprometer as florestas de forma sistemática. Entretanto, esse processo de titulação dos territórios quilombolas tem sido lento e ainda encontra-se bastante distante dos seus objetivos. Setores econômicos e políticos, movidos por interesses diversos, têm interposto obstáculos para a efetivação das leis e gerado conflitos sobre o direito de propriedade dos quilombolas. Esta arena de disputas coloca em questão os sistemas de uso comum e o domínio dos bens comuns.

Nas duas últimas décadas, diversas organizações sociais e grupos étnicos manifestaram com insistência posicionamentos políticos em busca de reconhecimento étnico e de direitos específicos, principalmente o reconhecimento do domínio coletivo do território e a execução de políticas públicas que garantissem a continuidade de seus modos de vida e reprodução social.

Os debates sobre a “questão quilombola” estiveram sempre acesos entre as lideranças locais que elaboraram estratégias voltadas à continuidade de suas referências étnico-culturais, reprodução social e modos de vida específicos fundamentados em práticas sociais coletivas de “uso comum” dos recursos naturais em suas “terras tradicionalmente ocupadas”, sobre esse conceito Almeida (2008, p.48) assinala que:

Em 1988 o conceito de ‘terras tradicionalmente ocupadas’, vitorioso nos debates da Constituinte, tem ampliado seu significado, coadunando-o com os aspectos situacionais, que caracterizam hoje o advento de identidades coletivas. Este se tornou um preceito jurídico marcante para a legitimação de territorialidades específicas etnicamente construídas.

A comunidade quilombola Santa Rita da Barreira mobilizou-se pela titulação do território, o que se concretizou em 22 de setembro de 2002, ação seguida da implementação de várias políticas públicas, concebidas e executadas sem levar em consideração a etnohistória, o conhecimento local sobre o território e os sistemas de uso comum.

Contrariamente, ao tipo de política pública até agora direcionada às denominadas comunidades remanescentes de quilombo, as instituições do Estado não se orientam por uma perspectiva diferenciada de desenvolvimento que garanta a autogestão do território, as práticas coletivas, o controle dos recursos naturais e o respeito às dimensões simbólicas construída no território. Não há aditamento às diversas dimensões circunscritas ao etnodesenvolvimento.

Entende-se aqui por políticas de “etnodesenvolvimento” as concepções, conjunto de ações, mecanismos, instituições, recursos financeiros, jurídicos e materiais, articulados pelo Estado para promover, propiciar e gerir ações específicas em relação a grupos étnicos. Como já mencionado, essas políticas tornaram-se notórias no Brasil nos últimos 22 anos, com o cumprimento das Normas Constitucionais (estabelecidas na Constituição de 1988) e que orientou leis extraordinárias para este tipo de intervenção.

O Programa Brasil Quilombola apresenta-se como referência desta política. Neste Programa apresentam-se meios institucionais financeiros, jurídicos dirigidos aos quilombolas em conformidade com um quadro de “demandas e necessidades”, a saber: Titulação e regularização do território, educação, segurança alimentar, saúde e cultura. Oficialmente as seguintes atribuições:

*i) a promoção da inter setorialidade da intervenção pública, na medida em que busca envolver, de forma integrada, convergente e articulada, os recursos dos diversos órgãos governamentais – das três esferas de governo – relacionados à questão; ii) o respeito à identidade étnica das comunidades, pois o desenho do Programa parte do entendimento de que os quilombos constituem um sistema em que as dimensões sociopolíticas, econômicas e culturais são significativas para a construção e a atualização de sua identidade e que a discussão do desenvolvimento está imbricada na da identidade; e iii) a agilização dos procedimentos de titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes dos quilombos; com efeito, o vínculo com a terra é um dos aspectos centrais, uma vez que garante a manutenção de sua cultura, as ligações com seus ancestrais, suas tradições e seu desenvolvimento material. (IPEA, 2005, p. 154)*

Estas ações, dificilmente conjugadas entre as diversas esferas governamentais, refletiram nas comunidades<sup>3</sup> através de políticas públicas, não raro, com dificuldade de serem objetivadas. A certificação como comunidade quilombola e a titulação coletiva operaram como condição para ser sujeito alvo deste Programa. Além do que, essas políticas não se diferenciaram de programas e projetos de assistência técnica, financiamentos e programas de assistência social dirigidas aos segmentos definidos como “pobres do campo” no Brasil e

---

<sup>3</sup> Nos termos deste Programa as comunidades parecem ser concebidas como homogêneas, harmônicas, além de uma noção de “pobreza”, “carentes”.



neste caso, os quilombolas se tornaram sujeitos de programas sociais como a Bolsa Escola, Bolsa família, benefícios previdenciários, dentre outros.

Enquanto parte de uma política étnica o “Programa Brasil Quilombola” tem como desafio evitar a repetição das mesmas políticas adotadas para o setor rural, que podem estar camufladas sob novas roupagens e com o discurso do “etnodesenvolvimento”, ou ainda confundidas com o “desenvolvimento sustentável”, “economia solidária” ou “desenvolvimento endógeno local”.

O que se sublinha nesta pesquisa é que as políticas públicas consubstanciadas através de projetos e programas voltados ao “etnodesenvolvimento” e executadas pelo Estado podem estar em concordância, ou não, com as concepções de grupos alvos, com a consciência de suas necessidades e com os processos sociais e históricos nos quais elaboram suas cultura e organização social.

As dificuldades em conduzir políticas voltadas ao “etnodesenvolvimento” pelos Estados são complexas e sinalizam um conjunto de inconsistências, para citar alguns: o descompasso entre as instituições que coordenam tais programas; a repetição de políticas públicas ortodoxas comuns ao setor rural; a utilização de categorias cadastrais alienígenas ao modo de vida das famílias quilombolas; o desconhecimento das realidades locais e a falta de diálogo com os atendidos pelos programas.

No Brasil a efetivação destas políticas envolve ainda a disputa com grupos de interesses empresariais, contrários ao reconhecimento dos direitos territoriais aos quilombolas e indígenas por representarem uma barreira à exploração mercantil de recursos da biodiversidade, minerais e hídricos.

Ao definir como objeto de estudo a comunidade quilombola Santa Rita da Barreira e as políticas de etnodesenvolvimento procurou se destacar uma série de concepções, formas de agir das instituições e técnicos responsáveis pelos projetos e programas nesta comunidade nos últimos sete anos, após a titulação do território pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) em 2003.

O conceito de etnodesenvolvimento operacionalizado nesse trabalho pretende apontar e questionar a banalização dessa nomenclatura na elaboração de projetos, leis e políticas públicas destinadas aos grupos étnicos. A utilização do prefixo “etno” na redação dos textos pretende subtender a incorporação das necessidades específicas de cada grupo, como se fossem homogêneas ao referido prefixo.

As questões levantadas demonstram que há uma operacionalização generalizante e irresponsável da referida nomenclatura à medida que predominam discursos e visões

primordialistas sobre as demandas, oriundas de diferentes processos de territorialidades, construções de identidades, estratégias de domínios e usos dos recursos em terras tradicionalmente ocupadas.

Nesta pesquisa procura-se entender como as concepções teóricas, que permeiam a perspectiva do etnodesenvolvimento manipuladas pelo Estado, se distanciam das necessidades materiais e simbólicas apontadas pelas famílias quilombolas. Compreende-se que a relação entre etnohistória e as políticas ditas de etnodesenvolvimento são indissociáveis à medida que através do conhecimento do território e das estratégias de “territorialidades”, construídas pelos quilombolas de Santa Rita da Barreira, são fundamentais na orientação dos técnicos e demais agentes públicos que munidos de informações mais específicas podem eleger e priorizar alternativas de organização social e econômica no território.

O conceito de etnohistória foi pensado a partir das análises teórico-metodológicas vinculadas à história e a antropologia, com ênfase na etnologia histórica e na etnografia<sup>4</sup>, como técnicas de investigação voltadas à recuperação do processo de territorialização desenvolvidos pelos quilombolas de Santa Rita da Barreira.

A etnohistória, segundo Oliveira (1995), desenvolve análises a partir de fontes etnológicas (arqueologia, linguística e cultura material) produzidas por especialistas, através da “observação etnográfica” que é apontada por Lévi-Strauss (1991, p.14) como: “observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade [...] e visando à reconstituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles”. Portanto, pode-se apreender que a etnohistória utiliza-se de conhecimentos da arqueologia e antropologia em um movimento de comparação entre os dados coletados a partir de registros documentais, vestígios e evidências históricas e aspectos sócio-culturais recuperados a partir de observações específicas sobre determinada realidade social.

Vovelle (1990) aponta a etnologia histórica como artifício importante para desvendar as “entrelinhas” das relações sociais e processos históricos não revelados pelos registros escritos, mas encontrada nas evidências arqueológicas, etnográficas, iconografias e mesmo

---

<sup>4</sup> Pretende-se ter como referencia neste trabalho as elaborações de Malinowski (1976) quando em estudo sobre grupos “nativos” nos arquipélagos da Nova Guiné em trabalho antropológico de cunho “etnográfico” procurou construir uma trajetória de análise baseada na observação e descrição a partir de práticas sociais concretas, tipos de comportamentos e busca da compreensão dos “nativos”. Neste trabalho de pesquisa etnográfica o autor tentou descrever os pesquisados a partir de seus modos de pensar e sentir procurou construir análises que buscassem entender as expressões sócio-culturais e psicológicas desenvolvidas no cotidiano destas comunidades. O autor demonstrou ainda preocupações em perceber os aspectos atrelados as crenças, sentimentos e valores, presentes no campo do comportamento, para poder vislumbrar seus sentidos e significados que não se expressavam de modo imediato e precisavam ser gradualmente desvelados como aponta em seus escritos.

nas narrativas a partir das memórias sobre o lugar (ruínas, paisagem, disposição das casas, relações sociais, festejos e angústias).

A etnologia histórica é entendida como uma forma de revelar o silêncio das fontes obscurecidas e diluídas em diversos domínios das culturas, construções simbólicas e da história social. A apropriação da etnologia histórica como método neste trabalho permitiu estabelecer conexões, análises e contraposições aos dados oficiais, assim como, entender as evidências históricas que explicam algumas mudanças estabelecidas no território quilombola de Santa Rita da Barreira no que se refere à relação entre diversidade, disponibilidade e escassez dos recursos e seus desdobramentos nas modalidades e regras de uso e apropriação (trocas, preservação, comercialização, regulação e compartilhamento) entre os agentes sociais.

Carmack (1979, p. 17) define etnohistória como: “*un conjunto de técnicas y métodos para estudiar la cultura através del uso de las tradiciones escritas y orales*”. Em seus escritos o autor apresenta a etnohistória não como uma teoria, mas como técnicas e métodos para operacionalizar investigações no campo da cultura, a partir de fontes documentais escritas e através da oralidade determinando uma aproximação entre a antropologia e a história.

Esta perspectiva coaduna com as ideias de Rodríguez (1994, p.193) ao propor: “[...] *características comunes de una práctica historiográfica que intenta unir dos disciplinas científicas, la antropología y la historia, y que en su fusión se há adoptado, muchas veces, el nombre de etnohistoria*”. Esta aproximação referenda mudanças na produção do conhecimento ao tentar conciliar disciplinas que se inter cruzam por questões teórico-metodológicas, como no caso da história e antropologia, sem deixarem de resguardarem suas particularidades e concepções científicas.

A aproximação entre a história e outras áreas do conhecimento encontra-se de forma preliminar na produção historiográfica das Escolas dos Annales<sup>5</sup> através do trabalho realizado por Fernando Braudel (1976) em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II* em que o autor exercita um diálogo com a geografia, literatura, filosofia e de forma mais específica com a antropologia:

Os nomes que surgem em suas notas de rodapé incluem Erving Goffman e Victor Turner (que realçam os aspectos dramáticos da vida cotidiana), Pierre Bourdieu e Michel de Certeau. Bourdieu, que havia trocado os estudos antropológicos da Argélia pela sociologia da França contemporânea, exerceu influência em diversos aspectos [...] Historiadores de mentalidades, cultura popular e da

<sup>5</sup> Burke (1991) salienta que a Escola dos Annales representou uma reviravolta na historiografia francesa sob o protagonismo de Marc Bloch e Lucien Febvre nas décadas de 1920/30, ambos projetaram a substituição da tradicional narrativa dos fatos históricos por uma história-problema. A história de todas as atividades humanas e não apenas história política. E, por conseguinte a interação com outras disciplinas como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, dentre outras.

vida cotidiana, todos aprenderam com a “teoria da prática” de Bourdieu. A substituição da idéia de “regras sociais” (que considera muito rígida e determinista) por conceitos mais flexíveis como “estratégia” e “habitus” afetou de tal maneira a prática dos historiadores franceses que seria ilusório reduzi-la a exemplos específicos, como as estratégias matrimoniais dos nobres na Idade Média, Bourdieu (1972 apud BURKE, 1991, p. 66).

Neste trabalho o autor também produziu uma história comparativa entre o modo de vida de homens comuns que habitavam a região mediterrânea em suas relações com a natureza. Procurou também entender os desdobramentos da micro-história aos acontecimentos de grande monta em outras partes do globo, refletindo sobre outras dimensões do conceito de fontes históricas e novas possibilidades voltadas a definição e ampliação do repertório de temas a serem investigados:

Como em relação ao espaço, Braudel em seus temas subverte as fronteiras tradicionais da história econômica. Deixa de lado as categorias tradicionais de ‘agricultura’, ‘comércio’ e ‘indústria’, e observa, substituindo-as, ‘a vida diária’, o povo e as coisas, ‘coisas que a humanidade produz ou consome’, alimentos, vestuários, habitação, ferramentas, moeda, cidades [...] Dois conceitos básicos subjazem a esse primeiro volume, um deles, “vida diária”, o outro, “civilização material”. (BURKE, 1991, p.41).

A variação de temas, objetos e fontes históricas permitirá uma maior aproximação entre a história e a antropologia buscando similitudes conceituais e enriquecendo abordagens sob o conceito de história antropológica ou etnohistória como a adotada neste trabalho. As origens desta perspectiva remontam às primeiras décadas do século XX, e ainda encontra-se em processo de elaboração: *“trata-se de um campo de estudo que está por definir-se; o significado varia amplamente de contexto para contexto e de quem está usando”*, (CARMACK, 1978, p.13). A utilização da etnohistória como método de análise da comunidade quilombolas de Santa Rita da Barreira apresenta-se como um desafio por tentar correspondência com dimensões conceituais em construção; estas não possuem a mesma solidificação de outras linhas de abordagens historiográficas como a história política ou econômica, o que não diminui sua importância.

Longe de tentar exaurir a referida temática, pretende-se contribuir com essa tendência alternativa de produzir conhecimento histórico coadunado a outras disciplinas. A respectiva proposta não coaduna com as idéias de Trigger (1987, p. 30) ao se referir que:

Existe uma diferenciação entre história, etnohistória e antropologia. A primeira: “estuda as atividades dos europeus na sua expansão pelo mundo”; a segunda: “estuda as populações nativas”; e a terceira: “estuda as populações nativas no mundo numa perspectiva estática e de inferioridade, não se preocupando com as mudanças culturais”.

As ponderações do autor podem ser entendidas como generalizantes, pois a operacionalização da etnohistória vem no sentido de entender os grupos étnicos a partir de um “olhar” mais amplo e em diálogo com outras disciplinas. Acredita-se aqui em uma análise que

se configure como uma interseção entre o conhecimento histórico e o conhecimento antropológico, com vias a outras possibilidades de pesquisa pensadas a partir da interdisciplinaridade.

A partir da década de 1980, o estudo das minorias étnicas utiliza o conceito de etnohistória como alternativa à produção de estudos em que os historiadores possam por em prática técnicas antropológicas de pesquisa relacionadas ao espriamento das temáticas e objetos de estudos. Ferreira Neto (1997) salienta que a etnohistória aponta uma ruptura ao contribuir para novas formas de relação com a alteridade e com a singularidade.

A operacionalização das técnicas e métodos casados entre a história e a antropologia, fundamenta nesta pesquisa análises teórico-metodológicas, com vias a compreender a etnohistória da comunidade Santa Rita da Barreira a partir da interpretação de dados oficiais e suas “entrelinhas”. As fontes escritas e orais, a observação e o registro fotográficos, assim como entrevistas, análise da cultura material e os diversos elementos da paisagem predominante no território quilombola e em seu entorno confluem informações importantes.

A aproximação inicial com a comunidade quilombola de Santa Rita da Barreira, localizada 12 km da sede do município de São Miguel do Guamá, deu-se a partir das informações levantadas entre os alunos do curso de História de uma instituição de nível superior na qual atuei como professor em 2009. As referências aos quilombolas relatavam a existência de atividades artesanais de produção de cerâmica e ornamentos com sementes coletadas no território, desenvolvidas pelas mulheres da comunidade.

Em 2010, na cidade de Belém, o jornal *Diário do Pará*, de 24 de janeiro, veiculou uma reportagem extensa que tinha como título *A grande economia dos pequenos* e descrevia algumas práticas de coleta de sementes (tucumã, bacaba, inajá, jacitara, acará e açai) e ouriços, pelos quilombolas, no território para utilização na produção ceramista.

Na reportagem eram sinalizadas possíveis perspectivas para a implantação de projetos voltados a produção artesanal de “biojóias”. A reportagem relatava ainda, que algumas dessas sementes coletadas eram desconhecidas. Por isso, a atuação de técnicos da Empresa Brasileira de Assistência Técnica (EMATER) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com o objetivo de tentar classificar e inventariar as espécies. Sinalizavam-se também perspectivas no que refere ao desenvolvimento de projetos voltados para a produção local, citava-se a possibilidade da piscicultura em “tanques” como forma de aproveitar as crateras deixadas com a extração de insumos para a produção ceramista, muito frequente no município de São Miguel do Guamá.

O interesse em estudar a comunidade foi sendo aguçado e outras informações complementares sobre a comunidade quilombola Santa Rita da Barreira foram investigadas através de pesquisas feitas no ITERPA. Este órgão estadual interpôs uma série de obstáculos para a consulta do dossiê relativo à titulação da Comunidade Quilombola Santa Rita da Barreira. Esses procedimentos burocráticos internos dificultaram os passos na pesquisa sem termos explicação para o caráter sigiloso.

A titulação de Santa Rita da Barreira seguiu os procedimentos do Estado do Pará, Lei 6.165, de 02 de dezembro de 1998, que rege sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades quilombolas e o Decreto Estadual 3.572/99 que define as atribuições genéricas do ITERPA no processo Legitimação de Terras dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos. Neste, exige-se de realizar o estudo histórico-antropológico da comunidade, de situar no tempo e espaço as formas de ocupação e permanência dos quilombolas no território, de compreender processos de desterritorialização ou perdas de recursos.

Estes pontos aguçaram o interesse em entender este processo de titulação que revela um deslocamento e perda do território anteriormente sob seu domínio. Assim, a pesquisa tem outro desdobramento, a saber, o entendimento das formas de domínio e permanência das famílias quilombolas de Santa Rita da Barreira, localizadas inicialmente às margens do rio Guamá e hoje situadas em uma área mais afastada do rio.

A pesquisa visa fornecer elementos para a recuperação da etnohistória da comunidade e subsidiar estudos endereçados à elaboração de políticas públicas específicas destinadas à comunidade como previsto nas diretrizes do “Programa Brasil Quilombola” e mais especificamente examinar concepções teóricas de etnodesenvolvimento<sup>6</sup> que foram e continuam a ser desenvolvidas pelo grupo, pois como escreve Stavenhagen (1985), o foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas.

Algumas referências etnohistóricas foram recuperadas através de narrativas<sup>7</sup> de anciãos e anciãs ao se referirem ao lugar denominado “Barreira Antiga” às margens do rio

---

<sup>6</sup> O foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas, Stavenhagen (1985).

<sup>7</sup> Thompson (1992) ao demonstrar o papel relevante das fontes alternativas como instrumento para complementar ou fazer aflorar as ambiguidades dos dados oficiais. O autor destaca este procedimento por permitir a revelação de histórias do cotidiano, presentes nas ações e na memória dos homens simples e o levantamento de subsídios para se pensar na possibilidade do construto de uma abordagem histórica alternativa. Segundo o autor, esta técnica tem permitido rememorar e estender os estudos históricos as comunidades que não dispõem de um acervo documental escrito.

Guamá, que se configura na memória destes agentes sociais como um marcador de um tempo e espaço que hoje não pertence mais a comunidade. A “Barreira Antiga” tida como o lugar “onde tudo começou”, foi vendida pela “matriarca” “velha Joça” a um dos maiores fazendeiros<sup>8</sup> do município de São Miguel do Guamá conhecido como Sr. Venâncio Cardoso, que detém a posse das fazendas e áreas de extração de insumos para a indústria ceramista que cercam o território quilombola e ameaçam a disponibilidade de floresta, terra e águas à comunidade.

O levantamento de fontes documentais foi realizado no CENTUR - Fundação Cultural Tancredo Neves – no setor de *Obras Raras do Pará*. Em abril de 2010 foram consultados os *Annaes da Biblioteca e Archivos Públicos do Pará de 1918*, sobre o processo de formação histórica e administrativa do município de São Miguel e adjacências.

Um *survey* realizado em São Miguel, no escritório local da EMATER, realizado no dia 26 de janeiro de 2010, permitiu confirmar algumas informações junto aos funcionários do órgão sobre a Comunidade Quilombola Santa Rita da Barreira. Estava amadurecida e definida a proposta preliminar de investigar o que e quais imbricações o poder público através da EMATER estava realizando junto à comunidade quilombola.

Na Paróquia dos padres Barnabitas, em São Miguel do Guamá, foram encontrados documentos diversos sobre registros de nascimento e batismo de escravos referentes ao início da segunda metade do final do século XIX. Alguns livros de registros foram verificados, entretanto, não foram incluídos na referida pesquisa, pois não é seu objetivo estabelecer uma “origem histórica” como critério de etnicidade ou estudar parentesco. Estes documentos poderão ser investigados em outra oportunidade com atenção a outro referencial histórico teórico. Não foram incluídos também os dados referentes às Secretarias de Educação e Saúde, devido às turbulências políticas no município relacionadas aos repetidos pedidos de cassação do mandato do prefeito, por irregularidades administrativas, o que gerou constantes trocas do secretariado e indisponibilidade de maiores informações.

A primeira “visita” à Santa Rita da Barreira ocorreu no dia 07 de fevereiro de 2010, em um encontro agendado por telefone junto ao Presidente da Associação de Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Rita da Barreira, Sr. Iraci Nascimento dos Santos (44 a.).

---

<sup>8</sup> O termo *fazendeiro* refere-se à forma como os sujeitos da pesquisa se referiam ao então proprietário das terras no lugar. Sociologicamente, esse termo possui um sentido inerentemente ligado à formas de dominação como a patronagem e o clientelismo, e formas de se exercer o poder econômico, que são conferidas pela afirmação de propriedade sobre a terra (ANDRADE NETO, 2010, p.3)

Para chegar ao povoado é feita uma viagem de três horas de duração (Belém/ São Miguel) na linha de ônibus “Boa Esperança”, que tem como destino final o município de Paragominas.

O acesso à Santa Rita da Barreira, partindo da sede do município de São Miguel do Guamá, pode ser feito de bicicleta, carro ou motocicleta. Nos dois últimos, o deslocamento tem a duração de cerca de trinta a quarenta minutos, dependendo das condições de tráfego do “Ramal Barreira” registrado oficialmente como PA – 251, que não é asfaltado.

A região na qual se encontra a Comunidade quilombola Santa Rita da Barreira, apresenta características específicas e ambientes visivelmente modificados devido às práticas de domínios anteriores, inicialmente por grupos sociais que estabeleceram lógicas de ocupações centradas na reprodução social em consonância com a disponibilidade de recursos e manejos específicos voltados à sobrevivência dos grupos.

Em outra etapa de ocupação do Vale do rio Guamá as atividades extrativas, agrônomicas de larga escala e criatórias, passaram a transformar significativamente o ambiente. A lógica de ocupação e apropriação dos recursos, voltada à produção capitalista, influenciou diretamente os modos de vidas dos grupos sociais que ocupavam tradicionalmente as terras. Segundo Acevedo Marin (2008), a configuração administrativa do território implicou diretamente aspectos importantes dos modos de vidas<sup>9</sup> dos grupos sociais que ocupavam o vale do rio Guamá com a intensificação de ações empreendidas ou financiadas pelo poder público que produziram modificações nos ecossistemas, na economia, na organização de unidades domésticas; nos sistemas de intercâmbio social e cultural.

Assim, a existência de localidades, vilas, “arraiais”, povoados e estruturas físicas mais elaboradas no entorno da comunidade Santa Rita da Barreira, com predominância de áreas cercadas por fazendas, resquícios de engenhocas, além de pequenos portos às margens do rio Guamá, ramais, igarapés e filetes de rios que ligam a outros municípios demarcam as diferentes lógicas de ocupação e circulação no território, como se observa no mapa abaixo, que destaca a localização da Comunidade quilombola Santa Rita da Barreira:

---

<sup>9</sup> Acevedo Marin (2008), observa que o cultivo do tabaco e do arroz, o extrativismo da madeira, de minerais, da malva; os roçados de mandioca, a pecuária, a cerâmica estabelecem, de formas combinadas os alicerces da economia de Ourém, São Miguel do Guamá e Irituia em períodos diferentes e, direta ou indiretamente, diz respeito à vida econômica dos trabalhadores que ocuparam a margem direita do rio Guamá.



Mapa 1- Localização da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.



Fonte: ITERPA – PA. Processo de Titulação de Terras da Comunidade Quilombola Santa Rita da Barreira (nº 2001/294022) – ANEXO – Ministério da Defesa: Exército/ Departamento de Engenharia e comunicação/Diretoria de Serviços Geográficos Região Norte do Brasil (1:1000.000) s-d.

As primeiras expectativas em conhecer Santa Rita da Barreira foram gradualmente descartadas pelas observações feitas ao longo do percurso de moto-taxi<sup>10</sup>. Experimentei as péssimas condições do ramal. Ao longo do percurso, observa-se uma extensão contínua de áreas desflorestadas. Às margens estão as fazendas, as indústrias de cerâmicas de vários portes e até um “lixão”, no início do trajeto; pequenas pontes e tubulações sobre os córregos e igarapés que cruzam o “ramal”.

Outra cena marcante refere-se à circulação de veículos pesados abarrotadas de insumos (seixo, areia, pedra, barro e argila) para a produção ceramista, disputando a mesma

<sup>10</sup> O preço deste serviço de moto-taxi é de R\$ 20,00 reais.

via com grupos de trabalhadores que circulam em bicicletas e motocicletas. Os aguaceiros, formando crateras de lama, as curvas sinuosas com trajetos acidentados, também se repetiam ao longo da viagem, exigindo grande habilidade do condutor e coragem do passageiro.

Ao chegar à comunidade chamou atenção a aparente tranquilidade do local. As primeiras apreensões “etnográficas” foram o campo de futebol que tinha ao fundo uma pequena escola, várias casas de alvenaria e de madeira organizadas em forma de semicírculo, com vegetação de grande porte no entorno; mais ao centro, a igreja e a caixa d’água, além de pequenas “crias” e alguns cachorros latindo.

A receptividade foi muito boa. As conversas preliminares foram entaboadas com o Sr. Iraci, Sr. Francisco Salles Nascimento (49 a.), Vice-Presidente da Associação, e o Sr. João Damasceno Castro (46 a). Na oportunidade foi possível explanar os objetivos da pesquisa, devidamente documentado, e posteriormente receber a autorização para realizar a pesquisa de campo<sup>11</sup>. Ainda no mês de fevereiro de 2010, foram feitos alguns registros fotográficos e rápidas conversas, com os professores que atuavam na comunidade e com algumas famílias que já aguardavam no “Centro Comunitário”.

Os registros imagéticos, através das fotografias, permitiram uma aproximação de parte da realidade ao se considerar, entrando em jogo, critérios de seleção, de responsabilidade do registrador, do interesse e do contexto em que os registros foram feitos. Sobre esta técnica Samain (2001, p.21) afirma que: “a linguagem do discurso erudito representa um poder, como a ‘mensagem da imagem’ constitui outro poder de apreensão de uma única realidade”. O autor pondera também, que nas imagens estão embutidos valores sociais concretos e simbólicos que reproduzem uma realidade às vezes destoante da que está sendo “capturada”.

Ainda sobre o uso da fotografia na pesquisa o autor remete-se a Malinowski (1976), ao considerar que a mesma não representa uma condensação de imagens ao final do livro, mas uma simbiose e interlocução entre o que diz o texto e o que remete e sustenta a imagem (desenho, esquemas e fotografias). Acentua ainda, que a fotografia deve ultrapassar o conceito

---

<sup>11</sup> O Trabalho de campo foi realizado ao longo dos meses de janeiro (04, 05), junho (11, 12, 13, 29, 30), julho (01, 02, 03, 04), agosto (20, 21, 22, 23), setembro (23, 24, 25, 26, 27, 28, 29), outubro (10, 11, 12) e novembro (17,18,19) de 2010 com semanas de permanências na comunidade, as ferramentas principais foram as entrevistas orientadas por questionários (pré-elaborados para tentar capturar informações sobre as estruturas familiares) e o registro de imagens através de fotografias, além de anotações informais oriundas de observações espontâneas. Algumas narrativas foram gravadas com a devida permissão dos entrevistados que foram sendo selecionados conforme as informações colhidas no processo de visitação às famílias.

de ilustração simples e deve demonstrar cumplicidade no exercício da descrição aprofundada e crítica.

As entrevistas e conversas informais também foram utilizadas como estratégias metodológicas. O registro de narrativas dos anciões constitui documento histórico oral no qual estão expostos detalhes sobre modos de vida, sistemas simbólicos, rituais e regras sociais. As informações de difícil abstração, a exemplo das dimensões simbólicas, foram recuperadas a partir de Geertz (1997), ao se referir às “experiências próximas” e “experiências distantes”. Nesta reflexão, o autor conceitua a primeira como as informações repassadas pelo informante (ao descrever com facilidade o que seus semelhantes sentem, pensam e imaginam). Enquanto, que a segunda a atuação do etnólogo ou qualquer outro observador (alheio a vivência social da comunidade) ao tentar decifrar ou entender as formas específicas e peculiares dos agentes sociais que vivenciam o lugar.

O trabalho de coleta dos dados iniciais sobre a comunidade deu-se efetivamente a partir de junho de 2010, em conversa com o Sr. Iraci (44 a.) e Sr. Francisco (49 a.) debaixo da copa de uma árvore. Esta primeira conversa estendeu-se durante a tarde inteira (de 1h. até as 17h:30min).

Nessa visita eles definiram e organizaram o Centro Comunitário – anexo de alvenaria à igreja – como meu local de hospedagem e onde pude dispor de um banheiro, água encanada, energia elétrica e local para armar a rede. Neste mesmo local, ficavam alguns computadores que não estavam em funcionamento por problemas de instalação, além de materiais diversos. A chave do centro comunitário ficou sob minha responsabilidade refletindo a reciprocidade e confiança.

A disponibilidade em contribuir com o trabalho foi incomensurável por parte das pessoas, em especial do Sr. Iraci, ao fornecer informações preciosas e “abrir as portas”<sup>12</sup> para as entrevistas. A Sra. Sebastiana do Socorro Castro Santos (31 a.), esposa do Sr. Iraci, ofereceu o apoio logístico necessário para as refeições. Em linhas gerais, todos os membros da comunidade que foram acionados contribuíram no processo de construção da pesquisa.

---

<sup>12</sup> A aproximação as lideranças se justifica pela necessidade em construir canais que viabilizassem a pesquisa e o acesso às informações e pessoas importantes para o trabalho de campo. Essa aproximação pode ter influenciado na condução da pesquisa ou excedido a interlocução a partir do entendimento das lideranças, mas não impediu a crítica, questionamentos às famílias e às próprias lideranças sobre situações delicadas como o entendimento de que existe uma “tensão silenciosa” entre o fazendeiro Venâncio e a comunidade à medida que o mesmo vem comprometendo a disponibilidade de recurso com atividades ceramistas e pecuárias. Outras questões levantadas ainda pendentes partiram das investigações sobre as disputas de terras entre o Sr. Miguel e o “Tutula” que ainda tramitam na justiça, além de questionamentos sobre a concentração dos projetos no arraial da comunidade e exclusão de famílias, reformulação do clube de mães e pequena participação das famílias nos eventos.

Por meio de relações de pesquisa construídas progressivamente, obtive relatos e informações estratégicas para decidir os caminhos e traçados na atividade de campo. Como por exemplo, no acesso às pessoas a serem entrevistadas, os trajetos e lugares de interesses para fazer os registros com o Global Position System (GPS) dos pontos para construir os etnomapas.

Aos finais de tarde, das janelas do centro comunitário pude observar os movimentos das crianças correndo e brincando, as reuniões nos “quintais” ou em frente às casas, os jovens reunidos à beira do campo, enquanto outros jogavam, assim como os ensaios de quadrilha (mês de junho) organizados pelo professor Francisco junto às crianças da escola. A aparente tranquilidade percebida logo na chegada ao povoado deu lugar a uma movimentação constante, como se houvesse um pacto de que todos os finais de tarde as crianças e jovens tivessem que se deslocar para momentos de brincadeiras, danças e jogos marcando momentos de grande sociabilidade. Com o passar o tempo, pude perceber que no período do dia de maior insolação as reuniões ocorriam no entorno das casas, nos “quintais” devido à proteção brindada pelas sombras das árvores, somente ao final da tarde é que outros espaços passavam a ser ocupados como o campo de futebol.

Durante a realização das trinta e três entrevistas na comunidade surgiram situações inesperadas diversas, como o registro da presença de pessoas doentes na família, outras em trabalhos de limpeza nos quintais, batendo açaí, consertando utensílios domésticos, costurando, cuidando de crianças e dos afazeres domésticos. As entrevistas ocorriam no interior das unidades domésticas, nos quintais, em barraquinhas, em frente às casas, o que permitiu acompanhar alguns aspectos do cotidiano dos grupos. Alguns entrevistados por constituírem famílias recentemente constituídas (mais jovens) ou com pouco tempo de permanência no território, demonstraram pouco envolvimento quando perguntados sobre o povoado e as relações com os recursos. Outras situações foram momentos de concentração, atenção, diversão e encanto, com relatos emocionantes, cantorias, gargalhadas e reclamações, sempre entremeados por uma xícara de café ou por lamentos em não ter o que oferecer.

As entrevistas podem ser apropriadas como ferramenta para abstrair análises etnográficas que estão para além das narrativas, como aponta Malinowski (1976). O autor considera também, que este empreendimento constitui-se em tarefa árdua e melindrosa, pois além de tentar interpretar os indícios materiais e visíveis, o pesquisador deve ter habilidade para entender nas tramas sociais, aquilo que está no campo das ideias, nos mapas mentais da subjetividade humana como elementos determinantes na definição de comportamentos e ações. Ressalta também, que estas análises são respaldadas pelas informações colhidas

somente no cotidiano da comunidade, no registro de emoções que podem ser sentidas somente por quem tem a oportunidade de vivenciar as entrelinhas do convívio social.

Em 2010, em consulta ao site do ITERPA estavam registradas trinta famílias à época da titulação. Todavia, verifica-se inconsistência de informações em relação ao quantitativo de famílias que vivem na atualidade em Santa Rita da Barreira, pois, outro registro aponta trinta e cinco famílias. Durante a pesquisa de campo foram entrevistadas trinta e três famílias. Em observação mais específica pude contabilizar trinta e oito unidades familiares, o que não parece o número real, pois algumas casas estão em fase de construção, outras são habitadas esporadicamente por familiares em processo de mudança para a comunidade. Em outros casos, os moradores das casas não foram encontrados por estarem desenvolvendo atividades em outras localidades. Destaca-se a existência de “habitações de agregados” recém construídas, por filhos e filhas ou parentes próximos que não foram contabilizados nas estatísticas oficiais do ITERPA. Esse detalhe é importante para refletir a limitação do território titulado em relação às necessidades do grupo.

Outra ferramenta importante na elaboração deste trabalho foi à construção de “croquis” elaborados conjuntamente com alguns membros da comunidade e, posteriormente, o georreferenciamento do território com o uso do GPS nos dias 23, 24, 25 e 26 de agosto de 2010. O que se enquadra na *cartografia de esboço* e nos chamados *mapas participativos* como aportes metodológicos que aqui foram utilizados de forma adaptada.

Portanto, os entendimentos, apropriações e utilizações das elaborações de Acserald (2008), nas metodologias sobre etnomapeamentos, foram utilizadas, não com a mesma rigorosidade das técnicas dos “mapas participativos” e nem do projeto “Nova Cartografia Social” a qual se refere o autor, mas foram referenciadas por estes procedimentos. Através de pequenas reuniões, observações feitas no território e levantamento de dados ao longo das entrevistas, foram sendo desenhados gradualmente os pontos importantes a serem registrados no território, sempre partindo das indicações dos agentes sociais que passaram a recuperar parte das referências relacionadas aos locais de uso e manejo do território que foram sendo modificadas ao longo do processo histórico.

A utilização da foto-imagem da área a qual está situada o “território quilombola” – disponível no site do ITERPA – com a indicação da delimitação cartográfica do território representada por uma forma geométrica (polígono irregular), permitiu que membros da comunidade sinalizassem os limites e demais áreas de uso do território. A foto-imagem foi impressa e o grupo passou a referenciar também o trajeto a ser seguido no território para

registrar os pontos no GPS, procurou-se seguir os mesmos pontos registrados pelo ITERPA e intercalando-os com outros pontos para conferir a veracidade da forma geométrica.

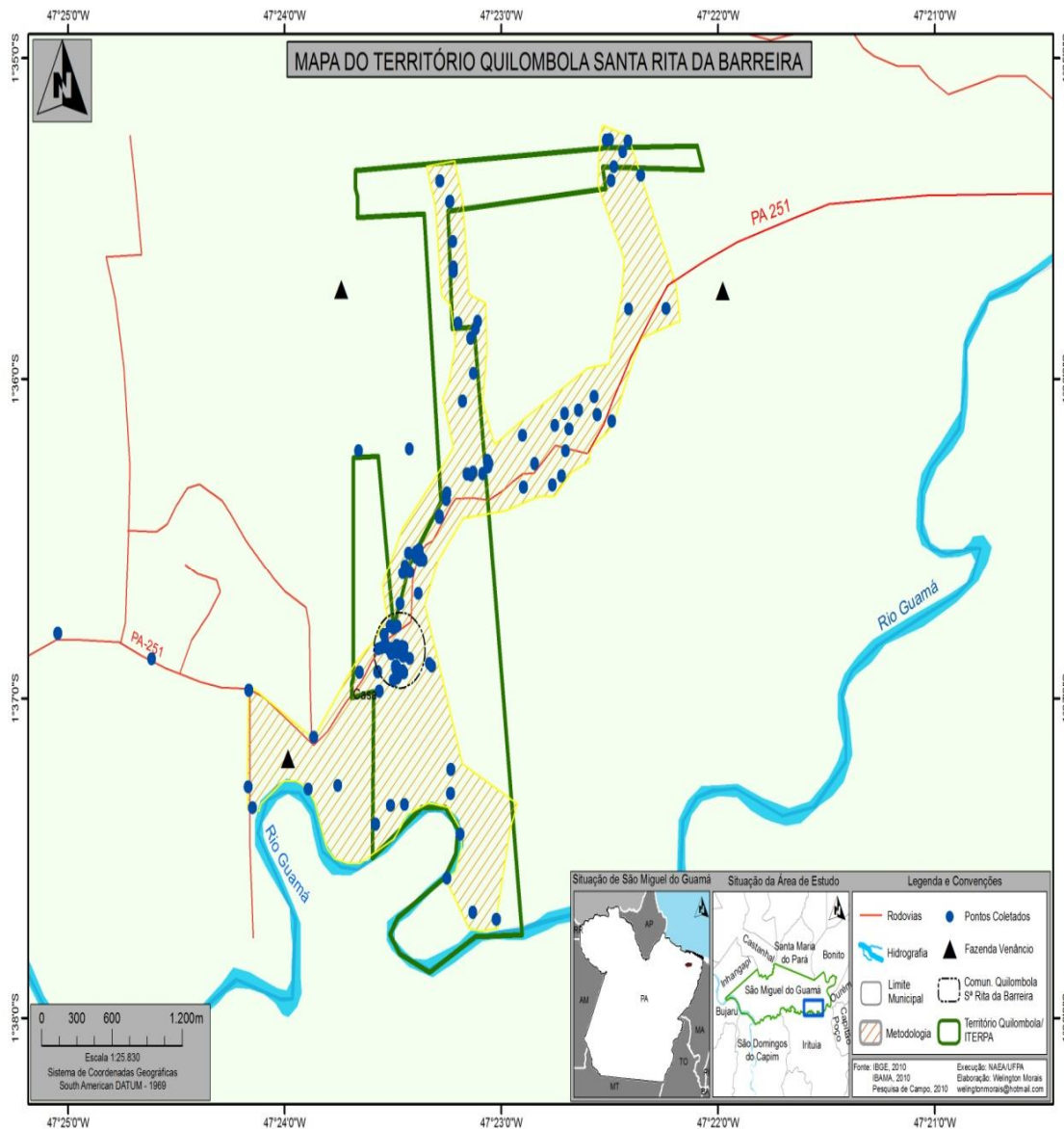
Os dados cartográficos levantados sinalizam o mapeamento das mudanças e permanências ocorridas no tempo e no espaço. As mudanças apresentadas demonstram a relação entre diversidade, disponibilidade e escassez, interferindo nas modalidades e regras de uso (trocas, preservação, comercialização, regulação, compartilhamento e consensos), que causam um movimento aleatório para além do território titulado. Existem diferenças no tamanho entre os pontos georreferenciados pelo ITERPA e aqueles conferidos nesta pesquisa. O Decreto 3.572/99 no artigo 3º que regulamentou a Lei Estadual nº 6.165, de 02 de dezembro de 1998, define que:

Entende-se por terra ocupada, para os fins deste Decreto, a ser delimitada, medida e demarcada, aquela necessária à reprodução física o sócio-cultural dos grupos remanescentes das comunidades dos quilombos, englobando os espaços de moradia, de conservação ambiental, de exploração econômica, das atividades sócio-culturais, inclusive os espaços destinados aos cultos religiosos e ao lazer (PARÁ, 1999).

A metodologia com aproximação à concepção de “mapas participativos” aplicada na pesquisa demonstra um acompanhamento mais específico das estratégias e práticas de uso por parte das famílias no território em relação ao uso de igarapés, cultivo de roças, formação de trilhas para deslocamento, caça, pesca e extrativismo madeireiro e não madeireiro para uso doméstico e coleta de frutos e sementes sinalizando o extrapolamento da configuração cartográficas oficiais.

As determinações do Decreto Estadual, citado acima, contrastam com a situação verificada na imagem abaixo que demonstra o roteiro seguido no processo de registro dos pontos cartográficos feitos em campo, ao longo do território e sinaliza outro desenho no mapa oposto, a figura geométrica que representa o território quilombola de Santa Rita da Barreira titulado pelo ITERPA em 2002:

Mapa 2 – Pontos cartográficos utilizados na metodologia de elaboração dos etnomapas.



Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2010/ITERPA 2010/ IBGE 2010/ IBAMA 2010.

Nota: Os pontos coletados demonstram que as famílias continuam usando outras terras para o uso de igarapés, roças, caça coleta, pesca e extrativismo demonstrando que as fronteiras estabelecidas no território titulado em 2002 são insuficiente às necessidades de reprodução social.

As metodologias não convencionais para descrever as disposições dos grupos étnicos, disponibilidade dos recursos, ameaças e as estratégias de uso constituem, segundo Ascerald (2008), um importante instrumento para se atingir uma visão tridimensional do território e subscrever as dinâmicas e variações que envolvem as disputas no território. Ainda, elas permitem melhor aproximação às técnicas, conhecimento e modalidade de manejo específica desenvolvidas pelos grupos étnicos em seus modos de vida podendo contribuir de forma significativa para a reorientação de políticas públicas que pretendem salvaguardar os bens



comuns. Como observa ainda o autor, a elaboração dessa cartografia alternativa, ou etnocartografia devem seguir movimentos não convencionais, para a elaboração de um instrumento que possa dar visibilidades aos processos sociais presentes no território.

O autor registra ainda que, as orientações para a elaboração dos “mapas participativos” podem seguir várias metodologias, como o uso da *cartografia de esboço* em que alguns membros previamente selecionados elaboram rascunhos sobre o território a partir da observação e da memória, reproduzindo símbolos presentes nas características da paisagem, como a que foi utilizada neste trabalho. Outra técnica metodológica utilizada, com base no mesmo autor, foi à utilização do *GPS* para indicar e confirmar posições no território apontadas pelos membros da comunidade a partir do esboço cartográfico e das referências de localização e coordenadas, com base na latitude e longitude dos pontos selecionados.

A primeira sessão de trabalho para elaborar o esboço cartográfico, a definição do trajeto a ser seguido e finalmente fazer os pontos no *GPS*, iniciou-se no dia 23 de agosto até o dia 26 do mesmo mês. Para a realização desta tarefa contou-se com o apoio fundamental do Sr. Alcindo, que conhecia o território e participou dos estudos referentes à titulação do território quilombola pelos técnicos do ITERPA.

O deslocamento da comunidade Santa Rita da Barreira até a sede do município de São Miguel do Guamá foi feito através de motocicleta, outros trajetos ao longo do território foram feitos através de longas caminhadas ou com o uso de canoas. Os pontos cartográficos registrados através do *GPS* tiveram como início o igarapé Patauateua, localizado próximo à sede do município e no início do “ramal Barreira”, os demais pontos registrados ao longo do mesmo “ramal” foram identificando as vilas, igarapés e indústrias de cerâmicas e as áreas de extração antiga.

Muitos igarapés que cortam o “ramal Barreira” não servem diretamente à comunidade apenas os igarapés “Açu”, “Tucunaré” e “Mururé” estão inseridos ao território quilombola e desembocam no “rio Guamá”, que em sua margem esquerda faz limite com a comunidade e também tem uma importância significativa para a existência das famílias que lá habitam.

Algumas famílias ainda dependem exclusivamente da disponibilidade destes recursos hídricos para a prática de pesca, banho, deslocamento, armazenamento da mandioca, lavagem de roupas e, em alguns casos, até para beber água já que nem todas as unidades domésticas dispõem de “água encanada”.

A etnocartografia permite entender o movimento e as formas de domínios e usos estabelecidos no território e ainda, indicar algumas inconsistências em relação à área definida pelas fronteiras, linhas imaginárias e demarcações dos órgãos oficiais em relação às



verdadeiras necessidades e modalidades de uso do território pelas famílias presentes no território, como no caso da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.

Vários entrevistados reclamam que a água “está ruim” e que os igarapés estão “diminuindo”. As motivações para as mudanças que estão comprometendo a disponibilidade deste recurso estão relacionadas à abertura de vias, ao encanamento dos igarapés, retirada da vegetação das cabeceiras dos igarapés, extração de insumos para a indústria ceramista, represamento e desvio dos córregos nas fazendas do entorno, conforme verificação em pesquisa de campo e relato dos entrevistados.

A utilização da etnocartografia permitiu também mapear os lugares relacionados às referências históricas, que na memória dos anciões tem como marcador do tempo e espaço a “Barreira Antiga”. Neste local, hoje pertencente ao complexo de terras do Sr. Venâncio Cardoso, próximo à comunidade e às margens do rio Guamá, foi possível referenciar a “castanheira centenária” que indicava um dos acessos ao antigo povoado, e o local onde existiu o “porto antigo” onde se realizam as trocas, vendas e compras do que era produzido e coletado pelas primeiras famílias. Não foi possível mapear outros pontos indicados pelos entrevistados, como três casarões pertencentes à “Velha Joça”, antiga matriarca do povoado, e a “igreja antiga” devido não haver mais indícios materiais, pois a área foi vendida pela “velha Joça” e os tratores retiraram tudo tornando a área hoje inacessível e tomada pela capoeira densa.

Logo depois, em caminhada “mata adentro”, passou-se ao registro dos marcos definidos pelos técnicos do ITERPA quando do processo de demarcação do “território quilombola”. Entre estes pontos oficiais, foram registrados outros para conferir o desenho cartográfico referente à área titulada. Ainda no interior da mata, foram mapeadas as áreas de várzeas, concentração das principais espécies vegetais, pontos de extrativismo, caça, pesca e os “portos” que são caracterizados por pontos específicos às margens do rio Guamá, onde é comum encontrar canoas (amarradas em árvores) e pedaços de madeira serrados prontos para serem transportados.

Nas áreas de várzeas foram mapeados também o local de criação dos porcos (distantes das roças) e finalmente alguns filetes e furos de igarapés que deságuam no rio Guamá. Nos locais indicados se pratica a pesca com “visor” e linha e anzol. Estes espaços de uso comum são regulados pelas famílias no que se refere aos calendários das atividades extrativistas no inverno e no verão, ao período de pesca, à retirada de madeiras, à colocação de armadilhas, ao uso das canoas, à distancia das criações em relação às roças, para que as mesmas não sejam destruídas, e ainda a coleta de frutos, sementes, ouriços, palhas e demais vegetais.

Ao longo do trajeto percorrido, percebeu-se a pluralidade de atividades desenvolvidas no território em diferentes ambientes: terra firme, várzea e o rio Guamá. Em cada situação exige-se dos agentes sociais, que usufruem diretamente destes recursos, um conhecimento específico e o desenvolvimento de técnicas e processos de regulação dos usos sociais dos recursos naturais. A existência das famílias, suas modalidades de reprodução social e a montagem de estratégias de domínio do território, estão diretamente relacionadas à disponibilidade de recursos naturais. Desta forma, a várzea representa a biodiversidade enquanto o rio e a mata recursos pesqueiros e da fauna, portanto, não há como pensar o território quilombola sem a interação dos membros das unidades domésticas com o território.

O mapeamento dos locais onde se realizam as atividades permitiu entender também os atos e as ações que permeiam as formas de saber, fazer e criar dos quilombolas de Santa Rita da Barreira, objetivadas a partir de práticas de manejo que se atualizam geracionalmente. Trata-se de diversas formas de domínios do território que remontam às elaborações e ressignificações feitas no tempo. Lévi-Strauss (1962), em seu método estruturalista, tenta demonstrar que as relações mais profundas entre os elementos da cultura, desvendam as estruturas que sustentam os valores e costumes e, neste caso, explicam as formas de uso e apropriação dos recursos naturais.

Estes conhecimentos da vida material, que o autor denominou “*ciência do concreto*”, são fundamentais para entender as peculiaridades étnicas e culturais baseadas no *lugar*. Desta feita, entende-se que suas existências estão diretamente relacionadas às dimensões culturais, econômicas e sociais, vinculadas às formas como manejam o meio natural, baseadas em condições apropriadas do solo, relevo, rede hidrográfica, disponibilidade, incidência e disposição de espécies da flora e fauna utilizadas.

A partir das atividades de mapeamentos do território, foram elaborados quatro etnomapas sobre a comunidade quilombola Santa Rita da Barreira. O primeiro etnomapa, demonstrado anteriormente, procura identificar e sustentar a metodologia aplicada no georreferenciamento do território, assim como, demonstrar as inconsistências cartográficas existentes entre o processo de demarcação e titulação do “território quilombola” e etnomapeamento feito em campo com referência às formas de usos sociais dos recursos naturais e a extrapolação das “linhas cartográficas” e do desenho geométrico elaborado pelos técnicos do ITERPA.

O segundo etnomapa procurou focalizar os pontos referentes à mudança do “arraial” da “Barreira Antiga” para um local mais distante do rio Guamá, onde se inaugurou na década de 1960 a referida “comunidade” de Santa Rita da Barreira. Este desenho cartográfico

demonstra ainda o movimento das famílias no território a partir de processos históricos relacionados à disputa da terra e à luta pela permanência no território.

O terceiro etnomapa refere-se às áreas de uso dos recursos naturais (igarapés, roças, várzea, quintais, hortas, floresta e o rio) e às atividades econômicas em fazendas e, principalmente, à extração de insumos para produção ceramista que comprometem a conservação e preservação destes recursos.

O quarto etnomapa pretende demonstrar o contraste e as implicações entre a distribuição das famílias no território e os locais onde foram instalados os projetos e programas oriundos de políticas públicas.

Quanto à documentação encontrada e pesquisada em São Miguel do Guamá, os documentos oficiais foram buscados na Biblioteca Pública, Prefeitura, Paróquia, Associação das Indústrias Ceramistas e Secretaria de Meio Ambiente Municipal. A permanência na sede do município ocorreu entre os dias 20 e 24 de setembro de 2010 hospedado em hotéis (diária 30 reais), além de outras oportunidades anteriores referentes ao ano de 2009, por estar prestando serviços às instituições educacionais no município. Em todas as organizações públicas fui bem recebido, mesmo que não tenha conseguido avanços na Secretaria de Saúde nem na Secretaria de Educação, em ambos os motivos foi à ausência do Secretário. Na Associação das Indústrias Ceramistas de São Miguel tive a informação de que não existem dados sistematizados sobre a produção da Cerâmica no Município.

Outros documentos oficiais foram analisados, como a Lei Orgânica do município (1990) e o Plano Diretor (2006), que contraditoriamente não fazem referências às comunidades quilombolas existentes no município. Pode-se considerar que tais dispositivos já surgiram com problemas de defasagem e ainda se encontram engessados por não apresentarem qualquer indício de atualização, o que denuncia também um descaso por parte da gestão pública municipal em relação aos direitos dos quilombolas.

O Livro *“Novos Rumos, novos sangues e finalmente o progresso”* (1980) organizado por Maria Santos et al (1988), professora da rede municipal de ensino, também foi utilizado. Neste livro não existe referência bibliográfica, apesar de apontar elementos importantes para entender o processo de ocupação e as transformações infra-estruturais relacionados ao comércio, serviços e ampliação da malha viária no município, não faz menção aos quilombolas de Santa Rita da Barreira. Na sede municipal foram feitas entrevistas com a Secretária de Meio Ambiente e o Engenheiro Florestal sobre os problemas e limitações que envolvem o trabalho de fiscalização, controle e regulamentação para tentar dirimir os problemas sócioambientais que afetam as áreas verdes do município e os demais recursos

naturais. As narrativas dos entrevistados remetem a sérios problemas relacionados à falta de infraestrutura para a realização do trabalho e a indiferença por parte das autoridades locais em relação à prática das atividades ceramistas potencialmente poluidoras.

O Trabalho Conclusão de Curso (TCC) de Linagraça Brito (1989), sobre o potencial turístico do município, trouxe várias fotografias das décadas de 1960 e 70 sobre o centro da cidade, a orla, o porto às margens do rio Guamá e a produção da malva, permitindo entender algumas práticas econômicas antes existentes em São Miguel do Guamá, isto no momento em que o porto ainda era bastante movimentado. Procedeu-se a leitura do TCC de Maria Santos et al (2005), sobre a produção ceramista, em que são observadas algumas notas explicativas sobre os efeitos negativos da produção no município. Outro TCC consultado é de autoria de Ana Maciel (2005), o qual descreve a história de Santa Rita da Barreira. Nele reproduziu algumas narrativas sobre o modo de vida da comunidade em tempos pretéritos, assim como alguns aspectos das atividades culturais e econômicas desenvolvidas pelas famílias.

O livro *“Centenário dos Barnabitas”* apresenta algumas observações sobre a atuação da igreja católica na região, com referências às primeiras ações voltadas à colonização da margem do rio Guamá, sob a orientação dos missionários e importantes trabalhos dos grupos indígenas – Tembés – que habitavam a região. Neste mesmo livro são feitas referências às ações missionárias do padre Barnabita Ângelo De Bernardi a partir da década de 1930, foi um agente da igreja católica atuante na região nordeste do Pará que realizou obras na comunidade Santa Rita da Barreira relacionadas à organização de orações, sacramentos, festividades e construção da Igreja. Na Paróquia dos padres Barnabitas foram encontrados, também, registros de batismo e nascimento de escravos do século XIX, o que sinaliza oportunidades para outras pesquisas no município relacionadas à demografia escrava na região e temáticas afins.

No cartório 1º Ofício do município de São Miguel do Guamá foram levantadas informações em documentos referentes à compra e venda de terras na área, conhecida como “Barreira”, onde se localiza a comunidade e as terras do Sr. Venâncio Cardoso que estão no entorno. Essas transações de compra e venda de terras identificadas indicam maior concentração na década de 1980. Não foram consultados outros períodos, pois segundo os funcionários que atuam na instituição, este cartório já sofreu três incêndios, por isso muitas informações foram perdidas, o que prejudicou maior apreensão sobre o processo de ocupação, distribuição, compra e venda de terras no município anteriores a década de 1980.

Outras tentativas de reunir informações foram realizadas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Regional de Belém para

confirmar as informações adquiridas no Cartório de São Miguel do Guamá, entretanto não existe qualquer registro em relação às terras adquiridas pelo mencionado Sr. Venâncio Cardoso. A presunção é de irregularidade no processo de apropriação das terras sob sua posse que estão margeando a terra titulada de Santa Rita da Barreira. Tal situação remete aos problemas de regularização fundiária e especulação do mercado de terras, fato muito comum na Amazônia.

Os dados foram expostos ao longo do trabalho em forma de quadros estatísticos para relacionar com as informações coletadas na comunidade Santa Rita da Barreira e com as elaborações teóricas, em concordância com o pensamento de Marrou (1978, p.60): “*A pesquisa das fontes associa-se intimamente à exploração da bibliografia do assunto*”. Algumas informações foram formatadas em gráficos e tabelas e utilizadas ao longo do trabalho para cotejar com considerações presentes nas narrativas, documentos oficiais e ponderações de autores ou análises próprias. A bibliografia selecionada procurou uma interação de conceitos e concepções teóricas de diversos campos do conhecimento como história, antropologia, sociologia e geografia tentando promover um exercício interdisciplinar com vias a tentar ampliar reflexões sobre a possibilidade da etnohistória enquanto viés teórico-metodológico de pesquisa.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro é referente à caracterização histórica do município de São Miguel do Guamá, com a preocupação em demonstrar as frentes de colonização que orientaram o processo de fundação desse município e à atuação dos missionários, portugueses e a colonização da terra com ênfase na importância do Rio Guamá. Esta síntese histórica procurou recuperar também alguns aspectos da trajetória socioeconômica, pertinente à construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) ocorrida nas últimas décadas do século XIX e final da primeira metade do século XX, quando se projetou a construção da BR-010 (Belém-Brasília) e a intensificação das mudanças infraestruturais do município.

Ainda neste capítulo, foram analisados os projetos agrícolas e agropecuários para a Região Bragantina e outras atividades econômicas (madeira, produção de arroz, juta, fumo, cerâmica) que ajudaram a entender parte dos problemas socioambientais que ainda afetam o município. Alguns mapas foram utilizados para demonstrar a localização geográfica do Município de São Miguel e da Comunidade Santa Rita da Barreira.

Neste capítulo, a etnohistória permite compreender o processo de formação do povoado de Santa Rita da Barreira no sentido de tentar recuperar, através da memória, situações sociais referentes ao povoado “Barreira Antiga”, posteriormente, a formação de

Santa Rita da Barreira e Associação dos Moradores de Santa Rita da Barreira até a condição de “Comunidade” Quilombola Santa Rita da Barreira. Nesse exercício procurou-se entender os costumes e tradições existentes “*nos tempos da velha Joça*”, quanto às distâncias das roças, atividades culturais como o “boi-bumbá”, as festividades religiosas (São Benedito, Santo Emmanuel, Santa Rita), as “novenas” e “ladainhas”, além das atividades econômicas pretéritas entendidas pelos mais idosos como períodos de fatura, com a produção da malva, arroz, tabaco, criações de porcos e as trocas comerciais, antes e depois do “ramal”.

Ainda sobre o processo de mudanças ocorridas na trajetória da comunidade foram analisadas as etapas do processo de “titulação” do território com destaque aos momentos de disputa, demarcação e conflito. Com esse mesmo intuito analisa-se a situação social das famílias e seus laços de solidariedade, etnicidade, parentesco e compadrio. O mapeamento das relações de gênero e de trabalho surge da quantificação de mulheres, homens, jovens e adultos por unidade familiar, migrações e retorno para a comunidade Quilombola.

No capítulo II, apresentou-se a descrição e análise das formas diversas de uso comum do território com referência nas práticas comunitárias, enfocando a produção na roça (principalmente da mandioca) e outras formas de consumo, distribuição e intercâmbio relacionados à “produção invisível”, as quais as estatísticas oficiais não contabilizam.

Utilizou-se também da etnografica para definir algumas mudanças, permanências e modalidades de caças, pescas, criações, extrativismos e roças, definições e variação no calendário de atividades, além de inventários de espécies e práticas de agricultura. Alguns pontos de roças foram mapeados para entender à distribuição da agricultura no território, às áreas de concentração e dispersão, à distância ao arraial, aos igarapés e às criações. Completou-se com dados sobre as atividades extrativas de insumos para a indústria ceramista, no sentido de avaliar as ameaças e as estratégias desta atividade no território.

A análise específica sobre a “etnografia dos quintais ou terreiros quilombolas” enfocando as diferentes definições e estratégias de usos múltiplos destes espaços no cotidiano das famílias, foi representada em relação aos cuidados com a limpeza das áreas de jardins e destinação do lixo (queima e enterro), lazer para crianças, aniversários, reuniões e comemorações, defesa, comodidade e segurança alimentar. Os “quintais” ou “terreiros”, foram interpretados como espaços de sociabilidade para o recebimento de visitas e relatos de “causos”, extensão da casa para lavar, guardar, cozer, descansar, banhar, comer e trabalhar, área que serve de proteção para crianças, circundantes e adversidades climáticas, local de consumo com hortas, crias e frutos, fonte de espécies etnobotânicas para as práticas de cura e banho com plantas medicinais.

No capítulo III foram integrados argumentos sobre as ameaças ao acesso e disponibilidade dos recursos naturais, junto às tentativas de redefinição das práticas de usos e costumes dos quilombolas da Barreira no território. Além disso, procurou mapear as implicações referentes ao processo de concentração da terra por parte de fazendeiros e o “estrangulamento” das famílias no território. Sinalizou-se também o processo de “enfraquecimento da terra”, bem como, os sinais de esgotamento dos recursos naturais no entorno da comunidade devido às atividades econômicas de grande monta (fazendas, cerâmicas, áreas de extração de areia, seixo e argila). O uso da etnocartografia permitiu registrar os pontos de extração de insumos para a produção ceramista, a localização das indústrias ceramistas do entorno, as áreas de extração antiga e os pontos de retirada da mata do entorno.

Analisou-se o etnomapa construído e as questões relacionadas ao envolvimento das famílias nos projetos e programas alocados na comunidade a partir das políticas públicas, assim como seus desdobramentos relacionados à renda e diferenciação social, as condições físicas das unidades domésticas, distribuição das famílias no território, formas de transportes e estratégias de organização e articulação política. Objetivou-se neste capítulo investigar as questões referentes ao período pós-titulação no sentido de perceber as relações estabelecidas entre as famílias quilombolas de Santa Rita da Barreira com as instituições, técnicos, ceramistas e fazendeiros do entorno e outros agentes sociais.

No referido capítulo foram indicados os desafios para pensar o etnodesenvolvimento com referência as políticas públicas e privadas voltadas à comunidade quilombola Santa Rita da Barreira. Isto foi feito a partir da problematização dos projetos, a saber: a canalização da água, apicultura, “mecanização” da casa de farinha, “Tele-centro”, ampliação da sede comunitária, capacitação para a cadeia produtiva da mandioca, “viveiro de mudas”, gerenciamento de crédito, educação profissionalizante, bolsas e programas. No georreferenciamentos dos projetos presentes no “território quilombola” observou-se uma concentração dos mesmos no “arraial” da comunidade e a exclusão de algumas famílias localizadas em pontos mais distantes.

A análise dos projetos e programas oriundos das políticas públicas instaladas na comunidade quilombola Santa Rita da Barreira, tem como referência as determinações legais do “Programa Brasil Quilombola” e as referências conceituais sobre o etnodesenvolvimento no que concerne ao cumprimento das necessidades e particularidades apontadas a partir do grupo étnico. Contudo, as intervenções públicas mapeadas sinalizaram inconsistências e indiferenças em relação às limitações físicas do território, ao esgotamento dos recursos, ao

crescimento do número de famílias e as ameaças de indisponibilidade dos recursos, além de que, se observa a falta de comunicação e articulação entre as Secretarias municipais, estaduais e federais responsáveis pelos programas e projetos que chegam à Santa Rita da Barreira.

Da mesma forma, foram analisadas as normas regulatórias editadas pelo ITERPA a partir do “Plano de Utilização do Território” e as implicações teóricas e práticas com a aprovação da condição de “Território Estadual Quilombola de Santa Rita da Barreira” em que foram apresentadas responsabilidades ecológicas, sociais e jurídicas, ou seja, direitos e deveres, sem levar em consideração a etnohistória, as formas de domínio, as ameaças aos recursos e o modo de vida das famílias quilombolas no território. De outro lado, observou-se as inúmeras oportunidades que podem ser entendidas como pressupostos ao “etnodesenvolvimento” como fatores endógenos pensados a partir do “território étnico” e com ações diretas das famílias quilombolas, em conjunto às iniciativas públicas e privadas no sentido de se fomentar a autogestão dos recursos naturais e reprodução social.

As considerações finais dedicam-se a retomar os problemas, questões norteadoras e hipóteses propostas nas páginas iniciais da presente dissertação, à medida que expõe uma apresentação e análise sobre os resultados da pesquisa. As considerações finais procuraram propor e sinalizar a partir do referencial teórico e dos dados coletados em campo, quais os desafios, distanciamentos e inconsistências presentes nas políticas públicas voltadas a comunidade quilombola Santa Rita da Barreira, com vistas a indicar reflexões e outras possibilidades para pensar ações mais comprometidas com as políticas de etnodesenvolvimento.



## **2 - LÓGICAS DE OCUPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM SÃO MIGUEL DO GUAMÁ E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA RITA DA BARREIRA**

*Quem subia foz acima o rio Guamá encontrava um “travessão” ou cachoeira onde surgia o histórico povoado que ostentava o título de cidade, fundada em 1758, por Dom Frei Miguel de Bulhões da Ordem Dominicana e Bispo-Governador da Província do Pará. (BARNABITAS, 2003, p. 67).*

As primeiras ações do governo português direcionadas à ocupação do médio rio Guamá remontam ao século XVII no momento em que administradores coloniais, militares e religiosos ampliavam o domínio e a exploração de recursos, submetendo várias nações indígenas. A uberdade e a riqueza em madeiras das terras às suas margens mobilizou os primeiros colonos portugueses que se haviam instalado em Belém, sede da Capitania depois de 1616, à margem direita do rio Guajará<sup>13</sup>.

O governo da Capitania concedeu grande número de sesmarias à margem do Guamá, e aos frades do Convento do Carmo, a conhecida fazenda Pernambuco. Palma Muniz (1916), o descreve como um rio “sumamente habitado no século XVIII” o que se intensificou depois que Luiz de Moura o subiu até a vila de Ourém, construída em 1727.

As doações de sesmarias, como indica Bezerra Neto (2001, p. 56), foram feitas em nome de: “Antônio Costa Fernandes, em nove de junho de 1773; Antonio Luis Coutinho, em 29 de novembro de 1737; Antônio Pacheco, em 16 de junho de 1734; e Agostinho Domingues de Siqueira, em 1º de junho de 1743” (2001, p. 57). Precisamente, foi no sítio desse último colono que Frei Miguel de Bulhões, na visita pastoral de 1758, instalou uma freguesia invocando a imagem de São Miguel e mais tarde a igreja matriz em torno da qual se alinhavam as casas.

As concessões de terras se sucederam “Na região do Guamá, por exemplo, Manoel Monteiro de Carvalho, em 1739, requereu ao governador José Serra a concessão de três léguas, no rio Guamá, sendo pleiteado com duas léguas”, destaca Bezerra Neto (2001, p. 57). As concessões eram justificadas para “montar engenhos e cultivar o solo” com utilização do escravo indígena. Após a emancipação dos indígenas essa força de trabalho foi substituída pelo escravo de origem africana. Vicente Salles também salienta importância do negro africano para o processo de colonização da região:

Desde o início da colonização foi à região do Guamá, Capim, Acará, Moju e adjacências o mais importante centro econômico da Amazônia, com base na lavoura de gêneros exportáveis – sobretudo arroz, fumo, cacau e cana-de-

<sup>13</sup> O rio Guamá recebe nesse trecho o nome de Guajará.

açúcar. Aí se estabeleceram os maiores engenhos, as maiores fazendas agrícolas. Aí, portanto se concentrou o maior número de escravos. (SALLES, 2005, p. 300).

Outros agentes e instituições também atuaram no processo de ocupação da região, como no caso das ordens religiosas que, segundo Gurrão (1999), após a fundação do convento de frades do Carmo em 1758, o frei Miguel de Bulhões anunciou a construção de uma freguesia às margens do rio Guamá com o domínio de “60 braços” de terras por doação do Sr. Lourenço Malheiro Corrêa proprietário da “Fazenda Pernambuco”. Bezerra Neto descreve que:

Nas terras particularmente banhadas pelas águas dos rios Guamá e Capim desenvolveram-se alguns importantes engenhos, entre os que haviam surgido naquela época. No Guamá, por exemplo, Lourenço Malheiro Corrêa havia sido ‘abastado proprietário da Fazenda Pernambuco’, da qual fez doação aos carmelitas. No século XIX esta fazenda já era conhecida pelo desassossego da sua escravaria que, vez por outra, não somente se lançava abertamente pela luta de seus ‘direitos’, como dava acolhida a escravos fugidos de outros senhores, como ver-se-á posteriormente. (BEZERRA NETO 2001, p. 57).

Os religiosos das ordens do Carmo e Dominicanos atuaram na organização das missões e, como afirma Velho (1972, p.18): “Serão eles que reunirão índios em aldeias que darão origem às cidades mais antigas do Pará, localizadas particularmente na Zona Bragantina”. A Igreja Matriz de São Miguel do Guamá, pertencente à ordem Dominicana, tornou-se um ponto de referência para a localidade e orientou a construção das principais ruas, portos e obras públicas com o trabalho compulsivo de indígenas e escravos negros.

Indígenas e negros, na condição de trabalhadores escravos, passaram gradualmente a tecer laços de solidariedade, cumplicidade e também relações de conflitos que lhes permitiram elaborar estratégias de sobrevivência e autonomia frente às adversidades.

A sede da freguesia de São Miguel – rebatizada de São Miguel da Cachoeira – foi representada por João Palma Muniz como estando situada:

À margem direita do rio Guamá em frente a uma pequena cachoeira, que lhe deu nome também, a 1 grau 42’ três de latitude sul e a 4 graus 14’ 16” de longitude ocidental do meridiano do Rio de Janeiro. (ANNAES DA BIBLIOTECA E ARCHIVOS PUBLICO DO PARÁ, 1916. P. 704).

Posteriormente ocorreram mudanças político-administrativas<sup>14</sup> e a freguesia passou para Distrito integrante do município de Ourém, mais tarde alçada a categoria de vila. O

<sup>14</sup> Gurrão (1999) registra que ao longo do processo histórico a localidade em expansão permaneceu como freguesia até a independência do Brasil 1822 e em 1833 foi anexada a Ourém. Em 1873 foi elevada a categoria de Vila emancipando-se de Ourém, já em 1890 foi reconhecida como “cidade” através do Decreto nº. 344 sob vigência do “Regime Republicano” instalado desde 1889. Ferreira (2003) refere-se aos antecedentes que marcaram as diferentes configurações territoriais até chegar à definição geográfica atual. O autor esclarece que a divisão administrativa em 1911, estabeleceu a existência de dois Distritos: Sede e Santana. Na divisão territorial

documento alude ainda que na linguagem indígena “guamã” significava “rio onde chove”. As margens e o rio Guamá e afluentes representaram espaços de atividades socioeconômicas que sustentaram o processo de ocupação e colonização da região.

Nesta abordagem tenta-se perceber indícios para uma etnohistória local a partir das interpretações das informações relacionadas com as estratégias de ocupação, não apenas as fomentadas por autoridades públicas ou empreendimentos privados. Focaliza-se estrategicamente a atuação de indígenas e negros, assim como de outros agentes sociais no processo de domínio e transformação do território. Busca-se entender as relações culturais, sociais e econômicas estabelecidas entre estes grupos étnicos e outros sistemas culturais, a partir da agricultura, extrativismo, pesca, caça e as redes de comércio e troca que marcaram o processo de formação de vilas e povoados.

Investigar a trajetória dessas formações sociais possibilita revelar outras histórias de ocupação, uso e domínio do território. Uma destas realidades específica é a dos grupos negros do povoado de “Barreira” às margens do rio Guamá.

Dentre as diversas fontes a serem consultadas que apresentam estudos específicos sobre a história da Amazônia, os registros dos “viajantes” ainda continuam sendo uma boa referência para revelar aspectos específicos referentes à flora, fauna e aspectos físicos e humanos das regiões. Os registros de Wallace do século XIX tornam-se oportunos neste momento para entender tais aspectos da região. Vejamos o caso do viajante que resolveu fazer uma rápida viagem aos rios Guamá e Capim para certificar as informações coletadas em Santa Maria de Belém do Grão Pará sobre a “pororoca” que ocorria no rio Guamá: “Tendo ouvido falar muito a respeito da “pororoca” que ocorre no rio Guamá, por ocasião, das marés, resolvi fazer uma pequena excursão, para fins de verificar isso de visu” (WALLACE, 1939, p.134), comenta o autor.

A pororoca é um fenômeno das águas que ocorre nos rios Capim e Guamá e outros rios da Amazônia e tem como característica uma elevação extraordinária de ondas que saem arrastando tudo. Em seu registro sobre a “pororoca” o viajante faz a seguinte descrição: “Cerca de 30 milhas acima de Belém a ‘pororoca’ começou. A ‘pororoca’ veio, contudo, subitamente irrompendo em fôrma de uma onda, correndo rapidamente rio acima e

---

de 31 de dezembro de 1936 e 1937, São Miguel do Guamá passara a ser formado por cinco Distritos: Guamá, Bonito, Caju, Urucuri e Urucuriteua. Em nova divisão territorial ocorrida em primeiro de junho de 1995 o Município passou a ser constituído pelo Distrito Sede (São Miguel do Guamá), Caju, Urucuri e Urucuriteua, assim permanecendo.

quebrando-se em espumas ao longo de todas as praias e baixios de rio.” (WALLACE, 1939, p.136). Indígenas e negros que transitavam pelos rios Guamá e Capim em canoas conheciam bem os efeitos devastadores de tal fenômeno.

No seu diário, comenta que foi acompanhado por um ex-escravo chamado Luís, que tinha experiência em viagens com fins científicos e grandes habilidades na prática da caça e pássaros: “ele acompanhou Sr. Natterer o tempo em que estive no Brasil (16 anos) fora comprado no Rio de Janeiro menino. Quando o Sr. Natterer deixou o Pará em 1835, deu-lhe a Alforria”, ( WALLACE, 1939, p.132). E mais adiante destaca: “Sua função era caçar, ajudar a depenar pássaros e preparar outros animais, ele agora possui um pedaço de terra e já economizou o suficiente para comprar um casal de escravos” (WALLACE, 1939, p. 133). Wallace deteve-se na biografia do Luís, que foi cuidadosamente descrito com suas habilidades com os pássaros sobre os quais detinha conhecimentos nada comuns.

Luiz nasceu no Congo é alto e robusto. Luiz era um ótimo caçador vagava pelas matas, desde manhã até a noite ia a grandes distancias, e , ao voltar, trazia-me quase sempre lindos passaros [...]Arranjou-me logo alguns bonitos cardeiais palradores, “urucúas” de peito vermelho, tucanos, etc...” [...] Conhecia as moradas e hábitos de quase todos os passaros e sabia imitar-lhes perfeitamente os piados e cantos, afim de atraí-los para perto de si e assim poder mata-los (WALLACE, 1939, p.133).

O conhecimento prático por parte dos escravos, em alguns casos, afrouxou a relação com seus senhores e extrapolou a condição de submissão. Desloca da ordem e do castigo para a intermediação mais próxima às práticas de serviços especializados por parte dos primeiros, criando confiança e reciprocidade entre ambos. Senhores e escravos, muitas vezes, suplantaram as normas da sociedade escravista e os escravos viram nessas oportunidades outros sentidos de liberdade, como no caso apontado pelo viajante em que a alforria ao escravo Luís fora dada pelo seu antigo proprietário. Estas modalidades de alforrias podem ser comparadas a outras situações que envolveram a liberdade de escravos e aquisição de terras na Amazônia por doações, vendas, compras, conquistas jurídicas, revoltas ou mesmo ocupação por abandono de terras por parte dos proprietários.

Em pesquisa de campo foi identificado pelos entrevistados o lugar onde se formou o povoado, referenciado nas narrativas dos mais velhos como “Barreira Antiga”, localizado à esquerda do rio Guamá. Há no local indícios do antigo porto usado pelas famílias que ali habitavam. Do lado direito do rio Guamá existem algumas ruínas, as “escadinhas”, que segundo os entrevistados pertenciam a um casarão de propriedade de famílias portuguesas do período colonial.

À margem direita do rio Guamá encontra-se um local chamado “Engenhoca” e mais adiante a referência ao “Porto São Jose”. Seguindo em direção ao igarapé Patateua uma vila também registra o nome “São José”.

A narrativa da viagem de Wallace refere-se à fazenda “São José” no rio Capim de propriedade de um português chamado Sr. Calisto. De fato, a narrativa do viajante mostra similitudes históricas que ajudam a compreender os processos sociais que marcaram a ocupação e domínio das margens do rio Guamá e do rio Capim. O registro sobre a fazenda “São José” fica como um empreendimento econômico excepcional situado no rio Capim:

Afinal, alcançamos “ São José”, fazenda de propriedade do sr. Calixto, para quem eu trazia também uma carta de apresentação. Ele havia, pouco antes, concluído ali a instalação de um engenho para beneficiar arroz, bem como a construção de grande armazéns, que os melhores e as mais modernas construções, que já vi nesta região.

Tudo era feito de pedra, e o moinho, ligado as outras construções por meio de arcos, estava situado no centro, ficando a um lado dele os armazéns e oficinas, e do outro lado a residência do proprietário.

O Sr. Calixto possuía cerca de cinquenta escravos, de todas as idades, e cêrca de outros tantos, índios, que tabalhavam nas lavouras de cana e arroz, nos moinhos e a bordo das canoas. Ele fabricava açúcar e cachaça, de preferência esta última, que oferece maior margem para lucros.

Alí mesmo, realizava ele toda sorte de serviços: tinha sapateiros, alfaiates, carpinteiros, ferreiros, construtores de canoas, pedreiros, quer escravos, quer índios, alguns dos quais sabiam mesmo fabricar bôas fechaduras para portas, malas e caixas e vários utensílios de folhas-de-Flandres e de cobre. (WALLACE, p.138-139).

A riqueza de informações apresentadas revelam o quantitativo de negros escravos ao que parece muito frequente na região desenvolvendo atividades e ofícios juntamente com indígenas na fabricação de cachaça e no cultivo de culturas diversas. Havia também a produção especializada em oficinas onde manejavam e aperfeiçoavam técnicas de engenharia, metalurgia e carpintaria permitindo a construção de instrumentos de trabalho, engenhos, residências e demais utensílios voltados ao uso doméstico ou pessoal como portas, malas e caixas. O mundo do trabalho neste momento referenda a participação direta destes agentes sociais não apenas como executores, mas também em atividades que exigiam a elaboração, planejamento, organização, fiscalização, manutenção e monitoramento.

Paralelamente a estes serviços desenvolvidos no interior das propriedades índios e negros foram indispensáveis para garantir a sobrevivência em uma região predominantemente cercada por florestas densas. Seus conhecimentos fizeram a diferença no deslocamento, transporte, alimentação, localização e manejo em um ambiente predominantemente natural onde ocorreram as mudanças e transformações da paisagem sob a lógica da colonização.

Em uma das situações o viajante relata: “Os outros índios lá deveriam demorar uns dois ou três meses. Tudo que os índios levavam, resumia-se em sal, pólvora e chumbo”

(WALLACE,1939 p.152). A situação registrada demonstra a autonomia que os indígenas tinham em relação ao domínio de ambientes naturais a partir de um conhecimento específico atualizado a cada geração e repassado a negros e outros agentes sociais na Amazônia.

Sobre as estratégias e conhecimentos práticos, Wallace (1939, p. 148), comenta na transcrição abaixo:

Tendo eu dito que desejavam muito obter uma coleção de peixes, os quais desejava conservar em alcool, êle mandou imediatamente, alguns índios fazer represas (conhecidas como 'túpico de cacurís' nos igarapés, para envenenar a água, enquanto outros iam pescar, á noite, com linhas, arcs e setas.

A melhor maneira de apanhar peixes de várias espécies e em maior variedade, era por meio de uma grande rede de arraste, de 50 a 60 jardas de comprimento. Um dia saímos em duas canoas, com uns 20 negros e índios, os quais nadavam com a rede, fazendo um círculo, extendendo-a em seguida e arrastando-a para a praia.

O sr. Calixto havia resolvido mandar alguns de seus índios a um pequeno rio, que corre dentro da mata, especialmente para pescar; iam também com o encargo de salgar e secar toda a carne de caça, e bem assim trazer vivas algumas tartarugas, as quais são abundantemente encontradas ali.

As estratégias de pesca e conservação registram novamente a participação efetiva de índios e negros que conheciam os aspectos mais íntimos da natureza e que geralmente não envolvia a participação de crianças o que garantia a reprodução do tal conhecimento para outras gerações. A narrativa registra também a existência de uma riqueza da fauna aquática demonstrada com a disponibilidade de tartarugas “abundantemente encontradas ali”, referindo-se a um pequeno rio. Em outras passagens o viajante relata também sair em busca da “arara verde-azulada” e cita a captura de veados, algumas aves grandes e macacos. Atualmente, estas espécies são dificilmente encontradas no território.

Parte deste conhecimento tradicional é reconhecido em muitas comunidades e grupos étnicos na Amazônia, como no caso dos quilombolas de Santa Rita da Barreira, que desenvolvem práticas e estratégias de uso dos recursos naturais característicos do seu modo de vida. Notadamente são práticas de cultivo, cura, alimentação, pesca, artesanato.

Estas práticas sociais explicam parte do processo histórico no lugar e estão marcadas pelo estreitamento das relações sociais pluriétnicas, troca de valores culturais, interrelação de conhecimentos e manejo de recursos naturais, que gradualmente vieram sendo reproduzidos em seus modos de vida, nas formações sociais dos povoados e vilas que paulatinamente foram dando formas ao desenho cartográfico da região.

Entende-se que a reunião de grupos familiares formados por índios e negros e demais agentes sociais localizados, próximos ou distantes das fazendas dos seus senhores, concretiza os processos de territorialização que garantiram sua permanência e autonomia no território, ao mesmo tempo que sua reprodução social às margens do rio Guamá, como no caso do povoado

“Barreira Antiga”, que se configurou como um ponto de referência para entender a formação do território quilombola de Santa Rita da Barreira.

O lugar conhecido como “Barreira Antiga” destaca-se na memória dos mais velhos por representar uma espécie de entreposto comercial, que era denominado “Porto da Barreira”. Ali se transacionavam vários produtos e era escoada também, parte da produção extrativa, da pesca, cultivo em roças, artesanato dentre outras atividades.

O fluxo de mercadorias, pessoas e embarcações ao longo do rio Guamá justificava-se pela produção desenvolvida nas fazendas, nas roças, na pesca e no extrativismo praticado por famílias indígenas e negras que se deslocavam através dos rios, detendo-se em pequenos portos e embarcações à beira do rio Guamá. A dinâmica da agricultura do vale do Guamá e do Capim é observado por Wallace, que descreve a fartura das terras:

Algumas vezes, fomos percorrer os seus canaviais, embarcados na dita canôa (feita sem nenhum prego e de uma única árvore), tripulada por oito negrinhos e meninotes índios, remadores os quais estavam sempre prontos para tal serviço.

Este ano seu canavial estava muito viçoso. Tinha o comprimento de milha e meia por um quarto de milha de largura. Cortam-no oito estradas, todas elas, de cada lado, plantadas de bananeiras e de abacaxis.

Informou-me que quando esses frutos amadureceram (na quadra de cheias), os seus escravos e índios podem apanhá-los á vontade, e nunca conseguiram acabar com eles todos.

Conjuntamente, era, entretanto, além de sua bonita vista, uma amostra da superabundancia produzida por um sólo fertil, sob um sol tropical.

A sede da freguesia de São Miguel do Guamá, às margens do rio, também tinha o porto como principal referência de comércio, recebimento, troca e transporte de mercadorias e pessoas estabelecendo, portanto, uma conexão com a produção de diferentes localidades e regiões, já que o rio Guamá constituía-se como principal via de acesso entre o Maranhão e Santa Maria de Belém do Grão Pará.

Nesse circuito comercial, inúmeros empreendimentos foram desenvolvidos a partir de atividades múltiplas em áreas abertas, em pequenos povoados e vilas, por grupos de famílias, individualmente e em grandes propriedades como no caso demonstrado nos relatos de Wallace. Em seus registros, o viajante deixa transparecer as relações tensas entre senhores e escravos ao observar as estratégias de controle executadas pelo Sr. Calixto sobre seus trabalhadores. Wallace (1939, p. 139):

Contou-me ele que, nos seus serviços, os escravos e os índios trabalham juntos, e é por essa fôrma que se consegue melhor e maior rendimento de trabalho dos últimos, do que por qualquer outro sistema.

Os índios não se submetem à disciplina, quando tabalham sós; porém, quando trabalham juntamente com os escravos, que tem horas certas para a começar e

deixar o serviço, bem como tarefas marcadas para realizar, êles se submetem a todas as exigências, executando alegremente as mesmas obrigações. O Sr. Calixto me assegurou que ele compra escravos, mas, nunca vende nenhum, senão como última punição, por conduta incorrigivelmente má.

A estratégia do trabalho em conjunto, deliberada e imposta pelo proprietário, lhe permitia alcançar o disciplinamento e controle sobre os trabalhadores indígenas e a mesma regra funcionava em relação aos escravos. Assim, conseguia maior disciplina de ambos, os primeiros, explica Calixto, aceitando horários e ritmos, com menos resistência, e registra: “eles se submetem a todas as exigências, executando alegremente as mesmas obrigações”. O Sr. Calixto estava obstinado em ter a disciplina dos indígenas e o controle da conduta dos escravos, entre esta a rebeldia e a fuga. A aproximação social de ambas categorias de trabalhadores lhes permitia tecer estratégias e cumplicidades, que muitas vezes desdobraram na formação de mocambos ou resistências de dimensão política maior, como no caso da *Cabanagem*<sup>15</sup>, iniciado em 1835, que contou com a forte participação de índios e negros contra os poderes constituídos, exercidos pelas elites portuguesas na região.

Muitas situações eram resolvidas através de negociações que permitiram em alguns casos o afrouxamento das normas e castigos e a ampliação da autonomia de índios e negros frente a seus senhores, revelados em pequenas conquistas relacionadas à permissão para visitar parentes, realizar rituais, cultivar roças, coletar frutos, pescar, caçar, constituir famílias ou ampliar o tempo de descanso, dentre outras exigências, que podem explicar a maneira autônoma<sup>16</sup> quando constituíram seus próprios espaços e obtiveram reconhecimento frente aos outros sistemas culturais na região.

Velho (1972) sustenta que, algumas comunidades quilombolas ou mocambos, suscitaram práticas sociais, demarcadas por manifestações em busca de reconhecimento e direitos, construindo relações de solidariedades políticas com grupos de etnias diversas. Estabeleceram interrelações comerciais, simbólicas e sociais com as comunidades próximas, com fazendeiros ou mesmo outras organizações quilombolas, vilas e povoados garantindo amplas redes de trocas e reconhecimento. O autor aponta que alguns grupos amocambados ou

<sup>15</sup> Salles (2005) aponta que a participação do negro na Cabanagem foi autônoma e rendeu várias lideranças políticas populares, no caso da região agrícola do Guamá a fazenda Pernambuco foi palco de lutas e levantes de escravos que se configuraram em um dos episódios mais sangrentos da “Cabanagem”.

<sup>16</sup> No que se refere às reivindicações e manifestações autônomas de negros no Grão Pará Gomes (1993), verificou a constituição de diversos *campos negros* vivenciando relações complexas com a sociedade dominante. Os aquilombamentos se caracterizavam por formas de protestos reivindicatórios constituídos por escravos pertencentes a uma mesma localidade e/ou fazendas, sendo, na maioria das vezes, cativos de propriedade de um mesmo fazendeiro. Envolvidos em situações que podiam durar alguns meses e até mesmo anos, esses escravos aquilombados reivindicavam para garantir o direito de negociar ou mesmo ampliar suas autonomias perante seus senhores.



aquilombados procuravam fixar-se não muito longe dos locais onde pudessem efetuar trocas mercantis diversas. Com frequência, os quilombolas desenvolveram práticas econômicas integradas à economia local, atreladas às relações sociais complexas que podiam contar com a participação de “taverneiros” e escravos de outras regiões.

Os grupos étnicos que habitavam a região desenvolveram relações socioambientais, culturais e simbólicas a partir de seus modos de vida criando, refazendo e reproduzindo técnicas, conhecimentos e construções simbólicas. A estratégia de organização coletiva e familiar permitiu a elaboração de domínios específicos sobre a natureza com referência ao uso comum do território. As vivências coletivas, necessárias à sua existência, estabeleceram configurações sociais voltadas à apropriação dos recursos que diferia dos interesses de colonizadores, missionários, iniciativas privadas ou incentivadas pelo Estado.

Até pelo menos o final do século XIX, o rio Guamá e seus afluentes configuraram-se como as principais vias de acesso e deslocamento para região nordeste do Grão Pará e foi o principal canal pelo qual se desenvolveram as relações sociais que explicam a formação de municípios como São Miguel do Guamá, Ourém, Irituia e Bragança. O rio Guamá foi um importante celeiro de recursos hídricos, florestais, minerais e animais para aqueles agentes sociais frequentemente invisibilizados como indígenas, ribeirinhos e quilombolas, migrantes e os denominados “caboclos”, que constam nos registros estatísticos sobre uma “zona densamente povoada”.

As referências aos recursos hídricos aparecem com destaque na descrição cartográfica dos limites geográficos do município de São Miguel do Guamá apresentada em 01 março de 1915 conforme determinações da lei 1.285:

- *Com o município de Ourém:* por uma linha partindo das nascentes do rio caeté, seguindo a linha da cota máxima da vertente esquerda do rio Mururé, indo terminar a margem do meridiano que marca a medida da distância da foz do rio Irituia e a Villa de Ourém.
- *Com o município de Irituia:* pelo thalweg do rio Guamá, até a foz do igarapé Jurujaia.
- *Com o município de São Domingos da Boa Vista:* pelo thalweg do rio Guamá até a sua junção com o rio Capim e pela thalweg do rio Guamá, até a divisória das águas afluentes as margem direita de Bujarú, afluente esquerda.
- *Com o município da capital:* por uma linha reta traçada do ponto da margem direita do rio Guajará, fronteira a foz do rio Bujaru, até a extremidade sul da linha do oeste dos terrenos pertencentes ao instituto Santo Antonio do Prata ficando seis quilômetros aquém do ultimo ponto.
- *Com o município de igarapé Assu:* por uma linha paralela a antiga estrada telegráfica para Bragança, a distancia de seis quilômetros para o sul, a principiar do ultimo ponto do limite do município da capital, até encontrar o prolongamento para o sul da estrada telegráfica de salinas para Capanema.
- *Com o município de Bragança:* por uma reta desse ultimo ponto da linha precedente até as nascentes do rio Caeté. (ANNAES DA BILBIOTECA E ARCHIVOS PUBLICO DO PARÁ 1916, p.708).

Sobre a diversidade de igarapés que cortavam o município de São Miguel do Guamá Linagraça Brito (1989), contabiliza doze igarapés (Açú, Acaputeua, Ajará, Arajó, Caruateua, Castanhal, Caxiu, Cuxui-Miri, Jurujaia, Maritaira, Mururé e Taciteua), como afluentes ao rio Guamá. Refere-se a seus limites partindo das extremidades do sul ao norte com a cidade de Ourém e em sua margem direita em sentido Oeste com o rio Capim. Dentre as ramificações hidrográficas citadas pertencentes ao município do rio Guamá os igarapés “Açú” e “Mururé”, são importantes para tentar recuperar parte dos processos sociais, construídos pelos negros que viviam no povoado da “Barreira Antiga” e depois comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.

Nessa zona, Brito (1989) registra a predominância de algumas espécies como seringueiras, copaíbas, cacaueiros e sumaumeiras em matas de várzeas e ressalta também a diversidade de trepadeiras em áreas de mata de igapó no entorno da cidade. Muitas espécies, informa a autora, eram utilizadas em destinações diversas, para a comercialização no mercado madeireiro, alimentação, remédios, construção de utensílios domésticos e fabricação de casas. Aponta ainda que até a década de 1980, grande parte das casas na sede município de São Miguel do Guamá eram feitas de “taipa” (60%), seguidas de construções de alvenarias (40%) e ao longo das ruas encontravam-se algumas espécies de acácias e castanholas arborizando a cidade.

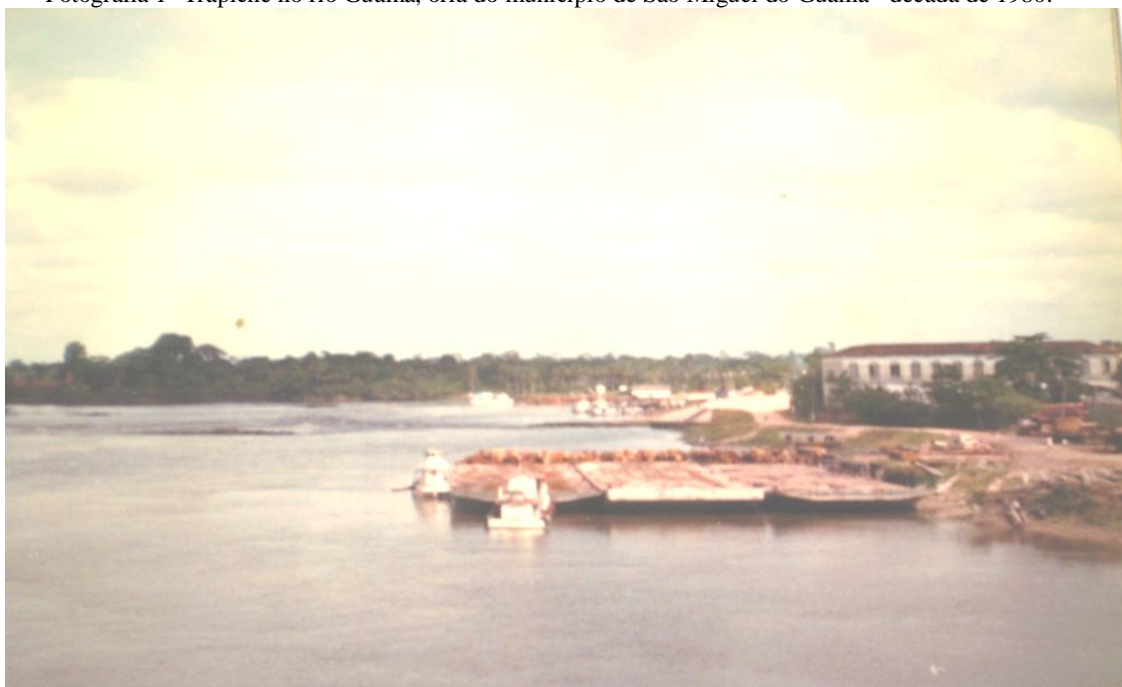
Na sede do município às margens do rio Guamá, assevera a autora, o “trapiche municipal” concentrava o movimento de pessoas e mercadorias em um fluxo de embarque e desembarque em balsas e pequenas embarcações que traziam e levavam a produção agrícola e extrativismo vegetal proveniente de pequenas localidades ribeirinhas e de municípios vizinhos. Dentre as atividades econômicas que movimentavam as localidades vizinhas, cidades e finalmente o porto estavam a produção familiar da farinha de mandioca, milho, feijão, arroz, malva, pimenta do reino, banana e laranja, como vinha ocorrendo desde o período colonial. A pecuária com espécies bovinas, suínas, equinas e galináceas era exportada para outros estados como (Goiás e Maranhão) e o setor extrativista com ênfase na comercialização de madeiras de lei como cedro, mogno, andiroba (dentre outras), palmito e carvão vegetal.

Em relação ao setor de extração mineral, destaca Brito, a extração de seixo, areia e argila (com a forte utilização do calcário), sendo frequente encontrar a produção em olarias, que gradualmente passaram a ganhar maior envergadura, expandindo para o setor de materiais para a construção civil, tijolos e telhas de barro. A confecção e comércio destes produtos

remontam ao período colonial e tiveram índios e negros como pioneiros deste tipo de atividade, entretanto, passaram a ser produzidos em larga escala no final do século XIX quando iniciaram os melhoramentos em relação às embarcações e vias de acessos terrestres.

Os meios de transportes se multiplicaram com a construção de embarcações em ferro, balsas, maquinário, oficinas e também aumentaram a atração de investimentos por parte de industriais, financiadoras e fazendeiros de diversas regiões, inclusive de fora do estado do Pará. O escoamento da produção ocorria principalmente através de balsas e navios, mesmo depois da construção da Estrada de Ferro Belém/Bragança (EFB) no final do século XIX o porto ainda representava o principal centro de transações financeiras e garantiria o alcance da comercialização para lugares distintos da federação como São Paulo, Pernambuco e Maranhão. Na fotografia abaixo se percebe a atracação de balsas no porto principal no momento em que grande parte da produção gerada no município era escoada por via marítima:

Fotografia 1- Trapiche no rio Guamá, orla do município de São Miguel do Guamá - década de 1980.



Fonte: Brito (1989)

Nota: Na fotografia, as balsas e barcos ancorados na orla do município de São Miguel do Guamá registram a dinâmica do porto no final da década de 1980 já com fluxo reduzido devido à importância que a BR-010, ou “Belém/Brasília”, passou a ter para a região a partir da década de 1950. Atualmente, grandes embarcações não transitam mais pelo rio Guamá por conta do assoreamento do perímetro próximo ao município, o trapiche recebe pequenas embarcações e resume-se a utilidades voltadas à balneabilidade, turismo e pesca.

O epicentro das práticas de comercialização estava no porto e os caminhos construídos para facilitar o acesso às margens do rio Guamá, onde ocorriam as transações comerciais,

movimentadas por agentes sociais que se deslocavam de pés, a cavalo, bicicleta e quando possível, de veículos motorizados adaptados aos transportes coletivos conhecidos como “*paus de arara*” fazendo surgir várias vicinais e contribuindo para o “redesenho” das configurações cartográficas do município. Como registra Costa et al (1988, p.30):

Por esse motivo, a população resolveu construir com suas próprias mãos uma estrada que passava pelo Bonito e que pertencia ao Guamá. [...] Antigamente os comércios guamaenses eram todos localizados às margens do rio Guamá, para facilitar o recebimento de mercadorias vindas de nossa capital através de grandes balsas.

As transformações geradas pelas intervenções do poder público e privado, como os projetos agrícolas, a expansão das redes viárias e os incentivos aos empreendimentos industriais geraram grandes mudanças no setor urbano e atingiram também as comunidades próximas. Empreendimentos particulares e políticas públicas desconsideraram o fato de que grande parte das famílias que viviam à beira de rios, povoados, vilas ou formações sociais afins tinha outras lógicas de organização e modo de vida, muitas vezes, colidentes às pressões e transformações oriundas da expansão das atividades mais complexas voltadas ao modelo capitalista dominante.

Os agentes sociais, sempre presentes nos processos sociais cotidianos, como indígenas e negros foram sendo afastados e gradualmente invisibilizados<sup>17</sup> perante as transformações maiores que ocorriam no município de São Miguel do Guamá. As atividades diversas que desenvolviam a partir da organização de um sistema de uso comum ocupando as margens de “ramais”, vicinais, margens de rios e igarapés, praticando o extrativismo, produções agrícolas em roças, foram sendo escamoteadas frente aos grandes negócios. Estes grupos passaram a ser vistos como obstáculos pelas autoridades e grupos econômicos que perseguiram outra lógica de ocupação e uso dos recursos com interesse em explorar e extrair as riquezas em curto prazo com vistas ao lucro imediato.

As mudanças relacionadas às vias de acessos terrestres ao município de São Miguel do Guamá têm como primeiro marco histórico a construção da EFB no início da década de 1880. Ainda que os trilhos da estrada de ferro não tivessem cortado diretamente o município de São Miguel do Guamá, pode-se considerar que o mesmo ficou na área de influência do empreendimento. Novamente foram sintomáticas as conseqüências sobre o município que

---

<sup>17</sup> Estes agentes sociais eram vistos com desconfiança pelas autoridades, como descreve o Relatório de Governo do Vice-Presidente da Província, Ambrósio Leitão, em 1858 ao reclamar a predominância de maus hábitos dos que moravam na região por desenvolverem atividades aventureiras de pequena monta, voltada ao extrativismo em seringais e castanhais, caça e pesca. Na visão das autoridades era extremamente salutar desenvolver um projeto mais contundente para a região Bragantina de forma que se garantisse a fixação de colonos e a apropriação sistematizada dos recursos. Penteadó (1967).

passou a se constituir como um dos pontos de apoio para o projeto, logo foi receptor de movimentos migratórios, serviços e intervenções públicas que atingiram toda a Região Bragantina sob o discurso da “colonização”, “progresso” e “civilização”.

Sobre as mudanças estruturais geradas pela construção da EFB na região Bragantina, Penteado (1967) aborda vários elementos históricos que permitem examinar os reflexos deste empreendimento na reelaboração das dinâmicas sociais e econômicas do município de São Miguel do Guamá. O autor aponta que, antes da ferrovia no trajeto Bragança/Belém o deslocamento na região era feito através de uma rota terrestre que ligava o município de Bragança à Ourém e daí, acessava-se o rio Guamá que desembocava na Baía do Guajará, possibilitando a chegada à Belém, capital do estado. Este trajeto correspondia a 25 léguas, percorridas de seis a oito dias e as autoridades pretendiam minorar o tempo deste percurso com a construção de uma via terrestre que ligasse Belém à Bragança e melhorasse o contato com o Maranhão.

Junto ao empreendimento vieram também os problemas relacionados à perda de áreas verdes no município que passou a receber projetos agrícolas incentivados pelo poder público e ampliados nas primeiras décadas do século XX sob o discurso da “vocação” agrícola. Sobre as atividades produtivas advindas da “terra”, Penteado (1967) em seus estudos sobre a região Bragantina, à qual o município de São Miguel pertencia, sinaliza haver inadequação do solo às atividades agricultáveis ao ponderar que em estudos anteriores, (CRUZ 1955; SIOLI 1951; D’HOORE 1956; GOUROU 1953; CAMARGO 1949), foram identificados na região a predominância de sedimentos arenosos da série das barreiras.

As pesquisas relacionadas pelo autor definiram o solo da região como latos solos amarelo/ alaranjado /concessionário regosol, logo, esta descrição referenda a tendência ao contínuo processo de “empobrecimento” do solo. Com a repeti o sistemática do cultivo, conforme calendário de atividades produtivas referentes ao verão e ao inverno, o solo foi sendo saturado. Com base nestes estudos pode-se entender que não a região não necessariamente dispõe de “voca o” agrícola como insistentemente salientaram grande parte das autoridades públicas e planejadores que defenderam projetos de coloniza o para a região e incentivaram a migra o de “novos agricultores”<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Sobre o processo de ocupa o e coloniza o agrícola da região o autor afirma que as primeiras iniciativas que marcaram a coloniza o nesta modalidade ficaram representadas pelo repasse de lotes para migrantes estrangeiros, principalmente franceses e nacionais, majoritariamente nordestinos, ao longo do percurso da EFB (Benevides, Santa Izabel, Castanhal, Maracanã, Capanema e Bragança), concluída em 1883. Penteado (1967). Muitos destes lotes foram abandonados ou não prosperaram por falta de apoio do governo e foram sendo incorporados em diversas modalidades de aquisi o, algumas das quais irregulares, formando grandes complexos agrários, como no caso das fazendas.

Silva e Comin (2010) assinalam em seus estudos sobre etnopedologia, ser possível atribuir outras referências à identificação do solo, ao se considerar os esquemas de interpretação construídos diretamente pelos agricultores. Salienta que as definições variadas podem estar relacionadas à presença ou não de água, compactação do solo, disponibilidade de material orgânico, despejados por insetos e plantas, e também a cobertura vegetal. Este conhecimento apresenta outros indicadores, como o predomínio de algumas plantas e espécies animais, a coloração da vegetação e a presença de minhocas que podem indicar a maior ou menor acidez ou fertilidade do solo.

A comprovação dos indícios etnopedológicos ocorre pelos manejos diários e técnicas de observação e cultivo dos que acompanham diretamente as mudanças e transformações ocorridas no território, explicam os autores acrescentando que as transformações são motivadas pela retirada de florestas, assoreamento de igarapés e rios, queda de barrancos e extração de recursos minerais causados por empreendimentos de grande monta. As definições acadêmicas relacionadas à identificação de componentes químicos, referentes à fertilidade ou pobreza da terra, não podem estar descoladas das mudanças que incidiram sobre o território e nem podem conceber a disponibilidade, predominância ou carência de determinados organismos no solo ou subsolo como dádivas espontâneas do lugar.

Em tempos passados, e ainda hoje, na chamada “Região Bragantina”, se desenvolveu o cultivo de várias espécies como o milho, café, tabaco, malva, mandioca, arroz, pimenta do reino, feijão, além de espécies frutíferas (coco, cacau, abacate, laranja, manga limão e goiaba). Na década de 1940, o autor registra o aquecimento da comercialização da malva, tabaco, arroz e mandioca como sinônimos de prosperidade, apesar de apontar alguns erros tanto no que se refere ao processo de uso da terra quanto ao apoio logístico da produção financiado pelo poder público.

O cultivo do tabaco, arroz e malva desenvolvidos pelas famílias em terras tradicionalmente ocupadas às margens de rios, várzeas, igapós, igarapés ou os plantios de terra firme – mandioca, frutíferas, café, pimenta do reino, feijão e milho – intensificaram as práticas de troca, compra e venda, alterando gradualmente as modalidades de uso comum e de produção pelas unidades domésticas nos povoados e vilas da região.

A produção predominante da agricultura familiar em regime de roças de maniva de mandioca era e ainda se mantém como o principal cultivo em tarefas (25m por 25m) localizadas em terrenos próximos às casas. Algumas culturas como arroz, malva, tabaco e pimenta do reino que antes representavam o “boom” das atividades agrícolas, hoje estão

sendo abandonadas, como afirmam alguns cultivadores da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira. Eles afirmam que “a terra está fraca” para esse tipo de produção.

Em uma fase nova de incentivos à migração, desta vez centrada especificamente em trabalhadores nordestinos, foram repassados lotes de terras de 25 ha além de instrumentos agrícolas e pequenos percentuais em dinheiro. A migração de trabalhadores nordestinos para a Região Bragantina significou uma profunda alteração da relação destes grupos com o ecossistema, como assevera o autor: “[...] a mata e a agricultura itinerante iria ser o traço marcante da ocupação do solo pelo homem, em quase toda a Região Bragantina”. (PENTEADO, 1967, p. 138). Destaca também que estes trabalhadores após terem retirado a madeira para comercializar, plantavam prioritariamente mandioca e cana:

Com o extrativismo desenfreado e as queimadas, as roças de mandioca e milho, assim como plantações de cana, que se destinavam à produção de cachaça, passaram a substituir as primitivas matas da Região Bragantina, transformando-a naquilo que hoje ela apresenta de mais repelente, como paisagem transformada pelo homem: uma zona de capoeiras raquíticas e macegas. Os mesmos processos agrícolas conhecidos no nordeste foram repetidos na região e o “machado e a caixa de fósforos” simbolizavam bem esta agricultura predatória, que levou à decadência uma das mais promissoras áreas de colonização que o Pará possui, dada a sua invejável posição geográfica em relação ao Estado e à sua capital. (PENTEADO, 1967, p. 139).

A citação acima insiste na responsabilidade do processo de desmatamento de “esta agricultura predatória na região feita pelo trabalho desorientado dos nordestinos”. O geógrafo não levou em consideração que desde o período colonial as práticas agrícolas extensivas e monocultoras ocorriam sob a orientação e incentivo do próprio Estado, fomentando empreendimentos agropecuários, extrativos e industriais. Da mesma forma, observa-se em relação às políticas de incentivo à migração a Amazônia em que o Estado não ofereceu aos trabalhadores condições mínimas de reprodução social e que foram largados à própria sorte sem amparo, ao contrário, do que aconteceu em relação aos incentivos pródigos dados aos empreendimentos pecuários, madeireiros e agrícolas.

Esta modalidade de ocupação da terra definida a partir da demarcação de áreas a serem privatizadas, colidia com as formas diversas de apropriação e uso dos recursos naturais praticados pelas famílias que manejavam as terras tradicionalmente ocupadas na região. Em processos de usos coletivos e comunitários, o território configurava-se num espaço de várias dimensões físicas e simbólicas incoerentes com o conceito de propriedade privada como entendia o Estado e que ainda reproduz em suas “políticas agrárias”. Nessas intervenções os conhecimentos das famílias que já manejavam secularmente a agricultura na região foram ignorados.

Nestes termos Acevedo Marin e Castro (2005) analisam que na região Bragantina no final do século XIX os processos de colonização trouxeram um novo dinamismo provocando um rearranjo de colonos, sitiantes e ex-escravos no território. As modalidades de domínio do território ficaram representadas pelo recebimento de herança, na condição de agregados, ocupação de fazendas abandonadas ou através de afirmações políticas, a exemplo da formação de quilombos. Estes antecedentes foram também desconsiderados pelo governo, que passou a incentivar novos empreendimentos sem levar em consideração os processos sociais e etnohistóricos nas terras tradicionalmente ocupadas por famílias que foram recriando seus espaços e insistindo na permanência e reprodução social no território, lado a lado às intervenções públicas.

Outra transformação ocorrida no município foi a construção da rodovia Belém-Brasília ou BR-010 na década de 1950. Esta obra de infraestrutura intensificou a minoração dos negócios em torno do porto de São Miguel do Guamá e provocou o desaquecimento das atividades comerciais à beira do rio. Neste momento o país projetou políticas públicas e investimentos no setor de infraestrutura e transportes conforme a orientação emanada do grande capital como forma de garantir o escoamento da produção e a integração de regiões no país segundo o discurso do governo Juscelino Kubstichek.

Lessa (1982) considera que as mudanças ocorridas a partir da construção da BR-010 reproduzem mais um capítulo da história da Amazônia em um período de grande euforia política e econômica do contexto nacional. O governo JK durante a década de 1950 projetou uma *política desenvolvimentista* que pretendia desenvolver em “cinco anos” o que se faria em “cinquenta anos”. Em sua política econômica, passou a priorizar o crescimento da infraestrutura no país e a ampliação da malha rodoviária, dentre outros aspectos presentes no ousado projeto de ampliação da infraestrutura do país. Sobre as rodovias salienta que:

Sob o rótulo da *ideologia do desenvolvimentismo* o governo JK pretendia superar as heranças primário-exportadoras exemplificadas dentre outros aspectos pelo redirecionamento dos investimentos em equipamentos do sistema ferroviário, para a ampliação e pavimentação de rodovias e modernização da frota comercial. As rodovias federais e estaduais cresceram vertiginosamente entre 1955 e 1956, houve um crescimento de 47,7% para 351%, apesar de que os planos de expansão estavam voltados para rodovias federais, como salienta (LESSA 1982, p. 39).

O autor destaca ainda, que o “Plano de Metas” pretendia intensificar o desenvolvimento de atividades econômicas que garantissem a “substituição das importações” conseguidas com os investimentos sobre a infraestrutura, destinando como prioridade os setores de energia e transporte ao qual se insere a construção da BR-010. De acordo com Velho (1976), essas mudanças contribuíram para o fenômeno de desmarginalização dos



camponeses na medida em que a produção camponesa passou a ser consumida com maior intensidade pelas camadas mais baixas da população que residia nas cidades em processo de mudança, após a chegada das estradas e o aumento do circuito de compra, venda e transporte.

Grande parte dos agentes sociais em terras tradicionalmente ocupadas como negros, indígenas, ribeirinhos e migrantes, passaram a interagir e intensificar a circulação e reprodução em dois ambientes, no “rio” e na “estrada”. As relações de consumo, comércio e troca deslocavam-se de um ambiente predominante marcado pela “beira-rio” e passavam a transitar a “beira da estrada” mesmo que intercruzando as experiências e redefinindo as noções de espaço e tempo, “o tempo do rio e o tempo da estrada”. A nova dinâmica econômica predominante para algumas famílias ficará por conta do tempo da estrada.

No hino em comemoração ao bicentenário do município de São Miguel do Guamá, em 1958, registram-se duas estrofes que aludem a esses tempos diferentes. O primeiro alude: “Eis nova cidade brotou dos silvados, Altiva e formosa a Pátria integrando”. A outra: “E hoje que as máquinas as matas desbravam/ Ligando o Guamá à crescente Brasília/ Da marcha ao progresso aqui também gravaram/ Semeando esperança em cada família”, Costa et al (1988, p.13). Em ambas salientam-se as expectativas quanto aos benefícios relacionados ao progresso, da BR-010 ao de São Miguel do Guamá. Observa-se também o incentivo ao desflorestamento quando se faz alusão a atuação das máquinas “desbravando” as matas.

Não se pode negar que em São Miguel do Guamá após a construção da BR-010, que “cortou o município ao meio”, houve uma intensificação nas atividades industriais que passaram a concentrar a produção na sede no município e ampliar a concorrência sobre a produção local, antes desenvolvida exclusivamente a partir das estruturas familiares e comunitárias. Ao longo deste empreendimento formaram-se novas relações e interações culturais e socioeconômicas, que ao que parece não incluíram os grupos sociais tradicionais, e favoreceram a continuidades de processos excludentes e formas de ocupação com vistas a beneficiar os macroempreendimentos.

Sobre os esquemas interpretativos, que sempre permearam os projetos de desenvolvimento para a Amazônia, considera Almeida (2008) que o próprio conceito de *degradação ambiental*, foi construído historicamente sob o peso e responsabilidade das formas de viver e fazer das populações consideradas tradicionais na Amazônia. As estratégias utilizadas por indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores e demais grupos étnicos para garantir suas formas de reprodução social, foram reduzidas ao extrativismo como símbolo de atraso, à pequena produção agrícola familiar apontada por estudos oficiais como agricultura itinerante, de baixa

produção, desprovida de técnicas e tecnologias, recorrente a modalidade de corte e queima de áreas.

O autor pondera que grande parte dos projetos destinados à região desconsideraram e excluíram, e ainda invisibilizaram a importância da pequena agricultura familiar, dos modos de vida e das diversas formas de uso dos recursos naturais para a continuidade da conservação e preservação dos ecossistemas. Em nome da modernização e desenvolvimento da região, priorizou-se a pecuária extensiva, a agricultura, a mineração. Com o discurso da viabilidade econômica ou vocação regional, os grandes empreendimentos sempre foram orientados por ações que enveredaram para uma pretensa racionalidade produtiva interligada com o capital diretamente financiada pelo poder público e setores privados. A redefinição do espaço passou a demandar novas relações políticas e sociais envolvendo novos agentes e organizações públicas e particulares. As décadas seguintes foram sinônimas em relação às intervenções que vinha ocorrendo no processo de ocupação em São Miguel do Guamá e em toda região Bragantina.

Os recursos naturais foram sendo destruídos, as fazendas cada vez mais estrangularam as poucas áreas verdes existentes e os grupos étnicos cada vez mais ignorados. As questões político-nacionais sobre os grupos étnicos e “socioambientais” não foram debatidas e incorporadas na gestão municipal. E o que se registra é a atuação de grupos econômicos especializados em serrarias, cerâmicas, pedreiras e atividades afins, ampliando cada vez mais os problemas sociais e ambientais que atravessaram as décadas anteriores.

Os mecanismos de reprodução da especulação fundiária em São Miguel do Guamá se intensificaram com a compra e venda de terras direcionadas à extração de insumos destinados as produções ceramistas. Isto motivou a expansão de empreendimentos novamente sobrepostos ao modo de vida de grupos étnicos locais. Tal como ocorreu com os agentes sociais de Santa Rita da Barreira que ficaram cercados por atividades pecuaristas, madeireiras e ceramistas. Somente na década de 1980 foram registradas vinte indústrias ceramistas legalizadas atuando no município de São Miguel. Este dado foi alterado para quarenta no ano 2010, segundo os dados coletados no Sindicato das Indústrias de Cerâmica de São Miguel do Guamá e região (SINDICER), grande parte dos proprietários é oriundo dos estados do Paraná, Ceará e Espírito Santo ou associados a grupos e empresários de outros países como o Japão.

Na década de oitenta destacam-se entre os empreendimentos instalados no município os seguintes:

Quadro 01- Setores produtivos em destaque no município de São Miguel do Guamá na década de 1980.

<b>Empresas Madeireiras</b>	<b>Empresas Ceramistas</b>	<b>Empresas Agroindustriais</b>
Fama Madeireira Ltda.	Beira Rio Ltda.	Agro Industrial Ltda.
Serraria Guamá.	Três Pinheiros.	Tio Mané.
Serraria São Miguel.	Novo Sul.	Santa Terezinha.
Serraria Osvaldo Araujo e Filhos Ltda.	M. F. Gomes.	Café Dunosso.

Fonte: Adaptado - Costa et. al. (1988).

Hoje, observa-se na paisagem do município de São Miguel do Guamá a predominância da floresta secundária, com eventuais pedaços das matas primárias. Alguns destes raros segmentos de floresta virgem se encontram em posse de quilombolas, indígenas, pescadores e ribeirinhos. Estes grupos mantêm as florestas em pé e os rios vivos, configurando-se como guardiões dos recursos naturais contra a lógica de ocupação e transformação do espaço por parte de agentes que sempre visaram o uso indiscriminado dos recursos existentes no município.

Nos registros dos trabalhos de campo, foram anotadas parte da atuação de empresas ceramistas desativadas, as áreas de exploração antiga onde se realiza a retirada de madeira e de insumos para a indústria ceramista. Da mesma forma que se disciplinou a observação da paisagem para reconhecer os pequenos córregos, igarapés escorrendo por tubulações ou com águas estagnadas sinalizando a perda de recursos hídricos.

Atualmente, a produção ceramista continua com destaque como empreendimento econômico sendo o principal responsável pelo processo de desflorestamento e pela poluição. Observa-se o movimento de veículos em vias e “ramais” transportando madeiras para a indústria ceramista. As espécies vegetais de valor comercial desapareceram e as áreas de várzeas, igapós e igarapés que marcavam os ambientes da cidade foram extintos. O município detém uma elevada taxa de desmatamento, correspondendo a 98% da superfície.

Diversos problemas socioambientais continuam agravando-se pela falta de fiscalização, avanço das fazendas, especulação imobiliária e derrubada desordenada de florestas, causando a destruição de ecossistemas, assoreamento de rios e igarapés e proliferação de focos de doenças. Estas transformações atingem indígenas, negros, ribeirinhos que vivem em vilas e povoados e estão delimitados por esses empreendimentos.

A trajetória das famílias da comunidade quilombola de Santa Rita da Barreira revela outras possibilidades em entender o processo de ocupação e transformação do município de

São Miguel do Guamá, pois comunica as histórias escondidas e as narrativas de homens comuns que relatam outras práticas e processos sociais e etnohistóricos não menos importante na história de São Miguel do Guamá e que não está registrada nos documentos oficiais. Este ocultamento operou sobre a territorialidade específica de “Barreira Antiga” quando o ato de reconhecimento oficial como quilombolas.

Na trajetória histórica das famílias da “Barreira” destacam-se as distintas formas de organização e os processos de deslocamento que os levaram a reelaborações da toponímia e da organização política começando pela “Barreira Antiga”, depois a “Comunidade Santa Rita da Barreira” e mais recentemente a “Comunidade Quilombola Santa Rita da Barreira”. As transformações reproduziram diferentes temporalidades históricas, processos de mudanças e continuidades configuradas a partir de estratégias de resistências e concessões que podem ser interpretadas como estratégias de “territorialidades” para garantir a sobrevivência e autonomia ante os interesses colidentes externados por grupos econômicos e, às vezes, pelo próprio poder público no que refere ao uso e ocupação do espaço.

## 2.1 A “BARREIRA ANTIGA” DA “VELHA JOÇA”

Na história do tempo presente os quilombolas de Santa Rita da Barreira reproduzem a continuidade de um processo de territorialização, de elaboração de identidade étnica e da mobilização política em busca da garantia de direitos que não podem ser ignoradas ao se pensar propostas de intervenções que envolvem as famílias e os recursos naturais.

O caminho a ser seguido para tentar recuperar as experiências e parte dos processos sociais vivenciados pelas famílias a partir do povoado de “Barreira Antiga” é entremeado por observações etnológicas e etnográficas sobre o imaginário, onde é representada a arquitetura do lugar formada pelo casarão, o porto e a igreja.

Outra forma de acionar modo de vida e os valores sociais e culturais que marcaram os processos sociais, que ainda podem ser encontrados, processa-se através das “evidências etnográficas”. Segundo O'DWYER (2002), a evidência ou presente etnográfico correspondem a sistemas de relações sociais abalizadas por processos históricos relacionados ao lugar, à cultura, à linguagem, à memória, aos códigos sociais e à relação de pertencimento que marcam a construção da identidade coletiva de determinado grupo, sem necessariamente terem que apresentar referências arqueológicas ou resquícios materiais que comprovem a existência de um passado comum.

A memória dos mais idosos e os registros feitos por Wallace, também ajudam a descrever com minúcias o rio Guamá no século XX e século XIX num processo de

aproximação e transformação do passado e do presente. O viajante escreveu :“ É este bonito rio, de cerca de meia milha de largura, na parte mais baixa do seu curso [...] Pouca distancia acima da barra, as margens dele são onduladas, vendo-se pitorescas moradas e sítios.”Wallace ( 1939, p. 135). Neste relato comenta a navegabilidade do rio Guamá e a forma de ocupação nos sítios.

E continua com as seguintes observações: “ os caminhos eram agradáveis e podíamos chegar até às roças de mandioca e de arroz, onde encontramos sempre deliciosas frutas, principalmente laranjas. A nossa alimentação constava de peixe do rio, carne de vaca, cozida marreco e arroz”. As experiências de aproveitamento da terra firme e da várzea onde índios e negros cultivavam roças de mandioca e de arroz, plantavam árvores frutais. O centro da observação diz respeito às possibilidades de uma dieta alimentícia completa: proteínas, vitaminas e carboidratos.

Mais adiante argumenta Wallace (1939, p. 137) sobre as construções que se diferenciavam do padrão da colonização portuguesa demonstrando algumas mudanças:

Depois disso, prosseguimos agradavelmente a nossa viagem, uns dois ou três dias mais, notando a diferença que a região fazia no seu aspecto, que se tornava mais aprazível, vendo-se lavouras de cana, de arroz e casas construídas pelos primeiros portugueses que se estabeleceram ali, com bonitas capelinhas, as cabanas dos negros e dos índios em roda de sua propriedades, tudo melhor de aparência e gosto em confronto com qualquer das construções agora erigidas ali.

As roças se entremeavam com as lavouras de cana e de arroz dos antigos sesmeiros. As informações retratam o entorno das lavouras feitas por índios e negros. A aproximação de grupos indígenas e negros cohabitando em espaços comuns e contato direto com os portugueses desmente as teses de isolamento. Acevedo e Castro (2006, p.35) argumentam que a formação de muitos povoados negros: “estão ligados ao surgimento de fazendas e sítios delimitados no primeiro círculo de terras destinadas à plantação de cana de açúcar, algodão, mandioca, tabaco, arroz ou a algumas unidades de fabricação de aguardente de cana de açúcar”. Estas atividades desenvolveram-se ao longo de séculos sob a estrutura do trabalho escravo e fomentaram transformações importantes no que refere à ocupação e formação de vilas e povoados.

Muitos escravos e libertos receberam propriedades a partir de heranças familiares, ocuparam fazendas ou instalaram-se em propriedades abandonadas, enquanto que outros constituíram espaços autônomos como mocambos e quilombos (Castro, 2006). O construto social desses povoados negros, sustenta a mesma autora, está inserido no contexto da formação e composição de parte do campesinato regional. Estes grupos que gradualmente

passaram a usufruir de seus territórios, também foram compelidos a pressões em função das refregas sofridas com os processos de “cercamentos” das terras por parte de grupos de fazendeiros, empreendimentos públicos e empresas agroindustriais.

As narrativas situam a “Barreira Antiga” como lugar de extrativismo, criações e lavouras sob o domínio de portugueses e registram a produção de cachaça. Alguns entrevistados relatam que na “escadinha”, visível do lado direito do rio Guamá e em frente aos limites da área titulada pelo governo do Pará, existia um casarão que pertenceu a famílias portuguesas que comercializavam gêneros no Porto “São José”. Ainda têm as lembranças de falas de seus avós sobre a existência de negros escravos no lugar, muitos, envolvidos em relações de trocas e comércio no “Porto da Barreira”.

Outros relatos apontam que o povoado da “Barreira” localizado às margens do rio Guamá estendia-se até o igarapé Mururé com extensas faixas de terras ocupadas por algumas famílias que tinham o rio e os igarapés como principais via de acesso. Quando possível transitavam por trilhas construídas às margens das áreas alagadas. Por estas trilhas transportavam mercadorias a cavalo ou faziam longas caminhadas nos períodos em que a maré não estava alta. As formas de domínio eram exercitadas ao longo do território e ao que parece não havia preocupação em delimitar terreno, posse ou propriedade privada. O território era entendido como um campo desprovido de “fronteiras” físicas e abarcava dimensões múltiplas da reprodução social e construções simbólicas dos grupos.

Assim, a “Barreira Antiga” é representada como o lugar onde “tudo começou” e a memória constitui o principal instrumento para lembrar as experiências de vida e a formação de valores sociais. Vários deles entram em confronto com as mudanças ocorridas ao longo do tempo e são tencionados pelas famílias mais recentes do povoado. As referências ao passado reproduzem vivências de um tempo de muito “trabalho”, mas também de “fartura” e “liberdade” em que as atividades econômicas eram praticadas com participação coletiva organizadas pelas famílias.

Na narrativa da senhora Antônia, recupera-se a existência de um sítio arqueológico, localizado do outro lado do rio mururé. Entre as visagens e os medos, ela situou as ruínas de um “casarão”, “cabanas”, possivelmente indígenas, e até mesmo a existência de um cemitério dedicado a São Jerônimo, teriam marcado esse momento do processo de ocupação quando existiam os lugares de Ladeira, Cacau, hoje transformado em uma fazenda:

Do outro lado do Mururé perto da Ladeira, né, tinha umas pedras, um resto de casarão enorme e também tinha umas cabanas de pedra, no meio da mata, nós ia juntá tucumã e via lá, acho que era dos índios. Diziam que tinha um mostro que comia criança, era pra gente não ir pra lá. Agora é só fazenda lá, lá perto

do cemitério São Jerônimo. Tinha um cemitério aqui mais ficou abandonado, agora é só capim, não é na Santa Rita, era uma comunidade, mas se acabou. Esse cemitério era do Mururé de um lugar chamado Ladeira, o nome do garapé lá é Arimandeuá. Agora é fazenda, era do Carlinho agora vendeu pro Nenê Miranda primo dele. É pertinho da vila do Cacau. (Sra. Antonia, 58 a.).

As evidências históricas, etnográficas e etnológicas contribuem também para entender parte dos processos sociais estabelecidos no território que desembocaram na desestruturação de uma lógica da dominação colonial senhorial escravista e na ocupação espontânea de terras abandonadas.

A arquitetura desse lugar era composta por três casarões, dois portos e uma igreja, de acordo com as narrativas. Os casarões eram de propriedade da família de Joaquina Vieira Peixoto, considerada a matriarca do povoado, conhecida como “Velha Joça”; a sua imagem é recuperada entre os mais velhos como símbolo de liderança.

A evidência física e arquitetônica do local demonstra apenas uma pequena escadaria que, segundo as narrativas, representa parte das fachadas dos casarões que desde o período colonial eram tidos como referência de hospedagem para viajantes, como talvez fosse o caso de Wallace em sua viagem pelo rio Guamá. Mas eram também locais de compra, troca e venda de mercadorias. Destacam também a continuidade destas práticas comerciais nos portos, às margens do rio, ao se referirem à atuação dos comerciantes conhecidos como “cametaenses” que vinham de longe comercializar: “*Os cametaense vinha pelo rio e trocava muita rua, corte de pano né, andava nas casa, andava até a Barra trocava tamanco*”. (Sr. Raimunda Dias, 70a.). Neste relato descortina-se a ampla rede de comércio entre os rios, ao registrar que as mercadorias vinham de outros municípios (de Cametá) e eram descarregadas em vários pontos.

O igarapé Mururé, situado no outro extremo do povoado, é lembrado como ponto importante no trânsito de comerciantes, embarcações e moradores que também interagem no povoado da “Barreira Antiga” em um movimento contínuo de trocas, compras e vendas.

Os casarões próximos aos portos referendaram-se como pontos antigos de transações comerciais e armazéns de parte da produção local que iam ser comercializadas e onde se organizavam as reuniões, acertos e cálculos sobre o descarregamento das embarcações ou o que iria ser negociado. Os casarões pertencentes à “Barreira Antiga” ficavam à esquerda do rio Guamá, próximo aos dois portos em que fundeavam as embarcações abarrotadas de produtos e comerciantes de rios, conhecidos como regatões, em busca de produtos e mercadorias produzidos pelas famílias do local.

A atuação dos regatões e o comércio às margens dos rios sempre foram frequentes na Amazônia desenvolvidas ao longo do período colonial como aponta Castro (2006, p.14):

Em cada boca de rio ou de um de seus braços, o controle era exercido por um comerciante que ali fincara sua casa de comércio. O domínio do território e do comércio era dado em boa parte pela estratégia de localização nas embocaduras de cursos d'água, válido para toda a Amazônia como um padrão herdado da colonização pela via fluvial.

As relações entre os regatões e os quilombolas são entendidas pela autora em alguns casos como solidariedades comerciais demarcadas por um pacto de silêncio que burlava os ditames da sociedade colonial, pois tais transações não eram reconhecidas pelas autoridades. A negociação era feita sem a intermediação das autoridades redundando em perdas para o fisco, além de que burlavam o controle sobre o monopólio das atividades desenvolvidas na região. De um lado os regatões estabeleciam relações paralelas à disciplina do controle exercido pelas autoridades. De outro lado, índios, negros e ribeirinhos conseguiam de forma autônoma garantir a “fronteira física” e sua reprodução social ao verem seus produtos serem comercializados<sup>19</sup> em outras localidades e províncias distantes.

As continuidades de trocas comerciais no porto da “Barreira Antiga” eram arroz, malva, tabaco, mandioca, feijão, milho consorciadas a outras atividades como o extrativismo de frutas, óleos e madeiras. As atividades agrícolas eram marcadas pela organização das famílias com vistas à preparação da terra para o cultivo e colheita através do sistema de roças como nas primeiras modalidades de ocupação das margens do rio Guamá organizadas por indígenas e negros.

Entender o cultivo comunitário ou familiar oportuniza entender as relações sociais pertinentes às estratégias de uso dos recursos e modalidades de reprodução social nas quais ocorre o envolvimento de todos os membros das famílias. No relato da Sra. Raimunda Dias reconhecessem as experiências de compartilhar entre as famílias que viviam de *roças*:

O trabalho das famílias era o roçado, mandioca, arroz, tabaco. Meu pai trabalhava muito com tabaco, muito mesmo. As mães também trabalhavam de roça. Tinha quatro tarefas de roça. Nós era quatro, meu pai, minha mãe eu e meu irmã a minha família Gama era muito grande, grande mesmo porque

---

<sup>19</sup> Sobre as atividades econômicas e o estabelecimento de relações comerciais entre quilombolas e outros grupos D'Owier (2002) sustenta que ao contrário do que imaginam os defensores do “isolamento geográfico” os quilombos utilizaram como estratégia de garantia do território às transações comerciais estabelecidas a partir da produção agrícola e extrativa fomentadas de forma específica em suas relações com o território. A autora aponta ainda, que tais práticas ajudaram a consolidar as “fronteiras físicas” e “étnicas” entre aqueles que concebiam, acatavam e tornavam viáveis as transações comerciais e os quilombolas que interagiam de forma autônoma e garantiam sua existência enquanto grupo étnico demarcando o domínio sobre o território.



antigamente as mulher não operava. A gente trabalhava com muita malva, mandioca, tinha que colocar na água. Arroz, hoje a terra não presta mais pra arroz, só pra mandioca. A distância da roça para casa era 1.500 metros, carregava no cavalo, na costa. Agora tá perto e isso num foi bom, a terra pra cá é mais fraca, a terra pra lá era amarela, terra bonita, lá dava tudo. E tem muita terra perdida, alagada.

A narrativa expõe informações importantes sobre os solos da “Barreira Antiga” e que se revela como um argumento de etnopedologia. A narradora frisou que se tratava de uma “a terra pra lá era amarela, terra bonita, lá dava tudo” em oposição à Santa Rita da Barreira, onde a terra “é mais fraca” e deixaram de plantar arroz e apenas “presta” para mandioca.

Segundo Almeida (2006), as chamadas roças entre estes grupos étnicos reproduzem um modo de vida que envolve relações econômicas e ecológicas em um processo de interação que permeiam aspectos culturais específicos aos respectivos grupos. As roças, como reforça o autor, constituem um elemento que congrega relações intra e inter familiares que garantem uma unidade sistêmica, marcada pela interligação entre os membros do povoado e os recursos naturais a partir do estabelecimento de calendários agrícolas e extrativos. (citar as páginas, e usar aspas)

Algumas atividades de cultivo eram desenvolvidas por uma única família e demandavam menor complexidade organizacional com manejo em roças menores distribuídas entre duas e quatro tarefas. De qualquer forma evidencia-se a necessidade de disponibilidade, sincronia nos trabalhos, conhecimento e sacrifícios inerentes ao trabalho forçoso que constituía a realização das diversas etapas de preparação da terra para se preparar as roças. O envolvimento de todos os membros da família, inclusive a participação das crianças, eram fundamentais como é destacado pela Sra. Raimunda Rufina:

Eu trabalhei desde pequena, sempre fui da “risca” (trabalho pesado) eu sempre fui perigosa pra trabalhar. A aí com dez anos eu já ‘sabiscava’, a gente não tinha pra onde ir era pra roçar mesmo, não tinha igreja, não tinha reza não tinha nada, só quando chegava o mês de maio que rezavam, a missa só era em São Miguel.

A “Barreira Antiga” é marcada por vivências em que o trabalho familiar envolvia todos os seus membros, de forma integral. Nessa organização e divisão do trabalho cada membro constituiu um elemento importante na execução das atividades, aqui recuperadas através da memória e apresentada como símbolo de orgulho nas palavras da entrevistada.

O Sr. Norato (74 a.) também se refere à produção da farinha e recupera a predominância do trabalho coletivo com envolvimento direto dos membros da família, no caso, destaca a participação de sua esposa nas jornadas extensas de trabalho envolvendo a produção da farinha: *“Ela pilava o arroz, fazia a comida, colocava a comida na cabeça e ia*

*levá lá na roça, sozinha fazia almoço e janta, eu saía cinco horas da manhã e antes de chegá o pessoal, começava o trabalho, eu colocava dez cargas de mandioca na água, só eu e ela*". Como demonstra a narrativa, o universo familiar refletia também sobre as tarefas a serem realizadas.

O trabalho de torrar a farinha era feito no forno de cobre e a essa tarefa se dedicavam todos os membros da família. Quando necessário, arranjavam mais uma porção de gente pra fazer a "farinhada" em que se juntavam de oito a dez homens. Sobre o tempo e jornadas de trabalho, o entrevistado ressalta: "*Eram dois meses trabalhando noite e dia, o fogo não parava*". Na sua lembrança, o trabalho era dividido entre todos: "*uma turma arrancava, outra tirava da água, mexia, uns trabalhavam de dia outros trabalhavam à noite de modo que ao final vendiam até 218 sacos de farinha*".

A produção da farinha registra a dimensão do trabalho exercido pelos membros do povoado e o envolvimento integral da mulher no processo produtivo, desenvolvendo o trabalho ladeado ao homem ou organizando serviços de cunho doméstico voltados ao preparo das refeições. A quantidade de "sacos" de farinha produzidos revela a grande disponibilidade de recursos naturais e as extensões das roças voltadas ao cultivo da mandioca, conotando um período de fartura. Para garantir as etapas de produção da farinha, que culminava na *farinhada*, eram necessários recursos materiais como trabalhadores, ferramentas, transportes, recursos hídricos para deixar de molho a farinha e áreas imensas para o cultivo das roças.

O detalhe é que para alimentar o grupo de trabalhadores envolvidos no "*mutirão*", havia a necessidade de recorrer às crias: "*Matava um porco, criava muito porco, convidava o pessoal. De manhã era o café com bolacha, 9h era a merenda, mais logo o almoço. À tarde, cada um levava sua "cumbuquinha" de comida, ninguém trabalhava pagando dinheiro*". Nesta passagem são revelados dados importantes para entender a organização do trabalho no povoado. Primeiro, por indicar as criações de porcos como atividades paralelas ao cultivo das culturas comercializáveis entendidas como prioritárias, segundo, pelo fato de que o trabalho não era remunerado o que demonstrava a solidariedade e o caráter comunitário do trabalho.

Os trabalhos desenvolviam-se durante o dia inteiro, recordava o Sr. Norato, vários dias em um clima de animação, regado à bebida (cachaça) e refeições para garantir horas de trabalho em atividades forçosas que envolviam a derrubada de árvores com a utilização de até seis machados e vinte homens. A participação dos "cunvidados"<sup>20</sup> tornava-se necessária para

---

<sup>20</sup> Raimunda Rufina em seus relatos expõe que a união de vários homens para desempenhar uma experiência coletiva voltada ao trabalho antes denominava-se "cunvidados" para o trabalho e que a mudança para o termo "multirão" perdeu o seu sentido. Em sua narrativa explícita que a mudança veio acompanhada de perdas de

executar serviços pesados, que exigiam força, energia, pois somente tarefas realizadas com a unidade do grupo atingiam o resultado esperado. Eles conseguiam “preparar de seis a doze tarefas ao fim das empreitadas”, estes resultados demonstram a disponibilidade de recursos naturais e a abundância de terras férteis no território, o que destaca um período de fartura e unidade social.

Além do cultivo e fabricação da farinha de mandioca, a produção da malva também foi muito importante para as famílias da “Barreira Antiga” e movimentou por um longo período as relações de compra e venda no igarapé Mururé, no porto da “Barreira” e em São Miguel do Guamá. A Sra. Antônia (58 a.) procurou recuperar em suas narrativas as etapas de cultivo e preparação da malva para a comercialização e ao final, salienta a importância desse cultivo para o melhoramento das condições de vida das famílias envolvidas:

No mês de maio, cortava a malva no roçado mesmo, tirava a “envira” (fibra) dela, amarra na costa do cavalo e leva pa beira do rio, aí afogava ela no rio, botava ela com vinte ou vinte e dois dias. Tirava ela e colocava no sol pá enxugá. Lavava bem lavadinha e estendia no sol, ela ficava bem alvinha, enrolava ela e fazia os pacote, enrolava e fazia uns bolão. A boa mesmo dava até vinte e dois palmos de altura. A semente dela era caro, mais caro do que a fibra. Com isso que o papai pagava as conta dele no Mururé, o serviço do papai era a malva, o milho, feijão, arroz e a mandioca era só pa nós comê, isso aqui tudo era mata (próximo ao rio Mururé), ainda tinha o tabaco. (Sra. Antônia, 58 a.).

Em depoimento similar o Sr. Norato (74 a.) se referiu à malva em discurso empolgante. Ele disse que foi um período áureo vivido por ele no povoado no momento em que se colocava até dezesseis tarefas só para este cultivo e destacou: “*Esse terreno eu comprei só com o dinheiro de malva e ainda comprei gado*”, por conseguinte: “*Transportava na lancha pelo porto da ‘Antiga Barreira’, levava no cavalo pro porto*”. O trabalho com a malva era praticado por quase todas as famílias e garantia também a uma entrada monetária que permitia aos membros da comunidade ampliar suas reservas e alguns chegaram adquirir bens materiais gerando certa capacidade de diferenciação social.

Em Santa Maria da Barreira não mais se usufrui de tais recursos, devido a vários fatores, como a perda de terras, no que se refere à diminuição das distâncias entre as casas e as roças, o alagamento de terras e ao “enfraquecimento” do solo agora incompatível para estas

---

costumes e práticas comunitárias e destaca que as gerações mais recentes revelam desinteresse em relação às atividades coletivas e a roça, e entende que são perdas de valores importantes ao ponderar que: “*naquela época falavam cunvidado, fazia o cunvite, se cê cunvidasse vinte homem pra derrubar, aparecia os vinte, hoje se aparecesse cinco era muito, o povo não dá mais valô, já tem motosserra, tem que pagar*”. O conflito intergeracional exposto na situação evidencia um problema que aflora frequentemente entre os adultos e a nova geração.

culturas. No que diz respeito às distâncias das roças, já se verifica que antes era necessário a utilização do cavalo como meio de transporte, o que indica a existência anterior de um circuito de terras mais amplo.

Penteado (1967) assinala que a malva na região Bragantina passou a ganhar destaque a partir da década de 1940 produzidas em “capoeiras remanescentes de roçados” ou em áreas de grande saturação de cultivo, sendo as mais plantadas a malva rosada e a uacima roxa (*Ureana Lobata*), semelhante às fibras de juta, plantada e colhida no período de um ano, podem chegar até três metros de altura. A produção era destinada para a fabricação sacos, barbantes e esteiras e detinha um mercado amplo em Belém e São Miguel do Guamá, durante esse período tinha a concorrência do “fumo”. A preparação da malva, após o cultivo e corte, necessitava de igarapés próximos para colocá-la de “molho” e após 20 dias começar o trabalho de retirada da fibra executado por toda a família.

Sobre o tabaco também se observa o abandono do cultivo em contraposição à importância que representou para as famílias na Barreira e em toda a região Bragantina. Em sua narrativa, a Sra. Raimunda Dias destacou que o tabaco era um tipo de cultura que tinha comprador certo na cidade e era trocado nos comércios de São Miguel e chegavam a vender “*dez arruba*”(sic) de tabaco. Afirmou que se pagava com o tabaco as dívidas acumuladas ao longo do ano, confiava-se na produção que ainda ia ser colhida, e o produto era classificado conforme a qualidade e preço. A produção do tabaco trouxe também muitos lucros para as famílias e foi desenvolvida em áreas com grandes disponibilidades hídricas. O abandono desta cultura deu-se com a nova reconfiguração territorial e a perda de recursos hídricos

A produção do arroz também foi apontada pela entrevistada como um cultivo importante na “Barreira Antiga”, sobre esta modalidade destacou que no mês de junho e em novembro colhiam a produção às margens do igarapé Mururé. Destaca que, quem comprava grande parte da produção era o Sr. Júlio Costa, pai do Guilherme Costa que já tinha sido Prefeito do município de São Miguel. A entrevistada afirmou que ele mandava buscar no roçado em um “*combuio de burro*” aí pesava e pagava, aí é que se retirava o “*sarro*”<sup>21</sup>. A citação demonstra a importância da produção local e doméstica para o comércio nos portos de São Miguel do Guamá.

Dentre as culturas comentadas acima, apenas a denominada “mandioca cearense” ainda permanece como cultivo importante entre as famílias do povoado mesmo que trabalhada em um número reduzido de tarefas em roças localizadas próximas aos quintais.

---

<sup>21</sup> Os entrevistados denominam de “*sarro*” o pequeno “lucro” auferido pelas famílias ao pagar suas despesas.

Pode-se apreender que as atividades desenvolvidas no preparo das roças pelas famílias da Barreira, não representavam exclusivamente a busca pela sobrevivência, mas antes de tudo reproduziam relações sociais e simbólicas importantes para o equilíbrio e unidade entre os membros do povoado.

O abandono do cultivo do arroz, malva e tabaco pelas famílias foi motivado pela escassez dos recursos, o enfraquecimento da terra e a concorrência promovida por empresas que chegaram ao município de São Miguel do Guamá ligadas ao setor agrícola, ceramista e madeireiro.

A concorrência com produtos de fora se intensificou com o melhoramento das comunicações e transporte, primeiramente com a Estrada Belém-Bragança, no final do século XIX, e depois com a construção da BR-010 na segunda metade do século XX, em que aumentaram os fluxos de produtos, pessoas e mercadorias no município e na região Bragantina.

O Sr. Raimundo Gomes (80 a.), conhecido como “Zito”, ao tentar recuperar algumas lembranças sobre a sua infância no povoado da “Barreira” fornece elementos importantes para entender o processo de disputa pela ocupação e domínio sobre as terras. Nas suas compreensões, as famílias do povoado foram surpreendidas com as intervenções do governo através de projetos agrícolas de colonização na região. O governo passou a redistribuir as terras em lotes ou exigir o registro das propriedades em cartório, sem levar em consideração as diversas modalidades de ocupação relacionadas a processos históricos anteriores e a existência de famílias que secularmente usufruíam e moravam nas terras, como no caso das famílias do povoado da “Barreira”:

A minha vó era escrava, só que eu me alembro que ela andava comigo no colo, a minha mãe filha dela, também falava, ‘eu sou sangue de escravo’. Naquela época cê chegava aqui e se agradava da terra, aí depois o governo começou a avaliar a terra, começou a repartir a terra, por inxemplo, cê tirava uma terra de seis braças, aí começava a pagar a terra, ia lá no cartório de São Miguel. Isso foi mais ou menos em 1940, por aí... 1935, pra cá.

Nesta narrativa são evidenciadas as mudanças quanto às formas de acesso e aquisição das terras. As intervenções públicas buscavam o controle dos recursos em um jogo de grande especulação imobiliária na região. Os agentes sociais das terras tradicionalmente ocupadas deixavam de ter a liberdade em exercer seus domínios à medida que o governo impunha normas de expropriação e posse sem levar em consideração as relações preestabelecidas nos territórios.

A regularização das terras passou a ser intermediada pelo cartório que passou a ser conjugada à cobrança de honorários das famílias que sempre estabeleceram outras modalidades de organizações, ocupação e domínio das terras. O modo de vida das famílias, baseado no uso comum dos recursos, passaram a colidir com as regras impostas pela sociedade dominante, posto que surpreendidas por um sistema de valorações monetárias e de estabelecimento de propriedades privadas, o que não era a regra de acesso à terra na “Barreira Antiga”.

## 2.2 DESLOCAMENTO E FORMAÇÃO DA COMUNIDADE SANTA RITA DA BARREIRA

A formação da *comunidade Santa Rita da Barreira* ocorreu em torno de 1967 e está relacionada à construção de uma nova igreja e à mudança do “santo” padroeiro que foi deslocado do “arraial” da “Barreira Antiga”, antes localizado à beira do rio Guamá, para uma área mais afastada onde mais tarde se constituiria a “Associação de Moradores”.

A mudança do “santo padroeiro” da comunidade relaciona-se à necessidade de construir outra igreja no “novo arraial”, onde algumas famílias já moravam e tinham como padroeira “Santa Rita”. Enquanto outras famílias “recém chegadas” eram devotas de São Benedito, Divino Espírito Santo, Santo Emmanuel e cada uma lutava por figurar este padroeiro<sup>22</sup>. O debate sobre o padroeiro católico está relacionado também ao trabalho missionário de “Evangelificação de Base Comunitária” da igreja católica junto às famílias rurais, interferindo na organização social e política sob a orientação de religiosos e lideranças locais.

Mas essa reconfiguração social e a conotação política do termo “comunidade” ocorreram com o deslocamento compulsório das famílias, depois do fato litigioso que envolveu membros do povoado e um funcionário da “Fazenda Venâncio”, em disputa pelo direito de uso e o cultivo de roças. O conflito se deu entre um parente próximo de “Velha Joça” e culminou com a morte do funcionário, obrigando a matriarca a vender as terras da

---

<sup>22</sup> A influência da igreja católica na nomenclatura das comunidades a partir dos padroeiros é fato que se repete em várias localidades na Amazônia. No município de São Miguel do Guamá as toponímias referidas aos “santos católicos” se encontram nas comunidades quilombolas de “Menino Jesus”, “Nossa Senhora de Fátima”, “São Luiz” e “São Pedro”.

“Barreira Antiga” para o fazendeiro chamado “Zé Mineiro” que, posteriormente a vendeu para o Sr. Venâncio que já ocupava as terras no entorno do povoado.

Portanto, a comunidade Santa Rita da Barreira refere-se à vivência comum de deslocamento coletivo em função dos conflitos pelo acesso aos recursos naturais. O fazendeiro forçou a retirada de dezenas de famílias para outro local próximo povoado por aproximadamente doze famílias.

Essa comunidade era lá na Barreira; ela foi fundada lá na Barreira e de lá que teve um rapaz, e era filho da cumadre Peixoto - ‘Velha Joça’, que ele matou um rapaz dali, que trabalhava nessa fazenda que tai, mas não era esse o dono era o ‘Zé Mineiro’. Tinha um rapaz que tomava conta e queria ser não sei o que. Aí o Tônico, neto da Velha Joça, foi botar a mandioca, ele não queria deixar arrancar a mandioca. O Zé mineiro deixava arrancar, deixava à velha tirar o legume dela né, e aí elas foram arrancar mandioca, Maria Davina, quando deu fé que ela entru pa roça pra arrancar a mandioca, ele chegou lá e disse que não podia arrancar, aí o neto da ‘Velha Joça’ atirú, ali mesmo ele caiu.

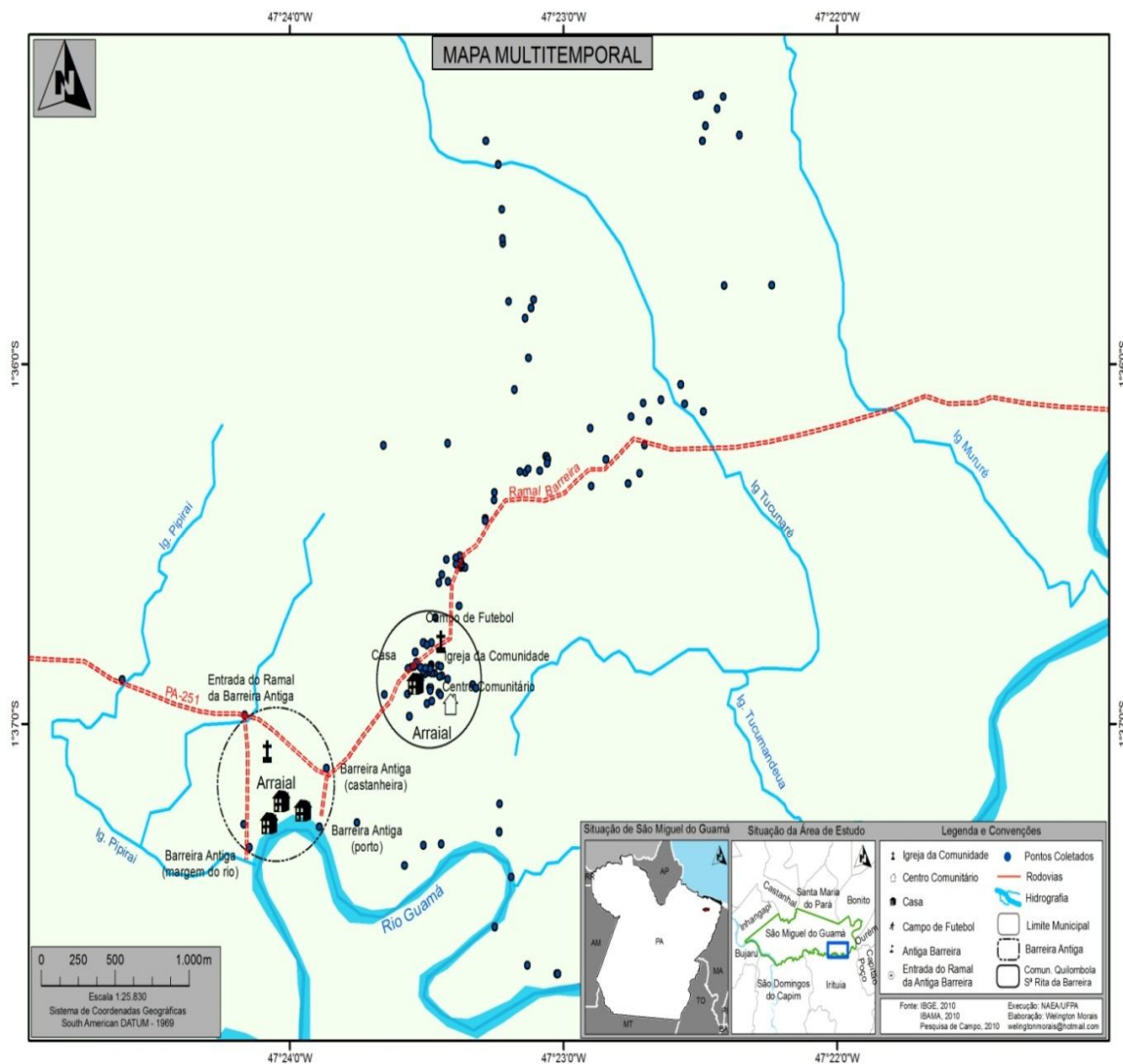
O relato acima de Raimunda Gama Dias (70 a) demonstra a interferência do fazendeiro em situação representada pelo interesse em ocupar as terras e desrespeitar o direito de ancianidade às famílias que haviam construído diversas modalidades de domínio as margens do rio Guamá com práticas extrativistas, cultivo de roças, pesca e caça, a terra simbolizava também dimensões simbólicas que ultrapassavam a percepção utilitária, desprovida de fronteiras e limites físicos, portanto inversamente oposta aos interesses do fazendeiro que pretendia estabelecer a pecuária extensiva, extração de árvores dentre outras práticas de cunho mercadológicas. Por conseguinte salienta que as pressões continuaram e que para evitar o conflito as famílias pioneiras na localidade foram gradualmente se retirando da margem do rio que mais tarde passou a ser posse do fazendeiro:

Aí, de lá ficou aquela confusão nós ainda trabalhamos um bucado, nos tinha um barracão que quando precisava fazer comer né, aí ele (Zé Mineiro) saiu de lá e disse pu Bené: ‘Saí de lá’. Ele usou a igreja pa fazer saleira pos boi, aí com aquilo foi indo foi indo que eu disse pu cumpadre Raimundo (já era o presidente da Associação) qué sabê de uma coisa? vamu abandonar essa igreja, e ninguém tinha documento da terra. Nós trabalhamos pra ajudá a comunidade a tirá o documento. O padre Ângelo de Bragança ajudou, aí tirou documento ai vieram de lá. (Raimunda Gama Dias, 70 a).

Na narrativa sobre o incidente, que motivou o deslocamento das famílias, revela-se uma relação de disputa pelo território não declarada pelo fazendeiro, mas aflorada pelas atitudes de seu funcionário que submetia as famílias do povoado à situações constrangedoras ao liberar a cerca para a passagem do gado e ao impedir o acesso às roças.

O deslocamento das famílias e o remanejamento do “arraial” estão representados no mapa a seguir:

Mapa 03 - Deslocamento de famílias do arraial “Barreira” para santa Rita da Barreira.



Fonte: Pesquisa de campo agosto 2010/IBGE 2010/IBAMA 2010.

Foi a inexistência de documentos que garantiram a propriedade da terra e o desconhecimento sobre os instrumentos jurídicos, que pudessem garantir o território, que favoreceu o fazendeiro. As ameaças e a força favoreceram especulações fundiárias. Velha Joça contrariada saiu da terra e se mudou para São Miguel do Guamá após o incidente que envolveu seu filho. Premidas pela tensão e conflito organizaram uma “Associação”<sup>23</sup> com novo referencial de base comunitária.

<sup>23</sup> Sobre as estratégias de organizações através de “Associações” Almeida (2008) aponta que as mesmas são unidades sociais que extrapolam a força das afinidades e convergem para critérios político-administrativos elaborados de formas específicas objetivadas num plano coletivo sem perder a identidade e os atributos “essenciais” do grupo.



O processo de deslocamento, a diminuição da terra, comparado com as da “Barreira”, e o distanciamento das margens do rio Guamá representaram uma nova organização espacial, mudanças na composição familiar e no modo de vida das famílias. As decisões que antes eram concentradas na “matriarca” a “Velha Joça” passaram a ser tomadas em assembléias com a participação dos membros da comunidade. Em alguns períodos registraram-se disputas em torno de lideranças entre as famílias da comunidade. Neste processo, as relações comunitárias também se transformaram com a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva, como interpreta Almeida (2008), para outras situações sociais.

A categoria *comunidade* passou a representar também uma nova estratégia de organização coletiva que extrapolou o sentido estritamente fraternal e familiar para uma expressão mais política no âmbito interno e nas relações com os interlocutores da sociedade dominante. Pode-se conferir a Godelier *apud* (Boas Filho 2009) o entendimento de que a comunidade, enquanto desdobramento de relações sociológicas e históricas, representa a formação de grupos específicos e autônomos entorno de interesses, tensões e coesões encontrados em seus planos político e religioso, dimensões sociais e culturais que permitem lhes conferir uma identidade comum e estabelecer interações diversas entre diferentes unidades sociais que produzem a sociedade.

Almeida (2008) argumenta que o termo comunidade insere-se em um debate mais amplo que envolve a querela ambiental e os grupos étnicos no processo de delineamento e definição jurídica, organizado em 2004 pela “Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais”, quando da elaboração de políticas voltadas especificamente aos grupos étnicos. Segundo o autor, a idéia de “povos tradicionais” passou a ser substituída por “populações”, seguindo os debates ocorridos na Organização Internacional do Trabalho (OIT – 1988-89). Neste momento, na Amazônia, foi acolhido o conceito de “povos da floresta”. Neste processo, assevera o autor, o termo “populações” passou a ser substituído por “comunidades” com conotação política, com inspirações em ações partidárias e entidades confessionais.

O debate sobre o “santo padroeiro” suscitou uma reconfiguração de práticas sociais, rituais religiosos e ainda estratégias políticas, que vieram sendo elaboradas, articuladas com um discurso de pertencimento relacionado à organização comunitária e de identidade coletiva. Desta forma, contém elementos de unidade, coesão e solidariedade.

Os rituais religiosos e culturais, construídos pelo chamado “dono do santo”, são essenciais das práticas sociais e contribuem à permanência das famílias no lugar. Estes

costumes, rituais e festividades estão muito presentes nas narrativas e devem ser entendidos como continuidades, com imbricações em tradições afro-indígenas e católicas.

Desde a “Barreira Antiga” os rituais, credos, festividades, rezas e ladainhas faziam referência a “santos” da igreja católica e tinham como objetivo ampliar as arrecadações para as obras da igreja, mas sempre conectados com rituais tradicionais afro-indígenas em processo de simbiose com o catolicismo. Os batuques, danças, cantos e defumações, ainda freqüentes na comunidade de Santa Rita da Barreira, demonstram continuidades e estratégias de autonomia presentes na etnicidade<sup>24</sup> atualizadas nas relações sociais presentes e na nova configuração política da “comunidade”.

A igreja da “Barreira Antiga” reunia as famílias em festividades, rezas e novenas segundo os entrevistados. As mais tradicionais eram a de “São Benedito” e do “Divino Espírito Santo”<sup>25</sup>, logo depois, vieram outros padroeiros como “Santo Emmanuel” e “Santa Rita” imbuídos de rituais que ainda envolvem grande parte das famílias e povoados próximos. As rezas ainda acontecem todas as quartas feiras na igreja da comunidade. Nas narrativas, a organização desses eventos durava dias e constava de apresentações de danças, bebericâncias, matança de crias, fogos, bingos e leilões.

As novenas e festividade de “São Benedito” tiveram sua origem no povoado da Barreira a partir de uma brincadeira entre as crianças, como registra a narrativa da Sra. Raimunda Gama Dias: *“Meu pai quando era criança começou brincando de fazer a festinha de São Benedito; pegaram uma garrafa com uma fita, até que iam saindo e fazendo esmola até que fizeram a festa de São Benedito”*. A brincadeira passou a ganhar conotações simbólicas mais significativas e passou a ser incorporada nos rituais religiosos.

E mesmo com o crescimento da festividade de “São Benedito” e a introdução da imagem, a “garrafinha” continuou sendo utilizada e lavada até o altar da igreja: *“Era a mesma garrafa, uma garrafa de vinho, a fita era amarrada”*. Este processo é entendido por Bourdieu (1989) como sendo uma expressão simbólica religiosa e cultural, inserida na crença coletiva e assegura que a cultura só existe efetivamente sob a forma de símbolos de um conjunto de significantes/significados de onde provém a construção das percepções simbólicas acatadas coletivamente.

---

<sup>24</sup> Segundo Almeida (2006) a etnicidade se expressa também pelo conjunto de estratégias voltadas para a manutenção do território, incluindo a defesa dos recursos naturais para a reprodução física e social das comunidades.

<sup>25</sup> Os Anais do Arquivo Público do Pará (1997) registram que desde 1764 na vila de Ourém eram feitas saudações, orações eram dedicadas ao “Divino Espírito Santo” na referida igreja.

A Sra. Raimunda Rufina refere-se também às *ladainhas* como outro costume religioso praticado pelas famílias durante as madrugadas, quando saíam em visitação em busca de “esmolos” para a realização das festividades e das *obras* da igreja. As visitas nas casas eram acompanhadas de orações, benzimentos, batuques, cantos em *latim*:

Cantava e rezava de madrugada, quando esmulava, batia tambô e ia reza, eles andavam assim na esmulação (pedido de esmola nas casas). Eles levavam o santo, dormiam aqui, saíam daqui e iam simbora, iam dormir lá pro ‘garapé seco’ açula, numa casa na frente. Eles iam rezando em todas as casas as folias do santo, aí quando chegava lá, rezavam na casa onde iam dormir. Aí no outro dia, saíam pra outra casa aculá as pessoa davam dinheiro, davam galinha, davam tudo que quisesse dá, aí rezavam o anjo da guarda, tinha a ladainha em latim e o anjo da guarda.

As manifestações religiosas reforçavam a participação das famílias que se preparavam para receber, agradecer e oferecer aos “Santos” e aos convidados contribuindo com a continuidade do ritual. Outro elemento importante na narrativa se refere à utilidade das “crias” de pequeno e médio porte como galinhas, patos e porcos nestes rituais com os quais garantiam a alimentação dos “esmoleiros” e as oferendas aos “Santos”.

A oferenda das “crias” aos Santos possui um valor simbólico que extrapola a explicação simplificada sobre a necessidade em tê-las nos quintais como complementação alimentar. Ainda hoje, na comunidade, as “crias” são utilizadas nas relações de troca, agradecimentos e também quando pretendem presentear alguém. Igualmente, expressa que em muitas situações as relações monetárias são menos importantes que esses oferecimentos de elevada importância social.

A propósito do debate que envolveu a mudança do “santo padroeiro”, o Sr. *Manoel Braga* (53 a.) afirmou na Ata de fundação da Associação de Moradores da Comunidade Santa Rita da Barreira em 1967 que: “o nome do ‘santo’ era São Manoel não era pelo nome dele, mas sim porque ele ainda não tinha visto o nome do padroeiro de comunidade com esse nome”. Isto evidencia a relevância desta decisão para o grupo, marcando uma fidelidade com suas crenças e opções de fé.

O registro na Ata aponta que a consignação da “imagem” do “santo padroeiro” para a comunidade foi intermediada pela matriarca “Velha Joça”, que praticava curas e aplicava seus conhecimentos entre os seus parentes e vizinhos. Foi relatado que ela curou o joelho do marido de uma amiga de nome “Letícia” que morava em Belém. A recuperação satisfatória valeu que, em agradecimento, fez com que a amiga doasse a imagem do “Santo Emmanuel”. O relato deste fato encontra-se na passagem abaixo:

Letícia fez pedido do Santo de Portugal, então com a chegada dele ela levou na igreja da Sé o padre batizou o nome do 'Santo' de Glorioso Emmanoel que significa 'Deus conosco acompanhado'. O 'Santo' veio em uma carta dizendo que ele já tinha sido batizado e que o 'Santo' não era da comunidade, o 'Santo' era do povo. Letícia vinha trazer, mas antes do dia marcado da entrega do 'Santo' a Comunidade, Letícia faleceu. Nazaré Peixoto foi fazer visita a Sebastião e ela trouxe o 'Santo'; o 'Santo' foi doado à comunidade; como Letícia não cobrou nada Joaquina deu um frango e Raimunda Rufina deu um pato.

Várias questões relativas ao universo simbólico são evidenciadas na narrativa acima ao indicar a importância dos conhecimentos praxiológicos<sup>26</sup> como mecanismo de inter-relação com outros sistemas culturais, no caso pela intermediação da curandeira “Velha Joça” matriarca da comunidade. O sentido simbólico do “santo” é associado à unidade e proteção que a “divindade” representou para as famílias da comunidade, agradecimento e retribuição à imagem do santo recebido em doação como racionalização de uma “necessidade religiosa” e que se articula com o momento político do conflito com o fazendeiro. Almeida expõe esses significados quando escreve:

Os santos e os profetas favorecem uma determinada racionalização das “necessidades religiosas”, criando condições favoráveis para que se articulem com uma mobilização política, que traduz a consciência da necessidade antes que uma mera necessidade econômica identificada de maneira supostamente objetiva. (ALMEIDA, 2008, p.97).

A perda gradual da importância das festividades no povoado deu-se em função da morte dos principais organizadores e donos do santo e ainda com o deslocamento da comunidade após a venda do terreno. No interregno houve a introdução de outros santos no calendário religioso do povoado.

A padroeira “Santa Rita”, pertence às primeiras famílias que povoavam o arraial em transformação, passou a ser referenciada em troca do “Santo Emmanuel”: “*A festividade era duas noites e um dia, rezava a ladainha e depois tinha a festa, era muito importante a reza antiga. Com a troca da Santa e do padre muitas coisas mudaram*”. As mudanças referem-se à diminuição do envolvimento das famílias e a minoração das dimensões das festividades que tinham uma identidade próxima aos seus organizadores que hoje são recuperadas apenas nas memórias dos mais idosos.

---

<sup>26</sup> Geertz (1998) atribui a este tipo de saber um profundo conhecimento prático da natureza produzido por diversos ângulos que se relacionam com o aprimoramento das condições vida. O autor alude que este conhecimento é empírico e incompleto e transmitido de uma geração a outra de forma lenta e casual durante a infância e nos primeiros anos da maturidade este conhecimento é suficiente para a execução de tarefas diárias e empreendimentos sazonais.

A chegada de novas demandas e a própria reconfiguração territorial exigiram a reelaboração de estratégias que pudessem garantir a continuidade do povoado, sem perder os laços de etnicidade atualizados através das relações sociais e formas de domínio do território. Estas são atualizadas pelas evidências etnográficas das diversas formas de territorialidade. Segundo Leite (2000, p.344):

A terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo. A terra é o que propicia condições de permanência de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência, mas, inclusive, não tem com ela uma dependência exclusiva. Tanto é assim que temos hoje inúmeros exemplos de grupos que perderam a terra e insistem e manter-se como grupo, tendo como base organização social baseada no parentesco, a reciprocidade e a memória coletiva.

O deslocamento das famílias no território exigiu outros esquemas de organizações e de representação social para dar respostas ou garantir novas demandas. Por isto, a própria formação da “Associação de Moradores” funciona como uma espécie de “blindagem” e resistência com iniciativas de mobilizações sustentadas pelo elemento de etnicidade e de unidade política.

A fundação da Associação de Moradores da Comunidade Santa Rita da Barreira foi registrada em manuscrito que está em posse da Sra. Raimunda Rufina. O referido documento tem como título “*Ata do dia 14 de março de 1967*”. A reunião foi presidida por Silvino Silva dos Passos e Joaquina Vieira Peixoto, conhecida na comunidade e cercanias como “Velha Joça”, a mesma permanece na memória dos membros da comunidade como a “matriarca” do povoado da “Barreira”.

Este documento informa sobre o que estruturaria a comunidade: primeiro, *o clube de futebol*, unidade referida ao mesmo tempo a uma prática social comunitária voltada ao lazer, mas que ganha conotações políticas nos momentos de organização e decisão coletiva. Segundo, a referência de ter “perdido” a “Barreira Antiga”. Nele frisas-se a necessidade em manter a unidade, a estrutura de base familiar, comunitária e a mobilização política.

A utilização de “apelidos” para identificar os membros do grupo expressa os laços de familiaridade e confiança refeitos no cotidiano das relações sociais. Segundo Bourdieu (1989), em alguns casos as representações individuais são concebidas em forma de relações de parentesco, em que os agentes têm como referência o próprio indivíduo e as classificações são reafirmadas a partir de aceitações coletivas. Como se observa na citação referente à “Ata” da criação da comunidade a partir da Associação de moradores:

Neste dia foi feita uma reunião da fundação desta comunidade de Barreira onde o presidente de mesa era Silvino Silva dos Passos, Joaquina Vieira Peixoto, os convidados desta reunião foram Manoel Braga, Domingo Pureza, Avelina Maura, Martinho Gama, Dova Gama, Laurindo, Coquinho, Antonio Rodrigues, Todorico, Carmelino Travasso, Zito Reis, Agnelo, Abílio, Alcendino Rosa, Jorge Mutum, Antonio Coroca, Zeca Maura, Domingo Gama, Pedro Costa e Graciano. Esses foram os convidados especiais dessa reunião, também estavam as pessoas que formavam o clube de futebol o Presidente: Silvino Silva dos Passos, Vice-Presidente: Antonio Peixoto, Componente: Dilan Manezinho, Cametaense, Henrique, João, pau de Arara, Manelito, Vadico, Nesto, Caboco, Vicente, Manduca, Luis, Fernando, Dova Leão, Francisco, Alcídio, Fazico, João Gama, Carlitinho, Manoel Antonio, Benedito Santo, Daco, Benedito Pereira, Fuzito, Antonio Silva, Joãozinho, Agostinho, Raimundão, Delá, Tico, Braz, Mino. (grifo meu).

Os “apelidos” podem ser interpretados como marcadores de vivências sociais na medida em que cada identificação demarca experiências e histórias particulares. Como salienta Almeida (2008, p. 164):

As unidades sociais não representam totalidades homogêneas e de caráter igualitário, como se poderia imaginar. Pelo contrário, estão atravessadas por um grau de diferenciação interna bastante forte, mas não o bastante para fazê-las eclodir em antagonismos insolúveis. A desigualdade no acesso aos recursos básicos existe no interior destas unidades, não se podendo revelar apenas os aspectos comunais da cooperação. Estes servem como elemento contrastante para fora e frente aos antagonistas que visam usurpar seus domínios com pretensões de concentração da propriedade fundiária através de grilagens. A gestão que os camponeses, livres dos mecanismos repressores da força de trabalho, realizam nestes domínios, não se apóia em princípios gerais de igualdade. Há hierarquias e diferenciações econômicas que não permitem confundi-la com modalidades de apropriação coletiva ou com formas associativas implementadas pelos órgãos oficiais.

Alguns membros da comunidade são identificados através do “sobrenome” (Gama, Peixoto, Passos e Braga), outros identificam a descendência a partir de lugares (Cametaense) Percebe-se ainda a utilização do aumentativo (Raimundão) ou diminutivo (Carlitinho, Manezinho e Zito) como marcadores de diferenciação, afetividade ou o grau de aproximação nas relações sociais intra grupos na qual se reproduziam sentimentos de pertencimento. Os agentes sociais realizam “cálculos matrimoniais”<sup>27</sup> e isso pode decidir ou não a entrada de novos membros de acordo com critérios de classificação, e é assim que se faz referência ao “cametaense”, “caboco” e atualmente ao “cearense”.

As relações interétnicas são estabelecidas e avaliadas muitas vezes, como estratégias para reforçar o grupo, garantir a reprodução familiar, assegurar trabalhadores ou ampliar as

<sup>27</sup> Bourdieu (2009) explica que os casamentos configuram um jogo político em que se avaliam as condições genealógicas do grupo em relação ao cônjuge, as redes de informações que permeiam as estratégias de composição social, a posição em relação ao grupo, as histórias passadas, a idade, as relações anteriores e o aspecto físico configurando também relações de interesse.

possibilidades de barganha política do grupo. Reproduzem também as mudanças nas formações familiares, que por sua vez não representam necessariamente a descaracterização ou a perda das referências étnicas, históricas, costumes e tradições que se retroalimentam através do *habitus*<sup>28</sup>. Sobre as relações interétnicas Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.188) consideram que:

As condições étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. A interação em um sistema social como este não leva o seu desaparecimento por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato inter étnico e da interdependência dos grupos.

A reconfiguração e o estabelecimento das decisões do grupo em processos comunitários fundamentados a partir de reuniões em “assembléia” reproduzem também disputas, tensões e interesses. Este universo de micro tensões deve ser entendido a partir das relações que se iniciam entre grupos de parentescos a partir de relações sociais hierárquicas que caracterizam disputas internas na busca pelo domínio do capital econômico e simbólico com vias ao reconhecimento perante o grupo de parentesco. Esta relação familiar é entendida por Bourdieu como fundamental para prescrever relações mais complexas pertinentes a coletividade, pois:

A unidade doméstica representa o lugar de uma concorrência pelo capital econômico e simbólico (terras, nomes, etc.) da qual ela tem a propriedade exclusiva, é dividida por lutas pela apropriação desse capital nas quais a força de cada um depende do capital econômico e simbólico que ele possui apropriadamente em função de sua posição inseparavelmente genealógica e econômica e até que ponto ele consegue trazer o grupo para ao seu lado ao agir de acordo as regras que regem oficialmente as regras de parentesco. (BOURDIEU, 2009, p. 33).

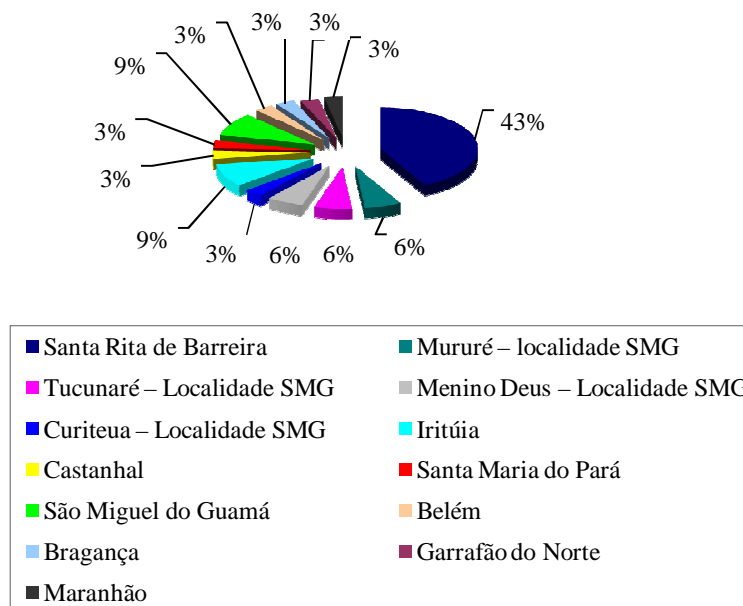
A diversidade de “sobrenomes” entre os representantes das famílias entrevistadas que residem na comunidade atualmente demonstram processos de negociações, ampliação de redes de parentela e coligações étnicas que vem compondo as relações interétnicas no processo de formação da comunidade.

Os sobrenomes registrados foram: Castro (7 famílias), Gama (5 famílias), Santos (4 famílias), Silva (4 famílias), Gomes (3 famílias), Souza (2 famílias), Pereira (2 famílias), Passos (1 família), Reis (1 família), Rosa (1 família), Damasceno (1 família), Azevedo (1 família), Braga (1 família). Sobre a origem dos representantes de unidades domésticas observa-se uma notória diversidade:

---

<sup>28</sup> Bourdieu (1989) afirma que o *habitus* reúne mobilizações coletivas em um terreno comum com aspirações, reivindicações e interesses coincidentes e favoráveis à formação de um código comum que cimenta tal aliança.

Gráfico 01: local de nascimento dos(as) entrevistados(as)



Fonte: Pesquisa de campo junho/novembro de 2010.

A diversidade e complexidade das relações interétnicas estabelecidas ao longo do processo de formação e transformação social da comunidade Santa Rita, aproxima-se do pensamento de Geertz (1989) quando expõe que não existem de fato homens não modificados pelos costumes de lugares particulares.

Na comunidade Santa Rita da Barreira aglutinam-se agentes sociais de diferentes origens e experiências sócio-culturais. A pluralidade étnico-cultural permite asseverar que uma “comunidade” não pode ser entendida como uma “ilha” isolada e distante de interações sociais e de códigos externos. Em seus processos sociais podem surgir relações harmoniosas e conflitos, ela envolve interesses diversos, o que desmonta a idéia romântica de que o conceito de “comunidade quilombola” represente apenas relações familiares entre herdeiros do regime escravista que representam culturas homogêneas e usufruem harmoniosamente dos recursos naturais disponíveis conforme determinam as explicações primordialistas<sup>29</sup>. Os quilombolas na região amazônica consoante a outros grupos étnicos sempre estabeleceram relações de troca de valores e saberes próprios aos seus modos de fazer, viver e criar.

<sup>29</sup> Almeida e Santos (2008) sustentam que as análises primordialistas que tem como esteio as teorias evolucionistas e visam a substancializar a comunidade étnica, tanto em termos biológicos quanto geográficos.



Sobre as relações interétnicas, Almeida (2008) pondera que as mesmas constituem uma estratégia de representação política configurada através de “unidades de mobilização” em busca de direitos e que envolvem sujeitos sociais distintos. Sobre as “unidades de mobilização” o autor expõe que:

Este conceito refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios. (ALMEIDA, 2008, p.32).

Partindo das considerações do autor apreende-se que estas unidades de mobilização interpõem junto ao estado um conjunto de ações reivindicatórias consoantes com seus interesses coletivos. A comunidade Santa Rita da Barreira teve um amadurecimento político e organizacional ao socializar experiências comuns ou não, que tiveram como foco a garantia de direitos étnicos e territoriais, ainda mais que eles enfrentam a inoperância do poder público, às pressões de empreendimentos privados.

As inserções de outros membros na comunidade são intermediadas por indivíduos pertencentes à parentela do grupo, por isso a referência organizacional (regras, costumes e tradições) da comunidade são aprendidas pelos novos agentes sociais que trazem consigo outras vivências que podem ou não ser aceitas e reproduzidas pela coletividade. Como sustenta Castro (2006), a noção de *território étnico* pressupõe ações subjetivadas a partir de experiências identitárias, organização social e estratégias políticas estabelecidas a partir de um referencial de identidade coletiva que lhes garantem a unidade política e o fortalecimento do sentido de pertença e de defesa do território coletivo.

Com o avanço dos empreendimentos sobre as terras da “Barreira”, a comunidade passou a conviver com vários incômodos relacionados às atividades produtivas do entorno e a intensificação da circulação de veículos pesados. Os membros da comunidade Santa Rita da Barreira viveram novamente relações tensas quando disputaram as terras com especuladores e grileiros.

Almeida (2008) refere-se às diferentes territorialidades e ao significado de “terra comum:

O conceito de territorialidade configura-se como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias por ventura existentes. De maneira genérica estas extensões são representadas por seus ocupantes e por

aqueles de áreas limdeiras sob acepção corrente de 'terra comum' (ALMEIDA, 2008, p. 133-134)

O conceito de territorialidade apontado pelo autor permite entender que as territorialidades construídas pelas famílias em Santa Rita da Barreira, ao longo do processo histórico correspondem a terras tradicionalmente ocupadas as quais têm necessidade de políticas públicas específicas e respeito à etnicidade. Na década de oitenta, as “cercas” tornaram-se cada vez mais frequentes e a disputa pelas terras da comunidade passaram a ganhar uma conotação institucional.

As estratégias de territorialização dos grupos étnicos ganharam outras dimensões pontuadas por disputas legais, orientadas para o reconhecimento jurídico e defesa das terras tradicionalmente ocupadas. Assim, os grupos étnicos passaram a redefinir suas estratégias de representação e pressão política com iniciativas demarcadas por vias institucionais, como apontam Acevedo Marin e Castro (1999, p.80):

Os procedimentos adotados geram expectativas e comportamentos que definem as novas configurações de sua organização política. No nível da representação, as comunidades elegeram como estratégia a formação e o registro da Associação e das Comunidades, instituições legalmente reconhecidas para interpretar e administrar os interesses de seus membros. Nesse terreno o grupo passa a identificar atores e líderes que discutem, participam e se constituem em agentes ativos em relação ao grupo e as organizações não governamentais, muitas vezes estas agindo duplamente como mediadoras e assessoras. As interrelações entre o grupo e órgãos públicos, empresas ou particulares, permitem-lhes identificar posições e aprenderem a dialogar com os poderes constituídos. Com tais experiências, o grupo desenvolve formas de inserção em situações sociais diferenciadas e identifica posições e forças políticas aliadas frente a outros grupos de interesse.

Além do avanço dos projetos agropecuários e a expansão das fazendas, intensificou a atuação de empresas extrativas de madeira, seixo, pedra, areia e argila. A comunidade passou a ser afetada pelas alterações na paisagem e o aumento das pressões sobre os recursos naturais, devido ao desflorestamento, assoreamento de rios e igarapés. Em meio a estas mudanças ocorrem também a abertura de trilhas, vicinais, ramais para garantir aos empreendimentos o acesso e transporte daqueles insumos, como registra o Sr. Raimundo Gomes (80 a.) na ocasião da abertura do “ramal Barreira” ainda na década de 1960:

Então ele (Mineiro) veio abrindo a estrada, esbandalhando e concertando, tem um igarapé aculá, igarapé do Pirai, ele colocou uma ponte. Quando o Venâncio comprou essas terras aí, ele acabou de ajeitar a estrada em 1960 pra cá, agora pra cá (sentido Mururé), acho que foi o Pedrinho, pra se atar com Cucuriteua e Ourém. O prefeito de São Miguel Guilherme Costa e o Venâncio terminaram a estrada.

As primeiras investidas que culminaram na descoberta de “minas” de insumos para a indústria ceramista na área da “Barreira” também são encontradas na narrativa do Sr. Raimundo Gomes:

Começou a tirá lá de frente, manuá, do Tucunaré, aí um fulano chamado Menassé começou, ele começou, começaram a comprar tarefa, tarefa. Os dono do terreno não tava sabendo que tinha essa “mina”, aí veio a descoberta e começaram a dizer que era uma mina de seixo, aí o Menassé foi experimenta começou a tirá, o boato foi correndo né. Aí terminaram né de tirá o seixo, aí foram embora, aí ficou a areia, era um monte de areia, a espanadeira separava o seixo da areia né. Agora eles estão pelejando pra acabar a areia, essas carradas de areia que cê vê passá é daí. Dá areia já outro pessoal, tem gente de Paragominas que tira areia daí.

Próximo à residência do entrevistado amontoam-se dezenas de carretas abarrotadas de areia e seixo que circulavam ao longo do dia por semanas inteiras. A venda de terrenos a preços irrisórios por parte de algumas famílias, inclusive pertencentes à comunidade, para os ceramistas e fazendeiros, intensificou as atividades extrativas e estas pressionaram sobre os recursos naturais e as áreas verdes próximas. As mudanças na paisagem passaram a afetar diretamente o modo de vida da comunidade e as roças tiveram que ser deslocadas para próximo das casas, as criações de porcos praticamente deixou de existir e a disponibilidade de áreas de caça ficou reduzida. Ainda, restringiu-se o acesso a locais estratégicos através das trilhas que encurtavam os trajetos.

Gradualmente, as terras do entorno passaram a ser ocupadas por projetos de agropecuária, madeireiras e extração de insumos para a indústria ceramista, sendo que estas atividades consorciadas aumentavam as frentes de degradação ambiental e encurralavam as famílias circunscritas aos empreendimentos. Grande parte das terras vendidas na “Barreira” foram compradas pelo Sr. Venâncio que, conforme registros do cartório 1º Ofício de São Miguel do Guamá, é “pecuarista e comerciante”. Em suas fazendas desenvolve atividades diversas que vão desde o “reflorestamento” de áreas financiadas pelo poder público até a pecuária extensiva e a extração de insumos para a indústria ceramista.

No quadro abaixo alguns registros de compra e venda que apontam o avanço das propriedades particulares sobre o território da comunidade Santa Rita da Barreira:

Quadro 02 - Relação de compra/venda e concessão de terras na área da Barreira entre 1981 e 2000.

Registro	Livro nº 2.k fl. 245	Livro nº 2.k - fl. 247	Livro nº 2.L - fl. 153	Livro nº 2.L - fl. 117	Livro nº 2. AM - fl. 214	Livro nº 106 - fl. 41
Ano	1981	1981	1982	1991	2000	2000
Valor	500 mil cruzeiros	200 mil cruzeiros	4.080 milhões de cruzeiros	705 Mil cruzeiros	Concessão	5 mil cruzeiros
Venda	Herdeiros de Constantino Antônio da Silva	Carmelino Gomes Castro	José Joaquim Rodrigues	Venâncio José Cardoso	Concessão ITERPA	Honorato Dias
Compra	Venâncio José Cardoso	Venâncio José Cardoso	Venâncio José Cardoso	Mineradora Barreira LTDA.	-----	Luis Augusto Miranda Leite
Área	1.500 ha.	700 ha.	300 ha.	-----	31 ha.	29 há.

Fonte: Adaptado Cartório de São Miguel do Guamá – 1º Ofício/ Registro de Imóveis.

As terras sob posse do Sr. Venâncio são vizinhas aos limites da comunidade Santa Rita da Barreira e estão registradas no cartório 1º Ofício de São Miguel do Guamá como compra de “heranças” de moradores que antes pertenciam à comunidade. No INCRA o “setor de regularização de títulos” não registra qualquer referência a estas transações, o que anula as “cercas” referentes ao desenho geográfico das fazendas “Venâncio I, II e III” que acompanham quase todo o trajeto do “ramal Barreira”, em algumas áreas em ambos os lados do ramal fazendo também margem com o rio Guamá e com a comunidade quilombola.

Presume-se que estas aquisições estejam relacionadas às ações especulativas do mercado imobiliário e que se expandiram diretamente no município a partir da década de 1940. Estes estavam relacionados com a abertura e construção da BR-010. As terras do complexo de “Fazendas Venâncio” são descritas nos documentos como superpostas aos principais igarapés que configuram os traçados hídricos da área da “Barreira”, tais como os igarapés: “Menino Deus”, “Santo Amaro, Ariteua”, “Seco”, “Urucuteua” e “Mururé” e grande parte destes igarapés já estão assoreados ou em processo de assoreamento devido às atividades desenvolvidas dentro das propriedades.

Neste processo de “cercamentos” das terras da “Barreira” tem-se a informação de que a propriedade comprada pela Mineradora Barreira LTDA, tem o Sr. Venâncio como sócio-proprietário, o que implica no reforço das atividades consorciadas desenvolvidas pelo fazendeiro-ceramista e retira-lhe o título de “lavrador” conforme a indicação do cartório. Muitas aquisições de terras por grandes empreendimentos e fazendeiros relacionam-se com o abandono dos programas agrícolas pelo poder público, que nega às famílias condições de trabalho, financiamento e infraestrutura para escoar a produção. O poder público repassa estes benefícios através de parceria aos grupos econômicos ao conceder terras e não pondera que

igarapés, margens de rios, áreas de florestas, igapós e várzeas incluídas nestas doações são áreas essenciais ao modo de vida das famílias do entorno.

A compra de terras realizada pelo Sr. Venâncio de uma área de 1.500 ha no ano de 1981, conforme os registros coligidos, apontam que este volume de terras estava incorporado ao “Porto Santa Rita”, as áreas denominadas “Barreira” e outra chamada “Urubaquara”. Neste complexo encontravam-se as construções e parte dos vestígios da *cultura material*<sup>30</sup> da “Barreira Antiga” que foram destruídos com os serviços de terraplanagem do local hoje ocupado por “mata fechada”. Segundo relato do Sr. Francisco (vice-presidente Associação Quilombola), perdeu-se parte significativa das referências históricas e materiais com as escavações para a retirada de insumos voltados à produção ceramista como ocorreu em relação aos indícios materiais referentes ao arraial da “Barreira Antiga”.

Sobre o “registro de compra de terras” temos as indicações do ceramista Luis Augusto Miranda Leite, conhecido como “Tutula”. Ele possui documento contendo o direito de “posse e benfeitorias” o que não lhe garante a propriedade propriamente dita, mesmo assim é “reclamada” pelo mesmo como tal. A área “adquirida” anteriormente pelo “Tutula” está localizada próxima ao “arraial” da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira e foi incorporada no processo de titulação das terras da comunidade sob argumento de prescrição das “terras tradicionalmente ocupadas” pelas famílias, isto conforme determinação jurídica.

O quadro abaixo demonstra outros interesses relacionados a donos de terras, inclusive alguns pertencentes à comunidade, como no caso do Sr. Menassés que reclamou do direito de desmembrá-la do território Quilombola a ser titulado pelo ITERPA. Encontra-se também a divisão da área referente às terras do Sr. Pedro Matias, este não é reconhecido como membro da comunidade, mas antecipadamente se dispôs a negociar parte de suas posses. No que refere as terras reclamadas pelo Sr. Miguel, configura-se uma relação litigiosa por não admitir a perda das terras que considera suas, o que cria novas disputas de terras enfrentadas pelas famílias da comunidade Santa Rita da Barreira.

---

<sup>30</sup> A perda de parte da *cultura material* no território não representa a desaparecimento das evidências históricas à medida que a permanência das práticas e processos sociais podem ser recuperados através das memórias dos mais idosos que se constituem como “guardiões” das tradições e costumes. O’Dwyer (2002) refuta que as perdas arqueológicas podem ser superadas pelas ‘evidências etnográficas’ que sincronicamente e explicam e atualizam as territorialidades construídas historicamente pelos quilombolas na afirmação e domínio sobre o território.

Quadro 03 - Terras reclamadas na área da “Barreira”.

Nº	Interessados	Pretensão	Perímetro (m)	Área Benef. (ha)
01	Sr. Manasés	23, 0491	3 431, 03	0, 0000
02	Sr. Miguel	22, 7040	5 172, 85	0, 0000
03	Sr. Pedro Matias	12, 3500	3 459, 59	0, 0000
04	Sra. Constantina	27, 4511	5 310. 73	0, 0000
06	TOTAL	85,5542	17, 374, 20	0, 0000

Fonte: Adaptado - Relatório do ITERPA referente à visita técnica em 2006.

A relação litigiosa entre o Sr. Miguel e as famílias da comunidade Santa Rita da Barreira estão registradas no processo de titulação do território quilombola ao passo que não se observa no referido processo o estudo histórico-antropológico que ajudaria a reconhecer a ancianidade e as territorialidades específicas de um lado e outro do rio Guamá.

Em 09 de novembro de 2006 o Sr. Alcindo, então presidente da Associação Quilombola de Santa Rita da Barreira protocolou um pedido de intervenção ao presidente do ITERPA contra as ameaças ao território quilombola (registrado através do protocolo: 2001/294022). No documento registra-se denúncias contra o Sr. Miguel Lopes que passou a argumentar ter direito à posse de uma área incorporada pelo território quilombola, mesmo sem ter exercido moradia efetiva ou outra forma de benfeitoria sobre a área.

Os técnicos registraram que durante os estudos feitos na área antes da titulação não havia nenhuma benfeitoria construída e que existiam outras situações relacionadas a reclamantes de propriedade, como a Sra. Constantina que já formalizou a Solicitação de Regularização da Área. Diferente do Sr. Honorato Dias que ainda não solicitou a regularização. Em ambos os casos são áreas que estão fora da delimitação cartográfica do território. Existe também a situação do Sr. Clemente Antônio dos Santos que tem uma área atribuída ao Sr. Pedro Matias, localizada dentro do território, segundo o reclamante, a área foi comprada do “Sr. Vavá” residente na comunidade pelo valor de quatro mil reais.

Entre as transações, a que realmente incomoda a comunidade refere-se à reclamada pelo Sr. Miguel Lopes que também tem um pedido de regularização da área do ITERPA (nº do protocolo 2003/138221). Este pedido foi posterior ao processo de titulação do território quilombola de Santa Rita da Barreira, o que invalida tal procedimento. O Sr. Miguel Lopes disse não estar disposto a fazer acordo com a Associação e ameaçou de morte o presidente da Associação caso perca a terra.

Em outro relatório elaborado por técnicos do ITERPA (registro nº 2006/380896) referenda que o problema fundiário concentra-se na pessoa do Sr. Miguel e que no processo

de titulação não consta o levantamento cartorial em São Miguel do Guamá e nem a demarcação topográfica da área. Ressalta também o documento que o território quilombola deve permanecer sob o domínio da comunidade quilombola. Nada foi resolvido até agora.

Consta ainda no documento que o Sr. Miguel Lopes em 2004 construiu uma casa de madeira no local e passou a impedir o trânsito e acesso das famílias da comunidade Santa Rita da Barreira às roças que ficavam na circunscrição da área reclamada. Tal atitude foi denunciada na delegacia do município. Segundo os registros, o requerente da área também colocou uma placa de venda no local e abriu uma ocorrência na delegacia, o delegado, por sua vez, solicitou a presença do Sr. Alcindo e orientou que procurasse o ITERPA para dirimir o conflito.

Em encaminhamento feito ao presidente do ITERPA lhe foi solicitado o envio de uma equipe para vistoriar e demarcar o território, também a colocação de marcos mesmo que a titulação oficializada em 2002 já tivesse circunscrito a área referente ao território. Em atendimento ao referido pedido, somente em junho de 2007 o ITERPA enviou para a local uma equipe de técnicos para proceder à vistoria. Esta incluía a coleta de coordenadas geográficas, levantamento sócio econômico e averiguação da situação conflituosa.

O relatório de atividades dos técnicos do ITERPA, que também se encontra junto ao processo de titulação da Comunidade, registra que o Sr. Miguel argumentou ter comprado a área no ano de 1999, da Sra. Anolina Ferreira da Silva, que não reside mais na comunidade, no valor de dois mil reais. O reclamante apresentou aos técnicos um recibo de compra da área no valor de vinte e três mil reais e justificou ter modificado o valor pelo fato de que estava recebendo muitas propostas de compra, o que não o interessava. O requerente explanou também que reclamou aos técnicos do “Programa Raízes”, que também procederam no aditamento da oficialização do território a respeito de sua insatisfação no dia da entrega do “título”.

Consta também no documento que o Sr. Miguel Lopes reside no “Sítio Santo Amaro” situado a quatro quilômetros da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira. Registra que o mesmo construiu por duas vezes um barraco no local destruído pelos membros da comunidade quilombola. Em 2009 resolveu construir uma pequena casa de alvenaria e está residindo no local.

Esta disputa tramita na Justiça e demonstra mais uma ameaça ao direito de permanecer e usufruir das terras tradicionalmente ocupadas, mesmo que a decretação do “território quilombola em 2002” em favor da comunidade Santa Rita da Barreira tenha provisoriamente afastado as propriedades da comunidade.

A situação é clara. Ser “titular” não apaga os problemas enfrentados no território e a garantia de direitos deve ser assegurado por políticas públicas visando a reprodução material e social do grupo, a disponibilidade e acesso aos recursos naturais. Indubitavelmente, o processo de titulação das terras a favor da Comunidade Quilombola Santa Rita da Barreira representou outra etapa no processo de formação, construção e continuidade de um movimento de territorialização, também de elaboração de identidade étnica e de mobilização política. Contudo, o poder público deve prosseguir com o aditamento de direitos sociais e com a fiscalização das atividades extrativas (minérios) e proteção à integridade física das famílias.

As reivindicações foram objetivadas, entre outras perspectivas, pela aprovação da Constituição Federal de 1988. A decretação do direito efetivo ao território étnico consubstancia estratégias mais recentes de legitimação de lutas anteriores. Várias articulações políticas passaram a ser institucionalizadas por instrumentos legais, dentre os quais o decreto 6040 de 2007 e o Programa Brasil Quilombola.

Além da garantia jurídica do direito ao território passou a ser necessário ampliar as redes de articulações para mapear e organizar suas ações.

Em muitos destes (quilombos) há mobilizações recentes de grupos de famílias negras informadas sobre os direitos à terra e aos novos procedimentos políticos legais de titulação de terras de remanescentes de quilombos. A lentidão de mobilizações deve-se à dispersão do movimento camponês tradicional sem referência, muitas vezes, à sua especificidade étnica e à valorização da memória (CASTRO, 2006 p. 36).

Para alguns agentes sociais da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira, o afloramento da identidade étnica surgiu como uma novidade como demonstra a narrativa abaixo:

Eu nasci aqui, o pai do meu pai morava aqui, eu não conheci como quilombola, isso começou há pouco tempo, eu conheci muitos velhinhos mais não vi falar sobre isso. A mãe do meu pai, vó Joaquina, morava na Barreira, a igreja era lá na Barreira, né. A Dona da Barreira – ‘Velha Joça’ – vendeu a barreira que era aqui do Mururé. (Raimunda Gama Dias, 70 a).

O desconhecimento de direitos explica-se pela dispersão das famílias e pela desarticulação provocadas por algumas intervenções financiadas. As estratégias e instrumentos de desarticulação destes povoados quilombolas remontam às pressões elaboradas pela sociedade dominante desde o período colonial. Trata-se de uma disputa pelo acesso aos recursos naturais e pela não privatização das terras.

Hoje o reconhecimento dos oito povoados negros do município de São Miguel do Guamá (Boa vista, Acari; Menino Jesus; Canta Galo; Santa Rita da Barreira; São Luis; São Pedro de Crauateua; N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. de Fátima), como *territórios étnicos* consubstancia estratégias de



permanência e contra as ameaças de ocupação de seus territórios. No município de São Miguel do Guamá apenas foi concretizado o direito de titulação de Santa Rita da Barreira e Menino Jesus. As demais comunidades continuam a lutar pela visibilidade social, jurídica e política e para legitimar o direito de propriedade definitiva através da titulação.

A luta pelo território e não somente pela terra, a defesa da identidade coletiva e a diversidade étnica, estão manifestas em vários espaços públicos: encontros, congressos, conferências e também através da formação de alianças interinstitucionais e interétnicas que lhes têm permitindo avançar na sua maturação política:

O movimento dessas comunidades parte do seu agrupamento, como um esquema de representação por localidade nas associações. Esse associativismo edifica-se a partir da luta pela terra e absorve inclusive formas de organização anteriores, vinculadas a igreja católica. Articulam Associações por territórios quilombolas delimitados pela concepção comunitária e domínio do espaço criando-se autoridades de representação política, (MARIN ACEVEDO ; CASTRO 1999, p. 100).

Os grupos étnicos diante das modalidades de manipulação do discurso, muitas vezes empreendidas por missionários, pesquisadores, membros de ONG's e técnicos do governo, constroem territorialidades que demarcam uma “fronteira étnica” construída a partir de situações sociais específicas<sup>31</sup>. Os sistemas de pertencimento coletivo e as redes de solidariedade consolidam uma série de práticas acumuladas e de ações específicas sobre o território.

Segundo Leite (2000), o quilombo passa a significar uma referência particular, fundamentada em formas de recuperação da identidade positiva essencial para a viabilização de estratégias voltadas ao reconhecimento e a busca de direitos. Enquanto organização legítima, explica a autora, o grupo define pleitos autônomos e amplia o poder de aglutinação junto a outros grupos que exercem pressões na arena política. O compartilhamento de prioridades comuns lhes permite construir questionamentos ante as políticas públicas e intervenções externas estabelecendo assim relações mais horizontais no processo de interlocução com os poderes constituídos.

A definição das prioridades a serem discutidas pelos grupos e seus interlocutores tem a coletividade como referência, ao mesmo tempo em que demarcam as situações específicas que os aproximam e os diferenciam de outros grupos. Hoje, a identidade étnica do “quilombola” procede de um ato de autodefinição dos próprios agentes sociais. Esta

---

<sup>31</sup> Gluckman (1977), utilizando um método de estudo centrado na análise de situações sociais específicas, como o estudo de caso e a análise das interações entre os atores sociais defendeu que a lei (ou o direito) nas sociedades modernas, e o ritual nas sociedades ditas primitivas, serviam como formas fundamentais de garantir a ordem social.

identidade congrega um fator importante de cunho político coletivo e assegura a diferenciação social no sentido da diversidade étnica em favor da definição do território étnico.

Oliveira (1995) sugere que entender a continuidade de uma localidade ao longo do tempo se dá, não exclusivamente e necessariamente, por meio da descendência biológica dos antepassados. Afirma ainda que, a prova de vir a fundamentar o reconhecimento em procedimentos biológicos, deixa inteiramente de fora processos sociais que podem ser importantes na constituição daquela coletividade, estando perfeitamente regulados por seus usos e costumes.

Em suma, as comunidades remanescentes de quilombolas não podem ser definidas em termos biológicos e raciais, mas como criações que se assentam na posse e usufruto em comum de um dado território e na preservação e reelaboração de um patrimônio cultural e identidade própria. (OLIVEIRA, 1995, p.84).

A compreensão acima aponta para os processos de *territorialização étnica* como referência para identificar e diferenciar as demandas quilombolas das demais reivindicações sociais, mesmo que apresentem cenários próximos como no caso dos “pequenos produtores rurais”, mas eles não devem ter suas demandas confundidas com as dos grupos étnicos. Leite (2000, p. 333) completa esse entendimento ao ponderar que: “*falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão política em processo de construção*”. A questão refere-se ao reconhecimento de direitos e não ao retorno a estereótipos do passado (colonização e escravidão). Essas distinções são importantes para entender as reivindicações desta categoria étnica.

A Comunidade Quilombola Santa Rita Barreira obteve seu título de reconhecimento de domínio coletivo por meio do ITERPA no dia 22 de setembro de 2002 em nome da Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Santa Rita da Barreira (regularizada desde 1993). O documento foi assinado pelo Sr. Alcindo Brito do Nascimento Santos. As dimensões territoriais compreendem uma área total de 371 ha.

Em 2002 foi titulada a Comunidade Quilombola Santa Rita da Barreira com uma área total de 371 ha, perímetro de 18.379,51m, distribuídos atualmente por 35 famílias hoje reconhecidas como quilombolas. Os registros oficiais consultados no “Setor de Titulação de Terras” do ITERPA, indicam a topografia definida pela coordenada geográfica de latitude 1° 35’ 21, 03” Sul e longitude 47° 23’ 40, 00”, ao norte e a oeste está a fazenda do Sr. Venâncio Cardoso, ao leste o igarapé Mururé e ao sul o Rio Guamá.

### **3 - PRÁTICAS DE USOS DOS RECURSOS NATURAIS SOB AMEAÇAS E RESTRIÇÕES.**

As modalidades de acessos dos recursos naturais desenvolvidas pelos quilombolas de Santa Rita da Barreira revelam dimensões de sistemas de uso comum, coletivo e individual. No primeiro se estabelece a obediência a regras coletivas como meio de compartilhar, preservar os bens comuns. Várias práticas de usos sociais dos recursos naturais se encontram em transformações devido o processo de escassez dos mesmos, o que alerta a comunidade inclusive levando à reelaboração de estratégias de controle, preservação e recuperação. Entretanto, isso não depende apenas dos quilombolas, pois a perda é provocada pelo uso realizado pelo fazendeiro, ceramista ou madeireiro, que estão no entorno do território.

Almeida (2009) em seus estudos sobre as terras tradicionalmente ocupadas, como é o caso dos “faxinais”, aponta várias modalidades de uso e apropriação dos recursos de uso comum, com exceção de campos e pastagens comuns. Nestas terras definem-se regras de um direito construído pelo grupo. Os métodos de cultivo utilizados devem ser consoantes a necessidade de cada grupo familiar, sem o domínio efetivo de áreas contíguas e permanentes em parcelas determinadas. O autor afirma também que não há contiguidade entre as áreas de cultivo de um mesmo grupo familiar. Os roçados são compartilhados seguindo certa dispersão que é consensual.

O autor afirma que não existe contiguidade nos espaços onde se localizam os demais recursos apropriados coletivamente e que são intercaladas por áreas de cultivo que podem ser apropriadas individualmente pelos grupos familiares. Os domínios de uso comum não pertencem a nenhuma família em particular e são considerados vitais para a sobrevivência do conjunto das unidades domésticas. Nestes sistemas podem coexistir domínios de posse e usufruto comunal com regras de apropriação privada.

Ainda sublinha que a casa e o quintal são apropriados individualmente pelos respectivos grupos familiares com utilizações específicas de seus jirais de plantas medicinais, seus pomares e as pequenas criações avícolas. Estas apropriações e uso individuais obedecem à mesma lógica aplicada para o produto das colheitas e os demais frutos e legumes dos roçados. A convergência e controle dos resultados dos trabalhos realizados pressupõem pertencimento ao grupo doméstico ou a um de seus membros em particular e destinados atender a uma determinada necessidade de consumo familiar ou para realizar pequenas trocas.

As análises apresentadas pelo autor nos “faxinais” permitem refletir as regras de uso dos recursos naturais observadas no território da comunidade quilombola Santa Rita da

Barreira, na medida em que também estão estabelecidas a partir de relações de trocas, preservação, comercialização, regulação, compartilhamento e consensos a propósito do uso coletivo, de uso comum e de uso individual.

O compartilhamento do território configura-se no modo de vida das famílias existentes e distribuídas em diferentes áreas, sendo as unidades domésticas o ponto de referência para situar a fixação e ocupação do território<sup>32</sup>. Nas situações de maior relevância a serem resolvidas e que envolvem um número maior de famílias, as decisões são tomadas nas assembléias da associação a qual todas as famílias estão registradas e têm o direito de participação.

No que se refere ao domínio do território a partir do uso comum dos recursos naturais, Almeida (2009) interpreta que as modalidades de controle ocorrem a partir de normas específicas, combinadas coletivamente e acatadas de maneira consensual nos interlúdios das relações sociais e nas práticas de convivências desenvolvidas entre vários grupos e famílias que compõem a unidade social. As atividades desenvolvidas no território visam diferentes modalidades produtivas, a saber: roça, pesca, extrativismo, caça, manejo e criatórios, realizadas de forma autônoma, individualizadas, coletivamente no denominado “mutirão”.

Ostrom (2002), ao se referir as possibilidades de uso comum dos recursos naturais enquanto bens comuns, aponta a existência de algumas variáveis, quanto às formas de gestão interna e controle dos recursos naturais e sinaliza a possibilidade de desempenhos institucionais alternativos voltados à auto-organização na gestão coletiva dos recursos. Em seus estudos, apresenta algumas formas de organizações, nas quais foram identificadas experiências de manejo e gestão coletiva das propriedades. Destaca ainda que, as atividades agrícolas, práticas cooperativistas com características de autogestão e a socialização de possíveis problemas, com a adesão de critérios de comportamentos e regras de convivências podem ser variáveis importantes na gestão dos bens comuns.

Destaca a importância de relações sociais e políticas a serem construídas de “baixo para cima” a fim de permitir a descentralização nas decisões, consulta e deliberação pela maioria e encontros em que os participantes possam comprometer-se em resolver os conflitos. Indica que as configurações destes esquemas coletivos podem ajudar a criar mecanismos para apoiar esforços locais de monitoramento e aplicação de sanções, devidamente conhecidas e aceitas no grupo, afastando o peso do autoritarismo e o desgaste no desvio de regras por parte

---

<sup>32</sup> Conforme dados levantados em atividade de campo os sistemas de medidas utilizados na comunidade seguem normas convencionais ou referências elaboradas, conforme as necessidades locais, por isso ganham uma semântica específica, são elas: Tarefas (25 braças), braças (2m e 20 cm) lote (250m por 1.000 m) e o “palmo”.

dos coagidos. Propõe por conta disso a reformulação das organizações e a implementação de processos transparentes devendo estes incentivar a auto-organização das comunidades, que compartilham recursos e acervos comuns, por meio de formas de interação mais eficazes entre os usuários, em busca de uma relação de confiança entre os seus pares.

O conceito de *uso comum* utilizado neste trabalho comunga com as considerações de Almeida (2008) ao assinalar que o mesmo encontra-se demarcado juridicamente para resguardar o direito a propriedade em caso de populações tradicionais e contempla a diversidade de significados, simbologias e relações sociais estabelecidas no território. O uso comum com variação quanto à temporalidade de colonização antigas ou recentes, nas antigas as relações de uso são mais estáveis e nas recentes dependem das variações das características das regiões e estratégias de apropriação.

O autor argumenta ainda que as apropriações estabeleçam “normas específicas” e algumas são demarcadas por rituais, coletivamente ou individualizadas, convergem para consensos estipulados conforme o calendário de atividades de produção agrícola, extrativista, pasto, caça e pesca. As tarefas são permeadas por conhecimentos próprios dos recursos que se atualizam a cada ação coletiva desenvolvidas no território e se expressa como elemento relevante na definição étnica e identidades diferenciadas.

Assevera, também, que o uso comum de florestas, rios, lagos igarapés, campos e pastagens aparecem combinados com os diferentes estágios de uso das áreas e atividades produtivas. Por isso a necessidade em entender as diferentes dimensões simbólicas construídas pelos agentes sociais nas terras tradicionalmente ocupadas e garantir os pressupostos para a reprodução física e cultural fundamentados em costumes e tradições.

Apreende-se então que as modalidades de apropriação dos recursos naturais manifestam a interação entre os agentes sociais e as condições materiais ou físicas disponíveis no território que desdobram em “valores subjetivados” em expressões identitárias de pertencimento que tem o uso comum como fator simbólico que orienta as ações no território. O território projetado como um bem comum não anula o estabelecimento de micro relações marcadas pelas diferenciações nas modalidades de apropriações, que podem ser coletivas ou individuais, sem perder a coesão e a solidariedade principalmente no que refere à questão do acesso.

As formas de apropriação dos recursos em terras tradicionalmente ocupadas não podem ser entendidas a partir de uma visão homogeneizante e estática calcada em pré-conceitos e estigmas que negam os distintos processos de territorialização. As distintas territorialidades representam o reforço da identidade étnica ao se depararem com situações

limites marcadas pela redução ou perda de território, inserção de novas práticas produtivas ou valores que ocasionam mudanças adequadas ou divergentes que levam à reelaboração de novas estratégias de permanência no território.

Para entender as modalidades de uso dos recursos naturais na comunidade quilombola Santa Rita da Barreira, convém primeiramente apresentar como estão organizadas as unidades domésticas no território. O quadro situacional das famílias por unidade doméstica foi mapeado através de trabalho de campo e oito anos após o processo de titulação.

Foram mapeadas 38 unidades familiares dentre as quais 33 entrevistadas. Hoje residem na comunidade aproximadamente 185 pessoas entre adultos, jovens e crianças. As unidades familiares estão distribuídas ao longo do território com maior concentração no “arraial” que congrega cerca de vinte unidades domésticas, as demais se localizam em pequenos agrupamentos de cinco a seis casas ou ficam mais distantes.

A área destinada à construção de cada unidade doméstica obedece a uma demarcação imaginária de 12 m por 30 m. Em algumas residências observa-se a construção de cercas, que são opcionais, e em pequeno número para facilitar o trânsito entre as unidades domésticas. O Sr. João Castro informou que além da medida padrão para a construção das residências, as famílias ainda possuem outras áreas no território, pois todas são “heranças”. Para Acevedo Marin e Castro (1998), existe uma racionalidade empregada na idéia de uso comum da terra e o desprovimento de cercados como estratégia de domínio e preferências relacionados à circulação e trânsito no território, o que não anula regras específicas relacionadas à permissão para cruzar quintais e frequentar roçados ou hortas.

O uso comum do território se realiza com maior frequência na várzea ou floresta de terra firme, onde retiram madeira para fazer reparos nas casas. A retirada da madeira deve estar autorizada pelos demais membros da família. A permissão das famílias que detêm maior aproximação aos herdeiros do território converge para a existência de um sistema de valores em que o poder simbólico e econômico de alguns membros perante a coletividade é mais influente. Se expressa também nestes momentos uma autoconsciência em relação ao uso dos recursos à medida que os agentes sociais compartilham as regras de acesso estabelecidas coletivamente.

As unidades domésticas dispõem de um território de âmbito coletivo e inalienável, mas existe um consenso de que as construções devem ocupar uma área de até 12m por 30 m; são 22 residências que seguem este padrão. As demais habitações dispõem de áreas mais amplas, visto que cerca de cinco unidades familiares ocupam áreas equivalentes a um lote (250m por 1Km) e outras 6 unidades familiares com especificações métricas distintas. O uso

do território caracteriza-se por ser comum<sup>33</sup>, o que não anula os diferentes processos de aquisição entre as famílias (troca, herança ou doação), gerando níveis de diferenciação social no grupo.

Os principais meios de transportes utilizados pelas famílias da comunidade são as bicicletas, depois as motocicletas e o ônibus coletivo. Apenas algumas famílias dispõem de mais de uma bicicleta ou motocicleta, outras nem possuem. O ônibus que circula pelo ramal faz a linha São Miguel do Guamá /Ourém em horários específicos: durante a semana às 12:00h e aos sábados as 5:00 h e 16:00 h. Aos sábados as famílias aproveitam para transportar as sacas de farinhas e demais produtos para serem vendidos na feira de São Miguel do Guamá.

No quadro abaixo, a demonstração da distribuição dos meios de transporte por unidade familiar. A diferenciação no tipo e na quantidade de transporte informam sobre as diferenças entre as famílias no que se refere aos recursos materiais. Alguns bens sinalizam condições materiais diferenciadas, como a aquisição de motocicleta, televisão geladeira, antena parabólica e a construção da casa de alvenaria.

Tabela 01 - Transporte

<b>Tipo de transporte</b>	<b>Quantidade de Famílias</b>	<b>%</b>
Bicicleta	20	60,6
Motocicleta	12	36,4
Ônibus Coletivo	5	15,1
Não tem transporte	3	9,1

Fonte: pesquisa de campo – Junho/ Novembro/2010.

O uso da motocicleta e bicicleta para transporte de farinha é inadequado, principalmente em períodos de chuva e enchente em que a trafegabilidade fica bastante prejudicada. A utilização de animais de carga na comunidade é quase inexistente e o movimento de motocicletas e bicicletas ao longo do ramal informa sobre sua importância no cotidiano das famílias.

Sobre as estruturas físicas das casas observa-se a utilização de barro, madeira e alvenaria, com variações quanto ao tamanho. As casas de barro e madeira são construídas com o material retirado do próprio território. As madeiras são serradas no interior da mata com a utilização de motosserras (alugadas) e o transporte pode ser feito pela água ou pela terra firme. O barro, pedra, seixo e areia também são utilizados para o próprio consumo, envolvendo a contratação de trabalhadores e o aluguel de animais de carga ou ferramentas

<sup>33</sup> Segundo Almeida e Souza (2009) em *Terras tradicionalmente ocupadas como no caso dos “faxinais”* admiti-se a premissa de que as diferentes modalidades de uso comum ou privadas efetivam laços morais ou outros vínculos sociais que levam a socialização de usos coletivos em propriedade privadas.

com valores variados conforme o tempo e a carga de trabalho. Os tijolos, cimentos e ferro, quando necessários, são adquiridos fora da comunidade em instâncias próximas ou no comércio de São Miguel do Guamá. O quadro abaixo demonstra que os recursos retirados do território ainda são importantes para essas edificações:

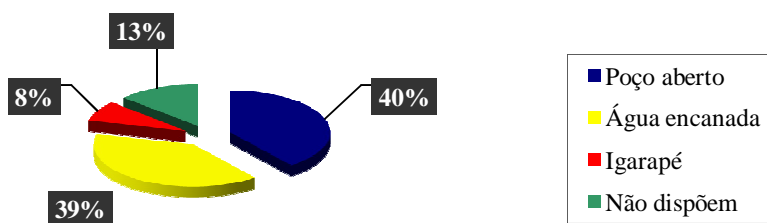
Tabela 02 - Tipo de construção das unidades domésticas.

Tipo de Residência	Quantidade	%
Em Barro	8	24,2
Em Madeira	14	42,5
Em Alvenaria	10	30,3
Em Madeira e Barro	1	3

Fonte: pesquisa de campo – Junho/ Novembro/2010.

O consumo da água na comunidade é diferenciado. Um grupo restrito de famílias usufrui do sistema de água encanada, pois foram contempladas com o projeto da Companhia de Saneamento e Abastecimento de Água do Pará (COSANPA) logo após a titulação. Essas casas estão próximas ao “arraial”. Algumas famílias dispõem de água encanada e de poço aberto nos quintais, uma fonte alternativa em caso de falhas no sistema de distribuição da água encanada. Outras utilizam apenas a água do poço aberto; estes se apresentam sob a modalidade de uso comum e são acessados por aqueles que não dispõem de fontes específicas que tem licença de uso dos poços dos vizinhos, quando não recorrem às fontes naturais – os igarapés, que segundo relato de alguns usuários, encontram-se comprometidos.

Gráfico 02: Acesso a água para consumo doméstico.



Fonte: pesquisa de campo – Junho/ Novembro/2010. Obs. Em alguns casos houve dupla contagem de fonte de abastecimento de água devido algumas famílias utilizarem mais de uma fonte.

No que se refere à formação educacional os mais velhos, em grande parte estes não acessaram as escolas e poucos receberam alguma informação na modalidade de ensino que eles denominam de “Cartilha”. A Sra. Raimunda disse que: *“Naquele tempo nós ainda tentava estudar, pra deixar de ser bruto, eu não sei lê nem escrever, mas ensinei tudo pra eles (filhos), sabe plantar, sabe brocar, sabe desmatar, sabe coivara, só não ensinei a ler, dei*



*ordem, ajudei*”. Conforme o relato, entende-se que a educação estava fundamentada em ensinamentos do fazer agrário voltados prioritariamente ao trabalho na roça, uma educação em que as ações valiam mais que as palavras e a “autoridade” superava qualquer instrumento de disciplinamento.

Entre os adultos e jovens registram-se maior incidência do ensino fundamental, poucos concluíram o ensino médio e apenas um tem formação em nível superior (professor que atua na comunidade). Oito jovens participam do curso técnico de agropecuária na Escola Agro técnica Federal de Castanhal; outros precisam se deslocar para outros pólos vizinhos próximos a São Miguel do Guamá. Na comunidade existe apenas uma unidade escolar destinada ao ensino das séries iniciais até a 4ª série. No quadro abaixo a formação educacional dos entrevistados:

Tabela 03: Escolaridade dos entrevistados

<b>Situação Educacional</b>	<b>Entrevistados (as)</b>	<b>%</b>
Ensino primário: Cartilha ABC	9	27,3
Ensino Fundamental	12	36,4
Ensino Médio	8	24,2
Ensino Superior	1	3
Não estudaram	3	9.1

Fonte: Pesquisa de campo – entrevistas (Jun – Nov./2010).

Na única unidade escolar da comunidade “Anexo” “E. M. E. F. Licurgo Peixoto” a sala de aula disponibiliza cerca de 30 carteiras distribuídas entre os 26 alunos (as) dos quais apenas alguns frequentam as aulas uniformizados, pois o uniforme deve ser pago pelos responsáveis dos alunos (as) e confeccionados por uma pessoa contratada. Os livros didáticos presentes na biblioteca estavam em péssimas condições de uso e armazenamento. O professor demonstrou insatisfação quanto à disponibilidade e condições do material. Os demais recursos didáticos (canetas, cadernos, lápis e borracha), fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, são usados coletivamente devido à pequena quantidade. A carência de recursos didáticos soma-se à carência do alunado que não dispõe de recursos para adquirir mochilas para proteger o material escolar em período de chuva.

Nas imagens abaixo se observa a precariedade física da escola, cujas configurações métricas não condizem com a movimentação dos alunos (as) que são crianças majoritariamente. Esta não apresenta área de lazer, nem para prática de esportes e não existem na escola outras dependências, como sala para acomodar o corpo docente, sala de vídeo ou sala de leitura. As condições internas também deixam a desejar, o piso da sala de aula é de “cimento queimado”, visivelmente deteriorado e as paredes estão precisando de pintura.

A escola encontra-se às margens do ramal Barreira, em uma estrada de areia, durante o verão as dificuldades aumentam, a poeira adentra o ambiente escolar. Como demonstra a imagem abaixo existe apenas uma sala de aula, a copa resume-se a um bebedouro de barro e uma pia, na biblioteca há alguns livros sobre uma mesa de madeira improvisada e na sala de aula não têm ventiladores.

Mediante esta situação, convém questionar: Qual o sentido das políticas públicas educacionais voltadas a “Educação Quilombola”? Existe “Educação Quilombola” ou teríamos uma extensão precária do ensino regular nas comunidades Quilombolas?

Fotografia 02 - Alunos em atividades na escola.



Fotografia 03 - Limitações físicas da unidade escolar.



Fonte: Pesquisa de Campo - junho/2010:

Nota: Nas imagens acima se observa a precariedade física da escola, cujas configurações métricas não condizem com a movimentação dos alunos (as) que são crianças majoritariamente. Esta não apresenta área de lazer, nem para prática de esportes e não existem na escola outras dependências como sala para acomodar o corpo docente, sala de vídeo ou sala de leitura. As condições internas também deixam a desejar, o piso da sala de aula é de “*cimento queimado*” visivelmente deteriorado e as paredes estão precisando de pintura.

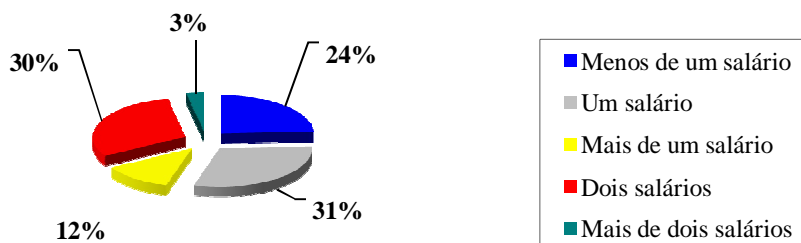
A escola de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental não oferecerá a 4ª série por determinação da Secretaria de Educação e os alunos (as) que tiverem que cursá-la terão que se deslocar para outra localidade. A Secretaria Municipal de Educação disponibiliza um ônibus (em precárias condições) para transporte dos alunos (as) e uma professora que mora em outra localidade. As demais séries do ensino fundamental maior são ministradas nas escolas da sede do município. Os que concluíram o ensino médio não usufruem de cursos para continuar os estudos, isto os motiva a saírem da comunidade em busca de novas oportunidades.

As categorias cadastrais e censitárias definidas para mapear os agentes sociais vinculados à “questão agrária” desconsideram o modo de vida e a etnicidade como elemento de diferenciação entre os grupos étnicos. Ocorrem generalizações em relação a indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores,

caranguejeiros, assim, são homogeneizados ou mesmo confundidos com “trabalhadores rurais” o que negligencia o cumprimento de direitos específicos.

Grande parte dos benefícios referidos à previdência define os aposentados como trabalhadores rurais e muitas aposentadas não recebem ou ainda estão com seus processos em tramitação. O enquadramento na categoria de “trabalhadora rural” deve ser comprovado e muitas mulheres são consideradas apenas “ajudantes” perante as classificações dos órgãos previdenciários. Em vários casos, as mulheres executam jornada dupla entre os afazeres da roça e os afazeres domésticos, além de serem responsáveis por atividades relacionadas às rezas, curas e manejo dos quintais. Em média, as famílias recebem entre um e dois salários mínimos, excetuando as atividades de venda esporádica de frutos e farinha.

Gráfico 03 - Renda mensal informada pelos entrevistados.

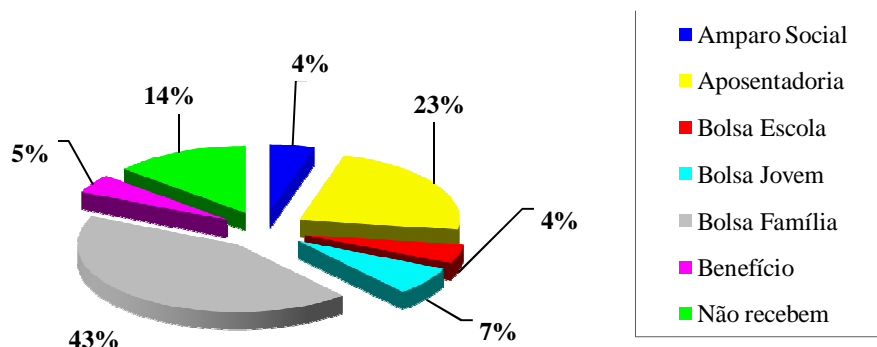


Fonte: pesquisa de campo – Junho – Novembro/2010.

Nas famílias que não participam de programas ou benefícios do governo, ao perguntar sobre a “renda” familiar os entrevistados tiveram dificuldade para defini-la já que o salário mensal não constitui parâmetro para definir a arrecadação e o consumo. As atividades de pesca, extrativismo e roça acabam por se constituir como as principais fontes de sobrevivência e as transações monetárias não são frequentes. Inexiste qualquer ponto de comércio ou venda regular na comunidade. Os bens particulares são comprados em São Miguel do Guamá. No povoado predomina um sistema de trocas ou doações e quando possível compra e venda.

As famílias encontram-se inscritas nos programas de financiamentos e outros benefícios sociais oferecidos pelo governo federal e estadual como “*Bolsa Escola*”, “*Bolsa Família*” e “*Pró-Jovem*”, além dos previdenciários. Muitos reclamam de irregularidades no pagamento dos benefícios e das dificuldades de enquadramentos nos programas. Dentre os benefícios e fomentos repassados às famílias encontram-se os de caráter individual sendo o mais frequente a “bolsa família, as aposentadorias, e os coletivos geralmente destinados à associação como destaca o quadro a seguir:

Gráfico 04 - Benefícios públicos distribuídos entre as famílias.



Fonte: pesquisa de campo – entrevistas Junho/ Novembro de2010.

Nota: Os que não recebem os benefícios públicos representam as pessoas que não se cadastraram nos programas por questões de idade, estão desatualizadas ou deixaram de receber sem explicações plausíveis por parte das agências pagadoras.

Além da aposentadoria e da bolsa família os complementos financeiros reproduzem para algumas famílias a fonte principal. Em alguns casos, ambos os responsáveis pela casa se definem como desempregados e a família sobrevive de “bicos” executados dentro ou fora de Santa Rita da Barreira. Neste estudo não se pode trabalhar com o conceito de renda familiar fixa e arrecadação, pois a maioria das famílias recebe pagamentos de suas vendas, sempre de forma irregular e podem ser alteradas conforme calendário de atividades (inverno/verão). A variação de uma renda monetária pode ser alterada por dificuldades de transporte e comercialização dos produtos da roça, por ter enfermos na família, devido a eventos locais, falta condições de acesso aos recursos, atraso no pagamento de benefícios e do desenvolvimento de projetos (artesanato e apicultura em menor escala).

As longas jornadas de trabalho, como no caso da *farinhada* para o fornecimento da alimentação, pode tornar as relações tensas entre gerações, pois os jovens desejam ter o seu próprio dinheiro. Ainda em relação aos trabalhos, estes revelam outras mudanças devido á escassez de recursos e a intensificação das relações interculturais em que os mais jovens buscam outras oportunidades próximas ou fora da comunidade. Contudo, a chance para se inserir em outros mundos do trabalho em centros urbanos é muito restrita e desvantajosa.

Menezes (2001) aponta que as atividades não-agrícolas representam uma estratégia de seguridade alimentar alternativa que pode diminuir as pressões sobre os recursos naturais de uso repetitivo como os de cultivo e envolver no conjunto do trabalho todos os membros das famílias, assim minorando o êxodo rural. Podem ser utilizados como forma de captação de recursos complementares às atividades de cultivo potencializando o poder de aquisição das

famílias e acompanham as mudanças estruturais que possam incidir sobre a comunidade desde que se conserve e contabilize tais estratégias tão importantes como as de cultivos ou assalariadas.

Estratégias sociais e econômicas podem ser relacionadas com o uso de “crias” (frango e pato). Esta criação serve para retribuir favores, realizar trocas, fazer oferendas e garantir a segurança alimentar. A importância das crias de pequeno e médio porte nos quintais ou áreas adjacentes às unidades domésticas mostra que estes são bens estratégicos utilizados em ocasiões específicas. A sua presença em torno das casas mostra a maneira multifacetada como manejam seus recursos, sendo essencial nesse processo a participação de mulheres e crianças para desenvolver o que aqui se considera como *produção invisível*. Segundo MENEZES (2001 p.7): “o conceito de ‘produtos invisíveis’ refere-se aos produtos utilizados como valor de uso direto de bens e serviços apropriados pelas unidades familiares no presente, que escapam às estatísticas oficiais”. Estes produtos invisíveis são atrelados à diversidade biológica, ao domínio do território, às técnicas alternativas de reprodução social e podem ser destinados a funções polissêmicas.

Sobre a composição social e participação de outros agentes das unidades domésticas na produção invisível, Menezes et. al. (2001) pesquisou alguns assentamentos agroextrativistas da região sudeste do Pará e identificou que estas atividades chegam a responder por 18,77% e em alguns casos em até 35,38% da renda familiar o que remete a um dado saliente que precisa ser ponderado na análise da chamada agricultura familiar na Amazônia.

Segundo o autor, a produção invisível destina-se prioritariamente ao consumo familiar, podendo também ser utilizada em trocas e negociações monetárias, por isso não tem mercado definido e circula aleatoriamente muito mais com o valor de uso do que com o valor de troca. Por isso encontra-se inserida no manejo do território associado ao estoque ou escassez de recursos naturais e envolve o trabalho complementar em ambiente doméstico ou circunscrito como no caso dos quintais ou terreiros como expõe o autor:

Nos estabelecimentos familiares, a mão de obra é utilizada dentro do estabelecimento no sistema de produção e fora dele, na coleta de frutos, na pesca, na caça, na retirada de material da floresta ou na capoeira e nos trabalhos domésticos, bem como na criação de pequenos animais e no beneficiamento de produtos de auto-consumo (arroz, feijão, milho, mandioca, café, etc.). Esses bens são transformados por meio da produção doméstica, com o auxílio do tempo dos membros da família, que se dedicam a outros bens e serviços que satisfarão às necessidades dos indivíduos. (MENEZES ET. AL. 2001, p. 13).

Portanto, ao se referir a essas unidades deve-se procurar entender as várias dimensões relacionadas a serviços, redes de consumo, valor simbólico e as variáveis que podem estar visíveis ou não às etapas de cultivo e produção. Outros trabalhos como o corte de estacas, limpeza de terrenos, alimentação das criações, manutenção e confecção de armamento, construção ou manutenção galinheiro, conserto de casas, queima e armazenamento do lixo, trabalho na horta e manutenção do maquinário muitas vezes são desconsiderados por relatórios e pareceres técnicos.

Nesse conjunto de relações a participação de mulheres e crianças constitui força fundamental para a continuidade das atividades consideradas prioritária. Estes agentes sociais têm acúmulo de trabalhos paralelos e ocultado pelas estatísticas e por isso concebidas aqui como invisíveis. Esta percepção convida a uma reelaboração não só do conceito de agricultura familiar, mas também das dimensões que quintais e terreiros podem ter. Esta análise foi central em relação à Santa Rita da Barreira.

A escassez dos recursos e as condições financeiras das famílias estão produzindo transformações nas modalidades de uso dos recursos naturais que persistem na forma de acesso e uso comum. Evidencia-se que as práticas comunitárias estão se restringindo a espaços familiares. Exemplifica com a organização dos quintais, espaços importantes para o manejo e socialização de recursos entre os membros de uma mesma unidade doméstica ou várias delas.

### 3.1 ETNOGRAFIA DOS “QUINTAIS” OU “TERREIROS” QUILOMBOLAS.

*Aqui quase ninguém senta na frente, é raro. A gente senta nos bancos, perto do jirau, e é em todos. Sebastiana (31 a.).*

Entre os quilombolas de Santa Rita da Barreira, o entorno das casas se caracteriza por ter vegetais de pequeno porte plantados na frente, bancos e descampados, gramados ou arenosos, também uma árvore que brinda com a sombra. Atrás das residências encontram-se as árvores frutíferas, os girais, os banheiros, alguns bancos e pequenas construções de madeira destinadas a galinheiros, viveiros ou barriquinhas para receber as visitas. Os “quintais” ou “terreiros” constituem um universo singular. Durante a pesquisa de campo foram feitas duas perguntas aos entrevistados com o objetivo de conceituar o que é esse espaço. A primeira pergunta: Existem diferenças entre “quintais” e “terreiros”? A maioria dos entrevistados respondeu que sim. A segunda pergunta: Quais as diferenças? Foram várias as respostas.

Para o Sr. Damião Castro (37 a.) o “Terreiro é área limpa. Quintal é onde ficam as frutas, plantas, criação”. Já o Sr. Valdir Reis (36 a.) considerou que “Terreiro é aberto,

*quintal é cercado*". Nas palavras da Sra. Antônia Silva (58 a.) o "*Terreiro fica em frente da casa o quintal atrás*"; por sua vez o Sr. Oswaldino Gama (75 a.) ponderou que "*Quintal é aberto. Terreiro é limpo e fechado*". Nas definições não se observa um consenso entre os entrevistados a referência de "aberto" e "fechado", em "frente" ou "atrás", "limpo" ou com plantas que norteiam as formas de apropriação do território e traduzem a visão que os próprios quilombolas possuem deste ambiente. No universo de trinta e três entrevistados, 33% responderam que utilizam a terminologia "Quintal" para referir-se a esta parte. Outros 21,2% a denominam de "terreiro" e 48,5% não veem diferença entre ambos.

Estabelecer uma definição padrão torna-se menos importante que entender as estratégias de manejo e domínio que exercem sobre esse ambiente que construíram, pois o fato de ter árvores frutíferas, de ser cercado, limpo ou não, demonstram as interações e ações que estabelecem em seu cotidiano nele.

Em entrevista, a Sra. Sebastiana Santos (31 a.) fez uma longa explanação sobre o caráter multifacetado dos usos em terreiros ou quintais ao considerar que representam também um ambiente "*calmo, mais tranquilo, tem aonde a gente conversar com mais clareza. A gente sentava à noite no quintal, saía aqui do nosso e sentava no quintal do vizinho pra li, e lá já tinha um banquinho, saía aquele café na boca da noite, como até hoje*". Em sua explanação refere-se sempre ao quintal como a área que está localizadas por trás das casas e ao que parece englobam processos sociais específicos marcados pelo uso comum, o ambiente de livre circulação, o momento de grande sociabilidade destinado a conversas e reuniões informais que ocorrem no final do dia ou durante as folgas.

A entrevistada comentou que nos quintais, as rodas de conversas apresentam um caráter pedagógico por se constituírem em momentos de ensinamentos e aprendizagens em que se recuperam experiências passadas: "*Nas histórias eles vão se lembrar, os mais adultos, aqui em casa é centro das atenções. A gente passa a tarde conversando, aí anoitece conversando, se lembrando do passado, como era a atitude das crianças naquele tempo e vê como é hoje, dos jovens daquele tempo*".

Por meio da memória, conferem as mudanças em relação ao espaço habitado como acrescentou a mesma entrevistada: "*Tinha aquela roda de conversa na boca da noite e aí saía a história, como era de primeiro aquele local, a distância de uma casa uma pra outra, era difícil aquele acesso, essas coisas. Então, a gente tem uma facilidade muito grande no quintal da gente, o nosso aí é livre*". O quintal expressa segurança, facilidade e liberdade. De outro lado, não se pode perder de vista que também existem regras de uso nos quintais ou terreiros,

alguns recursos como frutas, crias, ambientes específicos e pomares, às vezes, são de uso restrito ou individual, pois é exclusivamente dos membros das unidades domésticas próximas.

O sentido de território, apontado por Almeida e Sousa (2009), em terras tradicionalmente ocupadas, ultrapassa a materialidade da terra no que se refere à disposição e uso dos recursos naturais (hídricos, florestal, solo e subsolo), pois esta incorpora representações simbólicas que abarcam a identidade sociocultural e a etnicidade à medida que reforçam o sentimento de pertença, laços de solidariedade referidos ao grupo. Portanto, a propriedade enquanto categoria para definir os limites geográficos a serem usufruídos pelos grupos étnicos apresenta limitações conceituais à medida que o território incorpora tanto o plano físico quanto simbólico, por isso diferencia-se enquanto território étnico.

A construção de cercas em algumas casas e com maior incidência nas mais recentes testemunham possíveis mudanças que são justificadas de outra forma pela Sra. Sebastiana Santos (31 a.) ao afirmar que: “*A cerca no quintal é só aqui na frente, é uma proteção, no fundo é livre, eu ando do fundo do meu quintal para o meu vizinho, lá eu sento no banco do meu vizinho, lá nós conversa, não tem essa divisão, né. O cercado é pra não entrar de moto porque tem criança correndo*”. As cercas representam a proteção das crianças e não incorpora o sentido da propriedade privada, isto apesar de haver uma delimitação simbólica nos territórios acatada por regras, costumes e tradições. Tratando-se de áreas de cultivo e extração, as “fronteiras” geográficas são definidas por limites naturais reconhecidos nas várzeas, igarapés e matas.

Thompson (1998) destaca os costumes e tradições como elementos importantes e definidores das relações sociais ao considerar que o costume se revela como a interface das práticas sociais e é concebido como “lei”. Nessa interpretação ainda, os costumes podem se configurar através de crenças, normas sociológicas, práticas usuais e usos coincidentes desprovidos de registros escritos ou regulamentos formais e se atualizam principalmente pela tradição oral. Destaca o mesmo autor que por meio desse valor social estabelecem consensos, normas comunitárias, obrigações de vizinhanças, trocas, serviços, regras de usos e sanções que são aplicadas de forma endógena aos grupos ou unidades sociais e podem representar símbolos, signos e significados de disputa de poder nas inter-relações sociais, econômicas e políticas à medida que o direito e regulamentos formais e constitucionais não contemplarem o *lex loci* (costume local):

O *lex loci* só adquire significado quando inserido num estudo disciplinado do contexto local que procure conhecer o equilíbrio das terras incultas e aráveis, difusão e concentração de propriedades, colheitas e rebanhos, fertilidade do solo, acesso aos mercados e demografia populacional pertinentes as



características geográficas apropriadas pelo direito comum e tradições orais (THOMPSON, 1998, p. 120).

O território expressa o bem maior usufruído pelas famílias, o que extrapola a idéia de propriedade. Este ganha ainda conotações simbólicas reconhecidas nos costumes e tradições que postulam o bem comum e o direito ao uso coletivo da terra como dimensões específicas dos territórios étnicos.

Os quintais, enquanto áreas de uso comum, reproduzem espaços diferenciados no que se refere ao uso familiar. Segundo Acevedo Marin e Castro (2004) em estudos sobre a comunidade quilombola do Abacatal (Ananindeua-PA), eles correspondem a 39% do uso do território pelas famílias devido às diversas formas de utilidades, à acessibilidade e à diversidade de espécies disponíveis e estrategicamente selecionadas.

Entre os atrativos que os quintais ou terreiros oferecem, estão as disponibilidades de vegetais frutíferos cujas disposições no território são definidas segundo a leitura que fazem do ambiente, da facilidade de acesso, das preferências. No inverno os frutos aparecem com maior incidência oferecendo bastante fartura, como destaca Bruno de Menezes (2005, p.85), em seu livro “Batuque” no poema “fartura”: “Tanta fruta madura tanta fruta pelo chão./ Tanta terra plantada/Pejada de fruto que ainda está para nascer [...] / Tanta fartura de fruta cheirosa que o preto plantou boa de comer.../ E é por isso que a gente até nem estende a mão”.

A livre circulação no território, assim como nos terreiros ou quintais, permite-lhes acionar a qualquer momento um fruto que pode estar nas árvores ou no chão, no terreiro do vizinho ou próximo ao ramal, na várzea ou no igapó, a distribuição de algumas espécies no território ocorre quase de forma indistinta.

Alguns frutos são mais ambicionados que outros, dentre os quais o açaí que ocupa posição prioritária na preferência e no consumo entre as famílias; a goiaba, abacaxi estão em maior disponibilidade. De outro lado, ajirú, ata, pião, carambola e bacabi são encontradas com escassez por uma questão de preferência ou não. No quadro abaixo a disponibilidade de frutas nos quintais e roças quanto à incidência e consumo no verão e inverno:

Quadro 04 – Uso dos Terreiros ou quintais: Frutas

<b>Coleta: Verão/Inverno</b>	Manga, cidra, abacate, bacabi e tucumã
<b>Coleta: Verão</b>	Laranja, coco, goiaba, ingá, caju, cupuaçu, banana, graviola e carambola.
<b>Coleta: Inverno</b>	Açaí e acerola.
<b>Disponibilidade Maior</b>	Abacaxi, açaí, goiaba, limãozinho, caju, manga, cupuaçu, jaca, banana, bacaba e abacate.
<b>Disponibilidade Razoável</b>	Limão enxertado, limão galego, ingá, acerola, tangerina, lima, graviola, pupunha, biriba e cacau.
<b>Disponibilidade Menor</b>	Muruci, ajurú da praia, ciriguela, ameixa, abil, taperebá, fruta pão, cidra, ajirú, ata, pião, carambola e bacabi.

Fonte: pesquisa de campo: junho/novembro de 2010.

Os critérios de ‘maior’, ‘razoável’ e ‘menor’ disponibilidade se referem ao número de pés em cada “terreiro” ou “quintal” e ao consumo em cada unidade familiar conforme informações sistematizadas das entrevistas. De acordo com o calendário acima se observa que grande parte das espécies de árvores frutíferas florescem no inverno e amadurecem os frutos no verão, quando colhidos fora de época têm o sabor comprometido como afirmam alguns entrevistados.

Algumas técnicas de manejo das frutas com fins de maturação são utilizadas, como o envolvimento de banana e manga na folha da bananeira ou a prática de enterrar o tucumã ou deixar exposto o mamão e o uxi em uma área de grande insolação, como sobre o telhado das casas.

Os quintais ou terreiros são ambientes de domínio das famílias quilombolas que exercem o controle sobre suas posses por meio de um etnomapeamento que lhes permitem localizar cada espécie de árvore plantada, cada utensílio, construções e suas funcionalidades respectivas. O domínio ocorre com a organização de espaços específicos para as árvores maiores, os jardins encontrados ao lado ou em frente das casas, as pequenas construções como viveiros, barracas e latrinas ao fundo ou nas laterais, banheiros e girais em áreas centrais e mais limpas. As cobertas e construções voltadas a depósitos ou fogões de barro próximos ou anexados às unidades familiares, assim como os bancos e “cordas” para estender as roupas. Entre as áreas especificadas são encontrados os pequenos viveiros, alguns suspensos com mudas de ervas medicinais ou verduras protegidas das “crias”.

Muitas vezes nos quintais ou terreiros pode-se imaginar a extensão das relações domésticas e as redes de vizinhança através das atividades diárias. Muitas delas representam atribuições sempre socializadas:

O quintal serve pra estender roupa; a gente tem as barracas pra trás que guarda os bagulhos, onde as galinhas choca, põe açaí de molho, cozinha, lava, assa com a lenha, carvão, lavar. O abrigo dos animais, as galinhas dorme mais nas árvore, tem um jirau grande pra tratar o peixe, estender roupa, onde as crianças brincam, é raro ver elas brincando na frete da casa é mais lá pro fundo. Sebastiana (31 a.)

Observa-se a lavagem de louças (e de roupas), a existência de girais de até quatro metros de comprimento com torneiras adaptadas e também a preparação de comidas em fogões de barro e uso de carvões e lenhas em alternativa à falta do botijão de gás. O lixo produzido é queimado ou enterrado nos quintais ou terreiros. A queima ocorre com maior frequência durante o verão, enquanto que no inverno preferem enterrar. Outros utensílios e pedaços de objetos jogados pelo chão podem ser aproveitados pelas crianças para inventarem a brincadeira e o lazer:

Fotografia 04 - Adultos e crianças no quintal.



Fonte: Pesquisa de campo julho/2010.

Fotografia 05: Crianças brincam com talhos e espata<sup>34</sup> de inajá.



Fonte: Pesquisa de campo julho/2010.

As imagens demonstram que os quintais são espaços privilegiados de grande sociabilidade por disporem, também, de sombras e diversas opções de lazer para as crianças, próximas às residências permitem o monitoramento pelos responsáveis.

Quando procura pelo menino e sabe que tá no quintal já tem uma segurança. Lá eles fazem o balançinho deles, tem o balançinho nas árvores, até a noite. Quando não, eles brincam com o camburão, sai catando plástico e lata e joga no camburão e no balde toca fogo. O perigo maior dos quintal é o vidro, quando quebra um vidro a gente joga na ilha de tucumã, por que é aonde ninguém vai, por que lá tem espinho. Eles correm muito, brinca de laçar como se outro fosse boi. Tem vidro, caco de tijolo, toco. Cada tempo tem um tipo de brincadeira, a brincadeira do inverno é mais lenta, são mais caseiros. (Sra. Sebastiana Santos).

<sup>34</sup> A espata é a base de sustentação dos cachos de inajá e é utilizada como assento, para transportar água, como cesto.

As crianças se apropriam das condições naturais oferecidas pela vegetação para as brincadeiras em árvores, adaptação de materiais não produzidos (plásticos, latas) ou ainda com a coleta de galhos, folhas, cascas e ouriços para fabricar brinquedos.

Nos quintais existem também espaços reservados à domesticação de espécies trazidas de outros ecossistemas e colocadas em canteiros ou proteções específicas. A adubação natural é colocada como que em um experimento para saber o grau de adaptação se deve ou não ser incorporada ao repertório que compõem as espécies vegetais selecionadas nos quintais como apontam Acevedo Marin e Castro (2004).

O quintal é um espaço, também, para reduzir os incômodos do calor em alguns períodos do ano durante o verão. A proteção das copas das árvores permite ficar comodamente nas redes. Outro uso refere-se à construção dos “banheiros de verão” com pedaços de madeira descontínuos ou com palhas nas laterais. Estes são desprovidos de cobertura e o armazenamento da água ocorre em bacias de borracha, de alumínio ou de plástico de um dia para outro para ter uma água mais fria. A Sra. Sebastiana Santos (31 a.) comentou que: *Todo ano tem que fazer o banheiro lá fora. No verão o banho é mais fora, por causa da quentura. Com a palha pra fazer a cerca, não tem cobertura, a torneira é lá fora, mas carrega a água, deixa de um dia pro outro ela amanhece fria, na bacia de pneu e tanque.* São construções simplificadas e rústicas, mas ideais para desmontar quando necessários e sua utilidade é por tempo limitado.

Nas pequenas barracas dos quintais armazenam-se peneiros, vidros, caixas de madeira, rodas e outros utensílios necessários, muitos reaproveitados ou adaptados para outras funções. Também as ferramentas como carro de mão, porretes, bonés e botas de trabalho. As barracas são construídas juntamente com mesas e bancos improvisados inicialmente para receber visitas em ocasiões especiais como aniversários e que após os eventos passam a ser utilizadas para outros fins, como depósitos, ou continuam sendo usadas para fazer refeições ou receber visitas. Na imagem abaixo as construções provisórias:

Fotografia 06 - Construções provisórias com usos diversos. Fotografia 07 - “Banheiro de verão”.



Fonte: Trabalho de campo setembro/2010.

Fonte: Trabalho de campo junho /2010.

O Sr. Francisco Santos salientou, que os quintais servem para *“criação, plantação, estender roupas, reunião, lazer das crianças e queima de lixo”* e ainda assar e cozer alimentos, guardar as motos e aproveitar a sombra das árvores. A Sra. Ângela Castro (36 a.) refere-se ao terreiro e indica como utilidade a acomodação dos animais e o descanso à sombra. Foi no seu terreiro também que a Sra. Maria de Lurdes Castro (55 a.) mandou construir uma barraquinha coberta de folha de *“inajazeiro”* para receber as pessoas em comemoração ao aniversário de seu marido, mas depois passou a usá-la para cozinhar feijão, assar, esconder-se do sol e pendurar peneiros com galinhas para *“chocar”*, como se observa na foto.

As crias são encontradas nos terreiros ou quintais, os *“bicos”* como são chamados o galo, a galinha, o pintinho, em maior quantidade, e alguns patos e poucos perus destinados ao consumo doméstico. Os ovos das aves dificilmente são consumidos, pois se prioriza a reprodução. O período em que mais consomem galinhas denomina-se de *“mês do galo”* sendo este de maior dificuldade financeira. As crias são alimentadas com milho comprado em São Miguel do Guamá ou com a casca ou o bico da batata da mandioca.

Muitas famílias não criam *“bicos”* ou diminuíram a quantidade em seus quintais, devido o alto grau de mortandade ocasionado pelo o que chamam de *“Gugu”*, doença que se caracteriza pelo entupimento das vias respiratórias das aves. Raimundo Gomes recupera o período em que se criavam porcos ao afirmar que, *“antes se criava o porco solto, a roça ficava à quilômetros da residência, hoje a roça fica próxima e os animais presos não vão pra*

*frente*”, o depoimento demonstra a descontinuidade de uma tradição e a perda de território já que a distância entre as crias de porco e as roças eram significativas.

Da mesma forma salienta Raimunda Rufina: *“lá no terreno do meu pai a gente tinha muita fruta, criava muito porco, agora não cria mais. Agora não tem como trabalhar pra longe, a cria acaba com tudo. Eu vendia muito porco aqui, de oito capado”*. Em ambas as narrativas se reiteram as explicações de que a perda de território influenciou sobre a criação de porcos. Hoje poucos circulam pelos quintais onde predominam as aves.

Quanto às criações de “bicos” entre os trinta e três entrevistados 60,4 % informaram que são as mulheres as principais responsáveis. Os quintais ou terreiros são espaços efetivamente do fazer das mulheres que organizam as criações, controlam e manuseiam os ovos para consumo e preparam os “ninhos” com a tala do japuti ou Guarujá, para que os “bicos” possam “chocar”, elas ainda realizam a contagem, a acomodação das aves nas árvores no final da tarde e os alimentam no início do dia.

As tarefas das mulheres são realizadas com mais intensidade no horário da manhã, onde se inclui a preparação do almoço, lavagem de roupa, limpeza e arrumação da casa e do quintal ou terreiro, cuidado com as crianças e a preparação delas para ir à escola. Elas desenvolvem várias habilidades e reproduzem um conhecimento prático que atualizam e combinam com todas essas atribuições. Na condição de mãe, mulher e na comunidade, enquanto lideranças políticas locais, fazem trajetórias diferentes com reconhecimento social como o reservado à Velha Joça. Segundo Pinto, as mulheres sempre ocuparam posições importantes na organização social dos quilombos na Amazônia:

Neste processo de resistência, a mulher desempenhava um papel de vital importância. Podia ajudar tanto na produção econômica como ‘administrar’ em termos logísticos, materiais e culturais os próprios quilombos. Pois estes eram ao mesmo tempo comunidades camponesas e unidades militares. Na manutenção material, no abastecimento de provisões, na confecção de roupas, de utensílios, no mundo espiritual e no mundo do trabalho, de forma geral, as mulheres foram muito importantes na comunidade quilombola. (PINTO, 2004, p. 20)

A conotação política do termo quilombola remonta uma história de luta e sobrevivência que hoje se coloca a partir de novas demandas representadas pelo direito à posse da terra e a inserção política e social através de políticas públicas específicas. O termo quilombola ou quilombo, remanescentes de quilombos e comunidades negras, na atualidade passaram a reproduzir elementos de autoidentificação, representação social e política e/ou identificação étnica. Neste trabalho a referência à categoria “quilombola” está diretamente vinculada a uma concepção política como define Almeida (apud ACEVEDO MARIN, 2004, p.12):

Quilombola é mais precisamente aquele que tem consciência de sua posição reivindicativa de direito étnicos e a capacidade de auto definir-se como tal, mediante os aparatos do poder, organizando-se em movimentos e a partir de lutas concretas.

Nestes termos, pode-se considerar que ao se referir às demandas sociais destes grupos étnicos, não se pode ocultar o respeito à autonomia política, a auto-definição e ao direito de definirem suas prioridades. Nas situações sociais vigentes, as prioridades são o reconhecimento ao direito de propriedade e à titulação coletiva. Desta feita, o reconhecimento do “fator étnico”, como elemento importante na definição de reivindicações contemporâneas específicas que perpassam prioritariamente pela titulação do território, pela assistência a saúde, educação, cultura e respeito às práticas religiosas. Estas demandas são pertinentes à história do tempo presente e não podem ser confundidas como sendo exigências anacrônicas feitas por esses grupos.

A ressemantização do conceito de quilombo, pressupõe a busca por reconhecimento étnico e garantia de direitos sob novas estratégias de domínio e representação política em que os agentes sociais mobilizados incorporam uma identidade social coletiva. A atuação das mulheres quilombolas representa a continuidade de uma organização social importante no cotidiano da comunidade atuando nos esquemas e articulações políticas enquanto grupo autônomo, ou seja, exercendo atividades cotidianas fundamentais para a manutenção da coesão social.

Em Santa Rita da Barreira a produção artesanal, as sessões de reza, as festividades, os serviços domésticos, o cultivo de horta, a limpeza dos quintais, a administração das finanças da casa e as práticas de cura, concentram uma maior participação feminina. São cerca de dezessete, entre jovens e adultas que formam o “Clube de Mulheres”. Sebastiana (31 a.) informou que a organização das mulheres começou com o clube de mães, depois passou para o grupo de mulheres: *“As jovens não tavam, agora tá todo mundo, antes no clube de mães era pra mais de 20, colaboravam nas festas, agricultura na roça na horta, na igreja, zelava a igreja, participava da celebração, nas orações”*. A entrevistada relata que hoje tem mais dificuldade para reunir as mulheres, a participação diminuiu, pois nem todas concordaram com mudança do nome do grupo ocorrida em 20 de junho de 2009.

O “Clube de Mulheres” responsabiliza-se pelas atividades religiosas (festividades, novenas e orações), preparação de alegorias e enfeites, adereços e exposição de artesanato, reuniões, preparação de comidas e ensaios. Nas fachadas de 14 casas situadas no “arraial” estão fixadas pequenas cruces de madeira indicando as 14 estações, onde se realizam as novenas um mês antes do dia de “Corpus Kristus”. Às quartas-feiras as rezas são realizadas na



igreja sob orientação das mulheres. Na sexta-feira da “Semana Santa” são realizadas novenas nas 14 casas, a “via sacra”, e culminam com a 15ª novena na igreja da comunidade onde se celebra uma missa; o padre comparece na comunidade ao menos quatro vezes ao ano para realizar batizados ou eventos especiais em datas religiosas.

A Sra. Sebastiana destacou que o “Clube de Mulheres” hoje concentra suas atividades no trabalho com a horta, reuniões, divisão de atividades e participação em oficinas para a aquisição de conhecimentos técnicos a serem aplicados nos lares e na comunidade. Dentre os produtos cultivados na horta com destino ao consumo doméstico e vendas esporádicas, estão: o alface (60 dias), cheiro (15 dias), cenoura (90 dias), pimentinha (06 meses), tomate (06 meses), caruru (15 dias), quiabo (90 dias), pimentão (07 dias), jambú (15 dias), jiló (04 meses) e berinjela (04 meses). Na imagem abaixo vemos os técnicos da EMATER orientando o cultivo em hortas organizadas pelas mulheres.

A entrevistada afirmou que as orientações dos técnicos da EMATER ocorrem sempre que o grupo sinaliza interesse e que ocorreram situações em que as técnicas de produção tradicionais foram substituídas por orientações fornecidas por técnicos de instituições que atuam no “setor rural” e, então, a produção foi menor.

Fotografia 08 - Técnicos da EMATER na horta orientando



Fonte: Pesquisa de campo outubro/2010.

Fotografia 09- Hortas protegidas contra as “crias”.



Fonte: Pesquisa de campo outubro/2010.

Na imagem acima, vemos a adaptação da horta para evitar a destruição por pequenas criações (galinha, pato, porco). Sobretudo, os porcos estavam acabando com as plantações e, como informado, roças próximas às residências impedem as criações de porcos. Com esta limitação, os chiqueiros estão sendo construídos em uma área de várzea próxima ao rio Guamá distante da comunidade, pois os porcos estavam acabando com as roças. O trabalho dispensado às criações necessita ser incluído nas redes de relações sociais e em ações cotidianas que pressupõem a cooperação simples no processo produtivo.



A “gestão” do espaço doméstico pelas mulheres inclui a confecção de instrumentos utilizados na apanha de frutas, técnicas de produção artesanal, de conservação e maturação de alimentos e de combate as pragas. Este conhecimento requer observação e interação com ambientes distantes das casas como na várzea, igapó ou floresta.

### 3.2 CONHECIMENTO PRÁTICO E USOS DIVERSOS

As observações sistemáticas, a troca de informações e a experimentação, consubstanciaram técnicas de manejo presenciadas em várias atividades no território e experimentadas no ambiente doméstico e quintais ou terreiros. Sebastiana Santos (31 anos) relatou que a “apanha” de frutos é feita com um peneiro de “guarumã” amarrado em uma vara, cada peneirinho pode colher até três frutos, os confeccionados em tamanho maior podem ser utilizados para transportar as roupas para os igarapés ou para guardar as roupas ou o enxoval das crianças. A entrevistada referiu-se ao “curatá<sup>35</sup>”, que é retirado da palmeira do “najazeiro” como um utensílio que pode ser utilizado como carrinho pelas crianças, ninho para as aves, bacia para lavar roupa e amassar açaí, para dar banho nas crianças, colocar roupa de molho e guardar peixe e carne salgada.

A regulação de sementes nos quintais ou terreiros foram apontadas pelo Sr. Antônio Pereira (53 a.) ao relatar que há controle sobre a reprodução das espécies vegetais frutíferas nos quintais através da queima das sementes e caroços para evitar o acúmulo e superposição das vegetações que impeçam a insolação e comprometam a qualidade e quantidade de frutos. A Sra. Maria Antônia (36 anos) informou que produz peneira, vassoura, peneiro e gaiolas com o cipó, gomo e talas do “japuti” e “buruti”, ou ainda com talo do tronco do “guarumã”. Sobre a limpeza dos quintais ou terreiros, considerou que ocorrem somente aos finais de semana, de sete em sete dias aos sábados, durante a semana o material orgânico que se acumula sobre o solo ajuda a equilibrar a temperatura do ambiente e serve de alimento para as crias, utilizam ainda, vassouras artesanais feitas com palha de inajá para varrer o terreno.

Estes conhecimentos e domínios de técnicas agroecológicas passam despercebidos nos manuais de projetos. Almeida e Sousa (2009) destacam a relação entre biodiversidade, uso comum e conhecimentos tradicionais:

No interior da área de uso comum é que conserva uma significativa agrobiodiversidade, além de ocorrer o manejo de erva-mate nativa, a criação comum de animais, espécies florestais forrageiras, frutíferas nativas, ervas medicinais e variedade de cultivos agrícolas. É neste espaço social que se encontram as moradias, normalmente cercadas em pequenas áreas de terras denominadas de quintais, lugar de produção de hortaliças e pequenas culturas

<sup>35</sup> A espata do inajá tem o nome específico de coaratá.

de subsistência. Além do espaço de uso comum, há também aquele de uso privado, as lavouras, que são encontradas do lado externo ao criadouro e que apresentam em sua maioria lavouras compostas, como milho, arroz, feijão e fumo. (ALMEIDA; SOUSA 2009, p.151).

O domínio sobre o ambiente a partir de um conhecimento peculiar se verifica também na preparação de adubos a serem utilizados em pequenas plantações, hortas e roças, a preparação do adubo orgânico pode ser feito com a coleta do material acumulado no sobressolo “biomassa” (folha seca, galhos, etc.). No processo de limpeza do terreno queima-se o material orgânico e retiram-se as cinzas para a adubação. Outras modalidades de adubação podem ser feitas com o esterco de animais recolhidos nas fazendas próximas ou com a casca da mandioca triturada ou ainda com as fezes das aves como relatou o Sr. Benedito Braga (34 a.). Desenvolvidas coletivamente, estas tarefas exigem sincronia, coesão e acordos que envolvem os agentes sociais da comunidade em posições distintas.

No combate às pragas, o entrevistado informou que para acabar com os ninhos de “saúva” nas roças basta colocar um “sarárá” (espécie de crustáceo – tamanho menor) na boca do ninho e cobrir com terra. Para espantar mosquitos, a Sra. Raimunda Souza asseverou que se utiliza o fogo feito com o caroço de tucumã ou o galho da maniva ao final da tarde. O tucupi apurado também serve para combater as formigas, assim como, a queima do maço do urucuri para espantar carapanã no ambiente doméstico. A Sra. Maria Castro enfatizou que as saúvas atacam com maior frequência as plantas cítricas ou de pequeno porte (limão laranja, tangerina, maniva e lima), principalmente durante o verão e que por isso plantam-nas nos quintais ou terreiros longe das moradias.

Sobre o uso das plantas medicinais na Amazônia, Berg (2010) em pesquisa sobre a taxonomia das ervas medicinais destaca que este conhecimento remonta tempos antigos e sempre se constituiu, enquanto objeto de investigação, desde os primeiros projetos de colonização. A catalogação, feita por viajantes, reunia um conhecimento de várias áreas da ciência e pretendia estabelecer uma padronização no que se refere à classificação das espécies, ainda que tenha sido um exercício melindroso, não há consenso entre os pesquisadores que se dedicam a continuar as pesquisas de taxonomia e a indicação das espécies, tanto que existem pesquisas exemplares na área.

Na Amazônia brasileira existe grande número de vegetais corriqueiramente usados com finalidades terapêuticas, tornando às vezes no Interior, a única fonte de remédios, principalmente nos locais mais isolados e distantes. Toda essa cultura “cabocla” herdada dos indígenas e misturada com a contribuição africana e a tradição européia, introduzida e adaptada com a contribuição do colonizador, constitui a rica farmacopéia Amazônia, que tem despertado não só interesse nacional como internacional, pela sua grande potencialidade. (BERG, 2010, p.19).

O conhecimento produzido no manejo das ervas pelos grupos étnicos na Amazônia, sinaliza um contínuo exercício de observação, aprendizagem e experimentação desenvolvidas por séculos em função da necessidade em sobreviver em um ambiente predominantemente natural. Das ervas se utilizam os talos, raízes, seivas, óleos e sucos ou folhas, em especial, com destinações variadas dentre os quais lesões e inflamações, regulação do sistema digestivo, dores e febre, em algumas situações, usa-se diretamente sobre a área afetada como no caso da alfavaca em que se coloca a semente sobre a pálpebra dos olhos em caso de inflamação.

As ervas medicinais “sulfato ferroso” e “pariri” são usadas em forma de chá no combate a anemia; a “quina” contra a malária; o vindicá e coramina também em forma de chá, são uteis para problemas cardíacos; a canarana tem grande eficácia contra as infecções urinárias, como confirma a Sra. Raimunda Rufina, considerada uma das curandeiras do povoado. Essas ervas e raízes são importantes para a preparação de banhos, defumações e benzimentos, contra os malefícios do “corpo e da alma” geralmente durante rituais.

Quadro 05 - Uso dos terreiros ou quintais: Ervas medicinais.

<b>Indicação</b>	<p><b>Lesões e inflamações:</b> mastruz, urucum, unha de gato, verônica, babatimão, meracilina, pião roxo, trevo roxo e panamá.</p> <p><b>Sistema digestivo:</b> Chá preto, japana branca, chicória, mamão macho, favaca, abacateiro, cordão de São Francisco, amor crescido, alho, hortelãzinho, brasileira, súcuba, mambututano, trevo menino, carrapato, cabi, canela, xiparigori e camarana.</p> <p><b>Dores e febre:</b> japana branca, catinga de mulata, anador, camilita, eucalipto, pião branco, pião mirim, guia de preto velho e cabelo de jurema.</p> <p><b>Sistema respiratório:</b> mastruz, esturaque, ipecacumba, afavacão, babosa, hortelã, gengibre, pirarucu, panamá e manjeriço.</p>
<b>Forma de uso</b>	<p><b>Chá:</b> Cidreira, Chá preto, Chicória, Matruz, Mamão Macho, Urucum, Favaca, Esturac, Abacateiro, Cordão de São Francisco, Amor crescido, Alho, Lima, Brasileira, Sucuba, Unha de gato, Verônica, Babatimão, Meracilina, Arruda, Pião Pajé, Vindicá, Correntinha da Branca, Nambututano, Gengibre, Trevo menino, Pirarucu, Trevo roxo, Panamá, Sulfato ferroso, Pariri, Quina, Anador, Xiparigori, Eucalipto, Camilita, Canela, Cuminho e Camarana.</p> <p><b>Xarope:</b> Babosa, Ipecacunha, Hortelanzinho, Japana Branca, Hortelã e Carrapato.</p> <p><b>Banho:</b> Cuia de Preto, Pião Mirim, Catinga de Mulata, Afavacão, Capim Santo Cuminho Velho, Cabelo de Jurema e Manjeriço.</p> <p><b>Mastigação:</b> Gengibre e Panama.</p>
<b>Parte da planta utilizada</b>	<p><b>Folha:</b> Panama, Trevo roxo, Pirarucu, Trevo menino, Correntinha da Branca, Coramina, Vindicá, Pião Pajé, Hortelã, Babosa, Catinga de Mulata, Meracilina, Afavacão, Capim Santo, Brasileira, Hortelanzinho, Lima, Amor crescido, Cordão de São Francisco, Abacateiro, Esturac, Favaca, Matruz, Japana Branca, Chá preto, Cidreira, Canarana, Manjeriço, Cabelo de Jurema, Cuia de Preto Velho, Pião Mirim, Cuminho, Xiparigori, Eucalipto, Camilita, Canela, Cabi, Anador, Carrapato, Quina, Pariri e Sulfato ferroso.</p> <p><b>Talo:</b> Cidreira, chá preto e meracilina</p> <p><b>Raiz:</b> Cidreira, chá preto, meracilina, chicória, mamão macho, urucum, ipecacunha, brasileira, nambututano, trevo menino e gengibre.</p> <p><b>Seiva:</b> urucum, babosa, pião pajé, pirarucu, carrapato, pião branco e limão.</p>

Fonte: Pesquisa de campo junho/novembro de 2010.

Aqui foram listadas várias dezenas de plantas. O conhecimento sobre as ervas medicinais constitui outra modalidade de domínio em que as mulheres se destacam tanto no

que se refere à identificação como no manejo e remediação. Algumas espécies são utilizadas em forma de banhos, mastigação e xarope ou chá com maior frequência. O domínio sobre as ervas medicinais apresenta-se a partir de um conhecimento e manejo específico, que não pode ser homogeneizado quanto à classificação, posologia e preparo do medicamento. Em caso de dosagem errônea o remédio pode se tornar veneno, por isso se constitui como um conhecimento de caráter peculiar.

As referidas plantas, geralmente apresentando muitos nomes vulgares, ou compartilhando nomes comuns, podem corresponder a espécies totalmente diferentes, causando confusão e dificultando pesquisas correlatas. Os aspectos morfológicos e taxonômicos em geral ficam desatualizados, quase sempre não documentados. Muitos vegetais corriqueiramente usados e bem conhecidos na Amazônia não são citados ou corretamente identificados em literatura botânica e fitoquímica, e isso possibilita erros graves por troca, com risco de intoxicação e ineficácia. (BERG, 2010, p.27).

A reprodução deste conhecimento entre os grupos étnicos ocorre a partir de uma aprendizagem pautada no conhecimento prático e intergeracional fundamentado na oralidade, que se coloca como um dos aspectos importantes da etnicidade, como já foi ressaltado, fator importante no processo de territorialização e continuidade do grupo.

A área de Santa Rita da Barreira está inserida em uma área de colonização antiga e tem passado por distintos processos de reconfiguração territorial, como demonstrado no capítulo anterior. O território quilombola apresenta características distintas e por isso a apropriação ocorre a partir de uma pluralidade de atividades na terra firme e na várzea, como se observa em relação aos igarapés Açú, Tucunaré, Mururé e o rio Guamá. Eles se constituem em recursos de uso comum para manejo da malva, açazais e da mandioca, pesca, transporte de produtos retirados da floresta como madeira, frutos e sementes, assim como para lavar roupas e outros utensílios domésticos e ainda usar para tomar banho.

As margens de igarapés, rios e várzeas são usufruídas de modo comum na coleta de sementes, caroços de tucumã, inajá e urucuri. Do caroço de inajá retira-se a “larva” do vagalume conhecida como “broca” ou taruá para usar como isca na pesca. Corta-se o “cipó de jacitara” pra servir de amarras em construções temporárias como viveiros ou para o uso na confecção do artesanato. A pesca não se constitui como atividade principal entre as famílias e geralmente está relacionada à complementação alimentar em alguns dias do mês, quando a situação financeira fica comprometida, algumas pessoas pescam o peixe para consumo diário, a média são de três a cinco peixes por família. Também é associada ao lazer.

Acevedo Marin e Castro (1998), em pesquisa sobre as modalidades de uso dos recursos naturais empreendidos pelos quilombolas do rio Trombetas, demonstram em

diversos ângulos como os moradores usufruem e leem o território a partir de um conhecimento prático. Em suas atividades cotidianas elegem as técnicas, equipamentos e estratégias de captura, conforme a coloração e profundidade dos rios e igarapés, frequência e classificação das espécies, quanto ao tamanho, cor, quantidade, comportamento e morfologia. Estas especificações sofrem alterações conforme o calendário do verão ou inverno permitindo às famílias estabelecerem regras e normas para a captura, assim como planejar e adequar suas necessidades ao uso do território estabelecendo ritmos e combinações alternados em diferentes ecossistemas.

As práticas e usos, verificados pelas autoras, no rio Trombetas apresentam similitudes em relação ao modo de vida dos quilombolas de Santa Rita da Barreira e os usos do rio Guamá e igarapés. A diferenciação está na perda da biodiversidade. O território dos quilombolas de Santa Rita da Barreira perdeu esse potencial devido ao assoreamento do rio e dos igarapés provocados pela extração de insumos (areia e seixo) para a indústria ceramista, abertura de ramais, aumento do trânsito de veículos pesados e avanços da pecuária extensiva. Mesmo com as adversidades recorrentes, o rio Guamá e os igarapés ainda são usufruídos como recursos importantes no cotidiano das pessoas como sinaliza a imagem abaixo:

Fotografia 10 - Área de pesca no rio Guamá.



Fonte: Pesquisa de campo outubro 2010.

Fotografia 11- Uso do igarapé Tucunaré.



Fonte: Pesquisa de campo novembro/2010.

Nota: Os usos sociais dos recursos hídricos sinalizam a continuidade das atividades desenvolvidas no território voltadas a pesca, lavagem de utensílios domésticos e roupas, e também para ingerir, banho, cozer e estocar peneiros e sacos com raízes de maniwa, portanto são indispensáveis para o modo de vida das famílias.

A pesca ocorre em diferentes períodos do ano, com mais frequência no inverno. A Sra. Antônia (50 a.) informou que com o aumento das águas o peixe “Cara preto” apareceu no rio há três anos com maior incidência, devido o transbordamento dos tanques utilizados em projetos de piscicultura em áreas de escavação antiga próximas do rio Guamá e igarapés. Os efeitos desta extração mineral provocou a formação de crateras de até quatro metros de

profundidade que foram abandonadas. Este é o caso da “Barreira” que foi explorada pela indústria ceramista do município.

As técnicas de pesca<sup>36</sup>, segundo o Sr. Edvaldo Silva (47 a.), são desenvolvidas de forma individual enquanto que outras se apresentam como coletivas, com a participação de dois a três indivíduos e a utilização de instrumentos de pesca que podem ser comprados ou confeccionados pelos próprios pescadores. As canoas são construídas artesanalmente, como indica o Sr. Alcindo Santos, através de processos de construção desenvolvidos entre os próprios membros da comunidade e com a devida permissão adentram a floresta e retiram a espécie barajuba mais utilizada para este fim.

As medidas adotadas no sentido de fomentar a piscicultura em áreas vizinhas e na própria comunidade necessitam ser planejadas de forma cuidadosa para que a diversidade de ictiofauna, ainda encontrada, não fique comprometida. As espécies que ocorrem nas águas que “banham” o povoado, conforme os dados retirados de várias entrevistas, são as de “água doce” e sinalizam um repertório transcrito abaixo:

Quadro 06 - Ictiofaunas encontradas nos rios e igarapés do Território Quilombola.

1- Aracapuri	17- Jiju	33- Pacamon
2- Carataí	18- Acará	34- Piaba papel
3- Pescada Branca	19- Tamoatá Cupim	35- Piaba Matupiri
4- Cara roxa	20- Tamoatá Camibena	36- Piaba Manteiga
5- Traíra	21- Jandiá	37- Ituí
6- Caraíeréré	22- Surubim	38- Sarapó
7- Mandubé	23- Tuí Terçado	39- Piramutaba
8- Bandarai	24- Tilápia	40- Dourada
9- Anujá	25- Guerri Guerri	41- Filhote
10- João Duro	26- Cuaça	42- Perema
11- Piranha	27- Piranderá	43- Araitha
12- Aracó	28- Tucunaré Paca	44- Liro
13- Peixe Agulha	29- Tucunaré Amarelo	45- Piracojubim ou piranambio
14- Sarda	30- Jacundá Coroa	46- Puraque Preto
15- Piratapioca	31- Jacundá Totoca ou Tucunaré	47- Puraque Amarelo
16- Cara Pescada	32- Carapomba ou Carabarrão	—

Fonte: pesquisa de campo – junho/novembro de 2010.

<sup>36</sup> As modalidades de pesca praticadas na comunidade são: A ‘tiradeira’ em que se utiliza uma vara com três ou mais anzóis e isca, coloca-se a vara com anzóis e iscas sobre a água, quando os peixes são içados retira-se da água, esta modalidade envolve dois ou mais homens e é praticada no inverno; A ‘rede’ com o uso de canoa e rede de 10 a 50 metros, lança-se a rede com pequenos pesos nas laterais sobre a água, arrasta-se a rede sob a água em um movimento circular até fechar o cerco depois se retira da água com os peixes, comum no verão e inverno; O ‘anzol’ com isca amarrado em uma linha fixada em uma vara de pode ser executada individualmente durante o verão e inverno; Com ‘Visor’ e ‘Arpão’ (4 cm) entrelaçado no braço com uma liga, na outra mão uma lanterna, o pescador mergulha em busca do peixe no período do verão; A ‘Piraqueira’ enquanto um pescado manipula a canoa outro munido de um arpão (cabo de madeira com ponta de ferro 1 m e ½ de comprimento) sentado a frente da canoa tenta fígar o peixe.

O consumo das espécies entre as famílias tem variações apesar de haver uma preferência pela dourada, pescada, tucunaré, surubim, jiju e filhote. As Canoas e os instrumentos de pescas são encontrados em posse de poucas famílias. Sr. Alcindo Santos salientou que a utilização da rede por pescadores “visitantes” no rio Guamá tem causado grandes problemas, “pois comprometem as espécies”. Ele denuncia também a diminuição de igarapés com a abertura de ramais que entopem e destroem as cabeceiras para extração de areia ceramista. Nas fazendas vizinhas, as cabeceiras dos igarapés são desmatadas para plantar e criar nos pastos.

A caça ocupa uma posição menos importante do que a pesca no que se refere ao envolvimento de membros da comunidade. Mesmo assim são obedecidas as regras de instalação, de trânsito e de circulação. A primeira é referente às armadilhas e trilhas, pois as poucas espécies de caça ainda existentes como paca, tatu, capivara, camaleão e preguiça devem ser preservadas. A retirada das florestas tem gerado grande perda de biodiversidade e a escassez de alimentos para os animais que migram para outros lugares ou não conseguem se reproduzir ou sobreviver.

Os “caçadores” experientes escondidos em locais da floresta previamente estudados ou estacionados em canoas na margem do rio, podem ouvir a circulação das caças em função dos ruídos que emitem ao caminharem sobre as folhas secas e lhes servem como indicadores, nos ensina o Sr. Alcindo Santos. A caça é praticada esporadicamente em período diurno ou durante a noite com montagem de armadilhas e tocais como o “mutá”, que se constitui em armação feita de madeira onde o caçador fica suspenso em uma rede esperando a aproximação da caça durante a madrugada. Os armamentos utilizados são espingardas artesanais municiadas com chumbo, além de terçados, facas, redes e porretes, alguns confeccionados com material retirado da própria área de floresta.

Algumas poucas espécies de árvores, consideradas nobres, são utilizadas também para a construção e reparação de casas como cedro, mogno e andiroba. A vegetação de médio porte, como o lacre e anuerá, são empregadas para fabricação de estacas, cercados ou para fazer lenhas. As barracas, viveiros e girais são construídos com essas árvores que crescem nas capoeiras. O Sr. João Castro relatou que as transportam em carroças da própria comunidade e que para executar o serviço de corte da madeira ainda na floresta contratam um trabalhador que disponha de serra elétrica. O valor do aluguel do equipamento é de R\$ 110,00 e de uma carroça R\$ 15,00 para fazer o transporte, isto quando a quantidade de madeira o requeira.

Fotografia 12 - Madeira serrada na floresta.



Fonte: Trabalho de campo agosto /2010.

Fotografia 13 - Extrativismo da madeira na várzea.



Fonte: Trabalho de campo agosto/ 2010.

Sobre a madeira utilizada para a confecção de canoas, pode ser trabalhada a partir de uma “peça” inteira. Nesta modalidade alcança a duração de quinze anos de uso ou pode ser cortada em pedaços e montada com técnicas de calafetação (colagem) o que reduz o tempo de uso para cinco ou seis anos. O entrevistado informou ainda, que os remos são confeccionados com madeiras mais leves como a andiroba, fava ou abuna, estas espécies vegetais ainda são encontradas nas áreas de floresta próximas à comunidade. O controle sobre as espécies de uso comum, de maior importância, foi imposto a partir das relações intragrupos em que a decisão de usar ou não perpassa pela aprovação do grupo.

A utilização dos recursos da terra firme e da várzea é combinada, com base na complementaridade e significa ter o domínio sobre os diversos ecossistemas e a necessidade em disponibilizar esse repertório diversificado dentro das regras do uso comum.

### 3.3 O CULTIVO DAS ROÇAS E QUESTÕES EM TORNO DA REDUÇÃO

O maior envolvimento e concentração destinados ao tempo de trabalho se voltam a preparar “roças” de três ou quatro tarefas. Estas representam uma das práticas mais antigas elaboradas como estratégia de territorialidade dos grupos étnicos na Amazônia e se caracteriza pela sistematização de conhecimentos agroecológicos, do clima, dos solos, das estações.

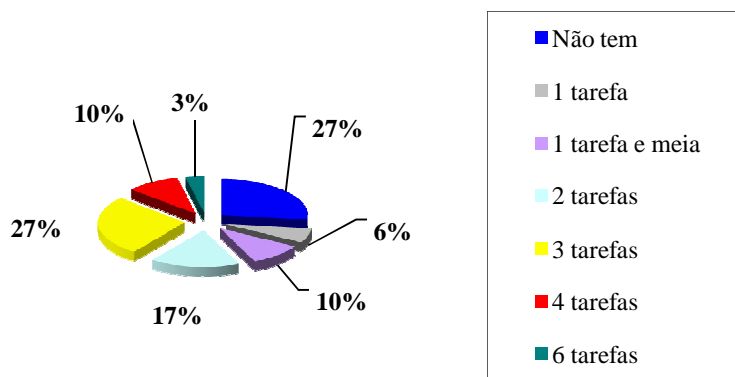
A perda e “enfraquecimento da terra” são reconhecidos pelos quilombolas e isto os leva a elaborar estratégias diversas. De vários anos para cá aumentou produção de mandioca



com o uso de Mirex<sup>37</sup> no combate as saúvas. Este veneno é um meio de combate mais sofisticados que acarreta outros problemas, o primeiro é o aumento do custo de produção. A organização e formas de cultivo em consórcios, o regime de “coivara” e a utilização de adubos naturais em Santa Rita da Barreira não tem solução de continuidade.

De acordo com o levantamento feito em campo, a roça vem perdendo espaço para outras atividades como os “bicos”, assalariamento nas indústrias de cerâmicas e o recebimento de benefícios públicos. As unidades familiares que não dispõem de roças ou que cultivam no máximo três “tarefas” é alto. Eles desistem do cultivo por indisponibilidade de trabalhadores ou pelo “enfraquecimento da terra” e passaram a buscar outras estratégias mais imediatas.

Gráfico 05: Número de roças por tarefas nas unidades domésticas



Fonte: Pesquisa de campo – junho/novembro de 2010.

O gráfico acima apresenta informações para entender o processo de mudança no que se refere ao declínio da agricultura na comunidade, apesar de ainda se constituir numa atividade primordial, os dados demonstram que 24,3 % das famílias não possuem roças, o que equivale ao mesmo percentual de famílias que detêm três tarefas. Esses números contrastam com a única família que plantou seis tarefas. Assim, está havendo uma redução das tarefas e roças na comunidade. Essa mudança foi registrada no relato da Sra. Raimunda Rufina:

O homem ía derrubar com 18 anos, só com 18 anos podia pegar no cabo do machado, a mulher capinava, serviçinho leve. Naquele tempo, era pau grande, dois homem dum lado dois do outro né, derrubava lá pro outro lado daqui, cê tava ouvindo a zuada, isso era a berruba, depois de limpo, daí que

<sup>37</sup> O Mirex está registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA sob nº 002692. Composição: N-ethylperfluoro-octane-1-sulfonamide (Sulforamida): 3 g/kg (0,3%) Ingredientes inertes: 997 g/kg (99,7%) classe dos Inseticidas/Formicidas do grupo químico das Sulfonamidas Fluoroalifáticas ingestão do tipo: Isca granulada/Fabricação - BUSCHLE & LEPPER S.A.

vai plantar. Planta o milho ou mesmo a mandioca, primeiro a mandioca depois o milho por cima. Nesse tempo plantava muito arroz agora pra fazer três tarefas de roça tem fazer três quatro capina, o mato cresce logo, naquele tempo era melhó, por que era mato, mais mole Raimunda Rufina (82 a.).

As limitações de abrir “roça” são correlatas com outros afazeres em que os jovens se inserem. O fato é que as famílias que ainda trabalham com as roças apresentam um melhor desempenho financeiro em relação às que abandonaram o cultivo. Isto interfere no corpo comunitário, pois o dia a dia das roças envolvia adultos, jovens e crianças e marcava os laços de solidariedade e a relação de pertencimento.

No cultivo de roças, o empreendimento ainda se sustenta com a participação direta de homens, mulheres e crianças que executam tarefas contínuas que vão desde a preparação da terra até a venda dos derivados da mandioca. Nos meandros de cada etapa, as crianças executam serviços complementares ou mais simples ao mesmo tempo em que aprendem e reproduzem o conhecimento em um processo de ensino e aprendizagem como observa Acevedo Marin (1998).

O manuseio da mandioca recém colhida no processo de “descasca” exige o uso de vestimentas simples e contato direto com as raízes, a exposição de pés e mãos e a disposição sentada no chão dos membros das famílias. Na imagem abaixo tarefas no beneficiamento da mandioca:

Fotografia 14 - Processo de “descasca” da mandioca.



Fotografia 15 - Armazenamento da mandioca.



Fonte: Trabalho de campo – Outubro/ 2010.

Fonte: Trabalho de campo - Outubro/ 2010.

Nota: Na foto à direita a demonstração da adaptação de materiais não produzidos na comunidade como os barris de plásticos para o armazenamento da mandioca como forma de substituir a falta de igarapés que antes eram utilizados para deixar a mandioca de “molho”. Na execução do trabalho, mulheres e crianças e os homens participam com muita frequência e às vezes estrategicamente são invisibilizadas nas etapas de produção pelas estatísticas oficiais diferentemente do que se observa na fotografia à esquerda.

Também alguns valores sociais atrelados ao trabalho como o “coletivismo” e o “comunitarismo” resultam fragmentados, uma vez que essas tarefas em grupo não os

reforçam. Não quer dizer que as formas de uso comum desapareçam, ao contrário, as unidades domésticas devem compensar a defasagem de braços na família ou a carência dos meios de produção.

A interpretação de Acevedo Marin e Castro apresenta uma luz sobre a racionalidade em adotar outras estratégias diante situações adversas que dizem respeito ao trabalho na roça.

A percepção da terra comum e não privada tem um papel importante nesses deslocamentos. Em tempos não estritamente regulares, o grupo doméstico procura se mobilizar em direção a lugares onde os alimentos desejáveis ou suas fontes estejam o mais próximo possível de seu lugar de residência. Sua permanência no mesmo lugar encontra limites nas condições do próprio meio natural. O ponto central dessa estratégia é o aumento do tempo do trabalho e o gasto de energia necessário para alcançar a distância entre o local de habitação e o local de trabalho. Há uma racionalidade que busca compensar, pela economia de tempo e esforço, as dificuldades impostas pelo uso de tecnologias rudimentares. (ACEVEDO MARIN e CASTRO, 1998, p. 170).

A aproximação das roças, a utilização de outros meios de armazenamento improvisados e a confecção de hortas cada vez mais próximas às unidades familiares demonstram restrições de trabalhadores, recursos e meios de produção, simbolizando também mudanças quanto às dimensões métricas e concepções de espaço e tempo de execução dos serviços. As etapas de plantio e limpeza das roças ficaram onerosas, em vários casos necessitam fazer empreitada pagando uma diária de R\$ 80,00 à R\$ 100,00 por tarefa para fazer a capina.

Segundo o Sr. Valdir Reis (36 a.) que dispõe de quatro tarefas e cultiva a “maniva”, maxixe, milho, feijão, quiabo e melancia, houve diminuição da produção o que reduziu-se “seu lucro”. Ele vende aos sábados na feira de São Miguel do Guamá (duas vezes ao mês) uma saca de farinha e tem que pagar o frete do ônibus a R\$ 2,50 por saca, onerando ainda mais o negócio.

No quadro abaixo o calendário de atividades demonstra a variedade de produtos cultivados e a distribuição por meses dos produtos produzidos no território em roças familiares:

Quadro 07- Calendário anual do cultivo e Colheita em “roças”.

Espécies cultivadas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mandioca		X	X	X	X	X	X					
Milho	X	X	X								X	X
Quiabo	X	X	X								X	X
Abóbora	X	X	X							X	X	X
Maxixe	X	X	X							X	X	X
Pepino	X	X	X								X	X
Tomate	X	X										
Vinagre		X	X	X	X	X	X					

Fonte: pesquisa de campo – junho/novembro de 2010.

Os cultivos destas espécies envolvem um sistema de consórcio com até três espécies como mandioca, milho e feijão. Algumas sementes são armazenadas em garrafas de vidros e podem ser compradas ou adquiridas gratuitamente na EMATER, com o compromisso de devolver a mesma quantidade de sementes após a primeira colheita. A destinação maior é para consumo doméstico e em situações esporádicas praticam a venda à beira do ramal ou na feira de São Miguel do Guamá, aos sábados. Com a aproximação das roças, as casas do arraial, com maior circulação de pessoas, algumas plantações ficaram vulneráveis às ações de transeuntes que saqueiam as hortas e roças.

O cultivo principal é a mandioca beneficiada para produzir farinha de tapioca, farinha e massa de mandioca para o preparo de tapioca e beiju; o tucupi não é aproveitado. Entre estes produtos a farinha d'água destaca-se como derivado principal. O processo de preparação da terra, plantação, colheita e beneficiamento da mandioca se processam em diversas etapas e envolvem todos os membros da família em trabalhos específicos individuais e coletivos<sup>38</sup>, de base comunitária ou familiar. Segundo Acevedo Marin e Castro (1998, p.163):

A família define as tarefas e os momentos dedicados a cada atividade e a distribuição pelos membros do grupo, mas também, é a guardiã dos valores

<sup>38</sup> Conforme depoimento de diversos moradores, as etapas de preparação da roça seguem a seguinte ordem: 1º “broca” com o uso de ferramentas cortantes para retirar a vegetação mais “mole”; 2º “derruba” das árvores mais grossas com machado ou serra elétrica; 3º “queima” os tocos e galhos com o fogo; 4º “limpeza” com vassouras artesanais ou ancinhos; 5º “plantação” das espécies vegetais em sistema de consórcio ou não; 6º “colheita” retirada do produto a ser beneficiado ou consumido conforme calendário de maturação correspondentes ao inverno ou verão. Nas etapas de broca, derruba e queima o trabalho masculino se destaca, na limpeza, plantação e colheita participam também as mulheres e crianças. Em alguns casos há a necessidade em contratar terceiros no sistema de pagamento de diárias, já mencionado, e cujo custo varia conforme o serviço.

culturais que resguardam, em última análise, o modo de produção. A roça tem função de atender necessidades familiares e produzir um excedente capaz de alimentar as relações de sociabilidade, com outros grupos domésticos e com a comunidade mais ampla, ‘bancando’ reuniões padronizadas nos costumes para estreitar as relações de convivência.

A “casa de farinha” está localizada no arraial da comunidade e é de uso coletivo. Possui três fornos sendo dois “tradicionais” e um “elétrico”. O uso dos fornos pelas famílias é acordado para evitar congestionamento na hora de preparo da farinha. Antes da construção do forno elétrico era necessário contratar pessoas, quando se pagava uma diária, para torrar a farinha, com a inclusão da energia elétrica e do maquinário específico para triturar, prensar e mexer a farinha as famílias passaram a economizar com o número de trabalhadores.

Algumas famílias não usufruem da “casa de farinha” localizada no “arraial” devido à distância e a inexistência de transporte para deslocar as raízes da mandioca, além de que, também necessitariam de igarapés próximos para colocar a mandioca de molho. Mesmo que o melhoramento da “casa de farinha”, destinado para o usufruto coletivo, as condições físicas e outras limitações relacionadas à distribuição das famílias no território inviabilizam esse usufruto coletivo.

Por isso, outras “casas de farinha” foram construídas com estrutura mais simplificadas e mais afastadas do “arraial”. Instalados de cima para baixo na comunidade sem a devida consulta e participação dos agentes sociais os “projetos ditos de etnodesenvolvimento” descuidaram das informações estratégicas sobre necessidades e facilidades do território. As inovações técnicas instaladas com a chegada dos projetos continuaram sendo acompanhadas pelas práticas tradicionais de transporte e demais etapas de produção.

Fotografia 16 - “Forno elétrico”.



Fonte: Trabalho de campo – Setembro/2010.

Fotografia 17 - Transporte da raiz da mandioca.



Fonte: Trabalho de campo – julho/ 2010.

Nota: Em ambas as fotografias encontram-se métodos de beneficiamento e transporte da raiz da mandioca que devem ser operados com a participação das famílias. Na imagem à esquerda a complementação do maquinário elétrico para agilizar a “torragem” da mandioca por isso destinada a produção em larga escala o que subtende a

utilização por poucas famílias. Na imagem à direita a disponibilidade de recursos financeiros por parte de alguns moradores para contratar os animais também limitam o acesso a este tipo de transporte, por isso a necessidade em permanecer com meios modernos e tradicionais no processamento da produção da mandioca.

Assim mesmo, com a introdução do “forno elétrico” o preparo e cultivo das *roças*, os animais de carga e carroças, a seleção e corte da lenha, o armazenamento da mandioca em taques ou barris de plásticos com água e o processo de “descasca” continua a ser executado conforme o conhecimento tradicional. Sahlins *apud* (Almeida; Santos 2009, p. 161) afirma que:

A cultura ou as tradições são inventadas nas situações específicas dos povos que a constroem. Se no mundo contemporâneo como respostas às forças hegemônicas, povos reforçam sua diferença cultural, não significa que são avessos a modernização, somente buscam seu próprio espaço cultural dentro das configurações globais.

Escobar (2005) argumenta que as estruturas locais evidenciam uma dinâmica multifacetada no território promovendo relações e práticas sociais em diversas dimensões que não escapam às interações mais complexas anunciadas pela sociedade abrangente. Os modelos de cultura e conhecimento baseiam-se em processos históricos, linguísticos e culturais, apesar de que nunca estão isolados das histórias mais amplas, porém retêm certas especificidades. O desenvolvimento deve ser pensado a partir de dimensões que respeitem as simbologias, signos e significados construídos, por referências (intra e inter) étnicas em um contínuo processo de interpretação, experimentação e usufruto, em sintonia com os movimentos da natureza.

Ainda considera o autor que, a concretização de “outro olhar” sobre o diferente permite a mudança no sistema de valores como fator de mudança social e comportamental, que devidamente contextualizadas respeitam as dimensões históricas e a integração de sistemas. Estes elementos são entendidos aqui como fundamentais para se pensar a efetivação do etnodesenvolvimento ao assegurarem a dinamicidade do conceito de cultura e etnia, criatividade como fator da subjetividade humana e a auto-organização como referência político-social.

Há profunda incompatibilidade no uso da categoria “agricultor familiar” pelos órgãos oficiais para entender outras modalidades de organização social da produção. Esta visão não ignora a pluralidade de atividades desenvolvidas e as concepções econômicas, sociais que a inspiram. Trata-se de serviços e simbologias produzidas por outros agentes sociais de forma conjunta ou paralela ao cultivo de roças.

A redução das práticas de cultivo das roças pode estar relacionadas ao crescimento do número de famílias e a escassez de terras férteis. Sobre esta questão Ester Boserup (1987) em

*“Evolução agrária e pressão demográfica”*, apresenta uma análise sobre as possibilidades em manejar a terra e garantir a produção agrícola, mesmo com o aumento demográfico no território. A autora apresenta uma interpretação contrária à saturação da terra pela demografia ao propor que as mudanças populacionais são autônomas em relação às motivações externas e que fatores endógenos e exógenos (culturais, históricos, ecológicos, demográficos, econômicos e políticos), proporcionam mudanças técnicas garantindo a oferta na produção agrícola.

Algumas experiências em comunidades menos complexas que praticavam o “pousio longo” buscam outros alimentos, a partir da disponibilidade da floresta. De outro lado, em “pousio curto”, a criação de animais, exige tanto a disponibilidade de instrumento de força motriz para arar a terra, como também para fornecer o alimento. Em áreas de transição ou intermediárias utiliza-se tanto as potencialidades da floresta, como as práticas de pecuária. Estas alternativas interferem no processo produtivo, ao relacionar os itens homem/hora na produção devido à existência de atividades paralelas.

No caso de Santa Rita das Barreiras, em ambas as modalidades de pousio existem impedimentos pelo fato de que há o comprometimento em relação à disponibilidade de áreas para praticar o “pousio longo”. As florestas encontram-se em contínuo processo de perda de biodiversidade e o fator homem/hora também constitui processo de mudanças para a carência de trabalhadores. Entre os que praticam as roças observam-se as tentativas de inclusão de outras modalidades de complementação financeira relacionadas aos benefícios públicos, bicos em empreendimentos próximos ou ainda em tentativas de ampliar as atividades relacionadas aos projetos públicos, voltados prioritariamente à produção de renda e inovando em relação às variáveis apontadas pela autora.

A permanência de práticas tradicionais nas maneiras de criar, fazer e produzir, em concomitância com a utilização de técnicas mais modernas, sinaliza ao mesmo tempo um paradoxo e a interligação entre dois modelos como interseção dessa relação, a existência de elementos pertinente a etnicidade, a memória e ainda de dependência em relação aos recursos naturais e ações ou decisões sobre o território.

As regras de uso estabelecidas nos quintais quanto à localização de banheiros, que devem estar distantes de locais de maior circulação de pessoas, assim como em relação aos depósitos de lixo em buracos geralmente localizados nos fundos dos quintais. A utilização dos igarapés para colocar a mandioca de molho ou a malva deve ser acertada entre os agentes sociais, assim como a colocação de armadilhas em locais específicos em áreas de várzeas e

florestas, demonstram relações coletivas estabelecidas por normas aprendidas em convivência coletiva e pensadas a partir do consenso e da regra básica de benefício comum.

No interior das microrrelações sociais se definem regras específicas relacionadas ao respeito e a escolha dos locais onde se podem abrir as roças, extrair madeira, coletar frutos, pescar, criar, e coletar sementes e ouriços. As delimitações de espaços imaginários e consensos sobre a utilização de ervas medicinais, frutos, poços, pomares, locais para armazenar o lixo, lavar construir jiraus, armar redes e cozer alimentos.

Não se pode esquecer que existem pequenos acertos que definem os espaços de circulação e apropriação dos bens entre os agentes sociais, as terras de domínio coletivo com vias a utilização do uso comum dos bens não anulam tais regras. Entender as diferenciações e as dimensões simbólicas das microrrelações é importante para entender as necessidades específicas de cada unidade doméstica, as diferentes importâncias que os quintais, as roças ou as várzeas representam para as unidades domésticas ou mesmo para interesses individuais. A posição social, a existência ou não de árvores frutíferas, o cultivo ou não de roças e a dimensão física das unidades domésticas reproduzem o micro universo de cada grupo de parentesco, o qual é de conhecimento dos demais agentes sociais com níveis de informações diferenciadas.

Pode-se dizer que todos conhecem as necessidades materiais de cada um e por isso existe um respeito mútuo quanto ao acesso e à maneira de uso do vizinho, desta forma pontuar as demarcações, limites e aceitações, referidas às microrrelações sociais resultam em consensos fundamentais para a coesão e possíveis dissipações de conflitos que podem interferir na definição do uso do território, inclusive quando essa intervenção é feita pela política pública.

As práticas de uso coletivo e individuais em áreas de cultivo demonstram um estrangulamento e redução do número de roças, o que compromete diretamente as estratégias de sobrevivência. Sem roças é preciso obter uma renda monetária para comprar farinha, banana, feijão e tudo o que é possível cultivar por conta própria.

Existe entre os agentes sociais um consenso de quem melhor manipula as práticas de pesca, ervas medicinais, coleta de sementes e frutos, quem melhor conhece as trilhas, confecciona canoas, o artesanato ou mesmo o cultivo de roças ou pomares. Esta diferenciação social com referência ao manejo dos bens comuns, coletivos ou individuais, sustenta microrrelações de poder e também atribuem classificações, como diria Bourdieu, a determinados agentes sociais no grupo. Esses agentes sociais, configurados como detentores de um conhecimento específico, passam a representar autoridade ante às ações a serem



desenvolvidas, o que expõe posturas relacionadas a “fiscalização” e “controle” e consentidas no grupo.

A construção de cercas entre as unidades familiares como se estivessem emendadas e não separando-as, constituem a contenção de regras de circulação, para evitar que motocicletas ou bicicletas em velocidade desproporcional ao ambiente, colidam com as crianças ou atoplem as crias que são criadas soltas. Do mesmo modo, repetem a construção de “cercas” ao lado das residências rentes às janelas laterais dos quartos para garantir a privacidade e a circulação aleatória próximo a um ambiente de intimidade das famílias.

As construções provisórias feitas próximas das unidades domésticas, nos quintais ou terreiros, como banheiros de verão, fogão à lenha e casinhas para comemorar os aniversários também são devidamente consensuadas entre os agentes sociais. A construção provisória pode permanecer conforme a utilidade e permissão dos que controlam o uso daquele quintal, portanto, o uso do solo no que se refere à construções provisórias e de pequeno porte também são acertadas entre os circundantes que mais usufruem daquela demarcação que pode ser física ou imaginária.

Em relação à coleta de frutos nos quintais, observa-se a continuidade de relações sociais marcadas por regras, estratégias de uso e consensos. Durante as entrevistas e preenchimento dos questionários os agentes sociais eram perguntados sobre a quantidade de “pés de frutas” que possuíam e quais as preferências. Eles verbalizavam sistematicamente a quantidade, a localização, o porquê e como preferiram retirar ou ampliar determinadas espécies. Este indicativo pode ser interpretado como um controle sobre as sementes, a distribuição das espécies conforme o porte, a incidência de sombras e a aproximação das unidades familiares, o que subtende também um respeito em relação às preferências dos vizinhos.

Nos terreiros ou quintais em frente, mais prioritariamente, ou por trás das unidades domésticas encontram-se alguns bancos construídos pelas famílias, outras preferem deslocar cadeiras, mas em relação a esses locais fixos de acomodações próximas às unidades familiares ao que parece existe uma restrição, como se representassem uma extensão daquele ambiente doméstico, ainda que pelo tamanho permita o uso coletivo o que dá acesso a outros agentes sociais também à acomodação. Os locais onde estacionam bicicletas e motocicletas também são próximos de árvores e distantes de locais de maior circulação, como também as cordas para estender roupas.

Os poços de “boca aberta” localizados estrategicamente próximos a algumas residências, mesmo com a chegada da água encanada, são controlados pelas famílias que

construíram o referido “bem”, sendo que alguns são tampados por armações feitas de madeira. Quando existe a necessidade de outros utilizarem a água é necessário que peçam permissão do chefe da família ou representante. O uso de um bem do vizinho requer preocupação em não exceder ou gerar qualquer prejuízo para o cedente ao mesmo tempo em que se fazem necessários os agradecimentos. Esta relação atualiza laços de solidariedade, respeito, troca de favores e também reforça a delimitação e controle de usos dos bens comuns sob a permanência de uma coesão grupal.

As ameaças a esses recursos e o aumento da escassez imprimem a necessidade em reconfigurar os consensos, o sentido do coletivo e as regras de uso e preservação, com vias a garantir estratégia de permanência e reprodução social. A inserção coletiva nos projetos e programas públicos dificilmente representa alternativas duradoras, articuladas e conectadas com os modos de vida e necessidades sociais dos quilombolas de Santa Rita das Barreiras. Nesses projetos, como veremos, está ausente um componente de autonomia, além do que pretendem ser executados sem retirar os obstáculos e a competição pelos recursos que existe entre os quilombolas e os ceramistas e pecuaristas do município de São Miguel do Guamá.

#### 4 “POLÍTICAS DE ETNODESENVOLVIMENTO” NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA RITA DA BARREIRA

Grande parte dos povoados negros na Amazônia foi definida no tempo presente como “remanescentes de quilombolas” e representam processos sociais que não podem ser pensados fora de suas etnohistórias, processos de domínio e permanência nas terras tradicionalmente ocupadas. As singularidades históricas<sup>39</sup> de cada grupo étnico revelam concepções do seu próprio mundo. As territorialidades específicas representam igualmente singularidades de processos sociais. Para Almeida (2008, p, 67):

Territorialidade específica é entendida como as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados, ou seja, são resultantes de diferentes processos sociais de territorialização, delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território.

Compreender os projetos ditos de etnodesenvolvimento para os quilombolas de Santa Rita da Barreira, perpassa primeiramente por uma reflexão sobre o conceito de “territorialidade” operacionalizado aqui a partir de uma análise socioantropológica. Os processos de territorialização encontram-se nas evidências etnográficas, nos sistemas de uso comum dos recursos naturais, nas relações de compadrio, assim como em seus rituais, laços de solidariedade e estratégias de regulação e resolução de conflitos, de apropriação, preservação e conservação dos “bens comuns”<sup>40</sup>. Entende-se que as estratégias políticas de territorialização configuram-se também através de mobilizações para o cumprimento de ações que venham suprir necessidades materiais, simbólicas e sociais.

No Brasil, as políticas públicas concebidas e executadas para os povos e comunidades tradicionais e em especial os quilombolas, têm em suas justificativas um discurso que prima por associar-se aos propósitos de etnodesenvolvimento e de desenvolvimento sustentável que nem sempre são compatíveis com as ações verificadas ao longo da pesquisa. A instalação dos projetos na comunidade e as formas de enquadramento em categorias e cadastros são incompatíveis às práticas de uso e relações sociais verificadas nos territórios étnicos. O governo Federal a partir de 2003 iniciou pesquisas em busca de tentar construir uma política

---

<sup>39</sup> Sobre as particularidades e entendimentos dos processos históricos singulares Foucault (1987) em “A Arqueologia do Saber” aborda que as rupturas são específicas e fazem parte de processos únicos por isso demandam situações múltiplas de interpretações. Afirma que os processos sociais produzem um conjunto de singularidades e desníveis e tornam-se cada vez mais complexos com a atualidade do saber ao serem multiplicados ou até mesmo rompidos para dar lugar a outras abordagens.

<sup>40</sup> De forma geral, os bens de fácil exclusão e alta rivalidade são tipicamente objeto de propriedades privada, enquanto que bens de difícil exclusão e baixa rivalidade são tipicamente públicos (OSTROM, 2009).

de acompanhamento do processo de regularização fundiária específica para as comunidades quilombolas que subsidiaram no Decreto Nº 4887 de novembro do mesmo ano.

As políticas de etnodesenvolvimento para os quilombolas foram articuladas com o Ministério do Trabalho e Emprego-TEM, representado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES e diversos Ministérios. As propostas de etnodesenvolvimento para as Comunidades Quilombolas passaram a ser aplicada a partir de 2005. A formação de 46 agentes quilombolas, que tiveram como atribuição mapear as necessidades e as oportunidades produtivas tornaram-se mais evidentes em 23 estados brasileiros.

O resultado deste primeiro esforço foi a elaboração de estratégias com vias a promoção da Economia Solidária pensada como forma de priorizar o desenvolvimento local, oficializada através do Projeto Brasil Local. Em 2010 realizou-se a Iª Pré-conferência temática de etnodesenvolvimento como preparação para a II Conferência Nacional de Economia Solidária - CONAES e a institucionalização do Banco Comunitário Quilombola em Alcântara/MA. Com a atuação do Núcleo de Solidariedade Técnica - SOLTEC da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), utilizando metodologias de pesquisa-ação. As ações passaram a ser sistematizadas inicialmente com concentração no Rio Grande do Sul e logo depois espreadas para outros Estados.

Entende-se que entre as iniciativas, ocorre a maior abrangência em relação ao viés econômico como mecanismo de fortalecimento das economias locais, dentre as quais as comunidades quilombolas. Incluir nesse debate a etnicidade e etnohistória como metodologias para revelar outros aspectos pertinentes às questões simbólicas e culturais, oportunizam entender outras dimensões do desenvolvimento com vias a apontar especificidades presentes nas estratégias de domínio e reprodução social dos grupos étnicos.

As ações públicas destinadas às demandas quilombolas seguem os estudos e programas projetados pela SOLTEC com vistas ao cumprimento das determinações também estabelecidas pelo “Programa Brasil Quilombola” e o parâmetro legal representado pelo decreto 4887/2003 que no Art. 3º e em notas anexadas compreende por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

As elaborações desses instrumentos jurídicos sinalizam a importância de uma dimensão ampliada de desenvolvimento para os grupos étnicos. Entretanto, na prática, os poucos esforços verificados para a efetivação de tais instrumentos parecem ter esquecido as contribuições teóricas sobre o conceito de etnodesenvolvimento apresentadas por Stavenhagem (1985), que considerou necessário incluir a diversidade étnica e assinalou ser necessário destacar a questão da autodeterminação dos povos frente às ameaças do colonialismo interno e externo.

O autor pondera que: “O foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas”. Stavenhagem (apud em LITTLE, 2002). As dimensões simbólicas, culturais e sociais, também apontadas pelo autor, não alcançadas pelas políticas públicas, foram minimizadas por ações que priorizam a produção, a renda e a adequação mercadológica do trabalho nas comunidades, portanto menosprezam outras dimensões vinculadas às idéias de ancestralidades, etnicidades e identidades étnicas pensadas a partir do lugar.

Observa-se nesta passagem que as demandas quilombolas, os agentes da “tecnoburocracia”, não estão sensíveis a aprendizagem, ao processo de troca, em primeiramente tentar ouvir e entender as reivindicações, estratégias de domínios e relação com os recursos naturais, e necessidades apontadas pelos próprios sujeitos e famílias no território para depois elaborar ações e projetos.

O domínio do território constitui pressuposto para as políticas de etnodesenvolvimento, para autonomia e permanência. Desse domínio depende a recriação dos sistemas de uso comum dos recursos naturais. Acevedo Marin e Castro (1998)<sup>41</sup> em seus estudos sobre os quilombolas da região do rio Trombetas e Erepecurú (oeste do Pará) demonstram diversas formas de apropriação e uso comum dos recursos por grupos quilombolas e apontam como desenvolveram práticas sociais específicas que lhes garantiram a elaboração de um repertório complexo e diversificado de técnicas, utensílios, práticas culinárias e de cura. Referem ainda as práticas de manejo dos recursos pelos quilombolas que obedeceram ao ritmo e o tempo da natureza que envolve rituais, conhecimentos e ações

---

<sup>41</sup> Acevedo Marin e Castro (2000, 1999, 1998) apresentam uma contribuição rica referente às pesquisas em Terras Quilombolas na Amazônia e apontam as modalidades diversas de apropriação dos recursos e suas dimensões variadas simbólicas, no rio Gurupi, no Abacatal, Baixo Acará, Boa Vista, Baião, dentre outras localidades do Pará.

coletivas que lhes garantiram a reprodução social no território. Por conseguinte, asseveram as autoras, que nestas estratégias de domínio, a ordem da natureza é interpretada seguramente sem o rigor de um conhecimento produzido pela ciência, mas gerador de um saber prático eficiente em relação ao seu modo de produzir e viver sem distanciar-se ou interferir de forma negativa e contundente na natureza.

Estas considerações são entendidas aqui como conciliadas ao “etnodesenvolvimento”, por disporem de uma abordagem na qual os conceitos de diversidade étnica e cultura são centrais. Os quilombolas de Santa Rita da Barreira estão diante de intervenções e projetos públicos voltados à comunidade com vistas ao “etnodesenvolvimento”. Contudo, estes surgem descolados do modo de organização social.

Outra dimensão a ser apontada na perspectiva do etnodesenvolvimento está atrelada à questão do conhecimento prático no sentido de tentar operacionalizar alternativas que incluam esta dimensão para orientar as ações que busquem interpretar a dinâmica de funcionamento do território no que se refere à disponibilidade da biodiversidade e às estratégias de uso e manejo. Sobre a interconexão entre esse conhecimento prático e os parâmetros da ciência moderna, Little (2002) sustenta que a proteção da propriedade intelectual está ameaçada por empreendimentos no setor de biotecnologia e farmacêutico e que podem se constituir num instrumento importante para a etnociência.

Sustenta também que não se deve entender a autonomia cultural, como fator de isolamento, pois a desconexão com a sociedade dominante torna-se quase impossível no mundo atual.

Se o grupo não tem essa liberdade, não existem condições adequadas para pensar num etnodesenvolvimento. O desafio para o grupo étnico local é utilizar as conexões que mantém com grupos e instituições nos outros níveis – organizações não governamentais, órgãos governamentais, agências multilaterais de financiamento, etc. – para seu próprio benefício. (LITTLE, 2002, p. 43).

O autor considera importante a interlocução com as instituições desde que se priorizem as demandas objetivadas nas relações sociais, portanto, a cultura local deve ser inserida no discurso da globalização para que se possa pensar e reconceber o mundo a partir de uma perspectiva de práticas sociais com base em um imaginário econômico alternativo, fomentado a partir de microrrelações comunitárias e coletivas como também apontam Toledo e Barrera-Bassols (2009, p.108) ao se referirem aos saberes tradicionais:

Para comprender de manera adecuada los saberes tradicionales resulta entonces necesario entender la naturaleza de la sabiduría local, la cual se basa en compleja interrelación entre las creencias, los conocimientos y las prácticas. La naturaleza se concibe y representa bajo sus dominios visibles e invisibles. Las sabidurías tradicionales se basan en las experiencias que se

tienen del mundo, los hechos, los significados y los valores de acuerdo al contexto cultural y social en donde se despliegan. Los saberes son pues, parte o fracción esencial de la sabiduría local.

O conhecimento prático que o autor considera como saber tradicional coloca-se de forma contextualizada e atrelada a sabedoria de mundo e valores socioculturais que permitem interligar as condições locais às conexões externas. O saber tradicional assenta-se em uma cosmovisão marcada por uma relação direta entre seres humanos/natureza e natureza/cultura em respeito a um esquema valores multidimensionais e polivalentes que articulam vários níveis de organizações mentais sobre o mundo, conforme as circunstâncias e as necessidades afloradas por relações construídas a partir de redes sociais internas e externas.

Para Little (2002) o conceito de etnodesenvolvimento<sup>42</sup> deve recuperar a importância da autonomia cultural das populações tradicionais em meio às interlocuções externas (principalmente econômicas) e ainda proporcionar a transversalidade entre desenvolvimento econômico e diversidade cultural. Para o autor, o prefixo “etno” passou a simbolizar uma abordagem empírica próxima aos anseios e modo de vida dos grupos étnicos. Do mesmo modo, afirma que a ressignificação ocorreu também na redefinição de várias disciplinas como na etnociência, etnopedologia, etnobotânica, etnopedagogia, etnoecologia, etnohistória, dentre outras, que passaram a delimitar uma peculiaridade na produção de um “conhecimento específico”<sup>43</sup>.

Jupiassú e Marcondes (2006) contribuem com este entendimento ao destacarem que o termo “etno” deriva da palavra grega *ethnos* que significa “lugar de origem” logo, parece reproduzir simbologias históricas, culturais, espirituais e identitárias, específicas<sup>44</sup> de um

---

<sup>42</sup> Uma parte significativa das referências sobre temáticas relacionadas ao etnodesenvolvimento remontam as experiências vivenciadas por populações indígenas (GRAMKOM, 2002; KASBURG; GRAMKOM, 1999; LIMA, 2002; MENDES, 2001; OLIVEIRA FILHO, 2002; VALENTE, 2003). No elenco dos debates que envolvem os grupos étnicos que compõem a diversidade sócio-cultural da Amazônia a *questão quilombola* também passou a ser inserida como pauta importante nas discussões que tratam das políticas públicas específicas voltadas a esta demanda. Little (2002) apresenta um histórico breve sobre os avanços da década de 1980 em alguns países da América Latina (Brasil em 1988) que começaram a elaborar instrumentos legais que reconhecessem a pluralidade étnica e multicultural do continente.

<sup>43</sup> Para o autor a *antropologia do desenvolvimento* lapidou e refinou técnicas, conceitos e metodologia fundamentais para entender as bases do “desenvolvimento local” envolvendo diretamente as minorias étnicas. O prefixo “etno” passou a simbolizar uma abordagem empírica próxima dos anseios e modo de vida dos grupos étnicos. Do mesmo modo afirma o peso e ressignificação para várias disciplinas, tais como etnociência, etnobotânica, etnopedagogia, etnopedologia, etnoecologia, etnomatemática dentre outras, que passaram a delimitar uma peculiaridade na produção de um “conhecimento alternativo”.

<sup>44</sup> Canclini (2007) sustenta que o reconhecimento e a proteção destas diferenças inassimiláveis tem importância cultural e também política e afirma que é impossível esquecer que há uma infinidade de processos históricos e

determinado grupo étnico a partir do lugar. A definição e problematização do prefixo “etno” permitem pensar o etnodesenvolvimento como um modelo que deve priorizar a diversidade étnica e cultural como pressupostos para as reproduções sociais, existências físicas e culturais dos grupos étnicos e seus territórios.

Na perspectiva do que realmente se atribui ao etnodesenvolvimento o planejamento e ordenamento do território não pode ser descolado do conhecimento da dinâmica das famílias que ocupam e manejam a área onde pescam, caçam, extraem recursos vegetais e cultivam, bem, quais os padrões de medidas, técnicas e métodos para que as intervenções possam ser acertadas sem comprometer a eficiência e a operacionalização dos projetos em respostas às demandas das famílias no território etnicamente configurado.

As ideias de Stavenhagem (1984) e Little (2002) coadunam com a linha de abordagem que vem sendo apontada ao longo deste trabalho para referenciar, conhecer e indicar condições propícias ou destoantes às políticas de etnodesenvolvimento em Santa Rita da Barreira. Efetivamente, os programas e projetos identificados na comunidade ou ainda em processo de tramitação não incorporam a autonomia cultural do grupo étnico, o controle sobre os recursos, às práticas e saberes tecnológicos, a linguagem e códigos, o “essencialismo”, a etnicidade e o poder de decisão a partir das famílias que vivem no território.

Para Diegues (2000) os modelos e projetos comumente voltados aos grupos étnicos, atribuem às etapas de elaboração de planos e propostas, assim como planejamento e implantação a cientistas naturais e técnicos sem, no entanto, considerar a participação das comunidades. Como consequências, são desenvolvidas propostas de ordenamento que não se constituem em um instrumento de desenvolvimento social, mas sim em um fator gerador de conflitos e descontentamento. Do mesmo modo Silva (2003), afirma que somente o conhecimento intrínseco do território e os seus problemas ambientais, patrimônio natural e também a importância simbólica dos lugares que reforçam os aspectos culturais, podem dar fundamentações para as tomadas de decisões e definir a melhor forma de conceber ações estratégicas não só na ocupação, mas também no uso do solo.

As políticas públicas de etnodesenvolvimento como aponta Little (2002) ao priorizar a autonomia cultural do grupo étnico, o controle sobre os recursos naturais e as práticas e saberes tecnológicos, tem como principais desafios a conservação da biodiversidade e de

---

situações de interação cotidiana e que marcam a diferença é o gesto básico da dignidade e o primeiro recurso para que a diferença continue a existir. Neste sentido, em sociedades dualistas, cindidas, que continuam a segregar os índios e demais grupos étnicos as políticas da diferença são indispensáveis.



ecossistemas. Somam-se a estes atributos as modalidades e práticas de domínio e manejo dos recursos naturais pelos agentes sociais em seus territórios.

Os projetos pensados e impostos para a comunidade Santa Rita da Barreira dependem da disponibilidade dos recursos naturais como florestas, biodiversidade, terras férteis e recursos hídricos que se colocam como substratos indispensáveis a continuidade das roças. São também fundamentais para as demais estratégias de uso comum e construções simbólicas circunscritas, as trilhas, ervas, igarapés, extrativismos e demais práticas de manejo.

Portanto, os autores citados assinalam que as elaborações de tais propostas de intervenções públicas ao se recusarem a acionar antecipadamente os conhecimentos específicos da região, as práticas de manejo e uso social dos recursos naturais, continuarão cometendo desacertos na tentativa de materializar as políticas públicas concebidas aqui como de etnodesenvolvimento. As interferências públicas cometem vários deslizamentos na definição de onde e como os projetos devem acontecer para poder dar respostas mais contundentes às reais necessidades do lugar.

O conhecimento local entremeado às etapas de elaboração e operacionalização dos projetos, juntamente articulado aos órgãos públicos em um processo que garantisse a participação direta dos agentes sociais, apresenta-se como aspecto singular para revelar informações no sentido de apontar necessidades sociais, econômicas, políticas assim como os próprios limites do território.

Escobar (2005) corrobora com esta perspectiva ao destacar a possibilidade de um sistema pensado a partir do lugar que deve incorporar a visão de que os grupos locais não são receptores passivos das condições transnacionais, apenas conceberam uma hibridação cultural voltadas para dentro. Aponta também que as macro-políticas de desenvolvimento têm ignorado e marginalizado as condições e o conhecimento local, produzido a partir do *lugar* menos dependente das relações capitalistas.

Ao privilegiar os conhecimentos considerados subalternos naturais, esta ecologia política articula em uma forma única as questões da diversidade, diferencia a interculturalidade – com a natureza, ocupando um papel de ator e agente – assim se põe um jogo uma política cultural que a diferencia e vai além da desconstrução do antropo-logocentrismo. Sua meta de reapropriação cultural da natureza mediante estratégias políticas são aprendidas pelos movimentos sociais. De acordo com estes grupos, há um pensamento ambiental latino americano emergente construído sobre as lutas e os conhecimentos indígenas, camponeses, grupos étnicos e outros grupos subalternos que propõem outras formas de ser e conviver com uma multiplicidade de seres vivos e não-vivos, humanos e não humanos. A partir do respeito à especificidade de culturas baseadas no lugar e aos agentes, são possíveis articular pensamentos sobre a re/construção de mundos locais e regionais com formas mais sustentáveis. (ESCOBAR, 2005, p. 88).

Da mesma forma Almeida (2008) explica que algumas políticas públicas destinadas às populações tradicionais referem-se ao “fator étnico” em seus postulados na edição de programas e ações, mas que nem sempre são incorporadas nas fases de operacionalização ou estão ligadas a programas ortodoxos nas áreas de educação, saúde, agricultura, habitação e linhas de crédito. Alerta ainda que muitos programas e projetos são articulados por órgãos ou agentes públicos revestidos de novas roupagens e que não necessariamente estão aptos a responder e resolver as demandas oriundas das situações sociais específicas vivenciadas pelos grupos étnicos.

Os avanços jurídicos e políticos representados pelas inúmeras conferências socioambientais e legislação que passaram a dar visibilidade aos grupos étnicos, ainda não responderam a contento as demandas encaminhadas e reclamadas por movimentos sociais e grupos étnicos tradicionais. As políticas recentes tem incorporado nesta interrelação o conceito de “capital social” de forma inconsistente sem identificar entre os que receberam os recursos e projetos, suas matrizes, etnicidade, processos etnohistóricos que constituem o alicerce para a existência desses grupos étnicos e lhes garantem também a diferenciação.

As teorias do cooperativismo e associativismo invocam o poder público e o setor privado para atuar em ações conjuntas sob a estrutura de um tripé: famílias, empresários e poder público. Esta rede de compromissos tem como finalidade a geração de emprego e renda, qualificação técnica, aumento na geração de alimentos, assalariamento do trabalhador para maximizar o poder de compra de bens materiais, dentre outros processos envolvidos a dinâmica capitalista e às vezes distantes dos modelos de autogestão ou organização comunitárias como os quilombolas acostumam a se organizarem.

Em São Miguel do Guamá as políticas públicas parecem não responder também aos problemas socioambientais que afloram em todo o município e com mais destaque nas áreas desflorestadas, cercadas por fazendas ou com crateras como no caso das áreas de extrações antigas, localizadas próximas à comunidade quilombola Santa Rita da Barreira. As perturbações ocasionadas pelos problemas ambientais no município também repercutem sobre Santa Rita da Barreira. A partir do nível municipal e estadual é produzida uma intervenção na comunidade quilombola.

Para entender as interferências de políticas e projetos em Santa Rita da Barreira foi feita a análise de documentos conseguidos na prefeitura e na biblioteca do município e ainda de levantamento na Associação das Indústrias de Cerâmica de São Miguel do Guamá e

Região<sup>45</sup>. Nesta última organização foi disponibilizada uma lista com a identificação de 42 indústrias de cerâmicas, algumas oriundas de outros municípios como Irituia, Castanhal, Paragominas, Santa Isabel, Santa Maria, Inhangapi e Acará. Também foram feitas entrevistas com a atual Secretária de Meio Ambiente do município e um engenheiro florestal pertencente à mesma secretaria. Ainda nesta seção foram feitas análises sobre os programas e projetos instalados na comunidade a partir de 2002, após o processo de titulação do território quilombola.

O “Plano Diretor” sancionado em forma de lei complementar em 2006 e da lei “orgânica municipal” da década de 1990, foi estudado para entender os parâmetros que regem a gestão pública municipal. A lei Orgânica municipal elaborada na década de 1990 obscurece aspectos importantes relacionados aos problemas socioambientais, oculta a diversidade étnica e de forma particular as comunidades quilombolas localizadas no município, o que denota os problemas na gestão pública. Sobre o Plano Diretor do município de São Miguel do Guamá incidem vários problemas relacionados às normas e estratégias que orientam a gestão pública municipal, com o objetivo de tentar dirimir as demandas do setor urbano e rural relacionadas ao saneamento, regularização fundiária, saúde, meio ambiente, educação e serviços públicos.

Segundo as determinações do Plano Diretor municipal as políticas públicas devem ocorrer com vistas a garantir o “desenvolvimento sustentável”, “universalização do acesso aos bens e equipamentos públicos”, “inclusão socioeconômica dos cidadãos”, “preservação do meio natural” e a “gestão democrática”. As informações contidas nas 37 páginas do documento serão abordadas aqui com o interesse em tentar entender o alcance, distanciamento e ocultação das políticas públicas em a relação à gestão dos recursos naturais. Como já dito, este instrumento da política pública municipal oblitera as demandas das comunidades quilombolas.

No Plano Diretor a população encontra-se dividida entre população urbana e rural, a população urbana engloba as famílias e arranjos socioeconômicos presentes na área central, adjacências e áreas de invasão recentes, a população rural é indicada sem maiores especificações como “*comunidades rurais*”. Os agentes sociais localizados na zona rural são apresentados como “*produtores rurais*”, portanto não existe qualquer referência às diversas

---

<sup>45</sup> As tentativas de obtenção de informações na Associação das Indústrias de Cerâmica renderam poucas informações como já era de se esperar os canais de acesso as informações foram fechados por tratar de uma questão delicada e envolver grupos de interesse de grande monta nos esquemas políticos locais. As análises a serem feitas sobre a questão ambiental e as ameaças aos recursos no município e em especial na comunidade quilombola Santa Rita da Barreira foram permeadas por análises, as informações presentes no plano diretor municipal e nas entrevistas realizadas na secretaria de meio ambiente do mesmo município.

modalidades de cultivo e aos grupos quilombolas ou ribeirinhos, todos são considerados como pertencentes a uma única categoria, “*produtores rurais*”.

Esta categorização leva a uma homogeneização e obscurece a diversidade étnica e os diferentes processos de territorialização construídos a partir de situações sociais específicas, como no caso dos quilombolas de Santa Rita da Barreira. Outro problema relaciona-se ao fato de que os agentes sociais da zona rural são entendidos no documento, como se tivessem aptos e dispostos a necessidade comum, de acionar mecanismos de produção e comercialização direta de seus produtos aos consumidores da zona urbana.

Observa-se, portanto, uma interpretação apressada de que existiria uma pré-disposição por parte das famílias que moram na zona rural em ter que garantir a regularidade do abastecimento das feiras e os comércios na cidade. A relação campo/cidade estabelecida pelo documento subscreve que todas as vilas, localidades ou comunidades teriam o interesse, a destinação e a organização interna voltada exclusivamente para o consumo na cidade. Fica entendido também que as famílias que moram na zona urbana dispõem de condições satisfatórias no que se refere á disposição de força de trabalho, sementes, recursos naturais, transportes, terras férteis e equipamentos que lhes garantissem uma produção regular, como se o acesso ao consumidor (a cidade) fosse a principal problemática.

Sobre os equívocos conceituais que envolvem a agricultura familiar na Amazônia, Hurtienne (2007) faz uma análise sobre a região nordeste do Pará e sinaliza sobre as possíveis armadilhas conceituais e teóricas, que procuram entender essas comunidades tradicionais como se estivessem congeladas no tempo e desaceleradas em relação às mudanças econômicas, culturais e sociais, inerentes aos projetos de integração e desenvolvimento da Amazônia em diferentes tempos da história e mais especificamente a partir da década de 1940. Esclarece o autor que as categorias utilizadas na Amazônia ainda estão muito enraizadas, numa visão depreciativa do mundo rural, impregnadas de ideologias e conceitos arcaicos, fazendo-se necessário desconstruí-las. Aponta também que ao se referir a extrativismo, agricultura migratória e populações tradicionais, demandam análises mais complexas que não podem ser interpretadas como se fossem homogêneas<sup>46</sup> e que é possível inserir neste entendimento outras categorias, que comumente são percebidas como alienígenas

---

<sup>46</sup> O autor identifica que no nordeste do Pará em diversas microrregiões ou nelas inseridas entre os municípios de Capitão Poço, Irituia, e Guajarina, em localidades próximas ao município de São Miguel do Guamá, existem discrepâncias estruturais significativas. Em algumas áreas as mudanças ocorridas no processo produtivo seguem em ritmo acelerado, noutras ele acontece em ritmo lento ou eventualmente não se manifesta. As pressões demográficas, econômicas e políticas peculiares a cada região, município e localidade também assinalam pontos importantes que podem influenciar bastante no comportamento destas distintas realidades.

ao ambiente amazônico, tais como, campesinato, vilas agrárias e agricultura familiar, que transcendem a noção da pequena produção familiar de subsistência.

O autor assevera que as análises pejorativas atreladas ao conceito de pequenos produtores, economia de subsistência e ciclo de fronteira, predominante até a década de 1980, criaram várias lacunas e reducionismos que interpretaram como atrasadas, inadequadas e inoperantes, vinculadas ao passado colonial e escravista. Estas interpretações errôneas vêm implicando diretamente na elaboração de políticas públicas e projetos para o meio rural repetindo generalizações, reducionismos e que ainda “invisibilizavam” a importância da agricultura familiar em detrimento de grandes projetos agroindustriais, agropecuários e redes viárias de integração.

Chama a atenção também, para o fato de que a reformulação e o redirecionamento das políticas agrárias nos vários níveis administrativos são limitados por desconsiderarem a riqueza e diversidade dos sistemas de usos e manejo das terras. Assevera que constitui desafio, atingir uma compreensão mais diferenciada dos diversos tipos de agricultura familiar em suas múltiplas possibilidades nos ambientes de terra firme, várzea, cerrado ou ainda no estuário. Para este autor, devem-se levar em conta as condicionantes agroecológicas, socioeconômicas, socioculturais e a anciandade da colonização que são importantes e considera que a maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar não podem ser mais (????????????????) considera que a agricultura itinerante causa o desflorestamento e queima. Existe um sistema de produção agrícola variavelmente complexo que incluem culturas perenes, extração vegetal (árvores frutíferas e produtos florestais não-madeireiros), pequenas criações e em alguns casos, gados.

O Plano Diretor apresenta uma classificação territorial da “zona rural” considerando três subdivisões: as “*atividades pastoris*”, as “*áreas agrícolas comerciais*” e “*áreas agrícolas de subsistência*”, apesar de não haver qualquer especificação em relação a cada uma delas. Nesta subdivisão do setor rural predomina o registro no documento de que existe uma “*vocação rural*” que segundo a redação do documento deve ser “*consolidada*” com o “*uso rural produtivo*” por meio de atividades agro-pastoris. Ao priorizar o “uso rural produtivo”, voltado à produção agro-pastoril, anulam-se qualquer possibilidade de existência de práticas voltadas à reprodução social como as extrativistas, pescas, caças ou outras estratégias de manejo por parte das famílias na terra firme, na várzea ou em rios e florestas como as praticadas por ribeirinhos, quilombolas e demais comunidades.

Estas atividades paralelas ou complementares às atividades agro-pastoris são apontadas nos documentos como se houvesse a necessidade em “*capacitar*” as famílias para

desenvolverem o “manejo de pesca” e “extrativismo do açaí” e “medicina alternativa com plantas, ervas e flores”, como se esses domínios não pertencessem ao processo de territorialização construídos pelas comunidades tradicionais e grupos étnicos, visto com os quilombolas de Santa Rita da Barreira.

O documento parece ser anacrônico ao desconsiderar as formas de saber, fazer, produzir e criar destes grupos, em especial as famílias quilombolas, que são invisibilizadas enquanto sujeitos históricos e agentes sociais importantes na formação da sociedade e na preservação e conservação dos recursos naturais. Anula o conhecimento local e as formas de organizações coletivas dos agentes sociais fundamentadas no uso comum dos recursos naturais, e são incorporadas pela administração pública de forma invertida, retirando-os da condição de protagonistas no processo de planejamento das políticas públicas.

A inconsistência do referido documento se repete no caput que trata da “assistência social” ao se referir à necessidade em assegurar a promoção da igualdade de “gênero”, “raça” e “etnia”. O conceito de “raça” vem sendo fortemente criticado pela historiografia e demais produções acadêmicas na área da história, antropologia e sociologia por representar uma construção histórica do final do século XIX em favor de um projeto específico de dominação para justificar a exclusão social e étnica.

Desta feita pode-se entender que os grupos étnicos, dentre os quais os quilombolas, representam processos culturais, religiosos, econômicos e sociais em suas relações com o meio natural e não podem ser interpretados como grupos homogêneos oriundos de um mesmo processo histórico. A promoção de direitos e de reconhecimento da diversidade configuram as demandas atuais no sentido de ampliar seus espaços em busca de políticas públicas que priorizem seus modos de vida e suas referências étnicas, identificadas em suas formas de organizações peculiares a nas situações sociais específicas inerentes às relações construídas com o território étnico.

O “item” do Plano Diretor que alude à “Gestão Democrática” da coisa pública a partir de debates, consultas públicas, audiências públicas, plebiscito, referendo e órgãos colegiados, entretanto, não há representação quilombola em nenhum dos órgãos ou conselhos de representação pública municipal.

Em comemoração ao último “Dia da Consciência Negra” (20 de novembro de 2010) os quilombolas de Santa Rita da Barreira organizaram um evento e convidaram as autoridades locais para participar, com vistas a propor uma maior abertura às representações, conselhos e órgãos públicos municipais. Neste encontro apenas o presidente da câmara e o secretário de educação compareceram e realizaram apenas conversas informais sem estabelecer

compromissos mais contundentes com as lideranças quilombolas e famílias que estavam presentes, impedindo o avanço na questão.

Sobre a “Fiscalização das Atividades Econômicas” desenvolvidas no município, apenas um único item presente nas “diretrizes setoriais para o meio ambiente” no capítulo II, art. 26 e inciso IV refere-se à atividade ceramista ao advogar que o poder público municipal deve: “Estabelecer parcerias com órgãos competentes para fiscalizar as áreas degradadas pela extração de argila e outros”. Neste aspecto, parece haver uma “timidez” implícita nas páginas do documento em relação à regulação, controle e fiscalização das atividades ceramistas no município, já que a mesma representa uma das atividades mais ofensivas ao meio ambiente no conforme indícios levantados em trabalho de campo realizado durante a pesquisa. As autoridades municipais negligenciam o avanço da atividade ceramista, haja vista que muitos empresários “cooperam” com algumas secretarias, como no caso da Secretaria de Meio Ambiente, no fornecimento de bens materiais e estão inseridos nos principais eventos e atividades comerciais importantes para a arrecadação do município.

No que se refere ao “Uso Diversificado do Solo”, no capítulo III que trata do zoneamento, artigo 59 incisos II e IV, o plano diretor aponta que o poder público deve assegurar a garantia ao respeito à capacidade de suporte dos corpos hídricos – águas superficiais e subterrâneas – e conservação do solo e estradas, respectivamente. Por conseguinte estabelece também que deve exigir o uso agropecuário compatível com a conservação dos recursos naturais e a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA RIMA) das atividades potencialmente poluidoras.

De acordo com a movimentação dos negócios ceramistas e as situações denunciadas na paisagem e registradas ao longo da pesquisa na comunidade Santa Rita da Barreira, há uma inversão das diretrizes quando se observa o traslado de carretas abarrotadas de insumos para a produção ceramista, afloramento de lençóis freáticos e abertura de crateras, além do processo de desflorestamento comum nas fazendas do entorno à comunidade como no caso da “Fazenda Venâncio”.

As pressões sobre a disponibilidade de recursos aumentam às vistas dos poderes constituídos sem qualquer forma de intervenção mais imediata que possa coibir o avanço das atividades nocivas ao meio ambiente e as comunidades que estão na área de impacto direto. Algumas comunidades quilombolas, como no caso de Santa Rita da Barreira, sofrem com as agressões ao meio ambiente, por parte principalmente das atividades ceramista, ao verem suas trilhas, áreas de banho, pesca, cultivo agrícola, coleta de sementes, ouriço, bambu e caças ameaçadas ou afetadas diretamente. A percepção de território para os quilombolas em Santa

Rita da Barreira não se encerra nas delimitações geográficas estabelecidas pelo ITERPA, mais do que isso, extrapolam a noção de uso porque o território está impregnado de expectativa de ampliação, de simbologias relacionadas ao lugar, à paisagem e às vivências anteriores registradas na memória biossocial, como sustenta Toledo e Barrera-Bassols (2009).

As contradições existentes no plano diretor são reforçadas com a definição e delimitação das “Zonas Especiais de Interesse Ambiental”-ZEIA, indicadas no artigo 69, capítulo IV como “as áreas verdes públicas” e as “áreas onde se situam as nascentes e cabeceiras dos igarapés Olho D’água e Patateua”, todas as ZEIA são priorizadas com vistas à garantia de espaços de lazer para a população. Exclui-se desta definição as terras tradicionalmente ocupadas pelos grupos étnicos, como os quilombolas e demais áreas em processo de destruição contínua às margens do rio Guamá. Quando se referem às ZEIA, destinam atribuições turísticas sem levar em consideração que algumas práticas de manejo e reprodução social desenvolvidas pelas famílias em diferentes formas de domínios sobre os recursos naturais, são incompatíveis com as atividades de lazer voltadas a fins turísticos de uso coletivo.

As prerrogativas encontradas no Plano Diretor estão ameaçadas de não progredirem, caso a disponibilidade de recursos naturais continue cada vez mais escassa, visto que os recursos são alicerces para a sustentação e continuidade do modo de vida da coletividade e de forma particular das comunidades quilombolas e demais grupos que dependem diretamente desses recursos. Sobre o meio ambiente, o Plano Diretor expõe no artigo 5º inciso VI que a gestão pública municipal deve assegurar: “Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e meio construído, patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”. As referidas determinações parecem não estar sendo respeitadas, não há qualquer projeto ou medida em voga que procure registrar, mapear e proteger os patrimônios culturais, materiais e imateriais, relacionados à etnohistória dos grupos étnicos e demais agentes sociais das “terras tradicionalmente ocupadas” do município, assim como no caso dos quilombolas de Santa Rita da Barreira.

Grande parte dos igarapés próximos a comunidade ou distribuídos ao longo do antigo “Ramal Barreira”, hoje PA 251, estão em contínuo processo de assoreamento. Alguns igarapés foram canalizados ou são recuperados apenas na memória dos mais idosos como o igarapé do Patateua, que antes ficava próximo a área central do município e hoje se confunde com o esgoto. A retirada das matas xiliares que margeiam o rio Guamá ocasionam o processo de assoreamento e afetam diretamente os ecossistemas e biodiversidade existentes nos rios, igarapés, matas e várzeas que se constituem como fontes de recursos fundamentais para os



grupos das terras tradicionalmente ocupadas, como no caso dos quilombolas de Santa Rita da Barreira.

O igarapé Açú, pertencente ao território quilombola de Santa Rita da Barreira, antes podia ser atravessado a nado ou em canoas e ocupava uma área de aproximadamente trezentos metros, hoje está reduzido a um córrego de dois metros de diâmetros e escorre sob uma ponte de madeira. A área conhecida como “Barreira Antiga”, hoje em posse do Sr. Venâncio Cardoso, também está sendo preparada para a retirada de insumos para a indústria ceramista em um perímetro muito próximo da comunidade.

As incoerências existentes entre as necessidades expostas no município e em particular na comunidade quilombola de Santa Rita da Barreira, as diretrizes do Plano Diretor e as intervenções públicas, reproduzem também a fragilidade dos órgãos ambientais (estaduais e federais) e, de forma mais específica, da Secretaria de Meio Ambiente municipal que deveria atuar de forma mais incisiva contra o avanço das atividades de impacto negativo sobre o meio ambiente.

Entrevistas feitas na Secretaria de Meio Ambiente com a Secretária de Meio Ambiente e o engenheiro florestal, apontaram outros obstáculos relacionados aos limites materiais e humanos para desenvolver as suas atribuições. Algumas ações dos agentes públicos da Secretaria de Meio Ambiente recebem o apoio dos próprios empresários no fomento de equipamentos, máquinas e veículos para desenvolver atividades de grande monta, os agentes públicos municipais não dispõem de recursos, os veículos utilizados são particulares e a mobília da secretaria foi doada por empresários locais (pecuaristas e ceramistas).

O mapeamento dos pontos no GPS referentes à disponibilidade de recursos, como as áreas de várzeas descritos no quadro abaixo, sinalizam a pluralidade de usos e a importância deste ambiente para o modo de vida e a reprodução de conhecimentos práticos relacionados a estratégias de uso das raízes, ictiofauna que se localizam próximo a vegetação, às margens do rio, ouriços, sementes, deslocamento e encurtamento de trajetos, espécies vegetais de pequeno porte, caça e madeiras:

Quadro 08 - Pontos cartográficos referentes às áreas de várzeas.

Ponto	Descrição	Altitude	Latitude	Longitude
126	Várzea (furo e pequeno porto)	0,00	- 1, 61413425451168	- 47, 3914580964715
127	Várzea (furo – igarapé Açú vegetação – aninga e mururé)	-7,32	- 1, 62036229758228	- 47, 3872330614047
128	Várzea (vegetação – aninga e mururé)	15,75	- 1, 62162627937247	- 47,3 872518364672
129	Várzea (furo – ponto de pesca)	9,98	- 1, 62604300730056	- 47,3 875354770108
130	Área de caça (Mutá) Vegetação:	-4,92	- 1, 62780663028023	- 47,3 85537162313

	Ceringueira, naja, faveira e caxunduba.			
131	Criação de porcos (margem do Rio Guamá)	9,26	- 1, 62819663702255	- 47,3 837534229861
133	Várzea (furo – Vegetação –Jupati)	8,78	- 1, 62373112740486	- 47,3 865161619913
134	Várzea (furo – pesca com visor)	0,37	- 1, 62165142489893	- 47,3 872528422828

Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2010.

Alguns pontos cartográficos referentes às roças foram mapeados. Elas se distribuem por todo o território, próximo às unidades domésticas, aos igarapés, “cercas” das fazendas e também aos locais de extração de insumos para a indústria ceramista. A predominância é do cultivo da mandioca, apesar de se registrar o sistema de consórcio envolvendo até três espécies cultiváveis:

Quadro 09 - Pontos cartográficos referentes à distribuição de “roças” no território quilombola.

Ponto	Descrição	Altitude	Latitude	Longitude
43	Roça 1	24,64	-1, 6048467531792	- 47, 3855031367147
47	Roça 2	20,07	-1, 60262732371429	- 47, 3781374281372
48	Roça 3	14,55	-1, 60373473274236	- 47, 3784084127821
49	Roça 4	9,50	-1, 60505143637322	- 47, 3787104101904
50	Roça 5	13,34	-1, 60551126436995	- 47, 3794010736653
57	Roça 6	21,52	-1, 60975449042342	- 47, 3907463115558
58	Roça 7	21,52	-1, 60907966826216	- 47, 3904750753686
89	Roça 8	16,95	-1, 58759976997522	- 47, 3752588560434
100	Roça 9	18,15	-1, 60495697450204	- 47, 3859903730181
101	Roça 10	22,24	-1, 60116745995576	- 47, 386334699746
102	Casa 34	18,87	-1, 59786283477023	- 47, 3856781509291
103	Roça 11	14,31	-1, 59739328390501	- 47, 3853196597514
107	Roça 12	23,92	-1, 59419024713232	- 47, 3870503425987
110	Roça 13	28,24	-1, 59080280953629	- 47, 3873120243043
114	Roça 14	16,47	-1, 6072370036154	- 47, 3881080442876
124	Roça 15	20,31	-1, 59972025093022	- 47, 3854774893197
125	Roça 16	27,52	-1, 59787850881678	- 47, 3856874547677
136	Roça 17	19,11	-1, 61460346981115	- 47, 3903874002077
137	Roça 18	8,78	-1, 61529120046335	- 47, 3928617190671

Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2010.

Os quantitativos de pontos georreferenciados relativos às áreas de extração de areia, barro, pedra, seixo e argila, demonstram ser maior que os recursos, além de que estão muito próximos ou sobrepostos aos recursos naturais incidindo diretamente sobre as práticas de uso, deslocamento, escolha de áreas para cultivar, construir poços, fazer criações, além de outras atividades que possam ser projetadas para as próximas gerações:

Quadro 10 - Pontos cartográficos referentes á extração de insumos e indústrias ceramistas.

Ponto	Descrição	Altitude	Latitude	Longitude
51	Extração Antiga (seixo, areia e argila)	22,96	-1, 60163700892562	- 47, 3774041012065
52	Extração atual (seixo, areia e argila)	13,10	-1, 60185091324117	- 47,3 759650231546
53	Extração atual (seixo, areia e argila)	16,71	-1, 60242540536159	- 47,3 792269834834
54	Extração antiga (seixo, areia e argila)	21,03	-1, 60295270755417	- 47,3 817173955046
55	Extração antiga (seixo, areia e argila)	18,87	-1, 60563456172845	- 47,3 816581353585
60	Indústria de Cerâmica 1	9,02	-1, 61715097863487	- 47,4 658318338198
61	Indústria de Cerâmica 2	14,31	-1, 61662526846406	- 47,4 608379339503
62	Indústria de Cerâmica 3	18,15	-1, 61593116767663	- 47,4 587123834128
63	Indústria de Cerâmica 4	13,58	-1, 61808555215625	- 47,4 567267251967
64	Indústria de Cerâmica 5	21,52	-1, 61609838521586	- 47,4 576854404033
65	Indústria de Cerâmica 6	21,76	-1, 6158352791882	- 47,4 576737058816
67	Indústria de Cerâmica 7	26,80	-1, 61559102987305	- 47, 4458617662641
68	Indústria de Cerâmica 8	26,08	-1, 61438546911091	- 47, 4438857478508
69	Indústria de Cerâmica 9	23,20	-1, 61453374368024	- 47, 4428267862204
78	Extração antiga (seixo e areia) área incorporada pela titulação.	12,38	-1, 61485014711298	- 47, 3888779985138
85	Extração atual (seixo, areia e argila)	17,43	-1, 60440218002861	- 47, 3842933021024
98	Extração antiga (seixo, areia e argila)	21,03	-1, 59638595173096	- 47, 3735438461219
117	Extração de Argila – atual	9,98	-1, 62226070195637	- 47, 3918781926087
118	Extração de Argila – atual	13,10	-1, 62321413673142	- 47, 3930248280479
119	Extração de Argila – atual	9,50	-1, 62121758254392	- 47, 3959224303467

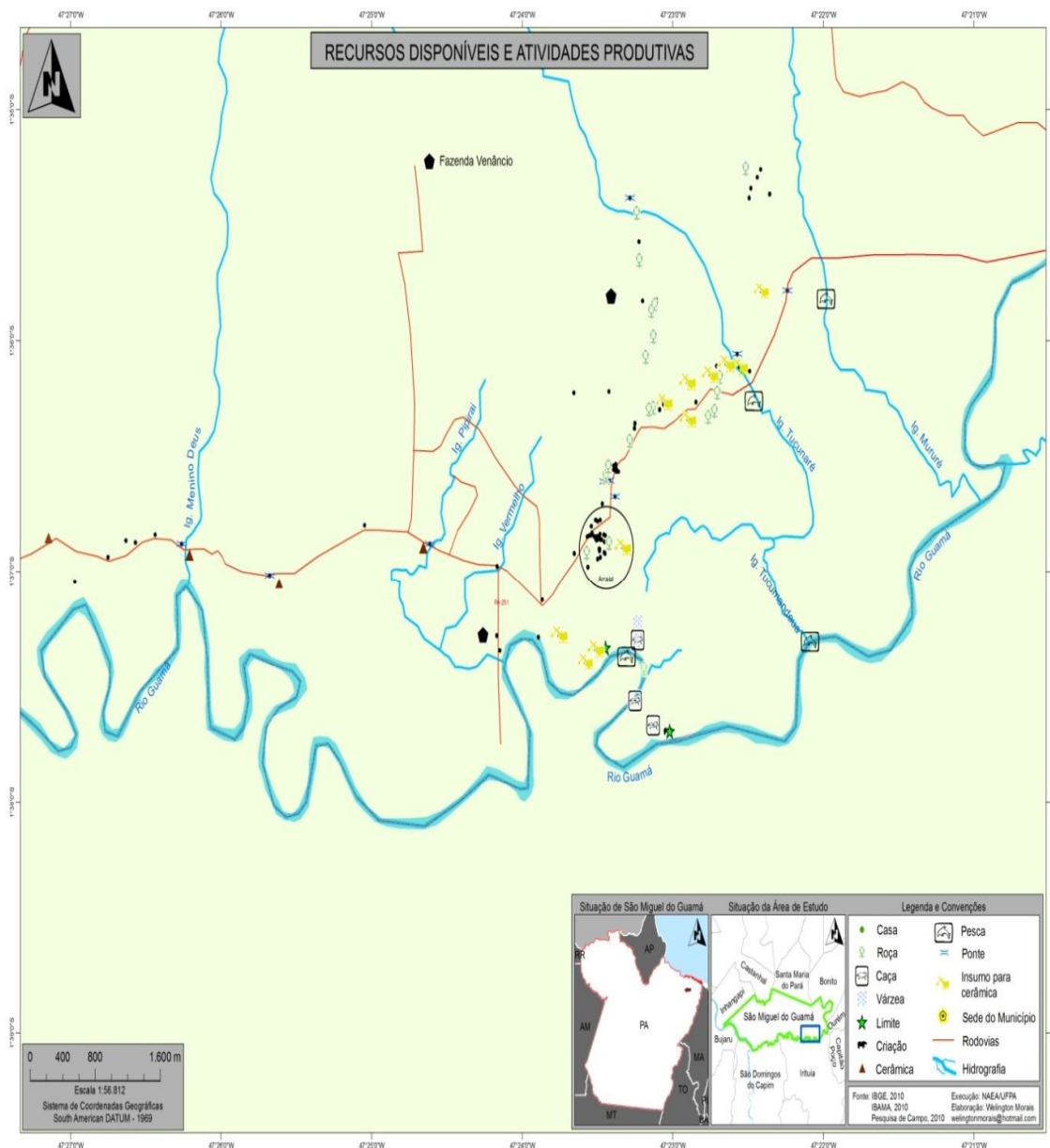
Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2010.

Os pontos sinalizados sobre as várzeas, recursos hídricos e roças estão em contraste com as ameaças assinaladas primordialmente pelas atividades ceramistas e pela aproximação das fazendas do Sr. Venâncio, com a prática da pecuária extensiva e também atividades ceramistas e que comprometem diretamente as respectivas fontes de recursos como igarapés, floresta e várzea.

Outros incômodos desdobram das ameaças aos recursos, como o comprometimento da saúde dos agentes sociais da comunidade quilombola, devido à contaminação ou escassez da água dos igarapés, redução da biodiversidade devido à descontinuidade das florestas e trânsito constante de veículos pesados e demais circundantes causando ruídos durante o dia todo.

A aproximação e prestação de serviços e favores por parte de empreendedores junto à Secretaria de Meio Ambiente, tem permitido o avanço das atividades produtivas no entorno da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira e intensificado as ameaças de escassez dos recursos naturais, como ilustra mapa abaixo:

Mapa 04 - Disponibilidade de recursos naturais e ameaças.



Fonte: Pesquisa de campo agosto 2010/IBGE 2010/IBAMA 2010.

A Secretária de Meio Ambiente expôs preocupações em relação às ações das atividades ceramistas no município: *São vários os problemas, o lixão já está no centro da cidade, a extração da argila, há muito tempo os ceramistas não vem respeitando a mata ciliar, o que acontece hoje é que nós não temos mais matas ciliares ao redor do município, além de ter muitos buracos.* Outras práticas produtivas que ameaçam a disponibilidade de recursos naturais foram apontadas pelo engenheiro florestal:

O município de São Miguel do Guamá não é diferente dos outros, as problemáticas são parecidas, predomina um “analfabetismo ambiental”. Entre o madeireiro, o agricultor e o pecuarista o que menos destrói é o madeireiro, que seleciona as árvores de valor. O agricultor repõe com árvores frutíferas, mas o pecuarista pratica com muita frequência na nossa região o ‘correntão’ com dois tratores e correntes saem derrubando tudo que está em sua frente. A eminente necessidade do aumento das cabeças de gado no norte do país tem aumentado o desmatamento.

Em alguns casos, os agentes públicos da Secretaria de Meio Ambiente têm conhecimento de quem e onde desenvolvem estas atividades que causam danos ao meio ambiente, entretanto, diante das dificuldades relacionadas à falta de estrutura, não atuam de forma ofensiva e preferem estabelecer parceria para tentar atenuar os danos e barganhar algum apoio quando necessário.

Sobre a extração de areia e argila próxima à comunidade quilombola Santa Rita da Barreira, o engenheiro florestal destacou que: *“Aquela área do Mururé é uma das mais antropizadas, onde se iniciou muitas explorações e onde continua boa parte dos barreiros e das cerâmicas se localizam para estas áreas. É constante a devastação”*. Ao mesmo tempo, apontam a atuação do fazendeiro Venâncio Cardoso que tem empreendimento de extração de insumos para a indústria ceramista na área que fica próxima a comunidade quilombola Santa Rita da Barreira, como um dos colaboradores no projeto chegado a comunidade em convênio com o IDEFLOR<sup>47</sup> para a montagem do viveiro de mudas a serem usadas no reflorestamento de áreas devastadas.

Segundo os agentes públicos da secretaria, o fazendeiro forneceu um caminhão para transportar o esterco dos animais de sua própria fazenda para ser utilizado como adubo no projeto. Relatam também outras situações, em que o fazendeiro forneceu máquinas para fazer a escavação de igarapés que estavam assoreando na área, estas colaborações não comprometem a autonomia da secretaria como observa o engenheiro florestal. Antes de tudo, são meios encontrados para realizar o trabalho na situação de indisponibilidade de recursos, ponderou o entrevistado.

Estas considerações, entendidas como estratégias por parte dos agentes públicos para acionar recursos e equipamentos, de outro lado, podem ser interpretadas aqui como meios encontrados pelos grandes proprietários para amenizar as pressões sobre seus empreendimentos e tornar a secretaria de meio ambiente refém dos seus interesses e projetos. A partir do momento em que os empresários garantem uma relação de equilíbrio com os

---

<sup>47</sup> Instituto de Desenvolvimento Florestal foi criado em 2006 durante o Governo do PT no Estado do Pará versa sobre a Gestão de Florestas Públicas com vias a regulamentar o acesso e garantir benefícios sociais, ambientais e econômicos.

órgãos fiscalizadores resguardam a aquisição de recursos de forma desordenada e em maior quantidade, por isso de forma desigual em relação às comunidades do entorno e a coletividade. O engenheiro florestal salientou algumas mudanças na forma de atuação de algumas indústrias de cerâmicas:

Algumas indústrias Ceramistas têm certificado pela 'carbono social' que por utilizar o caroço de açaí, fizeram para medir a quantidade de lenha que foi substituída pela queima do caroço de açaí. Muitas ainda utilizam a questão da lenha nativa, algumas estão utilizando as sobras e aparas da cerrarias, as serragens. Infelizmente, a maioria não consegue a certificação, se não houvesse pressão e controle, nem mesmo a prefeitura procuraria fazer alguma coisa em favor do meio ambiente. Na própria licença consta que a área extraída deve ser recuperada depois de dois anos de uso, mas não é isso que acontece, a secretaria está como apoio técnico, o empresário é que tem que dá conta daquela área.

Sobre as informações acima, identifica-se ainda um pequeno número de indústrias que estão modificando seus processos produtivos, em levantamento feito em campo das 42 indústrias ceramistas registradas na Associação das Indústrias Ceramistas apenas as cinco grandes empresas dispõem de planejamento e programas ambientais e seguem o modelo exposto na citação acima, as demais utilizam processos tradicionais e contribuem de forma significativa para o aumento dos passivos ambientais. Outro problema está relacionado ao fato de que o material alternativo a ser utilizado nos fornos das indústrias se vincula às produções da indústria madeireira ou manejo de açazais que, ao final, podem comprometer áreas de floresta ou várzea e um conjunto de atividades que envolvem o modo de vida das famílias em áreas tradicionalmente ocupadas.

Pode-se considerar que uma das principais ameaças à continuidade dos projetos na comunidade quilombola Santa Rita da Barreira, são as atividades como, por exemplo, cerâmica e pecuária, que usurpam, contaminam, destroem grande quantidade dos recursos naturais, cada vez mais escassos. A escassez de recursos hídricos e florestais, afeta a biodiversidade e as condições naturais que como apontado anteriormente são indispensáveis para a comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.

As inconsistências do Plano diretor como instrumento de gestão pública municipal reflete-se nos projetos nos quais a prefeitura participa conjuntamente a outros órgãos estaduais e federais.

#### 4.1 PROJETOS E PROGRAMAS NA COMUNIDADE

Como já mencionado, as políticas públicas, projetos e programas se direcionaram para Santa Rita da Barreira a partir de 2002 devido à concretização do processo de titulação do território. Os projetos não tiveram a participação ou consulta às 35 famílias distribuídas no território que compreende uma área de 371 ha, com perímetro de 18.379, 51m, conforme dados do ITERPA. As intervenções chegaram à comunidade e estão oficialmente registrados como se fossem atender as 35 famílias, não é o que se observa no quadro abaixo elaborado a partir de dados coletados em campo. As políticas públicas foram direcionadas as seguintes atividades:

Quadro 11 - Projetos destinados ao Território Quilombola.

Instituição	Período	Projeto	Quant. de Famílias Benefic.	Situação
1. ASIPAG	Set-2008 Fev-2009	Construção da Sede da Associação Quilombola.	35 famílias	Executado
2. SAGRI	2003 à 2004	Programa Raízes: “Casa de Farinha”.	20 famílias	Executado
3. SAGRI	2003 à 2004	Programa Raízes: Casa de Mel, macacão, decantador, centrífugador, mesa, 20 caixas e 30 colméias.	10 famílias	Executado
4. COSANPA	Nov/dez. de 2004	Programa Raízes: Distribuição de água encanada	15 Famílias	Executado
5. IDEFLOR	Set – 2009 à Mar-2010	Construção do Viveiro de Mudas para reflorestamento.	15 famílias	Em andamento
6. BANCO DO BRASIL	Mar – 2010 à Mai – 2010	Tele-centro Comunitário	35 famílias	Executado
7. REDE MUCAMBO	Set/Dez de 2010	11 Computadores com internet e um data-show	35 famílias	Em andamento
8. SEBRAE	2006 à 2009	Preparo (adubo), Plantio e Fabrico da mandioca.	35 famílias	Executado
9. INST. DATAM/ convênio com Gov. do Estado	Set/dez 2010	Pará - Rural: R\$ 6.000 em crédito para cada produtor gerenciar.	35 famílias	Em andamento

Fonte: pesquisa de campo – junho/novembro de 2010.

Estas políticas são caracterizadas prioritariamente como de produção, geração de renda e modernização, portanto, desviantes em relação a outras necessidades mais específicas pertinentes às maneiras de uso, apropriação, coesão social, coletividade, estratégias de

domínios e uso comum dos recursos naturais e coerente com processos sociais que lhes garante autonomia e permanência no território.

Foram atendidas as unidades domésticas que se localizavam no “arraial” da comunidade, portanto, o alcance dos projetos foi de quinze a vinte unidades domésticas, dependendo do programa. As demais famílias distribuídas no território, em locais mais afastados do arraial, não tiveram acesso à “casa de farinha”, à água encanada, à energia elétrica e às oficinas, passaram a ter maior dificuldade para acionar os serviços e utilização de equipamentos, máquinas e demais as atividades desenvolvidas no “arraial” da comunidade quilombola.

As políticas públicas que chegaram à Santa Rita da Barreira não acionaram informações fundamentais relacionadas ao lugar, ignoraram a distribuição das famílias no território, o modo de vida, o conhecimento local e as práticas coletivas de uso do território. O alcance dos projetos pelas famílias foram incompatíveis, como observa o Sr. Alcindo Santos: *“cerca de quinze famílias apenas estão nos projetos e benefícios que chegaram pra comunidade, quinze famílias são as principais, incluindo a canalização da água e a casa de farinha foi 20 famílias, o centro comunitário todo e a casa de mel 10 famílias.* Os projetos beneficiam apenas alguns e com isto geram ou aumentam as desigualdades materiais no interior do grupo social.

Os pontos cartográficos referenciados demonstram uma concentração em um único núcleo representado pelo “Arraial” da comunidade:

Quadro 12 - Pontos cartográficos referentes aos Projetos instalados no Arraial do Território Quilombola.

Ponto	Descrição	Altitude	Latitude	Longitude
3	Centro Comunitário – “Tele – Centro”	12,14	-1, 61395035688578	-47, 391406464378
4	Casa de Farinha	13,10	-1, 61403115785557	-47, 3914653886928
5	Casa de Mel	10,70	-1, 61396108555459	-47, 3909735423694
30	Viveiro de Mudas – Projeto: IDEFLOR	18,39	-1, 61523462263161	-47, 3909299565456
31	Horta comunitária	23,20	-1, 61532187758619	-47, 3908255188086
135	Projeto Apiário (colméias)	13,10	-1, 61500772570522	-47, 3886891556395
139	Caixa d’água (água encanada)	18,39	-1, 6140913395429	-47, 3917627763434

Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2010.

Entre as comunidades quilombolas mapeadas no município de São Miguel do Guamá, apenas Santa Rita da Barreira está recebendo recursos e projetos, o que a diferencia das demais. A comunidade quilombola Menino Jesus, também titulada, deve receber recursos aprovados recentemente, segundo informações do Sr. Iraci, as não tituladas têm maior



dificuldade para contemplar as exigências das financiadoras dos programas e projetos. O Sr. Iraci informou ainda, que tem convidado as lideranças locais para participar dos eventos, entretanto, somente Nossa Senhora de Fátima do Crauateua apresenta maior interesse. De qualquer forma, tenta se incluir as comunidades vizinhas em alguns projetos como o “viveiro de mudas” em que receberão algumas espécies para cultivar e na doação dos computadores a serem substituídos em Santa Rita da Barreira.

Entende-se que a titulação não pode ser pré-condição para a chegada dos recursos, projetos e políticas públicas para as comunidades quilombolas com territórios titulados ou não. A identidade quilombola perpassa pelo direito de se auto-identificar por processos sociais e trajetórias históricas específicas, por isso não pode ser considerada como indicador para que o poder público passe a oferecer serviços basilares previstos em lei, como o direito à educação, saneamento, saúde, segurança pública, dentre outros.

Acevedo Marin (2008) em “Quilombolas de Irituia (Pará) em luta pelo reconhecimento de direitos territoriais no século XXI” analisa, dentre outras questões, a inoperância do poder público em relação ao oferecimento de serviços públicos para as comunidades quilombolas do município de Irituia, vizinho a São Miguel do Guamá e cita que:

Os serviços de energia elétrica e água encanada servem a quatro povoados. Entretanto, algumas casas não dispõem do serviço ou apresenta irregularidades. A vila de São Francisco de Maracaxeta e São José do Patauateua tiveram ampliação da infraestrutura. A água encanada só tem nos arraiais, pois é um sistema de caixa d’água que funciona através da energia elétrica. As unidades familiares que moram fora dos arraiais continuam abastecendo-se nos igarapés. (ACEVEDO MARIN, 2008.p. 06).

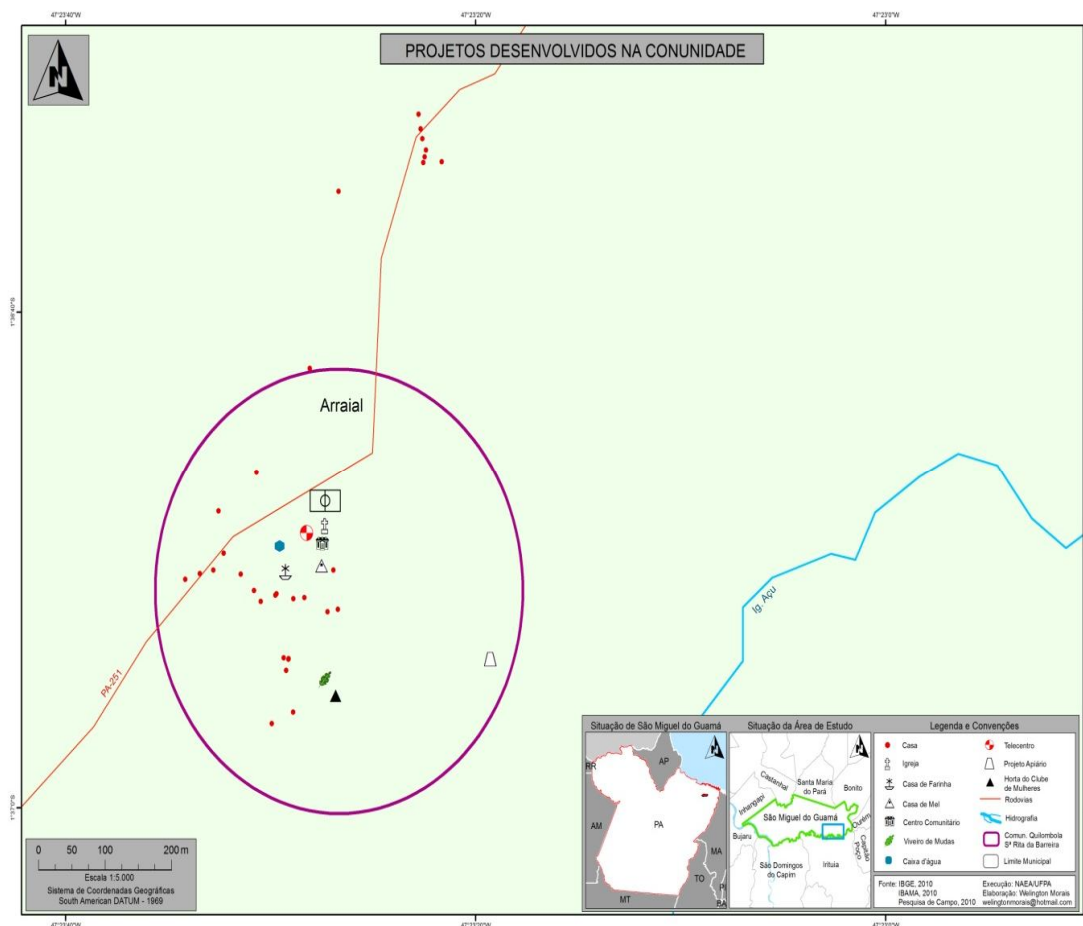
E sinaliza ainda que:

Boa parte da infraestrutura dos povoados tem sido obra dos grupos familiares que se organizam para construir escola, igreja, salão comunitário e suas casas. Nessa construção se utilizam de madeiras para fazer a armação, o barro para fazer as paredes, palha para cobrir o teto. O trabalho de homens, mulheres e crianças permite executar esses projetos coletivos por meio de mutirão; o mesmo é feito para sua manutenção. A limpeza de atalhos, ramais, estradas é uma tarefa corriqueira. Os herdeiros doam os terrenos onde é aberto o campo de futebol, construída a igreja, escola, salão comunitário, sala de festas, cemitério. Essa doação e dedicação criam estruturas de pertencimento. (ACEVEDO MARIN, 2008.p. 05).

O descompasso no oferecimento dos serviços públicos para as comunidades quilombolas se repete, também, internamente aos projetos como se observa em Santa Rita da Barreira onde indivíduos e famílias são excluídos de oficinas, serviços e bens materiais como água encanada e energia, assim como ao acesso a “casa de farinha” e máquinas e

equipamentos como o forno elétrico e o triturador de mandioca, instrumentos de trabalho como botas, carro-de-mão, enxada, dentre outros. Essas famílias ficam localizadas fora da circunferência referente ao arraial da comunidade como indica o mapa abaixo:

Mapa 05 - Localização dos projetos no território quilombola.



Fonte: Pesquisa de campo agosto 2010/IBGE 2010/IBAMA 2010.

Nota: No mapa acima a demonstração de que as políticas públicas parecem não acionar também as informações fundamentais relacionadas ao território e ignoram a disposição e distribuição das famílias no território, o modo de vida, o conhecimento local e as práticas coletivas. As ações de técnicos e instalação de projetos demonstram-se descontínuas em relação às necessidades e prioridades específicas das famílias que não se localizam exclusivamente no arraial da comunidade e que detém um farto conhecimento do território por isso são as mais apropriadas para sinalizar onde, como e o que priorizar para atender situações que afloram no cotidiano.

Sobre a situação dos projetos e respectivas análises, o Sr. Iraci forneceu algumas informações enquanto que outras foram resultados de observações locais. A construção da sede da associação garantiu um espaço para fazer as reuniões, guardar material, acomodar visitantes em caso de eventos, além disponibilizar espaço oficinas, cursos, palestras, atividades cadastrais e atualmente está sendo usado para guardar os computadores para a instalação do “Tele-centro”.

Os computadores usados serão repassados para outra comunidade quilombola ainda não definida, possivelmente para a comunidade quilombola de São Luis, Menino Jesus ou Crauateua. O prazo para a instalação era até setembro de 2010, porém, até dezembro do mesmo ano os computadores ainda não haviam chegado à comunidade.

Fotografia 18 - “Tele-centro” anexo a Igreja.



Fonte: Trabalho de campo – junho/ 2010.

Fotografia 19 - “Caixa d’água”.



Fonte: Trabalho de campo – julho/ 2010.

Nota: No interior do “Tele-centro” ainda faltam acabamentos e as janelas de madeiras não são reforçadas o que torna vulnerável a presença de computadores, além de que o ambiente quente e com parte do piso a terminar expõem os computadores, além do que, faltam cadeiras e armários para melhor acomodação. Em relação à caixa “D’água”, a “casa do motor” que já foi roubado uma vez também se encontra localizado em área exposta causando um sentimento de insegurança segundo alguns entrevistados, outro problema refere à descontinuidade do serviço inclusive para famílias que moram no arraial da comunidade.

Além do “Tele-centro” as famílias localizadas no “arraial” da comunidade, após o processo de titulação do território quilombola em 2003, a Secretaria de Estado e Agricultura SAGRI em convênio com a Companhia de abastecimento de Água do Pará (COSANPA), sob as orientações do “Programa Raízes”, efetivaram vários outros projetos no valor total de 25 mil reais. Dentre os projetos, estão a construção do poço artesiano, da caixa d’água e canalização da água para as unidades domésticas que se localizavam no arraial e ainda assim muitas mantiveram os poços de “boca aberta” recuperando outras formas de uso para permitir o acesso à vizinhança. A escola construída pela Secretaria Municipal de Educação, antes do processo de titulação, localizada a aproximadamente 500m da caixa d’água, também ficou desprovida de água encanada assim como as casas que ficavam em diâmetro aproximado.

A “casa de farinha” construída também no arraial sob a orientação da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI), inovou o processo de beneficiamento da mandioca, pois antes, apenas um forno era insuficiente, desta feita foram construídos mais dois fornos. O trabalho de preparo da farinha que segundo o Sr. Iraci antes virava a noite passou a ser

executado regularmente pelas famílias durante o dia, seguindo uma programação coletivamente acertada entre os usuários.

Em outra etapa de melhoramento da “casa de farinha” com a participação do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura, no projeto “Cadeia produtiva da mandioca”, conseguiram alguns equipamentos como o forno movido a energia elétrica, além de motor, prensa mecânica para retirar o tucupi (que não tem qualquer aproveitamento na comunidade), “tritador” e “catitu” elétricos para ralar a mandioca.

O Sr. Iraci comenta que neste projeto foram organizadas várias “capacitações” às famílias voltadas ao preparo da área, adubo, plantio, fabricação da farinha, avaliação e contabilidade dos custos e lucros que envolviam o trabalho na roça, a definição de preços e a comercialização. Segundo o entrevistado, houve o aumento da qualidade e do preço do produto, o produtor passou a ter noção do valor do seu trabalho por “tarefa de roça”. Antes, o comprador era quem definia o valor da saca de farinha, após o projeto, os produtores passaram a dizer qual o valor de cada saca farinha com base em cálculos específicos. O forno e demais equipamentos elétricos garantiram maior economia no custo e tempo de execução das atividades já que apenas um “fornheiro” passou a ser suficiente (antes eram necessários dois, o dia todo) para executar o serviço, diminuíram também os gastos com as diárias antes pagas aos trabalhadores contratados.

Mesmo com o incremento de equipamentos na “casa de farinha” os dados levantados em trabalho de campo revelam que a redução de tarefas de roças entre as famílias tem sido frequente na comunidade. A compreensão dos entrevistados refere-se ao “enfraquecimento” da terra. Este diagnóstico etnopedológico não parece ter movido aos técnicos a encontrar soluções, pelo contrário os quilombolas adotam soluções técnicas, como uso de inseticidas que colocam em risco a saúde e a qualidade da mandioca.

Observa-se também que a delimitação geográfica do território, após o processo de titulação, tem impedido o uso de outras áreas e empurrado as roças para áreas próximas às residências. Uma explicação malthusiana é o aumento da pressão demográfica sobre o território, devido ao crescimento das famílias com a chegada de novos agregados, já que conforme identificado em trabalho de campo, foi informado 38 famílias o que indica um aumento gradual que em algumas décadas pode se tornar incompatível com a extensão do território. Em Santa Rita da Barreira observa-se a utilização de instrumentos e técnicas de produção mais elaboradas com a chegada dos projetos e a utilização de sistemas de cultivo intensivos representados pelos consórcios, em que cultivam mais de uma espécie em uma

mesma roça. O desenvolvimento de atividades paralelas, não necessariamente voltadas às atividades de manejo de floresta e sim a serviços e recebimento de benefícios na comunidade, estão redefinindo as relações de trabalho e comprometendo a permanência de atividades voltadas ao cultivo.

Pode-se considerar que o diálogo entre o tradicional e as mudanças sempre estiveram presentes nas relações sociais dos quilombolas na Amazônia. As mudanças das relações sociais e de trabalho em que as práticas produtivas comunitárias ou de cunho familiar estão sendo alteradas ou desenvolvidas paralelamente a outras atividades abrangem também as tarefas educacionais, na qual se inserem os mais jovens.

No horário da manhã as crianças também têm suas obrigações escolares, assim apenas aos sábados e domingos é que se realizam tarefas em que todos os membros das famílias estão reunidos em casa como a limpeza dos quintais. Os resultados destas mudanças interferem na organização de serviços e técnicas de cultivo tradicionais aparentemente negligenciadas pelos jovens devido à oferta e busca por serviços e aprimoramento educacional fora da comunidade.

Em relação ao projeto da “casa de mel”, inicialmente inaugurada com 25 caixas e 30 caixas de colméias foi trazido e justificado na linha de “geração de renda”. A casa de mel funciona de forma limitada, pois ainda não foi terminada e faltaram recursos para concluir os serviços de reboco, forro, instalação de balancim, construção do banheiro e colocação de lajota no piso e parede. Muitos equipamentos encontram-se armazenados sem função, o que impossibilita a operacionalização integral do projeto. Beneficiaram-se apenas dez famílias que passaram a receber cursos e oficinas para se especializarem na prática da apicultura. Isto se revelaria uma espécie de arqueologia de projetos que ficaram paralisados, não deram certo.

Fotografia 20 - Triturador elétrico de mandioca.



Fonte: Pesquisa de campo setembro/2010.

Fotografia 21 - Preparação a visita técnica ao apiário.



Fonte: Pesquisa de campo junho/2010.

Nota: A apicultura depende diretamente da disponibilidade de florestas no entorno e ao que indica envolve um número pequeno de famílias. As caixas estão localizadas próximas ao “arraial” o que implica em constantes acidentes com os circundantes e excluem algumas famílias das atividades de manutenção, instrução técnica e também dos possíveis benefícios do projeto.

No projeto de apicultura estão em funcionamento apenas “12 caixas” no apiário, porém, pretende-se ampliar a produção e beneficiá-la com o apoio e orientação técnica da EMATER (Empresa Brasileira de Extensão Rural), que vem acompanhando a manutenção das colméias. A permanência ou ampliação desta atividade na comunidade depende das condições ambientais propícias à reprodução das colméias, entretanto, a retirada de florestas nativas do entorno, em função do avanço das atividades da pecuária e extração de insumos para indústria ceramista podem comprometer a sua continuidade.

A destinação das mudas são para o projeto de reflorestamento financiado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDEFLOR) para tentar atenuar os impactos negativos sobre o meio ambiente e a expansão de áreas degradadas em função de décadas de escavações, que possibilitaram formação de crateras abandonadas. As crateras de até 4 metros de profundidade serão reaproveitadas por outro projeto de geração de renda articulado entre a EMATER em convênio com o governo federal, voltado ao reaproveitamento dos buracos para a formação de tanques voltados à prática da piscicultura. Em Santa Rita da Barreira, o recurso destinado a piscicultura foi cancelado devido a não apresentação da documentação necessária para garantir a continuidade do projeto.

A construção de um “viveiro de mudas”, compõe a sequência de projetos relacionados às políticas públicas com fins ecológicos que chegaram à comunidade, esta iniciativa ficou sob a coordenação do Instituto de Florestas do Pará (IDEFLOR) e envolveu 25 famílias para fazer o plantio em áreas degradadas.

O valor financeiro deste projeto voltado ao reflorestamento foi orçado no valor 43 mil reais. As mudas de espécies a serem cultivadas são açaí, cupuaçu, paricá, andiroba, castanha do Brasil, favarara e buriti, as mudas serão distribuídas entre as oito comunidades que estão no projeto, segundo o presidente da associação, a distribuição das mudas para as comunidades deverá acompanhar o tamanho da área degradada. A “terraplanagem” da área demarcada para receber o viveiro de mudas e o apoio técnico para o manejo das mudas foi executada com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura através do fornecimento de maquinário e a atuação de técnicos agrícolas.

Na imagem abaixo uma visão interna do “viveiro de mudas” localizado próximo ao arraial da comunidade:



Fotografia 22 - Viveiro de mudas.



Fonte: Pesquisa de campo julho/2010.

Fotografia 23 - Extração ceramista próximo à comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo novembro/2010.

Nota: O viveiro de mudas ainda estava em fase de construção e até dezembro do ano presente ainda não havia sido concluído, a área do viveiro fica próxima ao arraial da comunidade, por trás dos quintais, o que reforça mais uma vez a concentração dos projetos no arraial, beneficiando diretamente apenas algumas famílias que ali se localizam.

Durante visita realizada no escritório local da EMATER, o sociólogo dessa instituição forneceu informações sobre outro projeto cogitado para ampliar a arrecadação financeira das famílias, relacionado à produção artesanal a partir de sementes, raízes e palhas, coletadas nas matas, rios e mangues. A catalogação e orientação para o manejo das espécies (já em andamento) serão orientadas pela EMATER em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De acordo com o sociólogo pretende-se estabelecer políticas públicas específicas para as populações quilombolas, pois, “suas crenças, tradições religiosas, aspectos culturais, devem ser respeitados”.

A continuidade do projeto voltado ao artesanato está sendo orientado por técnicos da EMATER no território quilombola de Santa Rita da Barreira, relacionados à produção artesanal através da regularização da coleta dos insumos, identificação botânica das espécies desconhecidas e capacitação dos artesãos e artesãs na produção de biojóias. A segunda etapa deste projeto pretende garantir o mapeamento florestal, a sistematização e catalogação do conhecimento sobre o manejo de sementes, caroços, ouriços, palhas e cascas e a aplicação deste conhecimento junto às oficinas para a produção de utensílios domésticos artesanais. Alcir Borges informou ainda, que existe o interesse em incluir comercialmente a produção artesanal, entretanto, sem comprometer a autonomia cultural do grupo.

O artesanato, ao que parece, simboliza um elemento importante para responder às perspectivas próximas ao modo de vida das famílias e se configura como uma possibilidade para revelar outras oportunidades relacionadas ao manejo e aproveitamento de recursos do território. Secularmente, as famílias manipulam sementes, ouriços, cascas e palhas para vários fins relacionados inclusive a reprodução social e práticas simbólicas. Desta forma, uma alternativa para tentar superar o foco reducionista restrito a geração de renda ou a percepção folclorizada desta atividade, como se observa em grande parte dos projetos vinculados aos grupos étnicos. A reelaboração desta perspectiva pode desvendar, no universo das práticas artesanais, um debate mais amplo relacionado à etnohistória, garantia de direitos étnicos, controle dos recursos naturais e autogestão do território.

De acordo com as conversas informais em pesquisa de campo, os projetos chegaram prontos sem qualquer consulta às famílias da comunidade e a adoção e envolvimento de homens e mulheres é reduzido, sem atender as demandas. Os projetos parecem não enquadrar no sentido de coletivo e comunitário que o grupo domina na sua organização social. Pelo contrário, as possibilidades de reforçar esse sentido são condenadas. Apenas um grupo usufrui e incorpora os conhecimentos de apicultura, informática e produção de mudas, como também o crédito, a relação com os técnicos, os donos de um saber e poder que dificilmente lhes permite estabelecer uma relação social de trabalho técnico com os quilombolas.

Existe também o projeto organizado pela ONG IDATAM, de Castanhal, em convênio com o programa “Pará Rural”, também em tramitação, em que serão disponibilizados seis mil reais para cada produtor administrar em sua produção, a gestão direta do crédito pelo produtor deverá ter o acompanhamento e orientação de técnicos agrícolas. Esperam ainda a aquisição de recursos federais junto à Caixa Econômica, também em tramitação, para a construção de casas de alvenaria para as famílias da comunidade que não as possuem, pretendem ainda firmar um contrato com outra Cooperativa de Castanhal, a Cooperart, para garantir saneamento básico para as famílias que não foram contempladas pelo fornecimento de água encanada.

Os problemas encontrados no processo de elaboração, implementação e continuidade dos projetos vivenciados pelas famílias na comunidade quilombola Santa Rita da Barreira são apresentados a partir de uma noção de “entreve”, encontrado nas observações e registros feitos em pesquisa de campo, a partir das ações dos técnicos na comunidade, em atividades de cadastramentos, orientações técnicas na horta e viveiro de mudas, rápidas reunião com as lideranças da comunidade e principalmente dos registros feitos no diário de campo.



Quadro 13 - Entraves aos projetos instalados.

<b>Fatores internos</b>	<b>Fatores externos</b>
Dificuldade de transporte.	Dificuldade de acesso a comunidade no período do inverno.
Carência de trabalhadores para desenvolver as atividades coletivas e mutirões.	Retirada de florestas e escassez de recursos naturais: redução da biodiversidade e ecossistemas.
Incoerência dos prazos estabelecidos pelos programas ao calendário de atividades da comunidade gerando atrasos e perda de recursos.	Projetos de desenvolvimento pensados de “fora” para “dentro” que criam relação de dependência às regras institucionais da sociedade dominante.
Falta de consulta e participação das famílias na elaboração e implantação dos projetos.	Assoreamento de igarapés e do rio Guamá.
Concentração dos projetos no “arraial” da comunidade e exclusão de famílias aos serviços.	Desconhecimento do processo de territorialização e da etnohistória da comunidade.
Baixa escolaridade e conhecimento técnico e jurídico dos prazos, projetos e programas.	Ausência dos serviços de fiscalização ambiental sobre as atividades que degradam o meio ambiente.
Baixa coesão política entre as famílias.	Burocracia: Incongruências no enquadramento às categorias cadastrais e censitárias para programas de financiamentos e outros benefícios sociais.
Monetarização das relações sociais no desenvolvimento de serviços na comunidade.	Visão etnocêntrica fundamentada no “primordialismo”, sobre o conceito de quilombola.
Saída dos jovens para estudar ou desenvolver atividades remuneradas fora da comunidade.	Pressões político-jurídicas organizadas por grupos de interesses contra os “direitos étnicos”.
Saída dos jovens para estudar ou desenvolver atividades remuneradas fora da comunidade.	Pressões político-jurídicas organizadas por grupos de interesses contra os “direitos étnicos”.
Dependências dos projetos ao equipamento e conhecimento técnico para a manutenção.	Ausência de políticas públicas no Plano Diretor municipal, voltadas às demandas quilombolas.
Acúmulo de dívidas em relação aos diversos financiamentos.	Superposição de projetos e pouca interação entre as instituições.

Fonte: Pesquisa de campo junho/novembro 2010.

As situações assinaladas acima podem parecer apressadas para estabelecer uma avaliação concreta das intervenções feitas na comunidade pelo poder público, mas levando em consideração que o sistema de abastecimento de água encanada, da casa de farinha e casa de mel, que já tem mais de seis anos e os demais projetos estão próximos de completar dois anos, ainda não são visíveis resultados satisfatórios e envolvimento de um quantitativo maior de famílias nos projetos.

Não é lógico, nem esperado, mas ocorreu que, a estrutura física da “casa de mel” ficou incompleta com alguns equipamentos sem utilidades, prejudicando a conservação das máquinas e a produção integral de mel. Os quilombolas não esperavam que os computadores já usados, encontrassem-se indisponíveis por problemas de instalação e recursos humanos. Desta forma, o “Tele-centro” não está em funcionamento, apesar de alguns jovens da comunidade terem despertado interesse na operacionalização de alguns poucos computadores em funcionamento. Não podia ocorrer que a água encanada não atendesse todas as famílias, apesar de alguns “preferirem” a utilização da água do poço de “boca aberta”. Alguns reclamaram que não dispunham de recursos para comprar o cano para ligar a rede distribuidora de água.

Após a instalação e funcionamento dos projetos, o acompanhamento e manutenção das máquinas ficaram sob a responsabilidade das famílias, que nem sempre dispõem de recursos para substituir as peças ou atualizar equipamentos. Muitas peças são consertadas de improviso com materiais adaptados, a partir de material encontrado na própria comunidade como pedaços de madeiras, latas, plásticos e cipós, os projetos são iniciados sem previsão de término, o que compromete a continuidade ou planejamento para a manutenção dos mesmos.

Os técnicos que manuseiam as máquinas não retornam, obrigando as famílias a desenvolverem um autodidatismo para poder entender a mecânica e engrenagem das máquinas e resolver pequenos problemas de manutenção quando possível ou, em último caso, encostar o maquinário. Como se não bastasse, quase uma década de ações descompassadas e desastradas na comunidade constata-se a inoperância do poder público para coibir o processo de degradação ambiental, que ameaça a disponibilidade dos recursos naturais para a comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.

#### 4.2 TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SANTA RITA DA BARREIRA NA CONCEPÇÃO DO ITERPA

Muito recentemente, em 2010, o ITERPA criou o “Plano de Utilização da Comunidade Remanescente de Quilombola Santa Rita da Barreira”, que tem como finalidade direcionar as normas e regras de uso do território pelas famílias quilombolas, segundo as determinações da legislação estadual que dispõe sobre as utilizações dos recursos naturais:

O plano de utilização tem como finalidade regular normas e regras dentro da área do assentamento de Quilombo da Comunidade Santa Rita da Barreira, de modo a estabelecer critérios para garantir os recursos naturais da área, bem como salvaguardar as gerações presentes e futuras. (INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ, 2010, p. 4).

Inúmeros problemas são identificados neste “Plano de Utilização”, primeiramente, por não consultarem as decisões tomadas nas assembleias da associação de moradores da comunidade, que já sinalizam “regras” de controle e regulação fundamentados a partir do domínio coletividade e uso comum do território. Segundo, por negligenciar a coesão interna, estratégias de organização e resolução de conflitos, redes de solidariedades e sentimento de pertencimento construído a partir dos processos sociais e etnohistóricos que convergem para acertos coletivos relacionados às regras de convivência no grupo. Terceiro, porque o documento contabiliza trinta unidades domésticas, sendo este um dado desatualizado já que nesta pesquisa foram mapeadas um total trinta e oito. Ao que parece não houve uma

verificação pormenorizada da situação social das famílias e nem do território sinalizando a elaboração de mais “projeto de gabinete”.

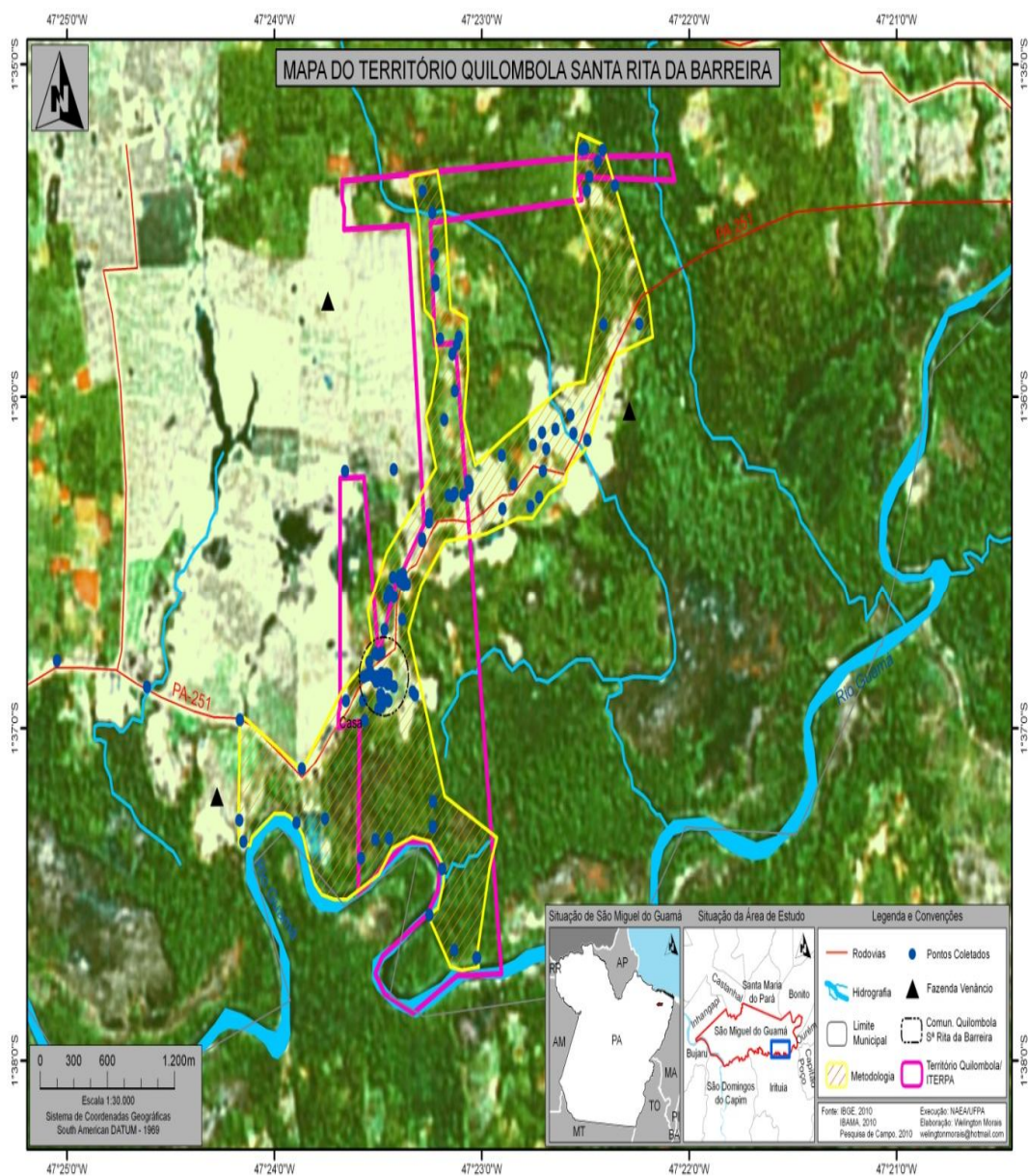
No “subtítulo” indicado como “Tecnologia” identifica-se que o território tem como margens o rio Guamá e o igarapé Mururé e que estas delimitações naturais possibilitam às famílias desenvolvem a pesca, o extrativismo e a agricultura familiar, assim como manter suas características do processo de resistência frente à escravidão. Quando se tenta justificar as estratégias de uso e reprodução social, a partir da disponibilidade do rio Guamá e o igarapé Mururé, sem citar as atividades de extração de insumos para a indústria ceramista e o avanço das fazendas no entorno da comunidade causando a escassez de recursos com o assoreamento de rios e igarapés e a perda de florestas, comete-se um grande equívoco.

Outra preocupação alude ao fato de que a “resistência à escravidão” não pode ser tomada exclusivamente como explicação à configuração de quilombos na Amazônia, além de que, a ressignificação do termo quilombo introduz outras questões relacionadas à busca de direitos sociais específicos, reconhecimento étnico e direito à autogestão do território.

Outro “subtítulo”, com a indicação, “utilização atual” menciona que as diretrizes apontadas no “Plano de utilização” visam proteger os costumes e tradições culturais da população quilombola. Os quilombolas não podem ser entendidos como peças de museu ou culturas “frigorificadas”, Almeida (2008), as tradições e costumes convivem também com mudanças, troca de valores, reelaboração de práticas sociais.

No mapa abaixo, a demonstração da perda de área verde na comunidade sinaliza que atividades extrativas foram praticadas no território antes do processo de titulação, mas o maior destaque está para as áreas de propriedade latifundiária onde predominam as atividades de pecuária, extração de madeira e insumos para a indústria ceramista na fazenda do Sr. Venâncio.

Mapa 6 - Área desflorestada no território quilombola.



Fonte: Pesquisa de campo/IBGE 2010/IBAMA 2010.

Nota: Na comunidade quilombola Santa Rita da Barreira área total de 371 ha, um perímetro de 18.379,51m desse total, apenas 37,5% da área esta caracterizada como área verde e 62,5% esta caracterizado como área desmatada, conforme demonstração no mapa acima o que inviabiliza o cumprimento de conservação de 80% do território estipulado pelo Plano de utilização.

Outra prescrição do documento relacionada à “utilização projetada” em atendimento ao Código Florestal da lei 4.771/65, alterado pela medida provisória 2.166/2001, define que apenas 20% do território devem ser destinados para a agricultura e pecuária e 80% para a preservação de áreas verdes. Ironicamente, segundo o engenheiro florestal da Secretaria de Meio Ambiente municipal, restam apenas 22% de mata nativa em todo o município de São Miguel do Guamá.

Nas fazendas do entorno repete-se o cenário e na própria comunidade não existe este quantitativo de floresta. Restam apenas 37,5% de áreas verdes, devido aos processos anteriores de desflorestamento causados por outros agentes sociais e contidos após a titulação do território em 2002. As inconsistências de dados obstam o cumprimento do “Plano de Utilização” e reforça a continuidade dos equívocos em relação às políticas públicas destinadas à comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.

Sobre as modalidades de usos do território o documento aponta as determinações: limites de moradias e trabalho; controle do uso do fogo e construção de aceiros; uso da agroecologia combinando técnicas e fundamentos ecológicos; distanciamento dos roçados de corpos d’água e onde existam espécies vegetais como seringueiras, castanheiras e açazeiros; criação de animais de grande porte com tecnologias adequadas; extração de madeira conforme legislação ambiental; proibição da extração de recursos minerais voltados ao comércio.

As práticas de cultivo utilizadas na comunidade são tradicionais e atende ao equilíbrio ecológico devido o sistema de consórcio, rodízio de cultivo e adubação natural, dentre outras estratégias de domínio, desde que disponham de condições físicas para realizar tais procedimentos. A titulação do território continua sendo pensada como um “isolamento” da comunidade e os igarapés, rios e florestas que fornecem os recursos básicos para reprodução social e simbólica continuam sendo ameaçados como se não fossem transversais ao território o que compromete e amplia as limitações que abarcam suas dimensões físicas.

O documento complementa, ainda, um capítulo sobre a infraestrutura da comunidade e afirma que as famílias dispõem de água encanada, igarapés e energia elétrica e que recebem assistência técnica da EMATER. Em ambos os serviços existem descontinuidades em relação ao atendimento das necessidades das famílias que não dispõem de posto de saúde, saneamento básico, educação específica dentre outros. Os serviços públicos e assistência social são compartilhados com outras famílias em instituições localizadas a doze quilômetros da comunidade na sede do município de São Miguel do Guamá, o que mais uma vez revela as inconsistências em relação ao conhecimento das condições físicas e sociais do território quilombola de Santa Rita da Barreira.

A última prescrição do “Plano de Utilização” trata das penalidades e sanções, que tem como objetivo afinar o comportamento dos agentes sociais no território a partir da prescrição de direitos e deveres, cabendo aos “desviantes” a aplicação medidas punitivas dentre as quais: advertência verbal, advertência por escrito e embargo de atividades. Por não haver em algumas situações referenciadas no documento, condições mínimas de cumprimento ao

estabelecido, convém considerar a inadequação deste instrumento ao tentar interferir no modo de vida das famílias que compõem a comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.

Em junho de 2010 o ITERPA criou o “Território Estadual Quilombola Santa Rita da Barreira” para assegurar os direitos constitucionais inaugurando mais um instrumento legal, que não surtirá efeito caso os esquemas de gestão pública e participação não sejam invertidas e os agentes sociais da comunidade, que deveriam ser protagonistas, continuem sendo ignorados. A condição de “Território Estadual Quilombola”, na visão dos gestores públicos, pode representar uma categoria importante para o reconhecimento dos direitos sociais. De fato, pode representar outra forma de legitimação, mas pode perder a significância se as responsabilidades mínimas do poder público não forem cumpridas.

As incorreções identificadas nas ações públicas não anulam outras possibilidades identificadas ao longo da pesquisa, relacionadas à oportunidades para se reelaborar e repensar as intervenções sobre a comunidade Santa Rita da Barreira. Algumas condições favoráveis foram indentificadas como possíveis de serem aproveitadas para a elaboração de políticas públicas próximas ao etnodesenvolvimento.

Uma das condições favoráveis sinaliza que a autoidentificação tem reproduzido sentimentos de força e unidade do grupo apontando para o restabelecimento da autoestima e reforço da identidade étnica frente aos obstáculos enfrentados “dentro” e “fora” da comunidade. Sobre esse valor social e simbólico a Sra. Antonia Silva (30 a.) relatou, que em determinada situação em São Miguel do Guamá chegou atrasada para a consulta, pois as fichas já tinham acabado, ao se identificar como quilombola e justificar o atraso em função da distância percorrida ela foi atendida imediatamente, apesar de ter ouvido o comentário da técnica de que *“quilombola é que nem índio tem prioridade”*. A etnicidade torna-se importante neste momento para assegurar a diferenciação e os direitos específicos frente aos códigos dominantes que ainda apregoam a exclusão social como um elemento importante nas relações sociais.

As movimentações sobre a necessidade em ampliar os canais de participação são acompanhados também pela recuperação da identidade étnica, à medida que o autorreconhecimento passa a congregar uma simbologia política. A autoidentificação étnica em Santa Rita da Barreira se assemelha a busca de melhores condições de vida como expressam categoricamente os entrevistados ao serem perguntados sobre o significado em ser quilombola hoje: *“senti uma melhora e aprendi a dar valor no que tem”*. (Antonia Silva, 30a.); *“tem mais prioridade no atendimento”*. (Tatiane Braga, 30 a.); *“tenho orgulho de ser quilombola”*, (Alcindo Santos, 46 a). A sinalização positiva da identificação constitui-se em

um pressuposto importante para resguardar os princípios étnicos atrelados à identidade coletiva, que permite convergir para uma luta comum em busca de direitos. As possíveis condições convergentes ao etnodesenvolvimento também mapeadas ao longo da pesquisa de campo estão apontadas no quadro abaixo:

Quadro 14: Fatores de Etnodesenvolvimento.

<b>Fatores internos</b>	<b>Fatores externos</b>
Conhecimento dos mapas participativos como instrumento de domínio e defesa política do território.	Articulações política com outras comunidades quilombolas de São Miguel do Guamá e nordeste do Pará.
Conhecimentos locais e domínios das formas de manejo tradicionais dos recursos naturais.	Visibilidade social dos quilombolas da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira em São Miguel do Guamá.
Fortalecimento da identidade étnica através de relações de pertencimento e autodefinição.	Disponibilidade de recursos financeiros, programas e Projetos voltados à comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.
Processo de titulação do território concretizado.	Inexistência de conflitos e tensões relevantes e imediatas com fazendeiros ou Ceramistas.
Organização interna do “Clube de Mulheres” e “Associação Quilombola”.	Localização geográfica favorável (12 km de São Miguel do Guamá) para acionar serviços e deslocar produção.
Disponibilidade de recursos naturais para desenvolver o artesanato.	Acesso as autoridades locais.
Jovens em processo de formação técnica em Agropecuária pelo IFPA – Escola Agrícola de Castanhal.	Existência de instrumentos jurídicos legais no âmbito estadual e Federal que amparam as demandas quilombolas e demais grupos étnicos.
Jovens com domínio de algumas técnicas em informática na comunidade.	Articulação política com instituições e lideranças políticas em favor da causa quilombola em Belém.
Predomínio de relações sociais comunitárias fundamentadas a partir de regras de manejo, circulação, autoridade familiar, coletividade e uso comum dos recursos naturais.	Outras comunidades quilombolas em São Miguel em processo de reconhecimento e titulação do território, intensificando a identidade política coletiva.

Fonte: Pesquisa de campo – junho/ novembro 2010.

Os eventos regionais e locais como o “Encontro de Mulheres Quilombolas” e “Jogos Quilombolas”, representam outras formas de garantir o espraiamento das ações em busca de direitos, são oportunidades para um maior entrosamento entre as comunidades próximas apesar de não terem recursos para intensificarem as reuniões e visitas às comunidades distantes. Projeta-se também a indicação de um candidato quilombola do nordeste do Pará, processo em estudo e cercado de sigilo, que representa mudanças recentes vivenciadas em Santa Rita da Barreira como a organização política entre seus membros e outras comunidades quilombolas.

Em março de 2010 iniciaram as preparações para o “I Encontro Quilombola da Região Nordeste do Estado do Pará”, neste encontro, que não ocorreu, pretendia-se debater políticas públicas voltadas às demandas quilombolas. A busca do reconhecimento étnico e político pretende o fortalecimento e autonomia através de várias estratégias como a indicação de candidatos quilombolas para as próximas eleições.

A abertura de vagas para alunos quilombolas do Nordeste do Pará no curso técnico de agropecuária oferecido pelo Instituto Federal do Pará (IFPA) na Escola Agrotécnica de Castanhal, permitiu que seis jovens da comunidade quilombola de Santa Rita da Barreira fossem incluídos no programa. O curso tem duração de três anos e uma formação de nível superior. Os alunos recebem uma bolsa de cem reais (bolsa em atraso) para que possam custear quinze dias morando em alojamentos na própria instituição, com direito a algumas refeições. Nos outros quinze dias os alunos ficam na comunidade para aplicação de atividades práticas relacionadas ao cultivo, climatologia e adubação do solo, dentre outras formas de conhecimento.

As conquistas destes novos espaços podem representar um avanço no processo de autogestão, na medida em que após a conclusão do curso possam ser aproveitados na própria comunidade para desenvolver atividades relacionadas à produção rural diferenciada e adaptadas às características da própria comunidade. As condições ao etnodesenvolvimento, se identificadas pelos agentes sociais e na condição de que eles sejam protagonistas no processo de elaboração e instalação de políticas públicas, poderá constituir a diferença porque valoriza a diversidade étnica e cultural.

O registro de leis, decretos e normativas podem se tornar sem efeito se no processo de concretização da participação, governança e autogestão, os que deveriam ser protagonistas forem substituídos por discursos e programas pré-elaborados pelas organizações públicas e gestores voltados a interesses particulares.

Elinor Ostrom (2002) analisa a possibilidade das reformulações das interações institucionais entre as organizações governamentais e os grupos de base comunitária interna a partir da ótica do neoinstitucionalismo, no que se refere à gestão e “uso dos bens comuns”. Sustenta a autora que as organizações criadas a partir de atores sociais, sem interferência das regulamentações externas, podem gerir os recursos de acesso comuns de forma mais democrática e reformular as regras existentes, além de conseguir diminuir as crises de abastecimento e disponibilidade de recursos.

A autora sugere, por fim, um sistema de gestão de recursos autoorganizados por atores sociais das comunidades locais, de forma coletiva e autônoma, na qual consigam encontrar alternativas de manejo de recursos naturais sustentáveis adaptados às condições endógenas. Outro aspecto assinalado pela autora refere-se à necessidade de instituições



melhor estruturadas (supranacionais, nacionais ou regionais), para criar arranjos aceitáveis e organizados pelos agentes sociais locais em favor da autoorganização<sup>48</sup>.

O poder público não contribui com a criação de agências de monitoramento do desempenho dos sistemas de recursos naturais e nas organizações especializadas, as informações técnicas estão distantes de aperfeiçoar e criar programas que pudessem garantir sistemas de recursos naturais autoorganizados. Em um esquema de sistematização e troca de dados entre as instituições públicas, apresentam lacunas nos esquemas voltados a melhorar operacionalizar a elaboração e operacionalização de projetos para priorizar a autoorganização.

Estas idéias de Eleonor Ostrom (2002) apresentam ponderações importantes para pensar o etnodesenvolvimento na comunidade quilombola Santa Rita da Barreira ao ratificar a necessidade da aproximação entre tecnologia, conhecimentos tradicionais e recursos naturais como complementação de um conjunto de ações em favor de um referencial comum de desenvolvimento, que venha convergir ao respeito à diversidade étnica e cultural. As experiências e vivências dos grupos negros definidos como quilombolas, como no caso da comunidade Santa Rita da Barreira e outros agentes sociais, que compõem esta identidade coletiva dos grupos étnicos tradicionais, ensinam que historicamente as ações humanas precisam ser profundamente refletidas para tentar minorar os impactos sociais e ambientais negativos.

Desta feita, aponta-se o papel destes grupos étnicos na realização de projetos que venham propiciar um desenvolvimento voltado às suas demandas internas e ampliar o *empoderamento* dos agentes sociais envolvidos em ações coletivas na garantia de um manejo e usufruto equilibrado dos recursos naturais. Os pressupostos das políticas de etnodesenvolvimento sustentam-se a partir de novas relações que permitam aliar conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais com novas dimensões de valores em busca do respeito aos grupos étnicos e aos recursos naturais.

Outra possibilidade em alcançar esta perspectiva assenta-se na relação entre a cartografia e o etnoconhecimento com vias a retratar um conjunto de relações sociais,

---

<sup>48</sup> Com base em estudos comparativos dos sistemas de irrigação no Nepal a autora verificou que os sistemas de gestão de recursos naturais autoorganizados pelo atores sociais são mais bem sucedidos do que aqueles sistemas convencionais organizados e controlados por instituições complexas de cunho nacionais. Para a autora os agentes sociais podem entrar em negociações em níveis de relação de confiança e posteriormente estabelecer regras para tentar se organizarem em um processo no qual possam garantir as comunicações e conhecimento das cadeias sociais e produtivas que estão inseridas. A comunicação entre os agentes sociais e o conhecimento dos processos e tramitações podem otimizar o grau de solidez de suas formas de organizações e facilitar a construção de canais negociações para fazer valer seus interesses diante das instituições governamentais.

culturais, políticas e econômicas de um determinado território. A elaboração cartográfica a partir das comunidades recebe várias terminologias dentre as quais “etn-cartografia”, “mapas comunitários”, “mapeamento comunitário”, “autodemarkação”, “levantamentos etnoecológicos”, “diagnósticos etnoambientais”, “cartografia social” ou “mapas participativos”, a partir das leituras feitas pelos próprios grupos étnicos com o uso de tecnologia de localização como o GPS, “foto-mapa”, modelagem, cartografia de escala e de esboço, cartografia efêmera.

As políticas públicas com voltas ao etnodesenvolvimento têm na configuração geográfica do território a partir da participação da comunidade uma grande oportunidade para sintetizar o conhecimento da comunidade sobre o território. Como afirma Acsegrad (2008), a elaboração e montagem dos mapas participativos permite aos grupos étnicos definir suas prioridades e selecionar as reivindicações em busca de direitos, uma vez que este exercício de atualizar e sistematizar as informações, através de oficinas coletivas, serve para fortalecer a noção de grupo e identidade étnica:

Mais recentemente o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado por Alfredo Wagner, vem consolidar ‘as experiências de mapeamento social realizadas na área correspondente ao Programa Grande Carajás, em 1991-1993’, já produziu mais de 61 fascículos (com mapas), com o envolvimento de sindicatos, associações, movimentos, cooperativas, que os tem utilizado ‘como forma de afirmar direitos territoriais’ em diferentes contextos. (ACSELRAD, 2008, p.6).

O trabalho de colaboração, organização coletiva e cooperação na elaboração dos mapas sintonizam sentimentos de pertença e reelaboram laços de coesão social que os mapas convencionais organizados por agentes públicos não alcançam. A cartografia oficial editada por laudos técnicos não representam o processo de territorialidade em movimento, suas estratégias de manejo do meio, laços de solidariedade, reconfiguração do uso, reconstruções do universo simbólico inerente às relações sociais em constantes transformações.

As modalidades de manejo do território, a partir de ações coletivas, uso comuns, estabelecimento de regras e técnicas específicas se reproduzem em processos de aprendizagem herdados a partir das relações sociais construídas no território e se atualizam através da recuperação de experiências anteriores que o processo de elaboração dos mapas participativos poderá oportunizar. Os registros das informações referentes às modalidades de uso e formas de apropriação coletiva do território sinalizam também o tempo de permanência no território e a indicação do direito de autonomia, continuidade e controle dos recursos naturais existentes no território transmitidos ao longo de diversas gerações através de várias modalidades de domínio.

A etnohistória do território também pode ser desenhada com precisão nos mapas participativos à medida que os comunitários identificam as áreas estratégicas das fontes de recursos hídricos, áreas de várzeas, roças, caças, pescas e extrativismos, demonstrando os processos de uso, ritmos da natureza e transformações ocorridas na paisagem. As informações de como os grupos étnicos usufruem do território e manejam seus recursos secularmente permite também aos planejadores conceber arranjos espaciais em diversas dimensões. Munidos de informações específicas sobre o território, os planejadores públicos junto à participação dos grupos étnicos e na montagem de esquemas de autogestão dos recursos naturais, podem conciliar as propostas mais flexíveis e abrangentes de zoneamento ecológico econômico, regularização fundiária e planos diretores municipais com as necessidades e costumes locais.

Os meandros políticos do processo de formação e de integração de lideranças étnicas e suas novas gerações como os principais interlocutores neste processo de definição de suas prioridades e políticas é uma dimensão política importante. Elas se constroem nas relações dos grupos com as instituições e partidos políticos. No caso dos grupos quilombolas e sociedades locais, apresentam várias questões, dentre as quais Almeida (2008) considera que as lideranças políticas formadas no seio dos grupos étnicos tendem a reproduzir o anseio da coletividade e destacarem-se como interlocutores junto às instituições públicas e autoridades.

Em um processo de abertura em que suas formas de organização, normas internas, conhecimentos e ritmos passam a ser gradualmente reconhecidos pelos poderes estabelecidos, o isolamento cultural nunca foi a marca dos grupos étnicos, pois sempre interagiram, com outros códigos e sistemas culturais reproduzindo estas interações em diversas formas seja através da resistência, conflito ou incorporando valores conforme seus interesses.

Entender os entrelaces entre os grupos étnicos e as tramas da modernidade, relevam reconfigurações e territorialidades novas que permitem, com vias a etnohistória, tentar compreender as relações de mudanças e permanências estabelecidas pelos grupos étnicos em seus processos de territorialização como foi proposto neste estudo sobre os quilombolas de Santa Rita da Barreira. As relações inter e intra-culturais são elementos importantes para compreender a cultura como um processo dinâmico e a etnohistória como referência a este processo permite compreender as organizações a partir de construções sociais específicas e processos culturais em movimento e em mudança.

A assimilação destes pressupostos ao etnodesenvolvimento ainda estão distantes ao que acontece na comunidade quilombola de Santa Rita da Barreira e demais territórios étnicos “atendidos” por políticas públicas.

Nesta pesquisa, acredita-se que as diretrizes teórico-metodológicas dos planos e programas deveriam estar abalizadas pela etnohistória, etnologia e etnografia como principais instrumentos de investigação e conhecimento, para que se possa entender as necessidades e demandas prioritárias emanadas dos grupos étnicos. Acredita-se também, que as políticas públicas de etnodesenvolvimento deveriam ser elaboradas por profissionais conhecedores e sensíveis nas relações e processos sociais que envolveram a construção histórica de cada território étnico.

Por fim, se acredita que os protagonistas deste processo de elaboração e gestão devem ser os próprios quilombolas, ribeirinhos, indígenas, faxinheiros, caranguejeiros, quebradoras de coco, catadores de castanhas e coletores de açaí, dentre outros. De forma que o poder público possa dar condições para que esses grupos possam assegurar a autogestão de seus territórios, a continuidade e melhoramento de seus modos de vida, a fim de que, por livre determinação, venham a continuar com a preservação e conservação dos bens comuns.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, a operacionalização dos conceitos de etnohistória e etnografia tiveram como perspectiva a construção de uma análise histórico-antropológica ou etnohistórica, que permitisse entender as querelas fundamentais sobre a “história do tempo presente” na comunidade quilombola Santa Rita da Barreira. A intenção foi demonstrar as estratégias de permanência e reconfiguração do modo de vida das famílias, a partir das transformações ocorridas desde o povoado da “Barreira Antiga” até a formação do “Território Quilombola”, como percurso para compreender as dissonâncias e empecilhos relativos à elaboração e concretização de políticas públicas com vistas ao etnodesenvolvimento.

As evidências etnográficas situaram a trajetória percorrida pela comunidade quilombola de Santa Rita da Barreira e demonstraram serem salientes para entender os valores simbólicos, os sistemas morais, as formas de racionalidade presentes nas estratégias de reproduções sociais e história cultural. Desta feita, entende-se que as intervenções oficiais por parte do poder público, através de projetos e programas efetivados na comunidade, não contemplam as necessidades e muito menos convergem para relações dialógicas que possam respeitar os valores que delinearam o processo de territorialidade e etnicidade das famílias no território étnico.

A análise feita nesse trabalho reforça que entender os processos etnohistóricos de ocupação, permanência, reprodução e autonomia de cada um dos grupos étnicos na Amazônia constituem fator de grande importância para pensar as políticas de etnodesenvolvimento. Cada grupo étnico desenvolveu, a partir do uso comum e apropriação coletiva dos recursos, trajetórias etnohistóricas específicas que lhes aproximaram e diferenciaram ao mesmo tempo. Os processos de ocupação e reprodução social destes grupos não foram homogêneos como se observa em relação à comunidade quilombola Santa Rita da Barreira, que se caracteriza pela pluralidade étnica, cultural e religiosa.

Estes grupos étnicos foram definindo suas especificidades e modalidades de uso construindo maneiras singulares de saber, fazer, criar e reproduzir. Estas estratégias de uso comum, devidamente consensuadas no grupo, precisam ser compreendidas como ações autônomas representadas pelo domínio e apropriação alternativas sustentadas por princípios de organizações coletivas também indispensáveis para orientar políticas públicas, mas que são frequentemente ignoradas pelo poder público.

Na comunidade quilombola de Santa Rita da Barreira pode-se considerar que a concretização das políticas de etnodesenvolvimento ainda se constitui um componente de

direitos sociais, territoriais e étnicos que ainda estão distantes. As políticas públicas executadas entre os quilombolas de Santa Rita da Barreira não se aproximam da concepção de etnodesenvolvimento por ignorar as especificidades presentes nas estratégias de organizações internas da comunidade, a etnohistória, os processos sociais de territorialização, as relações coletivas e a etnicidade.

Outra frente de análise proposta esteve empenhada em revelar as diferenças entre as formas de apropriação dos bens comuns pelos quilombolas da comunidade Santa Rita da Barreira e as lógicas de apropriação e produção impostas pelos empreendimentos ceramistas e pecuaristas. As práticas sociais quilombolas sinalizaram a elaboração de esquemas simbólicos convergentes ao uso comum, coletivo e também individual dos recursos naturais a partir de relações comunitárias entremeadas pelo uso de regras internas voltadas ao bem comum e respeito à autoridade familiar, costumes e tradições como referências para tentar conciliações dissipações e interesses particulares.

De outro lado, se evidencia a ocupação e transformação adotada pela sociedade dominante com maior pressão e intensidade sobre os recursos naturais e uso desordenado, priorizando o acúmulo de bens privados e despreocupação com a coletividade. Entre os dois modelos colidentes de apropriação dos recursos o poder público parece ser ausente no que se refere à garantia dos direitos coletivos e tendencioso no que tange à prioridade e defesa de práticas privativas, inclusive atuando no fomento de incentivos diretos a tais empreendimentos.

O problema é que os bens comuns são concêntricos a ambos os modelos, ao que parece se tornam mais escassos aos grupos étnicos à medida que a elaboração dos projetos e programas públicos tem como premissa, indicadores e índices de crescimento compatíveis aos parâmetros da sociedade dominante. Ao longo de décadas, projeta-se respostas às demandas da *sustentabilidade* às políticas de desenvolvimento e modelos gestão do espaço através de políticas públicas ainda inoperantes. Hoje, defrontamo-nos com a urgência em redefinir os cânones pelas quais a sociedade ocidental concebeu sua relação com a natureza, como afirma Castro (1997).

O aumento da indisponibilidade de recursos naturais soma-se às incorreções adotadas no modelo de gestão pública aplicado no município e à inoperância dos órgãos ambientais locais por problemas estruturais. O Plano Diretor, enquanto ferramenta jurídica, estabelece diretrizes para nortear as políticas públicas, deveria envolver as demandas quilombolas e demais agentes sociais, mas ao que parece reproduz a predominância de visões anacrônicas e

etnocêntricas que reduzem e ignoram a importância dos grupos étnicos e suas etnohistórias para se pensar um o desenvolvimento alternativo para município.

Ao longo da pesquisa observou-se que algumas oportunidades podem ser encontradas no próprio território a partir da intensificação do processo de abertura a modernidade, inserção política das mulheres e suas organizações como o “clube de mulheres”, a socialização da informação, o domínio de algumas tecnologias como a internet e o mapeamento das condições físicas do território para estabelecer medidas pontuais e coletivas.

De outro lado, o poder público precisa redirecionar suas ações com vias a conceber relações mais próximas aos agentes sociais e aprender a conhecer com os mesmos como manejar, identificar e mapear no território as condições favoráveis ao recebimento de recursos e construção de projetos.

As intervenções financiadas pelo poder público são desprovidas de conhecimentos específicos sobre o grupo e o território etnicamente configurado, como escreve Almeida (2008), o envolvimento dos agentes sociais muitas vezes restritos à “mão de obra” e, em alguns casos, não remuneradas como se observa em Santa Rita da Barreira em relação ao cultivo de mudas para o reflorestamento de áreas potencialmente degradadas. A atividade voltada ao reflorestamento, à qual estão inseridas algumas famílias quilombolas, pode ser reaproveitada mais a frente em conotações políticas ao refletir sobre o melhoramento, controle e recuperação das áreas verdes no município São Miguel do Guamá para atenuar os dados alarmantes que indicam 90% de perdas de áreas verdes segundo a SEGOV (Secretaria de Governo, 2009).

Não existe consulta aos quilombolas em relação às suas técnicas de manejo seculares que lhes permitiram a permanência e reprodução social equilibradas sem comprometer o ambiente e a conservação de áreas verdes em seus territórios. As políticas públicas e projetos voltados à Santa Rita da Barreira não cumprem o papel de conservar e ampliar a diversidade ecológica e as áreas verdes que ainda existem no território a partir do conhecimento local e do uso de tecnologias modernas. Não projetam a expansão de áreas verdes, recuperação de igarapés e contenção ao extrativismo para outras localidades do município, em combate ao avanço das atividades pecuaristas e ceramistas, que ainda são as que mais usufruem de forma desordenada dos recursos naturais e ameaçam a disponibilidades dos mesmos à coletividade.

O conhecimento sobre as estratégias de domínio e manejo dos recursos disponíveis no território pelos agentes sociais da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira sinaliza um fator importante para superar a situação de escassez de recursos, ao passo que munidos da informação poderão desenvolver projetos específicos para recuperá-las. A investigação das

evidências etnográficas alude às relações sociais, costumes e as práticas de uso que estão em processo de mudança, relacionadas também à pressão demográfica sobre o território e são importantes para pensar outras possibilidades de desenvolvimento relacionadas ao conhecimento tradicional, aliado a introdução de métodos e tecnologias no uso e manejo dos recursos para atenuar os problemas relacionados à capacidade de suporte do território.

Este conhecimento específico inerente ao modo de vida dos quilombolas e suas formas de uso e manejo dos recursos podem representar um diferencial na elaboração de estratégias voltadas ao etnodesenvolvimento. O estabelecimento de conexões mais ampliadas junto aos “mercados culturais” e sistemas financeiros adequados as condições das práticas comunitárias.

Escobar (2005) salienta que as macro-políticas de desenvolvimento têm ignorado e marginalizado o conhecimento local produzido a partir do *lugar* menos dependente das relações capitalistas e sustenta que a cultura local deve ser inserida no discurso da globalização para que se possa pensar e reconceber o mundo a partir de uma perspectiva de práticas sociais com base em um imaginário econômico alternativo. A possibilidade de um sistema pensado a partir do lugar, deve incorporar a visão de que os grupos locais não são receptores passivos das condições transnacionais.

Levando em consideração o que destaca o autor pode-se apreender que para Santa Rita da Barreira delinea-se um processo de “abertura imperfeita à modernidade” devido o baixo alcance dos projetos instalados. Esta imprecisão e falta de sincronia é percebida aqui como resultado de inoperância e desconhecimento por parte da gestão pública que orienta grande parte das intervenções e que não tem obtido resultados satisfatórios para as famílias quilombolas.

As ações oficiais por parte do poder público sobre os ambientes rurais são padronizadas e homogêneas e sinalizam uma concentração em políticas direcionadas ao discurso da preservação ambiental e ao desenvolvimento de atividades econômicas dentro das regras do capitalismo e propostas assistencialistas. Muitas vezes as relações étnico-culturais construídas situacionalmente pelos grupos étnicos, ao longo de séculos, em terras tradicionalmente ocupadas na região, são obscurecidos em políticas como “economia solidária”, “sustentabilidade ambiental” ou “desenvolvimento endógeno local”.

Cardoso (2006) afirma que as experiências recentes na Amazônia de políticas públicas envolvem planejamentos pensados a partir do “Desenvolvimento Endógeno Local”, “Agenda 21 locais”, “Programa Nacional de Agricultura Familiar” (PRONAF), “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável” (DLIS), “Programa Comunidade Ativa” (PCA). Estas políticas



desconsideram as etnicidades e os grupos étnicos são confundidos com outras demandas não menos importantes. Estas iniciativas demonstram pouca consistência para tentar desvendar alternativas que possam respeitar a trajetória etnohistórica, as modalidades de domínio e uso comum dos recursos naturais praticados pelos quilombolas e outros agentes sociais em terras tradicionalmente ocupadas, que são os mais comprometidos com ações potenciais ao etnodesenvolvimento.

As diferentes siglas fazem referência às intervenções do poder público em nome do desenvolvimento local e sinalizam um viés exclusivamente econômico que acabam por priorizar o aditamento de arranjos locais. As ações são articuladas para solucionar problemáticas específicas atreladas às redes de comércio, logísticas de instituições públicas ou privadas com interesses relacionados a serviços ambientais, negociações políticas ou a busca de “produtos ecologicamente corretos”. Nestas iniciativas, o controle das informações, recursos e gestão continuam sob a responsabilidade do ITERPA<sup>49</sup>, ONGs, prefeituras e técnicos comprometendo a autonomia étnico-cultural, o acesso a informação, a coletividade e cooperação necessárias para a autogestão.

As descontinuidades das ações geram formas macro e microscópicas de dependência em relação à manutenção de máquinas e equipamentos, como no caso do não funcionamento da “casa de mel”, confecção de biojóias, piscicultura e “tele centro”. Estas imprecisões podem representar a subordinação às regras do mundo capitalista e a inserção limitada ao serem colocados na condição de mão-de-obra barata ou fornecedores de insumos de baixo valor. Os projetos que ainda vingam na comunidade, como a construção do “viveiro de mudas” e a “casa de farinha” sinalizam a tendência ao fomento de atividades de baixo impacto monetário, e este é o caso da “farinha de mandioca”.

A EMATER e Secretaria de Agricultura municipal parecem estabelecer uma relação de tutela junto às famílias quilombolas em Santa Rita da Barreira. Grande parte das ações estão interpostas às visitas técnicas e às determinações definidas pelos calendários das respectivas instituições. As iniciativas do poder público que incidem sobre o grupo reproduzem a continuidade de políticas ortodoxas que forçam a adaptação de planejamentos às ações pré-definidas e direcionadas para um público comum categorizado como “pequeno agricultor” ou produtor rural. Os prazos, sistemas cadastrais, regras e tributos, dados

---

<sup>49</sup> Com a criação pelo ITERPA “Território Estadual Quilombola Santa Rita da Barreira” (junho 2010) e elaboração do Plano de Utilização da Comunidade Remanescente quilombola Santa Rita da Barreira, como vimos com a finalidade de direcionar as normas e regras de uso do território, fiscalização e punições impõem-se novos constrangimentos, interdições para o grupo, como já examinado no capítulo IV.

profissionais e educacionais exigidos não levam em consideração as peculiaridades e o modo de vida da comunidade.

A vulnerabilidade das condições econômicas, dependências de recursos e equipamentos externos assim como o acesso desigual das famílias aos projetos, têm desarticulado a concretização de um sistema de organização que garanta a autonomia da comunidade quilombola Santa Rita da Barreira. A falta de comunicação e sincronia entre as secretarias e órgãos públicos, aumento do endividamento devido o acúmulo de financiamentos e superposição de projetos agravam o funcionamento das iniciativas públicas no território. Estas situações têm obstado e minorado as possibilidades de eleger os projetos e programas instalados na comunidade pelo poder público, como canais para atender necessidades sociais e garantir melhores condições de vida.

O atrofamento da disponibilidade de recursos financeiros no território, como reflexo do não cumprimento das demandas pontuadas no “Programa Brasil Quilombola”, sinaliza a descontinuidade das políticas que deveriam atender às comunidades quilombolas. O reflexo desta descontinuidade explica parte das dissonâncias relativas à implantação de projetos que divergem das necessidades das famílias nos territórios quilombolas e se resumem a concentração de ações no arraial da comunidade conforme verificado na comunidade quilombola Santa Rita da Barreira.

O não cumprimento às demandas levantadas pelo “Programa Brasil Quilombola” reflete também sobre o afrouxamento da fiscalização e falta de cooperação entre as instituições públicas que não evitam a intensificação das restrições dos recursos naturais causados pelo avanço das atividades ceramistas e pecuaristas. As consequências para as comunidades quilombolas são sintomáticas à medida que os quintais passam a representar as principais áreas verdes, e quando a aproximação das roças com as unidades domésticas ou mesmo redução e abandono das roças para realização de “bicos” nas fazendas e empresas de cerâmica, passam a representar o modo de vidas das famílias.

A transformação de quilombolas em “mão-de-obra” mal remunerada e não especializada reduzem as oportunidades e condicionam as famílias à relações de dependências cada vez mais comprometedoras.

Espera-se que estas interrelações promovam um desenvolvimento de “dentro” para “fora” fundamentados em princípios étnico-culturais, resguardados nas construções sociais e simbólicas estabelecidas coletivamente a partir de processos etnohistóricos marcados por formas específicas de domínio sobre o território que os próprios quilombolas apontam com clareza. Estes processos de interrelações marcados por aglutinações, dissipações e

ressemantizações das estratégias de autonomia e permanência no território étnico configuram a atualização de relações anteriores inerentes ao processo de territorialização marcados pela continuidade das disputas pelos recursos naturais que não são resolvidas.

Através do estabelecimento de relações mais ponderadas, caracterizadas por trocas de informações, evitam-se a elaboração de diagnósticos apressados e interpretações preconceituosas por parte de técnicos. Em muitos casos, estes agentes públicos têm como premissa o cumprimento da carga horária de trabalho e o preenchimento de formulários para dar respostas mais imediatas e objetivas. Sabe-se que o estudo das modalidades de domínio do território, a partir do lugar, com o uso de metodologias mais específicas, tecnologias e participação dos agentes sociais contribui para expandir o repertório de informações que podem ajudar a vislumbrar e superar as políticas públicas tradicionais, incoerentes e contraditórias com as demandas locais, que sintetizam a consciência de suas necessidades

Entende-se que a titulação não pode ser condição para a chegada dos recursos e projetos, pois pode reforçar os interesses dos mediadores em submeter os resultados a discursos de cunho políticos atrelados a idéia da sustentabilidade. Os serviços públicos essenciais anunciados na lei orgânica do município desde 1990 e o Plano Diretor, para citar instrumentos jurídicos mais próximos as realidades, ignoram a existência de oito comunidades quilombolas. Não garante também na área rural o oferecimento dos serviços essenciais como saneamento, saúde, educação e segurança pública e, quando ocorrem, são de forma precária e ineficiente.

O território titulado não pode ser interpretado como produto final das demandas evidenciadas no território das necessidades e prioridades que precisam ser entendidas a partir dos agentes sociais que melhor conhecem seus limites, condições materiais e físicas, representações simbólicas e demais dimensões a serem apontadas por quem vem estabelecendo relações seculares reproduzidas em contextos distintos. A presença dos recursos naturais e as maneiras peculiares de usos sociais constituem condições materiais de existência. No território não basta para a reprodução sociocultural da comunidade, a continuidade das práticas e modos de vidas tradicionais são os eixos centrais de sua sobrevivência como grupo étnico.

No território étnico, a existência de recursos naturais e seu uso estratégico são tão importantes como o conhecimento e as transmissões de relações sociais coletivas para outras gerações e pessoas que chegam ao território. A idéia de conservação implica em conhecer o território e estabelecer práticas de reprodução social amparadas em valores societários específicos construídos de geração em geração em suas estratégias de reproduções físicas e

simbólicas no território. Entre os quilombolas de Santa Rita da Barreira estas relações foram aprendidas e reproduzidas em processos sociais baseados fundamentalmente na coletividade e na sensibilidade do uso comum do território. Os patrimônios material e cultural, a adoção de sistemas de monitoramento e controle no uso dos recursos com base em referências culturais, sincronizam comportamentos construídos a partir de valores de auto-monitoramento, sensibilidade a coletividade e relações de confiança.

O acesso aos recursos tecnológicos como o conhecimento em informática, internet e uso do GPS, pode se constituir como caminho estratégico para dialogar com as autoridades e centros de pesquisa e outras organizações. O manejo destas tecnologias tem permitido situar e entender os códigos da sociedade dominante municinando-os na construção de outras estratégias mais sofisticadas de afirmação política contra as ameaças de dominação e os discursos “primordialistas”.

Por isso, entender os processos de territorialidades através da etnohistória, evidências etnográficas e o etnomapeamento ajudam a extrapolar interpretações reducionistas. Permite também o planejamento público, a revelação de outros sentidos no domínio e apropriação dos territórios como no caso das dimensões simbólicas, que muitas vezes a ciência moderna através de dados computadorizados e laudos técnicos não conseguem perceber.

As experiências dos mapas participativos comprovam a possibilidade de se construir concepções mais detalhadas sobre o território e atinam para a necessidade em envolver as famílias que manejam e conhecem os recursos naturais ali existentes, podendo definir com mais clareza as prioridades e necessidades fundamentais para a efetivação de políticas públicas de etnodesenvolvimento. A participação dos agentes sociais no processo de elaboração dos programas e projetos compõe um canal importante para a minimização de conflitos, recuperação de aspectos culturais e identitários relacionados à trajetória etnohistórica do grupo, descrição pormenorizada dos diversos interesses e maneiras de uso e apropriação do solo, subsolo e dos recursos naturais.

Eleonor Ostrom (2009) aponta que os canais de comunicação são peças fundamentais para assegurar a permanência das estratégias de reproduções sociais coletivas voltadas ao bem comum e parecem ser pressupostos importantes identificados nas relações sociais a partir de práticas de monitoramento, cooperação e autogestão. A autora identifica que estas práticas de autogestão substituem a coação, que nem sempre se torna um instrumento eficaz para coibir os excessos e desvios na utilização dos recursos e acredita na redefinição de comportamentos com vias a coletividade como mecanismo para garantir a coesão social.

A garantia da autogestão como mecanismo de organização social processa-se, segundo Ostrom, através do cumprimento das regras fundamentadas na governança que deve simbolizar relações de governo mais democráticas que garantam a diluição da autoridade em ações acertadas no grupo e materializadas através de encontros e assembléias para tomada de decisões coletivas. Este pensamento recupera o princípio da participação e da cooperação, por acreditar que os problemas possam ser resolvidos a partir de soluções encontradas nas microrrelações, em situações de complexidades menos intensas e marcadas pelo estabelecimento de relações de confiança. Em Santa Rita da Barreira alguns atributos apontados pela autora são encontrados como a ação coletiva e sensibilidade de que as decisões devem ser acertadas coletivamente através das assembléias.

Os valores organizacionais apontados pela autora em busca da autogestão são reproduzidos secularmente por grande parte dos grupos étnicos à medida que elegem como regra de convivência o princípio da coletividade. Para a edificação e estabelecimento de condições satisfatórias à materialização do etnodesenvolvimento, o poder público deve abrir campos de diálogos para ouvir, aprender e trocar técnicas e conhecimentos que possam ser oportunos a reconfiguração dos projetos e programas de assistência pública alternativos. A lógica de produção capitalista ainda se demonstra transversal aos discursos, projetos e instrumentos de regulação, fiscalização, financiamento e administração pública, gerando sérios comprometimentos à compreensão de que a diversidade socioétnica é inerente às demandas sociais.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E. ; CASTRO, E. R. **Negros do Trombetas: guardiões de Matas e Rios**. 2 ed. Belém: Cejup; UFPA; NAEA, 1998.

\_\_\_\_\_. **No caminho de pedras do Abacatal: experiência social de negros no Pará**. 2 ed. Belém. UFPA; NAEA, 2004.

\_\_\_\_\_. Mobilidade política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. UFPA. Belém: (**Novos Cadernos NAEA**) n.2 dez 1999.

\_\_\_\_\_. **Quilombolas de Irituia (Pará) em luta pelo reconhecimento de direitos territoriais no século XXI**. Belém: UNAMAZ; INCRA; Superintendência Regional do Pará (SR.01), 2008.

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**: Universidade Federal do Rio de Janeiro ; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2008.

ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. **Terras de faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas. UEA, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas. 2008.

\_\_\_\_\_. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. Juiz de Fora: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, mai 2004.

\_\_\_\_\_. **Terra de quilombos, terras de indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais de fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2 Ed, Manaus: PSGCA / UFMA, 2008.

\_\_\_\_\_. SANTOS, G. **Estigmatização e território**: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus. Manaus: Editora UFAM. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2008.

ANDRADE NETO, J. A. Terras de Uso Comum e Ação Oficial. In: **TRABALHO APRESENTADO NO VIII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL**, Porto de Galinhas, 2010.

ANNAES DA BIBLIOTECA E ARCHIVOS PUBLICO DO PARÁ. *Periódicos*, Belém: Instituto Lauro Sodré, 1916.

ANNAES DO ARQUIVO PUBLICO DO PARÁ. **Termo de nomeação e designação do território e districto da vila de Ourém**. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará; Secretaria de Estado da Cultura, v. 3, t. 1, 283 p., 1997.

BERG, M.E. **Plantas medicinais na Amazônia: contribuição ao seu conhecimento sistemático e meio-norte do Brasil**. 3 ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

BEZERRA NETO, J. M. **Escravidão negra na Amazônia: Séculos XVII /XIX**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BÔAS FILHO, O. V. Communauté, société, culture – trois clefs pour comprendre les identités en conflits de Maurice Godelier. **Prisma Jur.**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 563-566, jul./dez. 2009.

BOSERUP, E. Evolução agrária e progressão demográfica. (Estudos rurais) São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1987.

BURKE, P. **A revolução francesa da historiografia: A escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

BOURDIEU, P. A. **O Senso prático**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: (Coleção Memória e sociedade. DIFEL. 1989.

BRITO, L. C. **Inventário de São Miguel do Guamá**. Pará/Castanhal. UFPA, 1989. (Monografia de Graduação).

CADERNOS ITERPA. **Regularização territorial: A regularização Fundiária como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra**. v. 1, 2009.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Rio de Janeiro. UFRJ, 2007.

CARMACK, R. M. Etnohistoria y teoria antropológica. **Cuadernos del seminário de integracion social guatemalteca**. n. 26. Guatemala, 1979.

CARDOSO, D. M. **O processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local**: Rio Arriolos. 2006. 288 f. Tese (Doutorado em Planejamento do Desenvolvimento em trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Cap. 2

CASTRO, E. M. R. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. n: CASTRO, E. M. R; PITON F. **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup; NAEA/UFPA, 1997.

CASTRO, E. M. R. **Escravos e senhores de Bragança**. Belém; NAEA-UFPA, 2006.

CARTÓRIO DO 1º OFFICIO. **Registro de Títulos e Documentos**. São Miguel do Guamá. 2010.

COSTA, M. G. P. da. **Novos rumos, novos sangues e finalmente o progresso**. São Miguel do Guamá, Pará: Moderna, 1988.

PARÁ. DECRETO ESTADUAL 3.573: Disponível em < <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/pa05.htm> > acesso em: 13. mar. 2010.

DIÁRIO DO PARÁ. **A grande economia dos pequenos**. Belém, 24 jan. 2010 - Jornal Impresso, p. A13, 2010.

DIEGUES, A.C. Introdução. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB, 2000.

ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-modernismo?** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americano. Edgar Lander (Org). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.

FERREIRA NETO, E. História e etnia. In: CARDOSO, C. F. **Os domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GLUCKMAN, M. **Analysis of a social situation in modern Zululand**. Manchester, Manchester University Press, 1958.

GOMES, F. G. Quilombos, histórias e invenções da liberdade e do cativo. **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**. Belém, n.1, 1993.

GUAMÁ. **Lei Orgânica Municipal**. Prefeitura de São Miguel do Guamá. Câmara municipal. São Miguel do Guamá/ Pará, 1990.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor**. Prefeitura de São Miguel do Guamá. Câmara Municipal. São Miguel do Guamá/ Pará. Lei complementar nº 004, 2006.

GURRÃO, J. **O êxodo rural no município de São Miguel do Guamá: comunidade Nossa Senhora de Fátima**. Pará - Castanhal, UFPA, 1999. (Monografia de Graduação)

HOBSBAWM. E. J. **A Outra História - Algumas Reflexões**. In: KRANTZ, F. (Org.) **A Outra História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

HURTIENNE, T. **A Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. **Novos cadernos NAEA**, v. 8, n.1, p.019-071 jun. Belém: NAEA; UFPA, 2005.

IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 15 de ago. 2010.

JUPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de filosofia**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: atual, Jorge Zahar, 2006.

LEITE, I. B.. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas etnográficas**. Lisboa, v. 4, n. 2, 2000.

LESSA, C.. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo Brasiliense, 1982.



LÉVIS-STRAUSS, A ciência do concreto. In: \_\_\_\_\_ **O pensamento Selvagem**. São Paulo: Nacional, 1962.

LITTLE, P. E. **Etnodesenvolvimento local**: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. Campo Grande (MS). Tellus, ano 2, n. 3, p. 33-52. out. 2002.

MACIEL, A. S. O. **Nós sempre tivemos vontade de ter nossa história contada em livro**: Um estudo sobre a comunidade Quilombola de Santa Rita da Barreira (São Miguel do Guamá). Pará - Castanhal. UFPA, 2005. (Monografia de Graduação).

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MENEZES, A. J. E. **A Importância da produção invisível para a agricultura familiar na Amazônia**: o caso dos projetos de assentamento agroextrativistas Praialta e Piranhira, município de Nova Ipixuna, Pará. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v.4, n. 2 NAEA;UFPA, 2001.

MENEZES, B. **Batuque**. Belém, 2005.

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

OLIVEIRA, J. P. Carta para senadora Benedita da Silva de 22 de maio de 1995. In: **Regulamentação de terras de negros no Brasil** (Boletim Informativo). Florianópolis. NUER, n.1, 1996.

O'DWYER, E. C. (Org.). **Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FVG, 2002.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**. Universidade de São Paulo. São Paulo. v. 39. N.1, 1996.

OSTROM, E. **Reformulando los bienes comunes el cuidado de los bienes comunes**: gobierno y manejo de los lagos y bosques em la Amazonía, IEP.; Instituto del Bien común, 2002.

\_\_\_\_\_. Uma geografia intelectual pouco comum. **Revista Eco Eco**: Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. n. 21. 2009.

PARÁ. **Diário Oficial nº 31808**. Instituto de Terras do Pará. Criação do Território Estadual Quilombola: Santa Rita da Barreira. Belém, 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto de Terras do Pará. **Plano de Utilização da Comunidade Quilombola de Santa Rita da Barreira**. Belém, 2010.

\_\_\_\_\_. **Programa Raízes** - relatório de atividades 2002. Belém, 2003.

\_\_\_\_\_. Instituto de Terras do Pará. **Relatório de atividades**: Vistoria Técnica. 2002. Belém, 2005.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do estado do Pará**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1968.

PINTO, B. C. M. **Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolo de poder feminino em povoados amazônicos**. Belém. Paka-Tatu, 2004.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FERNART, J. **Teorias da etnicidade: seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: UNESP, 1998.

RODRÍGUEZ, P. M. **Rasgos de etnohistoria contemporânea en las imágenes turísticas y culturales: el ejemplo español visto por los franceses**. Casa de Velázquez. Tome, 1994.

SALLES, V. **O negro no Pará: sob regime de escravidão**. Brasília, DF: MEC; Belém: SECULT; Fundação Cultural “Tancredo Neves”, 2005.

SAMAIN, E. **Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos chorarem: O jornal de Lumière (1851-1860)**. *Revista de antropologia*, São Paulo: USP, v.44, n. 2, 2001.

SHIRAIISHI NETO, J. **O direito dos povos dos faxinais: As interpretações e as interpretações jurídicas**. In: ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. **Terras de Faxinais**. Manaus: UEA, 2009.

SILVA, N. R. ; COMIN J. J. **Avaliação dos agricultores sobre a qualidade do solo: uma visão etnopedológica**. TRABALHO APRESENTADO NO VIII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Porto de Galinhas, 2010.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista**. Anuário Antropológico, 1985.

THOMPSON, E. P. **A voz do passado, história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Icaria & Editorial, 2009

TRECCANI, G. D. **Terras de quilombo: Caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC. Disponível em: <<http://www.soltec.ufrj.br/index.php/etnodesenvolvimento>>. acesso: 16. mar. 2011.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro. Difel, 1976.

VOLVELE M.; LE GOFF, J. (Org.) **A nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

WALLACE, A. R. Rios Guamá e Capim. In: **Viagens pelo Amazonas e rio Negro 1823-1913**. Brasília, DF: [s. n.]. Companhia da Editora Nacional, 1939.